

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FABRÍCIA CARLA VIVIANI

Democracia, Estado e Indústria em *A Nova Política do Brasil*

**SÃO CARLOS
DEZEMBRO 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FABRÍCIA CARLA VIVIANI

Democracia, Estado e Indústria em A Nova Política do Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da Universidade Federal de São
Carlos, sob orientação da Profa. Dra. Vera
Alves Cepêda.

**SÃO CARLOS
DEZEMBRO 2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

V859de

Viviani, Fabrícia Carla.

Democracia, estado e indústria em a nova política do Brasil / Fabrícia Carla Viviani. -- São Carlos : UFSCar, 2014. 296 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Ciência política. 2. Brasil. Presidente (1933-1937 : Getúlio Vargas). 3. Industrialização. 4. Estado. 5. Economia. I. Título.

CDD: 320 (20ª)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE DOUTORADO DE
Fabrícia Carla Viviani

16/12/2013

Vera Alves Cepêda

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Orientadora e Presidente

Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Francisco Luiz Corsi

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi

Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho".

Paulo Roberto Cimo Queiroz

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz

Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD

Milton Lahuerta

Prof. Dr. Milton Lahuerta

Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho".

Thales Haddad Novaes de Andrade

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade

Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida a defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 16/12/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz
Prof. Dr. Milton Lahuerta
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade

Homologado na CPG-PPGPOL na
31 Reunião no dia 12/03/2014

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Vice-coordenadora do PPGPOL

Para Israel e Francine

AGRADECIMENTOS

O dever que permeia os longos anos nos quais estive imersa neste doutorado foi testemunha das várias pessoas que ficaram, de uma forma ou de outra, registradas na memória, pela importância que tiveram em diversas ocasiões. Estas palavras servem justamente para deixar aqui o reconhecimento que é devido a estas figuras que, se não escreveram as palavras deste texto, ao menos foram as mãos que me guiaram, me apoiaram e me ajudaram a desenhar as linhas do trabalho que abaixo apresento.

A começar pela minha orientadora, Vera Cepêda. Agradeço pela orientação ao longo desses anos, pelo acompanhamento e pela confiança. Muitos dos avanços pessoais que apresento neste trabalho só foram possíveis pela sua presença e dedicação.

No decorrer da minha trajetória, algumas figuras me acompanharam desde meus primeiros passos como pesquisadora. Dentre eles, tenho o prazer de ter nesta banca a presença do Professor Francisco Corsi, que foi quem me apresentou o universo da pesquisa acadêmica e a responsabilidade de ser um pesquisador. Outra pessoa que esteve ao meu lado foi o Professor Milton Lahuerta, figura fundamental no meu mestrado, sempre solícito e amavelmente exigente em suas importantes colocações. Há pouco tempo atrás tive o prazer de conhecer na minha nova morada – o Mato Grosso do Sul - o Professor Paulo Cimó que, com humildade sem igual conseguiu ouvir, e o mais importante, dialogar com uma simples mestre por longos quarenta minutos. Também não poderia deixar de agradecer a fundamental disposição, a prontidão e disponibilidade que oferecem os professores suplentes, a Professora Carla Martinelli, da Unesp de Araraquara e em especial a Professora Maria do Socorro Braga, que nas disciplinas do mestrado e doutorado apresentava-se sempre com espontaneidade e humildade invejáveis.

Também agradeço aqueles que fizeram parte de minha banca de qualificação. Professora Élide Rugai Bastos e Professor João Roberto Martins Filho, pelas primorosas contribuições na fase de construção e estruturação deste trabalho.

Agradeço ao Centro Celso Furtado e ao Banco do Nordeste pelo financiamento de parte desta pesquisa, dando-me condições materiais para um tranquilo prosseguimento dos trabalhos. Uma menção de destaque para Glauber Cardoso Carvalho, pela contínua disponibilidade em me atender.

À Secretaria de Pós-Graduação do PPG-POL, sobretudo à Cláudia e ao Raphael, sempre solícitos em me amparar nos trâmites burocráticos.

Um agradecimento também àqueles que me ajudaram com a correção e formatação do texto. Tal auxílio foi fundamental para dar a este trabalho uma roupagem mais elegante e rigorosa. A eles: Israel, Eli, Silvana, Carla, Dani, Alison e Aline meu obrigado.

Não posso deixar de mencionar também os grandes amigos de São Carlos: Carla Ferezin, Rafael Gumiero, Rafael Cabral, Katia Fukushima, Lerisson Nascimento, Tania Dauod, Tati Perecin e Juliana Santana, que compartilharam muitos das minhas alegrias, aflições e conquistas. Assim como as amigas Silvana, Lica, Lili, Carla e Lilian Victorino e ao amigo Danilo Dalio que mesmo distantes mantiveram o mesmo carinho e forte torcida.

Aos Professores do IFMS que me auxiliaram com substituições, trocas de aulas, apoio emocional, entre várias outras coisas. Sem eles, certamente a via para a conclusão seria mais penosa. Dentre os vários amigos que fiz no IFMS, alguns se destacam pela proximidade que me acompanharam nesta jornada. Em primeiro lugar, meu grande amigo Eli Castanho pelas inúmeras parcerias, profissionais e pessoais, que consolidamos ao longo desses anos de trabalho na Fronteira. Agradeço primeiramente por ter retirado na Unicamp a "Barsa" como carinhosamente apelidou "A Nova Política do Brasil", sem a qual essa tese nem sequer teria avançado. Agradeço pelas longas conversas, pelas (nem sempre) acolhidas em sua casa (limitadas pelas cotas diárias de paciência) e pelas andanças culturais na fronteira entre Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Espero que ao longo dos anos que ainda desejo passar na fronteira, eu tenha o privilégio de aumentar a minha cota diária e ter a honra de sua companhia. "Uhh cagada! Pronto falei!".

Meu agradecimento aos meninos e meninas da ProfPorã: Franz, Ricardo, Vanessa (Japa) e também Hania Godoy pelo companheirismo constante, pela amizade e pela alegria que permeia nossa casa.

À Silvana Rossélia, por já ter se tornado, em tão pouco tempo, uma grande amiga, uma sábia conselheira e meu colo de plantão. Agradeço por todo carinho, auxílio e dedicação que carrega por mim.

Vanessa Ramires, Ariana e Alison e Izidro, os quais, mais do que grandes companheiros de trabalho, são pessoas incríveis que tive o prazer de encontrar em minha caminhada. Obrigada por toda ajuda e amizade ao longo desses anos.

A todos os alunos do IFMS-Campus Ponta Porã, por me apoiarem em momentos difíceis e tumultuados. Em períodos de instabilidade emocional estavam sempre presentes e compreensíveis, sufocando momentaneamente minhas preocupações com boas gargalhadas. Obrigada pelegada! Agradeço ainda minha querida aluna Jusley, mais conhecida como “minha filha”, por ter dedicado uma tarde chuvosa de domingo para me auxiliar na correção dos quadros. Muito além desta ajuda, a importância de nossa amizade está nas afinidades intelectuais que temos e nas aflições que compartilhamos como mulheres e seres humanos sufocados pelas pressões cotidianas.

Quero agradecer também todas as minhas clientes nos tempos de manicure, que por mais de dois anos me alimentaram material e espiritualmente, transcendendo os limites de uma simples prestação de serviços. Agradeço em especial: Vera Cepêda; Cláudia Resende e o pessoal da USE/UFSCAR, Alessandra Araújo, Neli Sugimoto e Cássia Varga; Rosa Collaneri, Carol Olmo e Milena Machado; Carol Zampol e Ana Sueitt; Stella Schiavone e Eliana; Rita de Carvalho e Diva Carvalho; Adelina Costa e Lúcia; Regina Toledo; Mércia Giacomini; Dani Benjamin; Eliete Sanches; Liliane Trovó e Carina; e Sayonara. Meu muitíssimo obrigada!

Agradeço a Ângela dos Santos por ter me auxiliado durante meu percurso estudantil e por ter me apoiado nessa longa empreitada do doutorado.

Em especial, agradeço a Lourdes e Reinaldo por terem me adotado e acolhido com muito carinho, auxiliando em momentos difíceis e compartilhado minhas conquistas. Agradeço também Aline que desde minha saída de Sanca sempre me cedeu um espaço em sua casa e em sua família. Obrigada pelo companheirismo constante.

Agradeço a Cleverson Rodrigues pela receptividade e pela companhia desde primeiros momentos que cheguei a Campo Grande.

Agradeço a Francine pelo companheirismo que selou nossa amizade ao longo desses anos, pelo contínuo cuidado que sempre tem comigo, pelo exemplo de bom senso,

pela dignidade e pela responsabilidade cotidiana. Fran obrigada, por me agradecer com sua presença em minha vida. Sem ela, com certeza, esse doutorado não teria perdurado. Quero agradecer também a Daniel pelo constante apoio, por ter me aproximado dessa terra que hoje chamo de minha, que é o Mato Grosso do Sul. Obrigada por ter me recepcionado e acolhido no meu novo estado.

Em especial, agradeço a Israel pelo eterno companheirismo, pela docilidade, pela paciência e pela parceria de vida que tenho a honra de desfrutar. Isra, obrigada por tudo.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é buscar na análise de *A Nova Política do Brasil* – coletânea de pronunciamentos do Primeiro Governo Vargas entre 1930-1945 –, os temas centrais e amplamente debatidos por literatura especializada no período sobre a posição do primeiro governo Vargas sobre política, Estado e economia. Para o primeiro elemento, destacam-se as discussões sobre democracia, liberalismo, organicismo. Para o segundo, de forma relacionada com o primeiro, as questões de centralização e intervenção estatal, de forma a trazer à tona a ideia da configuração deste Estado. Por fim, o último elemento, entrelaçado com os dois primeiros – e separados apenas para fim de análise – que evoca a discussão sobre as transformações econômicas processadas ao longo deste período, expressas na tensão do debate sobre vocação agrária e vocação industrial. Embate este que teve como resultante a inclinação ao desenvolvimento industrial. Embora este dilema tenha sido apontado consensualmente pela literatura especializada, os entendimentos sobre as dinâmicas e soluções deste processo se dão de maneira dissensual, produzindo diversas compreensões sobre o tema. Dessa forma, a proposta desta tese é entender o período de 1930-1945 como um *processo* em construção, deslocando a controvérsia para ideia do processo, na tentativa de captar como isto se deu no nível da relação entre os atores envolvidos. Optamos por destacar o Estado, devido ao seu protagonismo amplamente reconhecido pelos especialistas do período. Também, juntamos a esta discussão, o olhar mais detido ao primeiro governo Vargas, tido aqui como catalizador de um novo pacto de alianças que foi se formando ao longo deste período, cuja definição se deu justamente pela disputa no campo político, assim considera-se plausível a análise da produção discursiva deste governo condensada em *A Nova Política*. Para tal intento recorreremos às ideias de Gramsci em relação ao processo, à estrutura e à conjuntura e ao Pocock e seus apontamentos acerca das interfaces entre texto e contexto.

Palavras-chave: primeiro governo Vargas; política; Estado; Economia.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the *A Nova Política do Brasil* – a compilation of pronouncements of the Vargas First Government, between 1930-1945 –, and the central themes that was broadly debated by the specialized literature of the period about the position of the Vargas First Government regarding politics, state and economy. For the first element, it is pointed out the discussions about democracy, liberalism and organicism. For the second, and related to the first, the questions of the state centralization and intervention, bringing up the idea of that state configuration. Finally, the last element, intermingled with the two firsts – and separated only for analytical reasons –, that evoke a discussion about the economic transformations occurred along that period, and expressed in the tensions of the agrarian vocation e industrial vocation debate. Struggle that had as result the industrial development inclination. Despite this dilemma had been pointed consensually by specialized literature, the comprehension of that process dynamics and solutions are dissensual, generating various interpretations about the theme. Thus, the proposal of this thesis is to understand the 1930-1945 period as a *process* in construction, moving the controversies to the idea of process, trying to get how this has occurred in the level of the relations between the actors involved. We choose focuses on state, for sake of its role of protagonist broadly recognize by the experts of the period. We aggregated to this discussion a closer look upon the Vargas first government too, taken here as a catalyst of the new pact of alliances that was forming along the period, whose definition resulted of disputes in political field. Thus, this makes plausible the analysis of discursive production of that government condensed in *A Nova Política*. For this intention, it was called upon to the Gramsci's ideas in relation to the process, structure and conjuncture and to Pocock and his suggestions about the interfaces between text and context.

Key-words: Vargas first government; Politics; State; Economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos volumes por título, período de cobertura e ano de publicação.....	58
Quadro 2 - Relação dos discursos por ano de pronunciamento, volume da publicação e ano de publicação.....	60
Quadro 3 - Descrição do volume I, questões centrais e discursos arrolados	62
Quadro 4 - Descrição do volume II, questões centrais e discursos arrolados.....	66
Quadro 5 - Descrição do volume III, questões centrais e discursos arrolados	69
Quadro 6 - Descrição do volume IV, questões centrais e discursos arrolados.....	71
Quadro 7 - Descrição do volume V, questões centrais e discursos arrolados	75
Quadro 8 - Descrição do volume VI, questões centrais e discursos arrolados.....	80
Quadro 9 - Descrição do volume VII, questões centrais e discursos arrolados	85
Quadro 10 - Descrição do volume VIII, questões centrais e discursos arrolados... 	90
Quadro 11 - Descrição do volume IX, questões centrais e discursos arrolados	96
Quadro 12 - Descrição do volume X, questões centrais e discursos arrolados	100
Quadro 13 - Descrição do volume XI, questões centrais e discursos arrolados... 	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	UM BALANÇO DA ERA VARGAS E A PROPOSTA DE PESQUISA	18
2.1	O GOVERNO VARGAS E A DISPUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1945)	19
2.2	AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS	34
3	O CENÁRIO 1930-1945 E O SURGIMENTO DE A NOVA POLÍTICA DO BRASIL: TEXTO E CONTEXTO	55
3.1	BREVE SÍNTESE QUANTITATIVA DA OBRA.....	57
3.2	DESCRIÇÃO DOS VOLUMES	62
3.3	SISTEMATIZAÇÃO TEMÁTICA – UM CONTEXTO EM MUDANÇA.....	109
3.3.1	<i>Termos que enfraquecem.....</i>	<i>111</i>
3.3.2	<i>Termos/temas que permanecem constantes.....</i>	<i>113</i>
3.3.3	<i>Termos/temas que permanecem com alteração.....</i>	<i>117</i>
3.3.3.1	<i>Permanência do argumento explicativo e modificação da finalidade</i>	<i>117</i>
3.3.3.2	<i>Permanência com ressignificação do argumento e da função</i>	<i>119</i>
3.3.4	<i>Termos/temas novos</i>	<i>120</i>
4	ESTADO E DEMOCRACIA.....	125
4.1	A HERANÇA RECEBIDA: LEITURA ACERCA DO LIBERALISMO E DA DEMOCRACIA	125
4.2	ESTRUTURA ESTATAL E INTERVENCIONISMO	145
4.2.1	<i>Forças Armadas e desenvolvimento</i>	<i>154</i>
5	O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VOCAÇÃO INDUSTRIAL NOS DISCURSOS OFICIAIS DA ERA VARGAS (1930-1945)	157
5.1	PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS BRASILEIROS.....	158

5.1.1	<i>A ordem político-administrativa (1930/1936)</i>	158
5.1.2	<i>A ordem econômica e o problema nacional (1936-1937/1945)</i>	168
5.2	A TENSÃO ENTRE AGRARISMO E INDUSTRIALISMO E O DIÁLOGO COM A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABABALHO.....	179
5.2.1	<i>Agricultura e Indústria</i>	180
5.2.2	<i>A ideia do exclusivismo agrário e a superação do atraso pela industrialização</i>	193
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
	REFERÊNCIAS	220
	APÊNDICE A – RESUMO DETALHADO DE CADA UM DOS VOLUMES DE A NOVA POLÍTICA DO BRASIL	228
	ANEXO A – CONTRACAPAS DOS VOLUMES DE A NOVA POLÍTICA DO BRASIL	287

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa foi buscar na análise de *A Nova Política do Brasil* – coletânea de pronunciamentos do Primeiro Governo Vargas entre 1930-1945 –, os temas centrais e amplamente debatidos por literatura especializada no período sobre a posição do primeiro governo Vargas, a saber: política, Estado e economia. Para o primeiro elemento, destacam-se as discussões sobre democracia, liberalismo, organicismo. Para o segundo, de forma relacionada com o primeiro, as questões de centralização e intervenção estatal, de forma a trazer à tona a ideia da configuração deste Estado. Por fim, o último elemento, entrelaçado com os dois primeiros – e separados apenas para fim de análise – que evoca a discussão sobre as transformações econômicas processadas ao longo deste período, expressas na tensão do debate sobre vocação agrária e vocação industrial. Embate este que teve como resultante a inclinação ao desenvolvimento industrial.

Embora este dilema tenha sido apontado consensualmente pela literatura especializada, os entendimentos sobre as dinâmicas e soluções deste processo se dão de maneira dissensual. Aqui, nos distanciamos desta controvérsia, na tentativa de buscar entender o período de 1930-1945 como um *processo* em construção, o que não significa necessariamente aderir a nenhum das matrizes interpretativas, ao mesmo tempo que as utilizamos como ponto de partida. Neste dilema em questão, os autores reconhecem este cenário de 1930-1945 como um campo em disputa, mas, em geral, não enfocam o período como um processo em mudança nem como este se relaciona com sua lógica interna. Para tentar captar esse movimento, analisamos nesta tese aqueles três elementos supracitados consensualmente apontados pela literatura, a partir do deslocamento para o contexto.

Entendemos aqui, como contexto, algo próximo ao colocado por Gramsci (2000), que indica a relação entre estrutura e conjuntura¹, no qual a distinção entre o que é

¹ “Todavia, no estudo de uma estrutura, devem distinguir-se os momentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de estrutura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seus significados não têm um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente” (Gramsci, 2000, p. 36).

orgânico e o que é ocasional é de suma importância. Estrutura seria a dinâmica do processo de transformação das bases capitalistas, ou seja, abarca a questão das condicionantes estruturais do modelo capitalista em um movimento orgânico. Conjuntura remete à ideia factual e momentânea, em alguma medida, “quase acidental”. Ou seja, há diferenças substanciais entre estrutura e conjuntura, entre movimento orgânico e fato. Isto requer compreender o processo a partir da análise das relações de forças políticas que se dão num campo em disputa, no qual estes atores estão em movimento e a tensão entre eles os reposiciona no debate. Neste processo, os atores não possuem necessariamente consciência *a priori*. Ao contrário, a consciência se forja no embate deste campo de ideias, ou seja, estes atores estão em movimento e formação constantes².

Dessa forma, esta perspectiva nos auxilia na problematização de outro ponto recorrente na literatura especializada, a saber: a ideia de conexão entre as tomadas de decisão dos atores, como se estes atores já estivessem com uma consciência suficientemente esboçada para dar direcionamento de suas ações. Com isto, não queremos dizer que esta questão foi negligenciada pela literatura, todavia, ela aparece de maneira orbital ao debate central.

Para este trabalho, então, deslocamos esta controvérsia para ideia do processo, na tentativa de captar como isto se deu no nível da relação entre os atores envolvidos. Cabe destacar que não iremos abarcar com esta análise todos estes atores, mas optamos por destacar o Estado, devido ao seu protagonismo, ou seja, como elemento catalizador de um pacto de alianças que congrega – e, ao mesmo tempo, exclui – alguns dos atores coetâneos. É importante destacar, ainda, em relação ao protagonismo do Estado, que o governo é porta-voz de um novo pacto de alianças que foi se formando ao longo deste período, cuja definição se deu justamente pela disputa no campo político, assim considera-se plausível a análise da produção discursiva deste governo.

Para tanto, invocamos *A Nova Política do Brasil* porque ela apresenta discursos que foram elaborados de forma consciente, orientada e planejada racionalmente para a disputa política e para fazer publicidade do primeiro governo Vargas. Nesses discursos oficiais detectamos uma significativa movimentação dessas questões no campo das ideias, que de alguma forma nos auxiliam numa melhor elucidação deste período tão

² Em outro momento, as relações e ponderações deste método de análise direcionado a este período histórico-político já foram trabalhados. Para mais detalhes, ver Viviani (2009).

emblemático da história política brasileira. Esta movimentação parte, num primeiro momento, da visão dos problemas nacionais, cuja mudança acompanhava em fina sintonia o contexto daquele período.

Sem dúvida, não há como negar o protagonismo estatal neste período. Dessa forma, buscamos na análise de *A Nova Política do Brasil* captar este deslocamento no campo das ideias e este se coloca como principal objetivo deste trabalho. Justamente por este caráter indefinido e dinâmico deste cenário, é que se torna possível pensar o primeiro governo Vargas como um campo político em aberto no qual os atores vão se movimentando, se formando e se reposicionando no contexto (estrutura e conjuntura). Sendo assim, consideramos plausível observar esta movimentação interna ao governo a partir de sua produção discursiva.

Também é possível destacar a análise do período em grandes blocos que congregam particularidades históricas. Indicamos, com este trabalho, que é possível perceber o processo a partir de sua própria dinâmica interna, ou seja, uma análise que se atém aos detalhes internos, de modo a perceber a movimentação que conduziu as transformações do período, em especial, no que diz respeito aos três pontos acima citados: dilema político; função do Estado; o desenvolvimento de base industrial.

Desta forma, na proposta de análise de *A Nova Política do Brasil* não há a pretensão de um cotejamento com as interpretações do período, ou seja, o que se quer é realizar a leitura da obra por ela mesma. Com a sistematização buscamos captar como estes três temas foram tratados pelo primeiro governo Vargas e, sobretudo, como eles aparecem no plano discursivo na coletânea oficial. Também observamos como termos relacionados a estes temas foram surgindo, se alterando, desaparecendo e ressignificando seu sentido e seus propósitos ao longo dos onze volumes. Quando nos debruçamos sobre *A Nova Política* percebemos a necessidade de *outra* sistematização, mais analítica e, concomitante cronológica, de um conteúdo tão vasto e diverso.

Desta forma, a compreensão desta produção discursiva do governo foi analisada a partir de um constante diálogo com um contexto coetâneo, de modo a cruzar texto e contexto (como nos indica Pocock) para tentar captar a movimentação da estrutura (grandes transformações de formação do capitalismo) com a conjuntura (fatos históricos momentâneos). Recorremos também a A. Gramsci de forma a nos apropriar da teoria gramsciana na análise do conturbado período em questão. Tal complexidade exige certas estratégias para a inteligência do sentido do texto, principalmente quando

necessitamos relacioná-lo ao contexto. Para tanto, a referência à teoria de Pocock consiste num pórtico de entrada a estes lugares no interior da obra que exigem uma contextualização para compreendermos a geografia por trás desses terrenos específicos.

Embora se espere de uma introdução a apresentação do tema geral e a contextualização do objeto, fugimos desse formato e apontamos aqui, minimamente, a estrutura deste trabalho. A explanação da contextualização mais aprofundada do problema de pesquisa, dos objetivos, da hipótese, do contexto de pesquisa e suas formas de trabalho exige uma revisão mais geral da literatura acerca do primeiro governo Vargas que, por sua extensão, não poderia ser plenamente contemplada em uma introdução.

A organização do texto se dá da seguinte forma: na primeira seção, uma síntese da literatura e exposição da proposta de trabalho; na segunda, o objetivo é realizar uma apresentação de *A Nova Política do Brasil*, sua estrutura geral e as particularidades de cada volume, fechando com uma sistematização dos termos/temas que aparecem ao longo da obra; as seguintes trazem as análises dos três eixos abordados nesta tese: política e Estado – terceira seção – e economia – seção quatro.

2 UM BALANÇO DA ERA VARGAS E A PROPOSTA DE PESQUISA

O modelo de desenvolvimento brasileiro, denominado “nacional-desenvolvimentismo”, guiou a modernização do país entre os anos 1930 e fins dos anos 1970. Composto de fases, momentos e movimentos diferentes, esse processo foi vastamente abordado pela literatura especializada, construindo múltiplas compreensões e vertentes explicativas. Alguns autores, como Bielschowsky (2000), tentaram entender as vicissitudes do nacional-desenvolvimentismo desde sua formulação ideológica até sua crise. Para o referido autor, houve ciclos desse tipo de desenvolvimento nos quais se observa a seguinte caracterização: entre 1930/1945, a origem; entre 1945/1955, o amadurecimento; e entre 1956/1964, o auge e a crise. Esse processo encontraria seu esfacelamento nos anos 80, e, a partir desse colapso, encaminha-se à rearticulação de um novo modelo de desenvolvimento.

Ainda que esse longo período tenha sido marcado por inúmeras fases, oscilando entre regimes ditatoriais e regimes democráticos, o momento crucial para a passagem do modelo capitalista primário-exportador para o modelo industrial compreendeu os anos 30 e 50.³ Foi nesse momento que a industrialização passou a se constituir enquanto “ideologia” e se configurar como núcleo central não apenas das ações do Estado, como também das teorias econômicas.

Mais precisamente, como destaca Cepêda (2010), o interregno entre os anos de 1930 e 1948⁴ seria central na construção do projeto industrialista. A conhecida controvérsia entre Simonsen e Gudin, nos anos 1940, sugere que atuação do primeiro, como membro da comissão de mobilização econômica criada durante o Estado Novo, expressava o que já era uma inclinação na ordem do Estado: a promoção da industrialização. A partir de então, a questão fundamental consistiu na planificação, fortalecimento e consolidação da industrialização brasileira. Isso requer considerar que as concepções seminais do modelo de desenvolvimento condutor da transição do sistema primário exportador para o capitalismo de base industrial, constituindo-se na

³Draibe, 2004 [1985]; Bielschowski, 2000; Sallum JR, 2003; Cepêda, 2010.

⁴No processo de apropriação do Estado em defesa da economia, Cepêda identifica seu início em 1906 (Convênio de Taubaté), no qual os interesses cafeeiros eram hegemônicos, e seu término em 1948 (Plano Salte), em que há a rotação semântica em prol do desenvolvimento via industrialização balizada pelo intervencionismo e pelo regulacionismo.

via de superação do atraso no Brasil, resultaram das escolhas dos atores socialmente estabelecidos ao longo dessas décadas. Conforme Diniz (1999):

[...] os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas. Eis por que esse momento pode ser considerado um marco, já que possibilitou o trânsito de uma sociedade com perfil agrário, nitidamente subordinada à clássica divisão internacional do trabalho – caracterizada pelo desequilíbrio entre os países exportadores de bens primários e matérias-primas, por outro -, para uma sociedade mais complexa e diferenciada. Observa-se, portanto, uma ruptura, um corte com esse passado e a passagem para outro patamar histórico, mediante a introdução de mudanças significativas. É no período que se estende de 1933 a 1939 que se desencadeia o processo de industrialização no Brasil (DINIZ, 1999, p. 24).

Assim, vários trabalhos se preocuparam em compreender a fase de transição do modelo agrário-exportador para o capitalismo de base industrial, seus arranjos, a atuação do Estado como protagonista, o aparato estatal e institucional, seus atores, enfim, a configuração de um modelo de desenvolvimento concentrado na expansão da industrialização via ação estatal, ressaltando os Governos de Getúlio Vargas como momentos fundamentais para a construção da modernização no Brasil.

Considerando a literatura que localiza essas transformações no primeiro Governo Vargas, nesta seção temos o objetivo de realizar uma síntese do processo histórico 1930/1945, com o intuito de apontar as principais características do período e o deslocamento para o projeto industrialista. Assim, acredita-se ser possível transpor à apresentação e discussão das interpretações das várias vertentes que buscaram compreender o “sentido” e as “direções” desse processo.

2.1 O GOVERNO VARGAS E A DISPUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1945)

O primeiro Governo de Getúlio Vargas estava no centro dessa mudança, pois o início do movimento revolucionário de 1930, eixo dessa inflexão, projeta Vargas como líder da *revolução gloriosa*⁵ sob bandeira reformista, passando a forjar as bases e a

⁵ Neste trabalho, as palavras e/ou expressões que estiverem com realce em itálico se referem aos termos utilizados pelo próprio Governo Vargas em seus discursos. Já as expressões entre aspas são destaques da autora. As citações diretas de até três linhas também estão entre aspas, mas, neste caso, são acompanhadas por referências bibliográficas.

arquitetar um novo arco de alianças políticas (DINIZ, 1999). Mas compreender as metamorfoses do Governo Vargas como articulador desse processo, implica o entendimento de todo esse período como um longo processo de “transição”. Ainda que seu despontar estivesse relacionado com o episódio de 1930, dado que as transformações ocorreram a partir dele, isso não significa considerar que essas pretensões estivessem, necessariamente, em suas bases formuladoras ou nas suas motivações fundantes.

A Aliança Liberal, aglutinação entre forças diversificadas que conduziram Getúlio Vargas ao poder em 1930, já simbolizava as incertezas da década que se abria e traria em seu íntimo a luta entre diversos atores e diferentes projetos ainda pouco definidos. Seu programa, ainda vago, apontava remotamente os caminhos para uma ruptura institucional com o regime precedente, recorrente também da heterogeneidade dos atores envolvidos. Sendo assim, num primeiro movimento, a ação do chefe do Governo Provisório se direcionou a apaziguar as hostilidades entre os diversos grupos e, concomitantemente, imprimir ao processo algumas características fundamentais para a sustentação do Governo Provisório.

Nesse sentido, os momentos subsequentes à Revolução, a missão de proporcionar sustentação ao novo governo e dar unidade a essas forças múltiplas, passariam pela construção ideológica ao diferenciá-lo do período anterior. A estratégia foi projetar uma imagem do “velho” associado à Primeira República e focar como objetivo a destruição da estrutura anterior como meio de efetivar a verdadeira e Nova República brasileira – aquela desencadeada com a Revolução de 1930, cuja maior expressão seria Getúlio Vargas.⁶

A rigor, nesse contexto, como aponta Eli Diniz (1999), Vargas utiliza estrategicamente as ideias de justiça social e do discurso de liberdade e igualdade políticas⁷, colocando-se o desafio de suprimir as desigualdades sociais pertencentes à sociedade brasileira, oriundas do período precedente. Concomitantemente, a discussão perpassava também a oposição ao modelo liberal da Primeira República. Ressaltar o fracasso dos pressupostos liberais que sustentaram o sistema oligárquico e colocá-los como inimigos dos interesses nacionais era um contundente argumento para ratificar uma nova postura do Estado (forte e centralizado). Com esse discurso, as ideias

⁶ Essa questão será melhor abordada nas seções subsequentes.

⁷ A âncora dos preceitos liberais seria: expansão dos direitos civis e políticos, inclusivo extensão do voto às mulheres, justiça eleitoral, voto secreto, código eleitoral. Ver Diniz (1999).

autoritárias, como as de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, tornavam-se cada vez mais afinadas com o contexto que emergia.

Ademais, era necessária a legitimidade para acomodar o emaranhado de atores envolvidos em torno de um novo pacto. A diversidade da coligação aliancista, um dos principais fatores da instabilidade política do início dos anos 30, configurava uma crise das forças políticas em relação aos projetos de futuro, em grande medida, permeados pela dualidade centralismo/federalismo.

Segundo Camargo (1999), os conflitos regionais e as disputas políticas em torno do processo de reconstrução institucional, portanto da modernização do Estado, definiam o ritmo da agenda na primeira metade dos anos 30. A pauta central era o interesse regional impresso nessa nova conjuntura, ou como coloca Gomes (1980), era a disputa entre o “velho” binômio centralização/descentralização, expressando a disputa entre o federalismo e o centralismo.⁸

No processo político, essa problemática não envolvia apenas a questão da autonomia dos estados, mas também expressava a participação desses setores no poder e os modelos de organização do Estado. Desde o início, esse aspecto foi percebido pelo grupo dos “tenentes”, um dos principais atores do processo revolucionário de 1930 e maior expressão política e organizacional do projeto centralista. Para o referido grupo, não apenas a centralização, mas também o regime ditatorial era, inicialmente, o principal instrumento para garantir as reformas institucionais e sociais no Brasil.

Para um dos segmentos do grupo tenentista, a função do Estado, após 1930, seria o saneamento do ambiente nacional e a realização das propostas sociais, econômicas e políticas. Nessa atuação estatal, estava subsumida a pretensão da resolução da questão econômica dado que, para os “tenentes”, a questão nacional não era meramente política, logo não se resolveria pelo modelo liberal democrático e muito menos pela Constituição. Considerando o distanciamento entre a realidade nacional e a carta constitucional, a Constituinte parecia-lhes um equívoco porque a base de poder local, expressão do poder do latifúndio, tinha sido intocada pela revolução de 1930. Não bastava apenas mudar os

⁸ Essa discussão esteve presente na passagem do Império para a República, por isso, nos anos 30, ela consiste numa retomada. Naquele contexto, em oposição à centralização política imperial e com a expansão da produção agroexportadora, as elites regionais visualizavam, na autonomia estadual, a possibilidade de produção de novas formas de relação entre sociedade e sistema político, cujo eixo era o federalismo. A estruturação da República se daria em torno desse princípio que, a rigor, dominou a cena política até 1930, momento em que o imbróglio ressurgiu na cena política. Sobre essa questão ver: Lessa (2001); Camargo (1999); Souza (1988); Gomes (1980).

políticos no poder, mas era necessário também desestruturar a base de sustentação dos políticos oligárquicos, o que seria possível apenas com um governo ditatorial. Na tentativa de desestabilizar as forças políticas remanescentes do pré-30, os “tenentes” aliados de Vargas serviriam de “égide política” do Governo Provisório, especialmente no Estado de São Paulo, maior foco de resistência oligárquica do setor agroexportador (VIVIANI, 2009).

Vários elementos institucionais foram sendo criados para garantir o fortalecimento do poder central, ressignificar o pacto e delinear o projeto nacional forjado a partir de então. Para o governo Vargas, a defesa incessante da centralização e do fortalecimento do Executivo era estratégica. Um dos primeiros atos nesse sentido foi a criação do Código dos Interventores, cujo objetivo era direcioná-los e restringi-los à lógica estadual, subordiná-los ao poder central. Como coloca Fausto (2010, p. 327), “a irradiação agora iria do centro para a periferia, e não periferia para o centro”, marcando o deslocamento do poder dos estados para o governo central.

Por outro lado, a centralização correspondia à necessidade de construção da ideia de Nação, de institucionalização dos conflitos políticos e sociais, de montagem da moderna máquina estatal, enfim, dos direcionamentos do desenvolvimento econômico. Mais do que disputas políticas, portanto, essa dualidade centralismo/federalismo indicava o esboço de projetos distintos. Dentre estes, o modelo centralizador e intervencionista, defendido por aqueles imersos no processo revolucionário, imprimia o “sentido” da ação do Estado na construção da Nação brasileira.

Nesse sentido, o elemento centralizador e intervencionista do Estado transcendia os limites do bloqueio ao retorno das oligarquias tradicionais na medida em que se tornava uma ideologia do novo regime. Naquele contexto, significava um dos pressupostos para a edificação de novo pacto e um novo projeto, porque é ele que passa a garantir a institucionalização (concentração no Estado) e a direção de todas as esferas da sociedade: política, social, econômica e ideológica. Qual fosse o “sentido” de tal projeto, o Governo Vargas asseguraria sua execução pelo caráter centralizador e pela postura intervencionista do Estado. Nas palavras de Fonseca (1989, p. 188), “intervencionismo, assim, passou a ser parte de uma concepção ideológica, ou seja, encarado como necessário para atingir um fim desejado”.

Assim, no intervalo de quinze anos, 1930/1945, o Estado brasileiro passou de federal/oligárquico a nacional/centralizado. Suas principais tendências do

desenvolvimento seriam a centralização político-administrativa e a modernização institucional. No entanto, além de acomodar os interesses de alguns setores, a centralização teria também a finalidade de racionalidade administrativa. A máquina estatal se modernizava e ampliava suas áreas de intervenção sobre a sociedade, transformando-se no “Leviatã” e edificando seus monopólios.

Nesse ínterim, na condição de chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas enfrentou as incertezas e a instabilidade da primeira metade dos anos 30, ocasionadas pela diversidade de forças inseridas na arena política e na rearticulação do pacto social subjacente ao contexto da época. Com “confronto e compromisso”, articulou-se diante do conflito armado de 1932, do lócus do processo constitucional de 1933-34, da consolidação da Carta de 1934, rearticulando sempre à revelia das classes populares (GOMES, 1986).

Vários atores e projetos que se abrigavam no Estado geravam uma engenharia política permeada pela “solução de compromisso”, em que uns logram mais que outros, mas que, de alguma forma, foram acomodados/cooptados no novo pacto, via institucionalização das questões políticas, econômicas e sociais, no qual Getúlio Vargas era o eixo operador. Em outras palavras, a Revolução de 1930 explicitou um novo arco de alianças e um novo grupo articulador – aquele que se constituiu no poder. Esse grupo foi sintetizado na figura de Vargas, liderança capaz de utilizar estratégias diversas para dar coesão aos variados segmentos que se agregavam e muitas vezes conflitavam no subterrâneo dessa aliança. O Estado forjado por Vargas mediou essa transformação estrutural da sociedade, fez conformação de interesses de classes, principalmente entre as frações burguesas.

Esse cenário seria propício para a configuração de um bloco de interesses que traria em seu cerne acomodação/conciliação de vários setores sociais, contudo de forma assimétrica. Como aponta Gramsci (2000), num contexto de crise de hegemonia, a ocorrência mais provável é as classes dirigentes terem mais possibilidades de se reorganizarem para se manter no poder do que as classes subalternas para tentarem fazer a revolução.

Nesse sentido, a estrutura política do primeiro Governo Vargas seria fundamental para nacionalizar os interesses privados, construindo um projeto hegemônico em torno do novo padrão de acumulação capitalista. Logo, o projeto de “modernização” fundado na “Era Vargas” foi operado a partir do próprio reposicionamento das oligarquias. Com

ganhos e perdas em relação ao período anterior, muitas delas tiveram que se transformar para permanecerem no centro ou na periferia do poder. Essa configuração redundou numa ampla renovação das elites dirigentes, proporcionando, então, em grande medida, os contornos de uma “modernização conservadora”.⁹

Se observarmos as relações ocorridas no campo durante esse processo, percebemos que elas continuavam intocadas. A manutenção do latifúndio e a exclusão dos trabalhadores rurais da legislação trabalhista expressavam a aproximação do novo governo com as elites agrárias. Independentemente de quais eram os motivos dessa aliança, não temos a intenção de aprofundá-la neste momento. O que queremos neste ponto é apenas levantar a conjectura de que houve um pacto e que este foi preponderantemente realizado com as elites agrárias. Esta hipótese somente poderá ter uma verificação efetiva quando analisarmos adiante os discursos do primeiro governo Vargas.

Basta retomar as análises de Fiori (1994) acerca do pacto conservador subjacente ao modelo de desenvolvimento brasileiro para percebermos como a questão agrária está representada no novo pacto. Para o referido autor, a primeira questão que circunda o pacto desenvolvimentista é a intocabilidade da estrutura fundiária e o veto a qualquer tipo de reforma agrária, resultando na entronização dos interesses do capital agroexportador como condição do pacto industrializante. Embora houvesse no processo de 1930 uma potencialidade indireta para reduzir os domínios das oligarquias regionais, via centralização do poder, Fiori considera que o Estado brasileiro, ainda que autoritário, foi fraco diante dos interesses privados, gerando uma economia socialmente excludente.

Em relação às questões econômicas, o setor industrial logrou um projeto econômico da industrialização encabeçado/coordenado pelo Estado brasileiro. Para observar o início desse processo que se abre em 1930, valemo-nos das interpretações de Draibe (2004 [1985]) que, ao privilegiar uma abordagem dos aspectos políticos e institucionais, evidencia, no período entre 1930 e 1945, medidas que apontam a vinculação do Estado ao projeto industrialista. Se por um lado, as primeiras medidas remetiam à “federalização” da política cafeeira com a criação de órgãos como o Conselho Nacional do Café, resultante da necessidade de diminuir o poder das oligarquias

⁹ Refere-se aqui à teoria de Barrington Moore Jr. (2010) e à interpretação de singularidade da modernização brasileira de Florestan Fernandes (1976), trabalhos que serão retomados adiante.

regionais e da necessidade de resolver os problemas gerados pela crise mundial; por outro, houve a criação de um conjunto de órgãos de planejamento relacionado à industrialização. Como exemplos destes, o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP (1938), o Conselho Federal do Comércio Exterior - CFCE (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças - CTEF (1937), a Coordenação de Mobilização Econômica - CME (1942), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC (1944) e a Comissão do Planejamento Econômico - CPE (1944). Desta forma, a partir do primeiro governo Vargas, a industrialização brasileira engendrou uma arquitetura de Estado que se colocou a serviço do projeto de industrialização e, conseqüentemente, da nação.

Com o Golpe de 1937, não apenas erguia-se a estrutura burocrática do “Leviatã” e a liderança pretensamente incontestada de Getúlio, mas também se delimitava um projeto nacional mais robusto (CORSI, 2000). No Estado Novo, a economia adquiriu um novo patamar, uma vez que o projeto industrial já integrava as orientações das ações estatais, condicionando um modelo de modernização cujo propósito era a saída de uma situação – agrarismo – e início de outra – industrialismo. O Estado Novo operacionalizou uma guinada em relação à economia, forjando um novo modelo de desenvolvimento brasileiro. Acomodaram-se as forças vinculadas ao modelo agrário e ao modelo industrial, seja pela intocabilidade de alguns interesses vinculados à estrutura fundiária, seja pela guinada à industrialização como modelo de desenvolvimento nacional catalisado no Estado.

Um dos instrumentos centrais nessa configuração foi, segundo Bastos (2006), a matriz antiliberal. Se, antes de 1930, as diretrizes do liberalismo aos moldes brasileiros garantiam uma economia primário-exportadora e regionalista, a paulatina ação do Estado, no pós-30, propiciou a consolidação das estruturas necessárias ao avanço do capitalismo industrial brasileiro, cujas vicissitudes desembocaram na promoção e na sustentação do modelo industrial com legitimidade perante amplos setores sociais. Soma-se a isso a dimensão política, no qual mais do que a disputa ideológica entre liberalismo e organicismo, a reconfiguração dos anos 30 trouxe um elemento significativo em relação à mudança do modelo econômico nacional: “o afastamento dos valores liberais que sustentavam a vocação agrária e a crescente inclinação ao modelo intervencionista do planejamento e defesa da industrialização” (CEPÊDA, 2010, p. 209).

Diante da crise do padrão econômico exportador, o Estado foi assumindo o papel de propulsor da indústria e regulador da força de trabalho, tornando-se central no Novo modelo de acumulação capitalista que se abria. Ainda que esse pacto não tivesse, em 1930, compromisso ideológico explícito com a indústria, em 1945, ao fim do Estado Novo, percebe-se uma nítida vinculação entre Estado e industrialização.

Por outro lado, a política varguista desenvolvia uma estreita relação com as massas trabalhadoras, construindo fortes elementos de identificação com o regime. Desde início da década, canalizaram-se para o Estado as forças políticas do movimento operário com marcantes expressões autoritárias e corporativistas fundadas na ideia de amenização dos conflitos entre o capital e o trabalho. Essa harmonização seria endossada pela ideologia, construída ao longo do primeiro Governo Vargas, de que o poder estatal trataria a questão social como uma política de Estado e não mais como um “caso de polícia”, considerado algo corriqueiro na Primeira República.

Assim, o primeiro Governo Vargas admitiu a presença política da classe operária, reconhecendo sua capacidade reivindicativa e sua cidadania ao promulgar a legislação trabalhista e as bases da montagem da estrutura sindical. Sobre a construção da cidadania, Wanderley Guilherme dos Santos (1979) apontou como ela esteve vinculada à variável profissional, dependendo, portanto, da inserção no mundo da produção. Dessa forma, a cidadania, no Brasil, adquiriu um caráter de “cidadania regulada” cuja raiz se encontrava num sistema de estratificação ocupacional que, conseqüentemente, distanciava-se dos direitos civis e políticos. O reconhecimento legal dos direitos sociais passava pela esfera do Estado, no qual o Ministério do Trabalho via a legislação trabalhista, definia quem era ou não “cidadão” de acordo com parâmetros estipulados sobretudo a partir da carteira de trabalho e da regulamentação das profissões e sindicatos.

O ideário corporativista viria então para amenizar os conflitos de classes existentes na sociedade civil, uma vez que disfarçaria os interesses privados ao dissolvê-los no público. O Estado, acima de todas as classes, realizaria a harmonia social e organizaria a sociedade civil através de corporações profissionais. Foi o que aconteceu com experiência da representação classista, no contexto constitucional de 1933-34, e nos Conselhos Técnicos implantados no Estado Novo.

A legislação trabalhista também seria, na visão de outros autores, fundamental para o processo de industrialização. Para Oliveira (2003), a análise da transição para o

modelo industrial não se pode restringir ao âmbito econômico. Ao contrário, as mudanças se forjaram nas determinações políticas e sociais sem as quais não há como entender o caráter decisivo do Estado no pós-30 na área econômica. A regulamentação das relações entre capital e trabalho, realizada pelo Estado após 1931 (sobretudo a partir da criação do Ministério do Trabalho), portanto, refletiu uma política intencional de controle/preparo dos trabalhadores para garantir o novo processo de acumulação de capital. Essa legislação daria uma correlação de forças desproporcional, pois impedia a auto-organização dos trabalhadores. Nesse sentido, segundo Oliveira, as iniciativas estatais foram fundamentais na transição, em especial, a legislação trabalhista e a política de arrocho dos salários, que garantiu um novo padrão de acumulação capitalista centrado na indústria.

A aliança entre Getúlio e as forças trabalhistas foi foco do esforço de vários pesquisadores que buscaram entender como se processou essa vinculação. A interpretação clássica de Weffort (1978) apontou o fenômeno do “populismo” como marca fundamental da política brasileira entre 1930 e 1964. O populismo constituiu-se como um fenômeno do Brasil urbano e em fase de industrialização, servindo como um mecanismo para aliviar os conflitos de classes, uma vez que deslocava o centro de tensão do sistema capitalista e a concentrava no Estado.

Segundo Weffort (1978), o populismo se manifestou a partir da Revolução de 1930, quando houve uma conjunção entre estilo de governo e política de massas. Essa situação desembocou, primeiramente, num “Estado de Compromisso”, num segundo momento, na república populista, entre 1946-1964, com a experiência da liberal democracia. Buscando compreender o fenômeno resultante da complexidade das condições históricas em que surge, Weffort apontou que o apelo às massas é decorrente do anseio de encontrar suporte num contexto de instabilidade e incertezas políticas. O “Estado de Compromisso”, portanto, deriva dessa articulação entre duas frentes de aliança: diante dos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e emergindo a figura pessoal do líder, em grande medida, confundido com o Estado. E o compromisso entre o Estado/Príncipe com as classes populares, que passam a integrar o universo político, porém de forma subordinada. Disso resulta uma relação entre líder e massa entremeada pela “manipulação populista”.

Esse conceito teve várias releituras que buscaram explorar suas limitações acerca da ideia de manipulação das massas e, conseqüentemente, da relação entre Estado e

classes populares. O termo traz inerentemente uma concepção negativa, ao recair numa ideia de que o político populista é aquele que engana as massas, sendo elas incapazes de perceber essa demagogia. Contudo, a polêmica em torno da categoria explicativa “populismo” é amplamente complexa e transcende os objetivos deste trabalho.¹⁰

No entanto para maior aprofundamento sobre esse assunto, apontamos, como exemplo, os trabalhos de Ângela de Castro Gomes (2005; 1979) que problematizou algumas ideias subjacentes ao conceito do populismo ao buscar autonomia relativa das classes trabalhadoras. A essa inclusão da classe operária via projeto articulado e implementado pelo Estado, a autora traz um novo conceito denominando de “trabalhismo”. Segunda ela, a política trabalhista deve ser analisada tanto no que se refere ao alcance das medidas legislativas, quanto ao da lógica simbólica. A ação do Estado, em relação à política trabalhista, só foi profícua “porque conseguiu estabelecer laços sólidos o bastante porque simbólicos (político-cultural) e não apenas materiais (econômicos)” (GOMES, 2005, p. 27).

Segundo Werneck Vianna (1976), no Brasil, o reconhecimento do trabalho veio sob fortes marcas do corporativismo no processo de transição para a modernidade. O processo de modernização, no Brasil, ocorreu sob a coexistência das organizações liberal e corporativa, nas quais a ordem liberal e o mercado de trabalho estavam sob a disciplina de instituições corporativas ou semi-corporativas, arquitetura que se traduziu em um “vigoroso instrumento de acumulação industrial”. O nó do liberalismo no Brasil seria, portanto, a incapacidade de admitir a livre movimentação para as classes subalternas e ser avesso à perspectiva do indivíduo, ao pluralismo e à noção de conflitos legítimos (VIANNA, 1976). Por isso, excluía-se desse pacto os movimentos de esquerda, a vertente anarco-sindicalista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ou qualquer grupo crítico à estrutura capitalista. Da mesma forma, não eram bem vindos ao arco de alianças subjacente ao Estado, a extrema direita, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), todos capazes de usurparem o poder. Forçado a conviver com o período e as garantias constitucionais, o primeiro Governo Vargas transformou a organização comunista num perigo para “a nação”, justificou a Lei de Segurança Nacional, de 1935, e alicerçou a legitimidade do Golpe de 1937 e a criação do Estado Novo. Essa lógica também pode ser visível no movimento integralista de 1938, quando tentou deflagrar uma revolta contra o Estado Novo.

¹⁰ Sobre a releitura do conceito de populismo ver Ferreira, 2001.

De qualquer forma, a partir do fechamento do Congresso e da outorga da nova Carta Constitucional, o regime ditatorial silenciava as vozes dissonantes na sociedade, tornava legítimo o poder de Vargas, acentuava o poder dos técnicos, da burocracia, dos gerentes e administradores, com resguardo decisivo das Forças Armadas.

Acomodavam-se, assim, absorvidos e centralizados no Estado, não somente os velhos e os novos interesses de setores dominantes, como também algumas das demandas da classe trabalhadora que foram canalizadas e arbitradas pelo governo Vargas. Era a emergência de um modelo de Estado centralizado que tentava se impor a todos e garantir a sobrevivência do conjunto. Era a busca pela “primazia” do Estado em todos os níveis da sociedade brasileira para operar a transição para a modernidade.

Se observarmos, portanto, o cenário entre 1930 e 1980, podemos identificar, por um lado, a burguesia industrial com interesses amplos e diretamente privilegiados com as políticas de Estado e, por outro, o setor agroexportador que, embora alvo em 1930, também se constituiu como beneficiário do processo ao ter as relações sociais e de propriedade no campo inalteradas. Ressalte-se, ainda, que analisar a relação entre indústria e terra no pacto varguista escapa à alçada deste trabalho, mas é fato que essa estrutura mescla industrialização e concentração fundiária e se constituiu no elo balizador do desenvolvimento brasileiro, forjando nosso modelo de modernização com exclusão social.

De qualquer forma, a partir de 1939, Getúlio desenvolveu um alinhamento aos Estados Unidos, culminando, em 1942, na entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e na obtenção de recursos para investimentos na siderurgia brasileira, com os quais criou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A aliança entre Brasil e EUA conduziu a uma contradição no regime: país internamente autoritário, lutando externamente contra o nazi-fascismo. O apoio brasileiro à ação bélica americana teve dois fatores determinantes para que os EUA passassem a pressionar o Estado Novo: ter como base de apoio um regime ditatorial e o fato de ter no Brasil um governo nacionalista com defesa da industrialização (CORSI, 2000). No primeiro caso, deslegitimava a guerra contra os regimes totalitários e, no segundo, poderia proporcionar impulso a uma relativa autonomia ao Brasil, não se importando com os interesses estadunidenses.

Apesar do prenúncio, no contexto internacional, da derrota do bloco nazifascista apontar uma vitória do grupo ao qual o Brasil se aliara, Vargas sofria oposições internas com o crescimento de grupos antifascistas e com o afastamento progressivo do governo

das classes dominantes (burguesia comercial, industrial, agrária, etc.).¹¹ Percebendo essa nova conjuntura, buscou intensificar a vinculação com os trabalhadores, deslocando estrategicamente seu eixo de sustentabilidade política para a base popular.

Nos últimos anos do regime, Getúlio foi, paulatinamente, transitando de uma retórica autoritária a um discurso mais social e paternalista. Passou, então, a fortalecer os laços com as camadas populares e com os trabalhadores urbanos, base do trabalhismo do seu segundo governo. A legislação trabalhista atrelada à mudança no “tom” dos discursos, o aumento do salário mínimo e a decretação de congelamento dos preços dos aluguéis lograram a Getúlio, ainda no Estado Novo, a consagração da imagem de “pai dos pobres”, o que, a rigor, não impediu que o governo continuasse a reprimir o movimento operário.

Essa aproximação em grande medida foi proporcionada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda da ditadura que, segundo Capelato (1999), inspirando-se nos mecanismos nazifascistas, pretendia, principalmente, conquistar o apoio dos trabalhadores para a política varguista. Várias foram as estratégias utilizadas pelo regime para causar tal ressonância. Os discursos eram elaborados a partir de técnicas de linguagem em que se destacavam palavras-chave e “slogans” de grande impacto diante do povo.¹² Por outro lado, Gomes (2005) destaca três grandes momentos do calendário festivo que articulavam esse vínculo com os setores populares: o aniversário de Vargas (19 de abril), o Dia do Trabalho (1º de maio) e o aniversário do Estado Novo (10 de novembro). As comemorações em torno dessas datas resultaram na formação da mitologia que envolvia o Estado Novo, o trabalho e o presidente.

Essa relação fundamentou uma aproximação entre o regime e as classes trabalhadoras, sendo capaz de legitimar as políticas doutrinárias do Ministério do Trabalho e criar uma forte base de apoio político que transcendia o regime e se estendia à figura Vargas, e foi esse legado que sustentou o apoio político nos anos 50. Como aponta Lemos (2004), a política desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, na pessoa de

¹¹ Perceptível no *Manifesto dos Mineiros*, de 1943, que, embora proclamado por setores da elite mineira, conseguiu apoio entre outros setores da classe dominante e forte repercussão entre as classes médias.

¹² O reforço da figura do líder Getúlio Vargas dava-se com frases como: “a generosa e humanitária política social do presidente Vargas”; ‘reiteradas e expressivas provas de carinho ao presidente Vargas’; ‘a popularidade do presidente Vargas’” (CAPELATO, 1999, p. 171). Capelato ressalta ainda que esse tipo de linguagem utilizada pelo Estado Novo eliminava a possibilidade de oposições, uma vez que proclamadas enquanto expressão de um todo, não se admitiria contestação e seu convencimento seria amplamente eficaz.

Alexandre Marcondes, apresentava as medidas trabalhistas como uma ação pessoal de Vargas, já preparando “para um novo cenário em que o voto, e não as baionetas, é a principal moeda de troca entre as forças políticas” (LEMOS, 2004, p. 206).

Entretanto, o regime ditatorial passou a apresentar algumas fissuras internas com o afastamento de importantes figuras do Estado Novo. Caso de Osvaldo Aranha e de Góes Monteiro, que se demitiram em 1944, e do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que já vinha criticando e defendendo o fim do Estado Novo e articulando novas alianças com setores civis e militares.

Diante do contexto e ainda no primeiro semestre de 1945, Vargas buscou rearticulação política e decretou a previsão de eleições para o final daquele ano e a anistia aos presos políticos, dentre eles Luís Carlos Prestes, preso em 1936. Com a Lei Eleitoral, passou-se à articulação dos partidos políticos, dentre os quais a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) – ambos de articulação das classes dominantes –, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Cabe destacar aqui que Getúlio realiza uma aliança, inclusive, com setores mais radicais, como o próprio Luís Carlos Prestes e o PCB, em 1945. Isso ocorreu porque a esquerda, presa à visão da revolução democrático-burguesa, entendia que a aliança com Getúlio era a melhor alternativa diante do cenário golpista que se desenhava. Emergia, então, o movimento “Queremista” demandando pela continuidade de Getúlio sob os princípios constitucionais. Articulado por forças getulistas ligadas ao Ministério do Trabalho, o movimento veio reforçar o nacionalismo de Vargas e destacá-lo como um líder trabalhista e democrático. Isso não quer dizer que Getúlio não tenha buscado outras bases. Pelo contrário, tentou recompor-se politicamente, articulando na heterogeneidade das forças sociais. Como demonstra Carone (1977), a manobra varguista incluía setores oligárquicos tradicionalmente aliados e o setor do Exército ligado a Góes Monteiro.

As Forças Armadas que tiveram papel principal na sustentação e, sobretudo, na criação e manutenção do Estado Novo seriam também centrais na sua derrocada. O forte elo entre o governo Vargas e a instituição militar, observado desde 1930, em meados dos anos 40, enfraquecia-se cada vez mais. Afinal, o caráter corporativista e autoritário da estrutura estatal, que até então agradava ambas as partes, não se mostrava tão

eficiente como antes para enfrentar as adversidades e vicissitudes do processo histórico. As alterações no contexto interno e externo desafiavam a aliança entre eles.

O cenário se mostrava bastante diverso daquele heteróclito do início dos anos 30, em que a operacionalização da correlação de forças permitiu o pacto que sustentara seu primeiro Governo. Observando essa congregação de forças políticas a favor da continuidade de Getúlio e a possível radicalização dessa aliança, cenário agravado pela demanda comunista em prol de uma Constituinte sob o governo de Getúlio Vargas, o grupo militar se une às classes dominantes e, juntos, derrubam Getúlio (CARONE, 1977).

Ainda que Vargas tivesse apoiado, posteriormente, a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), Martins Filho (2003) aponta que “a parcela mais significativa das Forças Armadas estava definitivamente afastada de Vargas, que passou a significar tudo o que os militares conservadores mais temiam” (MARTINS FILHO, 2003, p. 106). Dutra desenvolveu uma política de aproximação com a União Democrática Nacional (UDN) e a perseguição aos comunistas, inclusive colocando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade, marcando um período de reorganização da atuação política dos militares. No contexto da guerra fria, “o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 30 e 40 por Góes Monteiro” (MARTINS FILHO, 2003, p. 106).

Mesmo com a derrocada do Estado Novo e de Getúlio Vargas como o articulador do pacto que o sustentava, as vicissitudes do primeiro governo de Vargas deixaria legado irreversível. A arquitetura do Estado forjada na fase 1930-1945, em especial no Estado Novo, conduziria à “missão” nacional nas décadas subsequentes, ou seja, como aponta Bielschowski (2000), as várias facetas do nacional desenvolvimentismo, a partir de então, estariam sob o mesmo signo, onde a conformação tende à mesma direção – com raríssimas exceções passam a defender o planejamento e a necessidade da industrialização, não tendo vozes dissonantes em termos gerais, mas em termos pontuais.

Definido por Bielschowsky (2000) como um processo construído ao longo do tempo e caracterizado pela intervenção estatal progressiva, o nacional-desenvolvimentismo vinculou interesse nacional e desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas,

particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno. O referido autor demonstrou como a questão nacional perpassou as vias de desenvolvimento definidas na arena política dos anos 50. Nesta década, estavam presentes as correntes de pensamento político existentes no período: as três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público “não nacionalista” e setor público “nacionalista”), o liberalismo (“à direita do desenvolvimentismo”) e a corrente socialista (“à sua esquerda”). Formulado ideologicamente entre 1930 e 1944, sob o primeiro governo Vargas, as estratégias para execução do projeto varguista foram lançadas à disputa pela hegemonia nos anos 50 dentre essas forças políticas.

Esse processo acaba absorvido e sintetizado por uma leva de intelectuais na qual Furtado (2007 [1959]), por exemplo, aponta que o projeto de desenvolvimento passou a ser associado ao de planejamento, por meio da intervenção do Estado na condução do processo de industrialização. Por ele passaria a garantia da soberania nacional e a necessidade de um plano que fosse capaz de pensar o desenvolvimento econômico estrategicamente.

Nessa mesma perspectiva, Bastos (2006) aponta que a prioridade do governo Vargas era intervir e nacionalizar setores considerados estratégicos: energia, transporte, educação, entre outros. Ao observar, ao longo dos seus dois governos, a atuação de Vargas nesses setores, o referido autor considera que o nacional-desenvolvimentismo varguista consistiu num processo no qual se alteram as formas de intervenção, mas não o ideário geral, sendo o programa nacional-desenvolvimentista marcado por três características permanentes: “anti-liberalismo” (visão de incapacidade do mercado de regular as crises econômicas e sociais); “oportunismo nacionalista”: identificação de realizar barganhas externas que atendessem à finalidade dos interesses nacionais; e “capacidade de adaptação” às circunstâncias dos interesses cambiantes.

Afinal, as metamorfoses do primeiro governo Vargas não foram pacíficas e muito menos lineares. Nesta pesquisa, sugere-se que parte da configuração das identidades políticas e econômicas na época – principalmente a conversão do tema econômico em questão nacional (vínculo iniludível e inquestionável entre a dimensão política e a econômica) foi produzida interativa e complementarmente pelas disputas abertas no bloco do poder por causa da situação de transição estrutural e conjuntural.

Essa “capacidade de adaptação”, do primeiro governo Vargas, pode ser aproximada a dois conceitos desenvolvidos por Gramsci (2000): “cesarismo” e “bloco

histórico”. Amparamo-nos na tese deste autor quando ele destaca que o papel fundamental da arena política, no processo de passagem da “consciência em si” para a “consciência para si”, coincide com arenas políticas em disputas. Isso requer considerar que a consciência é parte do processo político que, por sua vez, define-se no campo do exercício da própria política, delineando-se, definindo-se e se redefinindo endogenamente ao próprio fenômeno histórico. O Governo Vargas operacionalizou esse bloco no momento em que os próprios atores estavam se construindo no período, tornando, portanto, a disputa política parte significativa dessa construção.

A convergência dessas forças heterogêneas, concomitantemente em construção, num pacto aglomerador, acarretou a criação de condições específicas para a emergência do fenômeno com marcantes entonações cesaristas. Ao observar o contexto fascista da Itália de Mussolini, Gramsci (2000) dá uma explicação contundente para compreender o fenômeno político. O “cesarismo”, próximo ao conceito de bonapartismo de Marx, referia-se à figura do chefe carismático que organiza as ideias políticas das classes dirigentes. Dos desequilíbrios das forças sociais emerge uma personalidade capaz de arbitrar o conflito no qual se reorganizam as forças burguesas sob o comando de uma liderança carismática. Essa habilidade política requerida pelo “cesarismo” pode ser encontrada em parte da política de Vargas.

2.2 AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Há um grande esforço na historiografia brasileira para elucidar a relevância não apenas do episódio da Revolução de 1930 como também dos seus significados e suas vicissitudes para a construção da modernidade no país. Essa problemática implica considerar também as ações do primeiro Getúlio Vargas inseridas na “singularidade” da transição brasileira comparada aos padrões de desenvolvimento capitalista global. Apresentando uma diversidade de transformações e suas particularidades, a Revolução de 1930 (e seu sentido) produziu inúmeras abordagens: históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais.

A leitura sobre o processo, que se abre a partir de 1930, pode ser feita em três grandes dimensões analíticas: a interpretação da história, que ressalta os movimentos e os fatos sociais; as interpretações da mudança social, da ordem senhorial e patrimonial

para a sociabilidade singular de nossa modernidade (HOLANDA, 2004 [1936]; FERNANDES, 1976); e a dimensão econômica apoiada na perspectiva de que foi a mudança estrutural nas relações de produção (modelo primário exportador *versus* modelo industrialista) que galvanizou o processo de mudança social, política ao histórico (FURTADO, 1975 [1959]).

Na dimensão histórica, as teorias sobre o desenvolvimento demonstram que capitalismo não ocorre por uma via única. Ao contrário, sua construção é politicamente selecionada a partir dos atores e forças sociais inerentes e os projetos são politicamente orientados. Trabalhos nessa área, como os de Barrington Moore (2010 [1983]) e Charles Tilly (1996), demonstraram as diferentes formas de passagem para o capitalismo e como os modelos políticos derivam dessa configuração.

Diferentemente dos modelos clássicos, apontados por ambos, num “desenvolvimento de capitalismo tardio”, as condições históricas produzem outras formas de modernização. Outros trabalhos, como os de Florestan Fernandes, (1976), destacaram a peculiaridade da Revolução Burguesa no Brasil ao apontá-la enquanto fenômeno resultante da fase do capitalismo que produziu um hibridismo, pois as relações econômicas fundiram-se às relações sociais e políticas, obstruindo a possibilidade da formação de um mercado competitivo. Assim, o modelo de “desenvolvimento de capitalismo tardio” expressa um processo particular de constituição do capitalismo e engendra outras formas históricas alternativas à via clássica. Por isso, Fernandes (1976) considera que não há como associar o processo de 1930 ao modelo clássico de Revolução Burguesa, uma vez que, nos países de extração colonial, em que se tem uma inserção capitalista que não engendra um ator nacional, produziu-se uma nova perspectiva política na qual os atores envolvidos não mudam a ordem social, porque o processo capaz de empossá-los de poder econômico e poder político não conduz, necessariamente, à alteração das estruturas sociais em direção à modernidade capitalista.

Nos estudos de abordagem histórica sobre o Brasil, duas grandes linhas de interpretação se abrem: os que procuram entender os anos 30 como um momento da contradição (luta) de classes e os que aprofundaram o caráter singular da “revolução” via acomodação ou hibridismo dessa conformação. Em várias obras, a questão do sentido de 30 privilegiou o problema das classes sociais (tomando como referência o problema da Revolução Burguesa). Um dos trabalhos pioneiros nessa abordagem foi o

de Santa Rosa (1976 [1933]). Empregando o conceito de revolução sob pressupostos marxistas, sustenta a ideia de que a revolução de 1930 significou a ascensão da burguesia industrial à dominação política com atuação do movimento das classes médias, embora essa ascensão não fosse exclusiva. A classe burguesa, portanto, seria condutora e beneficiária da ação revolucionária, assumindo o aparelho estatal e instituindo as bases para o livre desenvolvimento do capital.

Nessa mesma perspectiva explicativa, Vianna (1976) considera que, em 1930, ocorreu uma revolução burguesa realizada pelas oligarquias agrárias mais “atrasadas” com o apoio das camadas médias urbanas. A modernização ocorreu sob liderança/vigilância política e social das classes dominantes, sendo o Estado o principal agente dessa transformação. Assim, criaram-se condições para “promover de cima” a mudança no conjunto da sociedade. Ou seja, uma “modernização pelo alto”, marcada por uma nova configuração estatal que institucionalizaria o conflito social, produzindo o hibridismo entre liberalismo e corporativismo, arquitetura que se traduziria num “vigoroso instrumento de acumulação industrial”.

De Decca (1988), ao buscar as interfaces com as classes trabalhadoras, considera que a história oficial da revolução de 30 foi construída pelos vencedores. Afirma que, para a construção de um contra discurso, é preciso compreender o período histórico pela ótica dos vencidos, ou seja, da classe operária, à qual foi imposto o silêncio. A revolução não foi um marco revolucionário, mas sim um golpe da burguesia contra o movimento operário que lhe apresentava como uma ameaça, portanto teve um caráter contrarrevolucionário. Por esse viés, De Decca considera que o real momento revolucionário ocorreu em 1928, quando aflorou a luta de classes favorecendo a criação do Bloco Operário Camponês, e, no mesmo ano, a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em contrapartida, vários autores buscaram destacar a singularidade do processo brasileiro, seu hibridismo e a acomodação de interesses que acontece em uma sociedade que não corresponde ao padrão clássico dos conflitos de classes. Nessa perspectiva, encontram-se Weffort (1978) e Fausto (1970) que entendem a Revolução de 1930 como uma crise de hegemonia político-econômica que se estabeleceu entre a derrocada de um sistema e a ascensão de outro. Produziu-se assim um “vácuo de poder” entre a quebra do modelo agrário e a consolidação do modelo industrial, sendo característica deste a “incapacidade” de exercer o poder autonomamente. Nesse “vazio”, consolida-se o poder

pessoal de Vargas que estabelece as estruturas do Estado interventor. Para Fausto (1970), o movimento revolucionário de 1930 foi caracterizado pela realocação das elites no poder, dados seus resultados imediatos e posteriores, na medida em que o comando do processo político não pertencia mais às oligarquias regionais. O período que marca, portanto, o “vazio de poder” deriva do fato de que a revolução de 1930 não conduziu imediatamente a burguesia industrial ao domínio político.

Outros autores, tais como Diniz (1978) e Carone (1978), também aceitam o referencial de que os industriais não foram os promotores da revolução, ainda que esta (em especial a configuração da Era Vargas) tenha promovido as bases para o desenvolvimento desse setor. Esses autores endossam as abordagens de Fausto e Weffort, apontando a fragilidade do setor industrial no período e sua impotência para sujeitar a sociedade ao seu projeto. A ascensão burguesa só poderia assim ser efetuada através da condução da elite dirigente do Estado, formatando a peculiaridade elementar da revolução burguesa brasileira.

O movimento de outubro de 1930 seria uma ação preventiva, ou pelo alto, porque “brecou” ao mesmo tempo em que utilizou as novas forças em ebulição para manter a ordem dentro da mudança (CEPÊDA, 2004). Contudo, o desajuste do projeto ideológico da Primeira República emergira das mudanças econômicas e sociais em curso no pré-30. Assim,

A pluralidade de projetos, interesses, rumos e a qualidade de incerteza política e econômica que transformou esse jogo numa série de propostas testadas *ad hoc*, acentuam a importância da batalha das idéias e a força ideológica dos interesses envolvidos, ou seja, nem ciência pura, descolada dos conflitos reais, nem projetos acabados de capitalismo e sociedade (CEPÊDA, 2004, p.137).

A discussão em torno de uma “crise de hegemonia” fundamentou a concepção de que, pela ausência das classes fundamentais ao processo da construção do capitalismo, esse espaço foi ocupado pelo Estado com o apoio das Forças Armadas na formação da “via de desenvolvimento” brasileiro. Essa característica permitiu um distanciamento cada vez maior da sociedade civil e uma crescente burocratização organizacional.

Tendo como suporte analítico essa “singularidade híbrida” apresentada por Florestan Fernandes, Draibe (2004 [1985]) demonstra como se entrelaçaram simultaneamente a industrialização, a diferenciação das forças sociais e a construção da ossatura do Estado com estruturas tipicamente capitalistas, gestando modelo de

desenvolvimento singular. A referida autora considera que se abriram “alternativas ao desenvolvimento capitalista” no Brasil, representadas por setores gestados no interior da economia exportadora que seriam capazes de projetar - cada qual sob seus interesses - alternativas diferentes de futuro. Para tanto, Draibe trabalha com a concepção de “vias de desenvolvimento”¹³ como expressão do sentido teórico histórico, considerando que elas:

Não constituem um projeto fixado de antemão pelas forças políticas em luta, mas emergem e se caracterizam nos meandros do movimento histórico concreto. Isso quer dizer que, apesar de subjacentes, as alternativas estruturais não se expressam em estado puro, pois resultam do enfrentamento das forças políticas pela conquista da direção do Estado, concretizadas em torno de projetos que aspiram, incessantemente, articular alianças e coalizões para a formação de blocos dirigentes [...] Há que reconhecer, desde logo, que as vias alternativas são desequilibradas, assimétricas e mutantes [...] Sendo assim, as vias não podem ser de maneira alguma identificadas com projetos específicos de partidos, movimentos e outras forças políticas organizadas, nem tampouco podem ser entendidas estaticamente, a partir de sua configuração no início dos anos 30 (DRAIBE, 2004 [1985], p. 26).

Assim, apresenta algumas vias possíveis de desenvolvimento a partir do colapso da economia agrário-exportadora, desencadeada em fins dos anos de 1920. Mais precisamente, ela aponta três segmentos fundamentais capazes de construir seus interesses, enquanto base do Estado, e dar direcionamento às questões da revolução burguesa brasileira: a) burguesia mercantil-exportadora (via conservadora do desenvolvimento); b) burguesia industrial (via moderada de desenvolvimento); e c) nacional-popular (via mais radical de desenvolvimento). Os projetos subjacentes ao período foram estabelecidos pela disputa política, ou seja, pela correlação de forças em aberto no campo político e pelo enfrentamento para a obtenção da direção do Estado. O caráter instável do campo político na disputa entre essas três forças - vias possíveis de desenvolvimento - foi que configurou a quarta via concentrada na “autonomia” do Estado, enraizada na multiplicidade de forças políticas heterogêneas e expressivas das relações políticas definidas na disputa política.

De fato, os tipos universais de constituição do capitalismo são insuficientes para analisar os casos dos países periféricos. Nesse sentido, as teorias da “singularidade” brasileira de Fernandes e as “vias de desenvolvimento” diferenciadas dos modelos clássicos, de Draibe, são bastante plausíveis para a compreensão da constituição do

¹³ Assumindo claramente seu vínculo com a tipologia de Barrington Moore.

capitalismo no Brasil. Não apenas para compreender a constituição do nosso modelo de desenvolvimento, sobre o qual nos fala Fiori (1994), como também para captar “como” as ações de Getúlio estavam submersas e inseridas na correlação de forças em aberto que se foram constituindo, metamorfoseando, ressignificando no decorrer do processo.

Contudo, nesse campo em que a debilidade da burguesia reduz o alcance explicativo da tese da Revolução Burguesa, ficou para a literatura especializada a seguinte questão: como o interesse econômico de uma classe fraca demais para agir chegou ao âmago da ação estatal? Teria sido a burguesia fraca demais para encabeçar o processo de modernização no país? Na tentativa de uma resposta, os trabalhos de Diniz, 1978; Leme, 1978; Gomes, 1979; Cepêda, 2004, Corsi, 2000; Bastos (2012) discutem a atuação da burguesia e suas frações de classe no processo de construção da industrialização.

Nessa tentativa, algumas considerações são importantes: a teoria que assinala a migração de capitais e interesses do segmento mercantil/exportador para o segmento industrial (SILVA, 1976), produzindo alteração de interesses dentro de um mesmo grupo encastelado no poder; uma segunda vertente é a que aponta a brecha histórica como impulsionadora da experiência industrial pelo colapso do setor cafeeiro no período entre guerras e da crise de 29, ou seja, pelo desarranjo do Comércio Internacional (FURTADO, 2007 [1959]; MELLO, 1986 [1982]). Desta última se desdobra uma vertente pioneira sobre o significado da política de Getúlio Vargas: as ações econômicas dos primeiros anos da “Era Vargas” proporcionaram o arranque para a industrialização por *substituição de importações*, de forma não intencional (FURTADO, 2007 [1959]; TAVARES, 1972). Nessa vertente, a interpretação seminal é a de Celso Furtado, em “Formação Econômica do Brasil”, ao analisar o processo de industrialização no Brasil como “subproduto” do controle cambial implementado pelo Governo Vargas para contornar as consequências da crise de 1929. Segundo o autor, o processo de deslocamento do centro dinâmico da economia do setor agrário para o setor industrial derivou da política cambial varguista e da ativação do capital produtivo industrial, sobretudo após 1933. Getúlio Vargas, ao tentar evitar o colapso da economia cujo principal produto era o café, no imediato pós-30, não visava à industrialização. Ao contrário, ela foi consequência das medidas implementadas para corresponder aos interesses cafeeiros.

Para tanto, o governo com uma política anticíclica passou a sustentar tal política a partir dos créditos internos, uma vez que havia escassez de capital no âmbito externo – consequência da crise. Com o aumento dos créditos internos e da emissão de moeda, evitou-se o colapso da economia e se garantiu o dinamismo de outros setores interligados ao setor agroexportador, como comércio, indústria, finanças e serviço.

Movida pelo desequilíbrio na balança de pagamentos e a desvalorização da moeda, a crise cambial gerou condições favoráveis para o desenvolvimento industrial, à medida que encarecia as mercadorias importadas e deslocava o eixo dinâmico para o mercado interno, correspondido em sua totalidade pela produção industrial. Sobre a economia brasileira desse momento, para Furtado,

Ao manter a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a predominância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital (FURTADO, 2007 [1957], p. 277).

Maria da Conceição Tavares (1972) também teve importante participação na edificação dessa vertente dos “choques adversos”. Às discussões levantadas, acrescentou que o processo de “substituição de importações” não significou necessariamente a substituição de produtos importados por produtos internos. Mais que isso, ela acarretou a alteração na pauta de importações: substitui a importação de bens de consumo por máquinas, equipamentos e matérias-primas para a produção dos bens substituídos.

Assim, a recuperação econômica seria garantida pela manutenção da demanda cafeeira, pelo aumento da produção industrial possível pelo aproveitamento da capacidade ociosa já instalada nas décadas precedentes. No entanto, esse recurso não demoraria a se esgotar, exigindo cada vez mais investimentos no setor industrial. Não obstante, a evidência do aumento progressivo da importância da indústria nos condicionamentos de renda, nível do produto e de emprego endossaria o deslocamento do centro dinâmico do setor agroexportador para o setor industrial. Dessa forma, para Furtado, nos primeiros anos do Governo Vargas, o processo de industrialização teve desdobramentos não planejados, sendo reflexo imediato da crise cafeeira: “É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia, que se manifesta, a partir de 1933, não se deve a nenhum fato externo e sim à política de fomento seguida

inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (FURTADO, 2007 [1959], p. 272).

Essa vertente sofreu inúmeras considerações, seja daqueles que buscaram manter o eixo explicativo e avançar em suas supostas limitações, seja entre aqueles que contestaram seus princípios e produziram novas interpretações.

Para alguns autores, como Draibe (2004 [1985]), os elementos internos seriam insuficientes para explicar o processo de industrialização. Não contestando diretamente o caráter de não intencionalidade furtadiano, suas análises forneceram elementos que apontam para a importância desempenhada pelas mudanças no aparato de Estado. Aliados aos fatores internos apresentados por Furtado, Draibe destaca alterações no aparato político-institucional (com a criação de diversos órgãos estatais) enquanto símbolo de uma reconfiguração do significado da economia para o governo varguista.

A legislação trabalhista também seria, na visão de outros autores, fundamental para o processo de industrialização. Para Oliveira (2003), a análise da transição para o modelo industrial não pode se restringir ao âmbito econômico. Ao contrário, as mudanças se forjaram nas determinações políticas e sociais sem as quais não há como entender o caráter decisivo do Estado no pós-30, na área econômica. A regulamentação das relações entre capital e trabalho realizada pelo Estado após 1931, portanto, refletiu uma política intencional de controle/preparo dos trabalhadores para garantir o novo processo de acumulação de capital. Segundo o referido autor, as iniciativas estatais foram fundamentais na transição, em especial, a legislação trabalhista e a política de arrocho dos salários, que garantiram um novo padrão de acumulação capitalista centrado na indústria.

Entretanto, a argumentação da industrialização como subproduto da política cafeeira sofreu contestações mais radicais com o trabalho de Peláez (1972). Embora o objetivo central deste autor não tenha sido testar a validade da não intencionalidade, mas sim, a tese dos “choques adversos”, ele apresenta questões relevantes para pensar a política industrializante dos anos 30.

Peláez, como também Suzigan (2000), afirma que a política econômica em defesa do café não gerou um efeito industrializante. Pelo contrário, era desindustrializante, anti-industrializante e ortodoxa, impedindo a diversificação e o crescimento da economia brasileira. Nos vários momentos da política financeira, seja no Governo

Provisório, no Constitucional ou no Estado Novo, a contenção monetária e a busca pelo equilíbrio orçamentário não seriam suficientes para enfrentar a crise internacional.

Pesquisadores apontam também que a convicção de Vargas de que o Estado deveria interferir nos assuntos econômicos, reflexo da crítica aos pressupostos liberais, não evidencia uma postura intencional e não conduziu imediatamente ao modelo nacional-desenvolvimentista de base industrial. Até o Estado Novo, o Governo Vargas não privilegiou o setor industrial. A preocupação nesse interregno era a diversificação das atividades econômicas, fosse ela industrial ou agrícola (CORSI, 2000; FAUSTO, 2006). Não há, portanto, um projeto industrializante para o país, uma vez que a indústria seria mais um setor a ser estimulado. Assim:

[...] dificilmente poderíamos considerar a política econômica do período 1930-1937 como expressão de um nítido projeto nacional de desenvolvimento. A busca de novos caminhos parecia ser a intenção, mas nada era muito definido. A política econômica se mostrava ambígua e titubeante. Vargas não rompia totalmente com a ortodoxia, nem adotava uma coerente e coordenada política de intervenção na economia e de estímulo da indústria, embora tenha tomado inúmeras medidas nessa direção. Mas tais medidas eram isoladas, parciais e muitas vezes de eficácia reduzida (CORSI, 2000, p.49).

Corsi (2010) aponta que o acordo realizado entre Brasil e Estados Unidos, em 1935, tornava evidente que Vargas não apostava ainda na industrialização como uma possibilidade consistente de desenvolvimento. Esse tratado comercial determinou a redução das tarifas de inúmeros produtos manufaturados em troca dos EUA rebaixarem tarifas de produtos primários exportados pelo Brasil. Medida criticada por setores nacionalistas e por empresários; na visão do referido autor, reafirma a posição do Brasil como país agrário exportador.

Numa outra clivagem teórica, há autores, tais como Fonseca, que buscam apontar os indícios de envolvimento consciente de Vargas em relação ao desenvolvimento industrial, apresentando concepções mais extremistas acerca dessa problemática.

Com alguns escritos sobre as elites gaúchas, o trabalho mais expressivo de Fonseca foi *Getúlio Vargas: o capitalismo em construção*, resultado da tese de doutorado defendida em 1987 e publicada em 1989. Neste texto, a partir da análise dos discursos do líder político, Fonseca apresenta uma genealogia de quase cinquenta anos de vida política de Getúlio Vargas, desde integrante da “Geração de 1907” até seu suicídio, em 1954, no qual aborda tanto a trajetória de Vargas quanto o significado de suas

políticas.¹⁴ Contudo, ainda que esse trabalho condensasse o núcleo de sua interpretação, Fonseca desenvolveu um conjunto de trabalhos acerca das relações entre Getúlio Vargas e o capitalismo (FONSECA 1983; 1989; 1993; 2003; 2004; 2012).

A grande questão de Fonseca consiste em problematizar a hipótese da industrialização como resultado (“subproduto”) da política de valorização do café. Será que não é possível localizar no início dos anos 30 políticas claramente implementadas e explicitamente defendidas em prol do setor industrial? A partir dessa problematização, Fonseca (1989, p. 205) considera que “não só o governo adotou medidas pró-industrializantes, como incentivou conscientemente a indústria. Os discursos de Vargas revelam não apenas a sua simpatia pela ‘causa da indústria’, como seu interesse pelo fortalecimento do setor”. Segundo o autor, Vargas implementou uma política conscientemente industrialista, uma vez que essa ideologia estava presente já na Primeira República. Ou seja, ainda que o “projeto” tenha sido construído ao longo dos anos 30 sua “gênese” é anterior.

Ao analisar os discursos getulistas, ao longo de cinquenta anos de vida pública, Fonseca aponta nuances de industrialização no pré-30, o que apontaria coerência de pensamento ao longo de sua trajetória. Fonseca (2004) identifica quatro correntes de pensamento que anteciparam e contribuíram para a constituição do ideário do desenvolvimentismo: 1) a defesa da industrialização, 2) o intervencionismo pró-crescimento, 3) o nacionalismo¹⁵ e 4) o positivismo. No entanto, o autor problematiza a permanência da orientação positivista no pós-30, pois a aproximação à industrialização seria acompanhada pelo afastamento progressivo dessa doutrina.

Diferentemente de autores como Ivan Lins (1967), Fonseca (1993) defende que a ideologia positivista perdeu força paulatinamente no interior da *segunda geração* dos políticos gaúchos, pois

Permanecia do positivismo certamente o ideal de progresso dentro da ordem – o qual acompanha a própria história do desenvolvimento capitalista brasileiro –, mas princípios programáticos como descentralização federalista, orçamento equilibrado, Estado neutro e intervencionismo moderado seriam abandonados,

¹⁴A propósito, o autor utiliza como base analítica do período 1930-1945, *A Nova Política do Brasil*, coletânea de discursos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Foi a partir da leitura dessa obra que delineamos os direcionamentos da nossa pesquisa.

¹⁵ Nesse aspecto, Fonseca aponta: “embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro” (FONSECA, 2004, p. 226).

fazendo emergir algo novo, diverso do positivismo da velha geração (FONSECA, 1993, p. 417).

Para Fonseca (1993), houve um progressivo desapego de Vargas do positivismo ainda durante a Primeira República. Ainda que herdeiro do positivismo e sua ortodoxia, como bom integrante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Getúlio o interpretou de forma diferente dos líderes da “velha ordem”. Haveria resquícios do positivismo no discurso varguista após 1930, no entanto, ele não era a ideologia oficial, pois, se apenas considerarmos o princípio federalista e de autonomia estadual expressos nos positivistas gaúchos, já poderíamos rechaçar tal permanência.

Por outro lado, a implementação da legislação social dos anos 30 teve inspiração “diretamente no fascismo e não nos ensinamentos de Comte e de Castilhos” (FONSECA, 1993, p, 420). Ademais, nos anos 30, o positivismo perderia cada vez mais espaço em detrimento de ideologias em voga, como fascismo e corporativismo. Assim, ainda que as novas ideologias emergentes nos anos 20 e 30 comungassem com o positivismo, os aspectos autoritários, antiliberais e defensores da ordem não podem ser compreendidos como uma transposição da Primeira República para o pós-30.

Por isso, o autor considera como “núcleo duro” do desenvolvimentismo a associação concatenada e estruturada dos três primeiros elementos – a defesa da industrialização, o intervencionismo pró-crescimento e o nacionalismo. Ainda que esses aspectos apareçam de forma fragmentada desde a época do Império, ou até mesmo da Colônia, no caso do nacionalismo nem sempre surgiram facilmente associados historicamente, apresentando-se como um “conjunto comum de ideias”. Ou seja, “nem sempre a defesa da industrialização associou-se as políticas conscientes e amplas de intervenção estatal”, por outro lado, “o intervencionismo nem sempre foi pró-industrial nem mesmo teve como objetivo central o crescimento (ou desenvolvimento) da economia” (FONSECA, 2004, p. 227).

Tardou para que esses elementos aparecessem conjugados ao ponto de consistirem num “guia de ação” para sugerirem ou orientarem as ações governamentais conscientes, uma vez que “sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimento” (FONSECA, 2004, p. 228). E conclui que a primeira experiência histórica em que esses elementos apareceram concatenados foi no Governo de Getúlio Vargas, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, o qual consistiu na gênese desenvolvimentista. O autor explica que

Foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo pela primeira vez expressou-se de forma mais acabada. Nele as quatro vertentes formadoras do desenvolvimento aparecem associadas não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a implementar, configurando o embrião de nossa relação entre o Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento (FONSECA, 2004, p. 250).

Essa ideologia seria pretérita, uma vez que poderia ser observada no discurso realizado por Getúlio na ocasião da visita de Afonso Pena, então presidente da República, a Porto Alegre, em 1906. Nesse discurso,

Não deixa de ser estranho, *prima facie*, esta defesa da indústria – que ademais, vem associada a certo ‘nacionalismo’. Embora se possa objetar que na época fosse frequente o uso do termo indústria em sentido mais amplo, que acabava abarcando todas as atividades produtivas, inclusive a agricultura, fica claro na leitura do período final que se está tratando da indústria de transformação (FONSECA, 1989, p. 35).

Essa afirmação deve ser problematizada na medida em que o autor, ainda que reconheça que a palavra “indústria” era utilizada no contexto de forma diversificada – atribuída até mesmo em relação à agricultura – acaba induzindo a uma sinalização da defesa da indústria.

Será que o discurso traduziria uma matriz germinal do industrialismo no pensamento de Vargas? Sinalizar à indústria seria necessariamente ser partidário da industrialização?

O próprio sentido semântico da expressão deve ser relativizado, pois amplos grupos acabam proferindo o termo indústria sem necessariamente implicar industrialização. Nos documentos dos “tenentes”, nos anos 30, por exemplo, várias passagens trazem essa expressão, mas como demonstrado¹⁶, esse segmento estava muito mais próximo da defesa de uma “vocação agrária” do que da industrialização. Por outro lado, se Getúlio enquanto político gaúcho já apresentava uma pretensão de diversificação econômica, não seria plausível que ele incluísse a indústria enquanto integrante do sistema econômico?

Ainda que disseminado em todos esses trabalhos, Fonseca sintetiza sua interpretação em um texto específico onde contesta a tese da não intencionalidade de

¹⁶Viviani (2009).

Furtado, a partir de recursos metodológicos da corrente do institucionalismo histórico. Para Fonseca,

Pode-se demonstrar que as instituições criadas e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas, e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado / empresariado / mercado / trabalhador (FONSECA, 2003, p. 135).

Segundo Fonseca (2004), testar a intencionalidade ou não da política varguista implicaria considerar que houve o “deslocamento do centro dinâmico” para o mercado interno e para a indústria, uma vez que essa problemática deriva de sua obra. Considerando essa transição, aponta que houve tendências pró-industrializantes nas ações governamentais.

Endossando trabalhos que já apontavam a construção do aparato estatal, como o de Draibe (2004 [1985]), Fonseca justifica a intencionalidade da política econômica do período a partir das instituições criadas e alteradas nos primeiros anos do Governo Provisório: leis de 1931 que defendiam os interesses industriais ao proibirem a importação de máquinas e equipamentos para alguns segmentos industriais; as medidas protecionistas à indústria adotadas pela reforma tributária de 1934; as preocupações e as regulamentações das riquezas do subsolo; e a regulamentação do trabalho constituem exemplos dessa intencionalidade.¹⁷

Para o autor, o Decreto 19.739, de 7 de março de 1931, que proibia importação de máquina para alguns setores industriais, aparentemente pode sugerir uma ação contrária aos interesses industriais mas, na verdade, correspondeu à própria pressão dos líderes empresariais, pois consideravam que a crise poderia se agravar caso mais unidades fabris fossem instaladas. Um segundo ato apontado pelo autor foi a política protecionista adotada com a reforma de 1934. Essa política também corresponderia a interesses industriais e teria sido fruto de pressões de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. A política cambial, portanto, era a que estava mais afinada com a proteção da indústria doméstica.

Por outro lado, a preocupação com as riquezas do subsolo expressaria igualmente uma consciência industrializante, quando vários órgãos e medidas foram criados com

¹⁷Outro exemplo será em relação à política creditícia, principalmente a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, cujo principal objetivo era conceder créditos para a criação de novas indústrias.

ênfase no Código de Minas e Código de Águas. Aponta ainda que essa preocupação culmina na instalação de Volta Redonda, pois

Trata-se, neste caso, de regulamentar algo caro à Nova Economia Institucional: o direito de propriedade. Novas instituições – leis, códigos, órgãos, escolas, laboratórios, institutos – faziam-se necessárias, inclusive para estabelecer os limites da propriedade privada frente à estatal e da propriedade de estrangeiros com relação a proprietários nacionais (FONSECA, 2003, p. 143).

A política trabalhista seria o elemento mais significativo para evidenciar os claros vínculos com um projeto industrializante. A regulação das relações entre capital/trabalho e a estrutura sindical, assim como as medidas no setor educacional, evidenciam a preparação de mão de obra para as atividades produtivas “não só rurais como também urbanas – o comércio e a indústria”. Por fim, na visão de Fonseca, o que pode ser questionado é até que ponto o governo varguista tinha consciência da “profundidade” dessas mudanças, mas não da sua intencionalidade.

Acerca dos argumentos apresentados por Fonseca em relação à intencionalidade da política industrializante, há elementos em sua argumentação que podem, de alguma forma, matizar essa vinculação, como a criação do aparato estatal e a política trabalhista. No entanto, outras requerem ponderações.

Sobre os industriais, é interessante a indicação de Cepêda (2004) acerca da relação entre a trajetória de Roberto Simonsen e o Governo Vargas, o que poderia sugerir que a inclinação à industrialização coincidiu com o processo político dos anos 30 e 40. Integrante do setor mais organizado na defesa dos industriais, Simonsen alterou não apenas seu diagnóstico da sociedade brasileira como também seu prognóstico, transitando de uma posição de não intervenção do Estado na economia – anos 20 – à aceitação de uma nova mentalidade do Estado como propulsor do desenvolvimento da indústria por intermédio de políticas de estímulo, financiamento, protecionismo e planejamento (CEPÊDA, 2004).

Por outro lado, os Códigos referenciados pelo autor para justificar uma consciente política industrialista consistiam numa demanda histórica de grupos militares, em especial o tenentista. Esse grupo, majoritariamente mais simpatizante de uma “vocação agrária”, propôs e defendeu essa proposta no contexto constitucional de 1933-34. Percebemos, no tratamento da documentação tenentista do período,¹⁸ que essa defesa dos recursos naturais, corriqueira entre os militares, vinha sempre

¹⁸ VIVIANI, 2009.

acompanhada do valor nacionalista, “nação” que, a rigor, era agrarista. Então, seria a demanda pela nacionalização das riquezas naturais e minerais um indício de intencionalidade industrial?

É plausível a colocação de Fonseca acerca do fato de que a política econômica não explicava a industrialização por si só. Entretanto, há que se considerar também a reflexão sobre a política social do governo Vargas. Será que, em 1931, criam-se algumas leis trabalhistas a partir de uma definição do caminho via industrialização? Ainda que haja indícios suficientes para afirmar o enquadramento, via controle e a repressão da classe operária, isso implica necessariamente implantação imediata da industrialização?

Porém, se o início dos anos 30 apresentava uma indefinição de atores/interesses e uma fragilidade geral dos segmentos “sob a égide Vargas” capaz de permitir exatamente sua aglutinação em um bloco no poder – fica difícil defender a existência de um setor industrial capaz de colocar o Estado a seu serviço. Aqui pesam duas considerações. Primeiramente, se houvesse esse ator (uma burguesia nacional capaz de fazer a *sua* revolução), de onde viria o caráter indefinido do projeto Vargas?

Ainda que o limiar do processo – 1930 – fosse fortemente marcado por uma mudança prioritariamente no campo político-institucional, seria possível encontrar na Aliança Liberal – articulador da Revolução de 30 – um desenho minimamente consistente de rompimento com o modelo primário-exportador e/ou a adesão à causa industrialista? Se a literatura aponta que, em 1945, havia evidências de que o aparelho de Estado estava alinhado à industrialização, então, isto demonstra indícios de que o deslocamento de uma *vocação agrária* para uma *vocação industrial* coincidiu com o intervalo em questão.

A segunda, é exatamente apoiada na inexistência dessa “burguesia típica” – revolucionária e nacionalista – que se configurou, como aponta Brandão (2007), a mais consensual chave explicativa de nossa modernização – a via protagonista do planejamento estatal. Diante de um cenário em aberto dos anos 30-40, o governo Vargas conseguiu consenso e amplo arco de alianças entre as forças sociais, políticas e culturais? A propósito, quais são os interesses em comum entre os atores aglomerados entre 1930 e 1945? Quais os motivos das alianças e concessões de setores com propósitos tão diversos? E para o Governo Vargas, o que motivou a aproximação com esses grupos heteróclitos? Seria para se manter no poder pela necessidade da

governabilidade diante da instabilidade política, pela centralização ou pela capacidade legítima de intervenção?

Supõe-se como hipótese neste trabalho, que tal transição ocorreu pela simbiose entre o bloco, sintetizado no Governo, e os problemas colocados pelo seu tempo histórico. A industrialização, portanto, seria resultado de um processo no qual o Governo Vargas buscou respostas para problemas específicos de um determinado contexto. A adoção desta hipótese suaviza a pergunta sobre a intencionalidade ou clareza de Vargas quanto a um projeto industrialista pensado *ex antes*, aumentando o peso da condição de processo e os fatores históricos (atores, alianças, contradições, etc.).

Entretanto, observar esses desdobramentos como um processo em movimento abre outra questão: como abordá-lo?

Uma opção seria analisar o papel desempenhado pelas comissões e os Conselhos Técnicos relacionados à ordem econômica, buscando entender as vicissitudes dentro do aparelho de Estado e acompanhar como a questão da industrialização foi sendo discutida e elaborada. Ou então concentrar a análise nos anais dos dois momentos constitucionais – 1934 e 1937 – e nas duas Constituições correspondentes, pois são momentos que expressariam o ordenamento jurídico onde poderiam ser captadas mudanças referentes às questões capitalistas e econômicas. Há ainda a possibilidade de focar nas políticas públicas ou na anatomia do Estado e detectar como isso impactou consistentemente sua natureza, assim como fez Draibe (2004 [1985]). Enfim, poder-se-ia utilizar vários recursos para captar essa metamorfose no primeiro governo Vargas.

Mas há outra estratégia de análise que pode ser mais significativa diante dos nossos objetivos: analisar a produção (texto) e as condições de produção (contexto) discursiva de Getúlio Vargas, por considerá-la como expressão de elementos subjacentes ao processo histórico em que foi realizada.

É indiscutível que no período em questão, o governo se confunde com seu líder político. Entretanto, para além do homem público, Vargas foi a expressão, o porta voz de um pacto que operacionalizou a transição para as bases modernas no Brasil. Como bem destacou Fonseca (1989), os discursos de Vargas evidenciam o processo de construção do capitalismo brasileiro, e mais precisamente, trazem as permanências e as rupturas de seu pensamento, diante das mazelas do processo histórico.

Nessa perspectiva, o arcabouço de materiais analíticos possíveis se concentra em três direcionamentos principais: o vasto arquivo de documentos oficiais esparsos,

cartas, manifestos, telegramas, dentre outros, localizados sobretudo no Centro de Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC); o *Diário* de Vargas, correspondente ao interregno 1930-1942; e *A Nova Política do Brasil*, síntese dos discursos como Chefe de Estado, entre 1930 e 1945, sendo este último apresentado de forma condensada em obras do período.

Nos anos 1990, foram publicados, em dois volumes, *Diário* de Getúlio Vargas. Material pessoal do líder político, que teve origem em seus cadernos e agendas, até então resguardados pela família, mas que foram organizados e publicados por Celina Vargas do Amaral Peixoto. Consistem em comentários, críticas, insinuações, dúvidas, objeções, aplausos e análises sobre os mais diferentes aspectos da economia, da política, da sociedade, da cultura, trazendo também aspectos de sua vida íntima. Os dois volumes do *Diário* trazem o período 1930/1942, tendo início em 03 de outubro de 1930 e término em setembro de 1942, quando Brasil já havia declarado guerra aos países do Eixo.

Os discursos e pronunciamentos oficiais referentes à primeira fase da *Era Vargas* estão reunidos em uma síntese de Governo. Publicada entre 1938 e 1947, *A Nova Política do Brasil*, composta por onze volumes, consiste num material expressivo da atuação do primeiro governo Vargas. Contempla desde o discurso da Plataforma da Aliança Liberal, em 1930, até sua deposição em 1945, apresentando-se de forma bastante diversificada, com temas e discursos declamados por Vargas, no referido período.

Publicados em contextos distintos, tanto o *Diário* quanto *A Nova Política do Brasil* trazem a “fala” do líder político, mas com propósitos inerentemente diferentes. O *Diário* está mais próximo aos bastidores do homem público, e, portanto, funciona como expressão de seu pensamento em caráter mais pessoal; já *A Nova Política do Brasil* é um produto de propaganda política clara, um manifesto de governo, com função de legitimar, explicar, convencer. Independentemente de sua produção institucional ou coletiva (não são, especificamente, de lavra de Vargas) espelham com racionalidade e intencionalidade calculada as opções e lutas políticas do *staff* e bloco no poder. Ademais, pressupõe-se que foi através dessa produção que o Governo tornou pública suas concepções em relação às tensões em questão, lançando-a na arena política, ao mesmo tempo que produzia efeitos políticos de negociação ou neutralização ideológica.

Como o nosso objetivo é abordar o governo e não a trajetória pessoal de Getúlio Vargas, sabendo que o *Diário* expressa na verdade reflexões do indivíduo acerca do

processo, e que *A Nova Política do Brasil* traz em si anseios de um bloco condensado no Estado, é plausível concentrar nossa análise na análise deste segundo produto discursivo.

Portanto, os discursos oficiais podem revelar nuances do período e as principais articulações com a agenda de cada momento. Isso não significa anular o papel específico de governo via ações do executivo, legislação, entre outras, mas deslocar o objeto de análise para a arena de disputa ideológica pública (e feita em nome do governo e, por extensão, como alternativas para a questão nacional). Da mesma forma, não se exclui a legitimidade da contribuição do material do CPDOC e nem do *Diário*, em sua capacidade de vislumbrar as entrelinhas do Governo, mas aqui, opta-se por realizar uma exegese de *A Nova Política do Brasil*, e, caso necessário, utilizar as demais fontes de forma complementar na análise.

Feito este primeiro recorte e opção de pesquisa abre-se outro problema metodológico: como abordar esse material (os volumes de *A nova Política*) de forma a captar o espelhamento desse processo? Partimos do pressuposto de que a produção discursiva de Vargas, em especial os discursos oficiais, era deliberadamente (implicando em cálculo e consciência) produzida. Propomos como questões a serem perscrutadas no conjunto dos textos de *A nova Política do Brasil*: a) o problema central de pesquisa; b) os focos da pesquisa; c) o método; e d) os movimentos (estrutura) da pesquisa.

Nosso problema central de pesquisa parte da revisão da bibliografia acerca do período 1930/1945. A literatura que olha esse período como sendo o momento estratégico do processo de modernização brasileira reconhece canonicamente alterações nesse período e destaca três elementos centrais de mudança: 1) na estrutura e no aparelhamento do Estado; 2) no âmbito da política; e 3) no enfoque econômico – transição da base agrária para o modelo urbano-industrial. Porém, essa mesma literatura não é muito consensual em relação ao que isso significa.

Há quem aponte uma posição consciente do governo nas mudanças engendradas; outros consideram que essa passagem foi mais suave e não intencional. Neste trabalho, afastando-se desses paradigmas, busca-se entender o período 1930-1945 como um *processo* em construção, o que não significa necessariamente aderir nem a um campo, nem a outro. Para tentar captar esse movimento, analisa-se nesta tese esse três

elementos consensualmente apontados pela literatura. Para tanto, invoca-se *A Nova Política do Brasil* porque ela apresenta discursos que foram elaborados de forma consciente, orientada e planejada racionalmente para a disputa política e para publicitar o primeiro governo Vargas. Talvez nesses discursos oficiais seja possível compreender e elucidar a movimentação dessas questões no campo das ideias.

Do ponto de vista do Estado, dificilmente é possível observar semelhanças entre as pretensões iniciais do governo Vargas e a configuração estatal em fins do Estado Novo. O que emergiu em 1930, com o grupo aliancista, era uma intenção de mudança, que naquele momento significava a derrocada dos políticos da Primeira República. Porém, essa concepção foi se radicalizando à medida que surgia uma nova agenda política. Em 1945, como bem apontado pela literatura, a estrutura do *Leviatã* se apresentava de forma legitimada.

A proposta de análise é entender como se deu esse movimento pelo qual o Estado foi se fortalecendo enquanto estrutura funcional e com legitimidade de intervenção em todas as esferas sociais (econômica, política, social e cultural). Da mesma forma, a partir da análise de *A Nova Política do Brasil* objetiva-se detectar como esse fortalecimento foi sendo associado a uma necessidade de projeto de modernização e da resolução da questão nacional no primeiro governo Vargas.

Acerca das mudanças no campo da política, a questão é ainda mais complexa. Afinal, entre 1930 e 1945, houve vários movimentos que oscilaram entre a suspensão de governo (Revolução de 1930), governo transitório (Governo Provisório - 1930-1934), momento constitucional (Constituição de 1934), governo constitucional (1934-1937) e governo ditatorial (golpe e Constituição outorgada - 1937-1945). O grupo da Aliança Liberal se lançou em 1930 com um intenso apelo de restauração da democracia e dos princípios liberais da Constituição de 1891. Logo depois, ao assumir o poder, o Governo Provisório abandonou essa perspectiva e apontou a ditadura como melhor forma de sincronizar as instituições brasileiras à realidade nacional. No período constitucional, defendeu a representação classista como uma forma de representação orgânica da coletividade. Em 1937, operou um golpe à direita e instaurou um governo autoritário com o argumento de uma democracia ressignificada.

Tal constatação pode evidenciar o caráter polissêmico do campo político, sobretudo entre 1930 e 1937, e os embates travados nesse âmbito. Observa-se, portanto, uma constante movimentação no campo político, muito provavelmente engendrada a

partir das disputas entre os atores presentes no contexto. Para melhor compreender esse dilema político, propõe-se observar essas oscilações nos documentos que revelam a visão pública que o governo Vargas construiu de si mesmo.

Por fim, o terceiro movimento de análise dessa tese consiste no problema do desenvolvimento industrial. A passagem do exclusivismo agrário para modelo de desenvolvimento de base urbano-industrial é uma das mais intensas controvérsias na literatura. As compreensões oscilam em um binômio extremo: foi intencional ou não intencional? Havia a ideia e o projeto de industrialização desde início do governo Vargas ou essa configuração ocorreu de forma não consciente? Nesta pesquisa, tenta-se não tomar esse embate como ponto de partida, mas investigar em quais condições ocorreu esse deslocamento e como ele pode estar revelado na documentação produzida e organizada pelo governo em *A Nova Política do Brasil*.

Os focos de pesquisa derivam exatamente desses três aspectos acima apontados: a identificação da percepção sobre o papel da economia e da política no contexto do projeto de modernização e da questão nacional do governo Vargas. Mais especificamente, o propósito é investigar arranjos quanto ao papel do Estado e sua relação com a economia, bem como a relação com sociedade e a função/defesa da democracia. Pretende-se descrevê-los em uma análise mais minuciosa em todos os volumes de *A Nova Política do Brasil*. Essa análise se estrutura no seguinte movimento: visão geral da obra; sistematização dos termos/temas contemplados; e por fim, análise mais específica desses três pontos destacados.

A perspectiva que norteia toda a análise deste trabalho é a de que, ao invés de aderir às interpretações canônicas, realizar um exame de fontes e tentar entender o período 1930 /1945 como um processo em construção. Para tanto, como método de pesquisa adotamos a análise documental, intercalando texto e contexto. A leitura será cronológica e comparativa – tanto na dinâmica interna dos argumentos, quanto na articulação com as demandas do contexto externo. Aqui o objetivo é procurar os movimentos do discurso varguista, em sua effigie pública, contabilizando mudanças, permanências e ressignificações. Nesse sentido, autores como, Pocock (2003) e Gramsci (2000), são importantes para uma leitura minuciosa e organizada dos onze volumes de *A Nova Política do Brasil*.

Por fim, a estrutura deste trabalho segue o seguinte fluxo: nesta seção o leitor teve contato com a revisão de literatura bem como a apresentação da proposta de

pesquisa; a seção seguinte se compõe por descrição tópica e organização interna de cada um dos volumes de *A Nova Política*, aonde também se localiza a sistematização dos principais temas abordados nessa coletânea. Nas terceira e quarta seções são apresentadas as análises dos eixos de pesquisa apontados aqui: a função do Estado, o dilema político e a transição para o modelo industrial.

3 O CENÁRIO 1930-1945 E O SURGIMENTO DE *A NOVA POLÍTICA DO BRASIL*: TEXTO E CONTEXTO

A análise discursiva proposta na seção primária deste trabalho tem como objeto realizar uma leitura descritiva e contextual de *A Nova Política do Brasil*. Antes de adentrarmos ao complexo tema da análise de texto e contexto que cercam essa obra, esta seção apresenta, de forma resumida, o conjunto de características dessa publicação, incluindo uma síntese dos principais temas que perpassam os discursos do governo Vargas.

O mecanismo de criação de consenso ideológico, principal estratégia adotada por Vargas, urgia, porque as mudanças no cenário político o desafiavam para manter-se à frente do Estado brasileiro. Diante da instabilidade política, das indefinições e encaminhamentos do processo iniciado em 1930, o primeiro governo Vargas buscou mecanismos diversos para adaptação às mudanças processadas naquele período. Um dos mais expressivos foi a sua produção discursiva, característica marcante para catalisar apoio à sua política. Discursos, pronunciamentos oficiais e manifestos, muitas vezes difundidos pela estrutura radiofônica, entrevistas a jornais nacionais e internacionais, foram alguns dos recursos que tinham o intuito de causar fortes ressonâncias no contexto brasileiro.

Essas estratégias se integraram ao universo ideológico do regime – sempre acompanhadas pelo protagonismo pessoal de Getúlio Vargas – e se tornaram mais evidentes durante o Estado Novo, quando se iniciou um processo mais ofensivo de propaganda política. O órgão responsável por essa articulação foi o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) que se transformou em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo Decreto Lei 1915 de 27 de dezembro de 1939, regulamentado pelo Decreto Lei 5077 de 29 de dezembro do mesmo ano (LUCA, 2011).

Nesse sentido, um exemplo pode ser observado na relação estabelecida entre o Estado Novo e a Livraria José Olympio. Lourival Fontes, então diretor do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), incumbiu a Olympio Pereira Filho a edição da obra política do governo, condensando as principais publicações dos discursos de Vargas após 1930. Uma série de livros de autoria de Getúlio Vargas também foi publicada pela Livraria José Olympio, dentre os quais: *A política trabalhista no Brasil*, em 1950; *A*

campanha presidencial, em 1951; e os quatro volumes de *O governo trabalhista do Brasil*, entre 1952 e 1969.

Foi nesse contexto que surgiu a obra *A Nova Política do Brasil*, coletânea de onze volumes, contemplando discursos proclamados por Vargas entre 1930 e 1945, mas que foram selecionados e publicados entre os anos de 1938 e 1947. Porém, há também outro trabalho coetâneo que se desdobra de *A Nova Política do Brasil*, denominado *As Ideias do Presidente Getúlio Vargas*, de 1939. Esta obra consiste na seleção de trechos dos cinco primeiros volumes de NPB, tematicamente organizada por Alcides Gentil.

Em seu prefácio, Gentil (1939) afirma que foi convidado pelo presidente Vargas para realizar uma síntese dos principais conceitos dos volumes *A Nova Política do Brasil*. Gentil, com o intuito de condensar as ideias esparsas, organizou-a sob os seguintes temas: Economia e Finança; Política; Ordem Legal; Organização Institucional; Educação e Saúde; Questão Social; População, Imigração, Colonização; Obras Públicas; Viação, Transportes e Comunicação; Defesa Nacional; Imprensa; Teoria Geral da Doutrina e Teoria Geral da Ação. O autor não expressa qual foi o critério de seleção dos trechos, mas, numa análise preliminar, percebe-se uma nítida inclinação à defesa da estrutura estatal estado-novista, para o qual a preocupação seria reforçar a importância desses temas diante do imaginário social.

Um ponto a ressaltar é que a coleção *A Nova Política* não foi objeto de abordagens mais sistemáticas, uma vez que, dentre o material pesquisado, não obtivemos nenhuma descrição mais precisa de sua construção. Esse material é utilizado como fonte da literatura especializada,¹⁹ entretanto não há referências acerca da organização e seleção dos textos.

A exceção é o trabalho *Vargas: o capitalismo em construção*, de Pedro C. D. Fonseca. *A Nova Política do Brasil* foi analisada por este autor ao abordar a longa trajetória da vida política de Getúlio Vargas. Fonseca (1989), sobretudo nas seções 3 e 4, realiza uma análise refinada de temas contemplados em *A Nova Política*, apresentando como Vargas os foi desenvolvendo ao longo do período 1930-1945. O que parece estar subjacente à sua análise é como esses aspectos, abordados nos discursos varguistas, estavam articulados com a consolidação do capitalismo no Brasil. Nessa trajetória Fonseca buscou captar as continuidades e as rupturas no pensamento de Vargas, no

¹⁹Alguns dos trabalhos mais expressivos são: Bastos e Fonseca, 2012; Carone, 1982; Corsi, 2000; 2012; D'Araújo, 1999; Diniz, 1978; Draibe, 2004; Fernandes, 1976; Fonseca, 1989; Gomes, 2005; Pandolfi, 1999; Wirth, 1973.

período pré e pós 30. Portanto, tendo como objeto de estudo a atuação do ator político, Getúlio Vargas, o autor observa *A Nova Política do Brasil* como expressão de um processo em curso: o projeto de revolução burguesa no Brasil.

Pela relevância da obra em questão e suas relações com a leitura do processo de construção do capitalismo no Brasil, faz-se necessária uma abordagem mais aprofundada desta coletânea. Diante de sua diversidade e complexidade, reiteramos aqui tem-se como objetivo apresentar os volumes de forma descritiva, buscando detectar os argumentos centrais e realizar uma sistematização dos temas que perpassam cada uma das unidades dessa coletânea. No entanto, por consistir num material tão denso e diverso em sua composição, optamos por descrevê-lo em três frentes metodológicas desenvolvidas neste seção.

A primeira remete a uma breve síntese da coletânea, com destaque à distribuição dos volumes durante o Governo Vargas, período de cobertura, data de publicação e distribuição quantitativa dos discursos ao longo dos anos.

Em seguida, propomos uma apresentação geral de cada volume, seguindo uma ordem cronológica, destacando as particularidades de cada um deles, assim como os discursos que compõem o volume. Com isso, pretende-se proporcionar uma visão panorâmica desse mosaico argumentativo do Governo Vargas, como esse material está estruturado e quais são suas questões centrais.²⁰

Num terceiro momento, a proposta é realizar uma sistematização temática, onde se busca observar como os temas foram cronologicamente distribuídos e tratados na coletânea, quais suas características principais, quais os temas e argumentos recorrentes e se houve alterações e/ou permanências ao longo da obra.

3.1 BREVE SÍNTESE QUANTITATIVA DA OBRA

A coletânea *A Nova Política do Brasil*²¹ mescla discursos oficiais, pronunciamentos públicos, manifestos à Nação, entrevistas a jornais brasileiros e internacionais, discursos de improviso, resumos de visita aos estados brasileiros e aos países fronteiriços. Possui conteúdo diversificado e mantém variados assuntos e temas abordados, alguns com uma

²⁰ O resumo de todos os temas contemplados em cada volume, assim como as questões centrais e a descrição de cada um dos discursos constam no apêndice deste trabalho.

²¹ Neste trabalho, realizamos a atualização ortográfica nas citações de *A Nova Política do Brasil*.

diversidade maior, outros de forma mais resumida. Sendo assim, abaixo apresentamos ao leitor uma visão geral dessa obra para que, em seguida, possamos abordá-la mais detidamente. O conjunto desta publicação é constituído por 11 volumes, que circularam entre 1938 e 1947, com o período de cobertura entre 1930 e 1945. No total, há 277 discursos distribuídos em 3170 páginas.

As edições de *A Nova Política do Brasil* iniciaram-se em agosto de 1938, recuperando a trajetória dos pronunciamentos de Vargas desde 1930, capturando e condensando, retroativamente, o movimento da política brasileira pós Revolução de 1930 e os momentos do governo até o período do entorno do golpe de 1937. Assim, a obra surge em bloco, com cinco volumes, publicados na seguinte ordem: setembro de 1938 surgem os volumes I, II, III e V; em novembro de 1938 é lançado o volume IV. Portanto, os cinco primeiros volumes da coleção trazem os discursos de Vargas entre 1930 e meados de 1938. Os volumes VI e VII foram publicados em agosto de 1940; o volume VIII, em outubro de 1941; o volume IX, em julho de 1943; o volume X, em outubro de 1944; e o volume XI, em janeiro de 1947. Esses volumes compreendem do segundo semestre de 1938 até o discurso de renúncia de Vargas, em 30 de outubro de 1945. Portanto, após o início da coletânea, em 1938, não houve publicações nos anos de 1939, 1942 e 1945, sendo o último volume publicado apenas em 1947.

Percebe-se que a seleção dos primeiros volumes foi realizada a *posteriori* e sob efeito dos delineamentos dos acontecimentos de grande parte dos anos 30. Há aqui um importante ponto a destacar – o seu possível caráter de reinvenção, dado ter sido produzido após inúmeros desdobramentos do processo que começou antes de 1930 e que configurou as inúmeras disputas internas que resultaram no corte do Estado Novo. Os demais volumes foram quase que simultâneos (coetâneos) aos períodos correspondentes. As informações sobre os volumes podem ser observadas no quadro 1, contendo os títulos e períodos de cobertura diferenciados.

Quadro 1 – Relação dos volumes por título, período de cobertura e ano de publicação

v.	TÍTULO	PERÍODO COBERTO	ANO
----	--------	-----------------	-----

I	Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931)	2 de janeiro de 1930 a 3 de novembro de 1931	1938
II	O ano de 1932 - A Revolução e o Norte - 1933	4 de março de 1932 a 13 de outubro de 1933	1938
III	A realidade Nacional de 1933 - Retrospecto das realizações do Governo, em 1934	15 de novembro de 1933 a 20 de outubro de 1934	1938
IV	Retorno à terra natal - Confraternização sul-americana- A Revolução Comunista- Novembro de 1934 a Julho de 1937	23 de novembro de 1934 a 5 de julho de 1937	1938
V	O Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938	10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938	1938
VI	Realizações do Estado Novo - 1º de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939	1º de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939	1940
VII	No limiar de uma nova era - 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940	20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940	1940
VIII	Ferro, Carvão, Petróleo - 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941	7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941	1941
IX	O Brasil na Guerra - 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943	14 de julho de 1941 a 1º de janeiro de 1943	1943
X	O Brasil na Guerra - 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944	1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944	1944
XI	O Brasil na Guerra 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945	1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945.	1947

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da *A Nova Política do Brasil*.

Cabe destacar que, a partir do volume IV, o Governo Vargas trouxe nos títulos os períodos de cobertura correspondentes a cada um deles. Por exemplo, o volume V denominado *O Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938* abarca

justamente o interregno entre 10 de novembro de 1937 e 25 de julho de 1938 e, assim, sucessivamente.

Já no quadro 2, observamos também a quantidade de discursos correspondentes a cada ano. Nos cinco primeiros volumes, há menor quantidade, porém, são discursos mais extensos, contemplando visivelmente os principais pronunciamentos de Getúlio Vargas no período. Por outro lado, nos volumes subsequentes, a tendência é uma seleção mais variada, com discursos menores e abarcando diversas situações, exceto os balanços governamentais realizados pelo Estado Novo em alguns momentos estratégicos.

Quadro 2 - Relação dos discursos por ano de pronunciamento, volume da publicação e ano de publicação

ANO DE PRONUNCIAMENTO	NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS	VOLUME PUBLICADO	ANO DE PUBLICAÇÃO
1930	3	I	1938
1931	6	I	1938
1932	6	II	1938
1933	9	II e III	1938
1934	14	III e IV	1938
1935	13	IV	1938
1936	7	IV	1938
1937	12	IV, V e VI	1938, 1938 e 1940
1938	40	V e VI	1938 e 1940
1939	23	VI e VII	1940
1940	48	VII e VIII	1940 e 1941

1941	28	VIII e IX	1941 e 1943
1942	17	IX	1943
1943	25	IX e X	1943 e 1944
1944	14	X e XI	1944 e 1947
1945	12	XI	1947
TOTAL DE DISCURSOS	277		

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da *A Nova Política do Brasil*.

O fato de ser uma seleção posterior aos anos de cobertura pode ter interferido na quantidade de discursos de alguns volumes. Os anos que tiveram publicação posterior – 1930 a 1937 e 1945 – são os anos com menor número de discursos, se comparados com os demais publicados quase que simultaneamente. A exceção é o ano de 1942 que, embora publicado no ano seguinte, aparece com apenas 17 discursos.

Por outro lado, a concentração em alguns anos também tem significativa correspondência com as alterações processadas nos contextos nacional e internacional. Por exemplo, sendo *A Nova Política* uma obra do Governo Vargas, cabe destacar que o ano de 1930, com apenas 3 discursos, são justificados pelos momentos estratégicos da Revolução de 1930. Estes discursos são: *A Plataforma da Aliança Liberal* (de 2 de janeiro de 1930), *Rio Grande, de pé, pelo Brasil, de 4 de outubro de 1930*, momento de deflagração da revolução, e *Nova organização administrativa do país*, de 3 de outubro de 1930, quando Vargas toma posse como Chefe do Governo Provisório.

Nessa mesma perceptiva, do ano de 1937 foram selecionados apenas 12 pronunciamentos, ainda que contidos em três volumes: IV, V e VI. Além disso, o destaque é dado a dois pronunciamentos fundamentais para o Governo Vargas: *Proclamação ao povo brasileiro*, de 10 de novembro de 1937 e *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Ambos são referentes à implantação do Estado Novo.

Já o ano de 1938, com 40 discursos, está mais próximo de um momento de legitimação da implantação do Estado Novo, assim como o ano de 1945 tem o menor número, o que pode indicar a construção e o declínio do regime. O ano de 1938, a rigor,

expressa um momento subsequente à instalação do Estado Novo, necessitando, portanto, de um suporte ideológico para o novo regime, do qual faz parte o projeto de confecção da *A Nova Política do Brasil*.

Em relação à concentração, o destaque é o ano de 1940, contemplado com 48 discursos ao longo dos volumes VII e VIII. Como veremos adiante, esse ano coincide com o momento de formulação mais robusta de um projeto de industrialização do país e dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial.

De qualquer forma, ainda que os elementos da seleção desses discursos em detrimentos de outros possíveis careçam de uma análise mais aprofundada, optamos aqui por descrever e sintetizar a coletânea em questão, relacionando-a a alguns aspectos dos contextos (nacional e internacional) que tiveram ressonância na estrutura e nos discursos varguistas. Isso não significa desconsiderar que outros fatores interferiram em sua formatação, mas sim a escolha de um recorte metodológico para a abordagem dessa tensa obra de governo.

3.2 DESCRIÇÃO DOS VOLUMES

O volume I, com o título *Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931)*, correspondente ao período entre 2 de janeiro de 1930 a 3 de outubro de 1931, contempla os temas relacionados ao interregno precedente à Revolução de 1930, as articulações iniciais e a constituição do Governo Provisório. Com nove discursos, esse volume abriu a coletânea, mas foi publicado apenas em setembro de 1938. Essas informações estão sintetizadas no quadro 3 apresentado abaixo.

Quadro 3 – Descrição do volume I, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME I	
TÍTULO	<i>Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931)</i>
Nº DE PÁGINAS	254 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Setembro 1938
PERÍODO DE COBERTURA	2 de janeiro de 1930 a 3 de outubro de 1931
Nº DE	9

DISCURSOS	
QUESTÕES CENTRAIS	a) Programa síntese da Aliança Liberal; b) Pressupostos, continuidade e realizações da Revolução de 1930; c) Reestruturação administrativa, dos Ministérios e de órgãos estatais; d) Questão Financeira: equilíbrio da balança de pagamentos e alteração da política de importações; e) Utilização de matérias primas nacionais na produção nacional; f) Barateamento da produção e desenvolvimento dos transportes; g) Destaque das Forças Armadas para garantir o processo de transformação; h) Siderurgia e o problema da exploração dos recursos naturais; i) Nacionalização das explorações dos recursos naturais; j) Legislação eleitoral e justiça federal. k) Proteção e organização do trabalhador.
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	1. A Plataforma da Aliança Liberal. (Pronunciada na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930); 2. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! (Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 4 de outubro de 1930); 3. Nova organização administrativa do país. (Discurso de posse na Chefia do Governo Provisório perante a Junta Governativa, em 3 de novembro de 1930); 4. A Revolução, as suas origens e o seu programa. (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931); 5. Os saldos ouro e o problema siderúrgico. (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, em 23 de fevereiro de 1931); 6. A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos. (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931); 7. O reconhecimento do Governo da Revolução pelos governos estrangeiros e a política estrangeira e a política externa do Brasil. (Discurso pronunciado no banquete oferecido ao corpo diplomático, em 5 de julho de 1931); 8. A Imprensa e a convocação da Constituinte. (Discurso pronunciado no almoço da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de setembro de 1931); 9. O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes. (Manifesto à Nação lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 3 de outubro de 1931).

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

O volume I é fundamental para captar o momento de abertura do Governo Vargas. Nele constam importantes discursos que delimitam as pretensões iniciais desse governo e suas propostas oriundas do processo revolucionário de 1930 e das vicissitudes nos primeiros anos subsequentes. Destacam-se: *Plataforma da Aliança Liberal*, *Nova organização administrativa do país*, *A Revolução, as suas origens e o seu programa*, *Os saldos ouro e o problema siderúrgico*, *A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos* e *O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes*.

A *Plataforma da Aliança Liberal* lida por Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930, consiste no primeiro discurso da coletânea. Elaborada por grupos heterogêneos, esse pronunciamento consiste no programa único do grupo que se lançou ao pleito eleitoral em 1930, contemplando as principais diretrizes e pretensões da candidatura à presidência da República.

Ponto relevante desse documento é a crítica à estrutura administrativa e política da República até 1930, sobretudo acerca do que considerava como a *farsa* da representação política vigente. Essa análise viria acompanhada da valorização dos pressupostos democráticos da Constituição de 1891; da proclamação das leis de liberdade de pensamento e princípios de justiça; do fortalecimento das garantias individuais; da autonomia dos estados; da defesa do voto secreto e saneamento das práticas políticas.

Recorrendo ao Tratado de Versalhes²², reconhece a necessidade da resolução da questão social no Brasil, com amparo ao trabalhador por intermédio da legislação social. Destaca a instrução pública (com escolas agrárias e técnico-industriais), o saneamento, a higiene e a saúde do trabalhador. Essas medidas sempre teriam como prioridade o proletariado nacional, ressaltando a necessidade de estabelecer “critérios étnicos” de imigração.

Nesse sentido, apresenta a carestia de vida condicionada ao problema de política econômica, pois era resultante da desorganização governamental e produtiva, agravada pelos serviços de transportes. Associa-a ao regime fiscal e destaca a necessidade de estabilização da moeda e desenvolvimento econômico pautado no aumento da capacidade produtora.

Propunha, assim, uma unidade entre política financeira e política de desenvolvimento, na qual o desafio econômico seria “produzir, produzir e produzir barato”, para abastecer nosso mercado interno e exportar o excedente. Isso implicaria o rompimento com a monocultura e a organização da agricultura de forma racional. Tais medidas teriam mais êxitos do que o incentivo às indústrias artificiais, uma vez que o surto industrial só faria sentido após a resolução do problema siderúrgico, contribuindo também para a indústria militar e aparelhamento das Forças Armadas.

²²Um dos principais objetivos do Tratado de Versalhes, de 1919, era garantir a manutenção da paz firmada com o fim do conflito da Primeira Guerra Mundial. Esse acordo abriu espaço para a criação de diversas organizações internacionais, dentre as quais, “uma das principais expoentes resultante do Tratado de Versalhes, por exemplo, foi a instituição da Organização Internacional do Trabalho – OIT, entidade que representaria o processo de reflexão das grandes sociedades internacionais sobre a necessidade de se pensar o custo humano decorrente da Revolução Industrial” (CABRAL, 2010, p. 92). No cenário internacional, formava-se uma consciência de que era indispensável identificar e afastar as causas sociais, econômicas e políticas que, afligindo as populações, pudessem provocar conflitos. Assim, partia-se do pressuposto de que o progresso constante e uniforme do Direito do Trabalho favoreceria a paz. Ao propor o engajamento dos estados em um movimento com objetivo de assegurar amparo jurídico às respectivas populações e a afastar a miséria e as injustiças que vitimavam as grandes massas, o Tratado estabeleceu direitos mínimos em favor das reivindicações trabalhistas. Como signatário do Tratado de Versalhes, o governo brasileiro, ainda na primeira República, reconheceu determinadas recomendações em favor dos trabalhadores. Essas diretrizes foram retomadas e ressaltadas pelo grupo varguista após 1930.

Nessa esteira, faz crítica à política de valorização do café centrada no preço de venda e defende a intervenção estatal no âmbito da produção. O Estado deve desenvolver uma política de barateamento dos custos de produção por incentivo de crédito e melhora de processos técnicos. Nesse sentido, aponta a reforma do Banco do Brasil com a função de fomentar o desenvolvimento geral da agricultura e do comércio.

Refere-se também aos convênios e tratados de comércio para expansão das exportações e ao potencial extrativista de riquezas naturais, sobretudo nas novas regiões de ocupação do território brasileiro.

Portanto, o programa da Plataforma da Aliança Liberal reúne as pretensões iniciais do grupo que comporia o poder após 1930. Contudo, vários dos princípios defendidos aqui seriam logo abandonados pelo grupo governamental.

Já nos discursos subsequentes, assim como ao longo de todo o volume I, percebe-se oscilação, manutenção e rompimento com o programa da Aliança Liberal, como resultado da redefinição do pacto entre forças heterogêneas e dos (re)direcionamentos do governo.

No âmbito econômico, o destaque é dado para as ações acerca do café; equilíbrio da balança de pagamentos via controle das importações; os investimentos no nível produtivo, sobretudo da policultura; e o desenvolvimento dos transportes e do mercado interno.

No discurso *Os saldos ouro e o problema siderúrgico*, o Governo retomou o que já era perceptível na Plataforma da Aliança Liberal: a associação entre desenvolvimento econômico brasileiro e siderurgia. Essa vinculação estava presente desde início do Governo Vargas, mas foi alterando sua função ao longo dos demais volumes. Como veremos, num primeiro momento, a siderurgia foi pensada como um forte elemento para substituir a importação de artigos que sobrecarregavam nossa balança comercial. Associada a isso, estava a constante proclamação da nacionalização das riquezas naturais e o controle, por parte do Estado, da exploração dos recursos energéticos. Num segundo momento, a siderurgia passou a ser vista como estratégica na construção da autonomia da economia nacional.

As esferas política e administrativa, trabalhadas sobretudo nos discursos *Nova organização administrativa do país* e *A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos*, tinha como preocupação a centralidade, a arquitetura da máquina estatal, em especial com a (re)estruturação de ministérios. Nesse sentido, a questão social vem

acompanhada do reconhecimento da necessidade da tutela do trabalhador com argumentos de harmonia entre capital e trabalho. Educação, principalmente a profissionalizante, saúde e higiene pública também são constantes nos discursos desse primeiro volume.

O encerramento do volume I ocorre com o discurso *O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes*. Retomando a campanha liberal e a revolução, ressalta o ambiente político e administrativo em que se encontrava o país e sintetiza as principais diretrizes da reconstrução encabeçada pelo governo revolucionário. Apresenta um balanço de suas realizações a partir das medidas empreendidas em cada um dos ministérios.

Ainda que várias diretrizes da Aliança Liberal sejam mantidas, o volume II traz o rompimento com alguns de seus ideais e uma contundente crítica ao regime liberal. Intitulado *O ano de 1932 - A Revolução e o Norte - 1933*, e cobrindo o período entre 4 de março de 1932 a 13 de outubro de 1933, esse volume foi publicado em setembro de 1938 e contém quatorze discursos, distribuídos em duzentas páginas.

Quadro 4 – Descrição do volume II, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME II	
TÍTULO	<i>O ano de 1932 - A Revolução e o Norte - 1933</i>
Nº DE PÁGINAS	200 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Setembro 1938
PERÍODO DE COBERTURA	4 de março de 1932 a 13 de outubro de 1933
Nº DE DISCURSOS	14
QUESTÕES CENTRAIS	<ul style="list-style-type: none"> a) Leitura crítica do regime anterior à Revolução de 1930; b) Significados da Revolução, limitações da Aliança Liberal e ações do Governo Provisório; c) Crítica ao regime liberal e defesa do organicismo; d) As questões em torno da retomada da ordem constitucional; e) Reestruturação política para o pleito eleitoral; f) Revolta Paulista; g) Norte e Nordeste: a seca e o extrativismo.
	<p>10. A volta do país ao regime constitucional. (Discurso aos representantes do Clube 3 de Outubro, em Petrópolis, no dia 4 de março de 1932);</p> <p>11. A Revolução e o regime legal. (Manifesto à Nação lido em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932);</p>

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>12. A renovação da esquadra brasileira. (Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado <i>São Paulo</i>, em 11 de junho de 1932);</p> <p>13. A Revolução Paulista. (Manifesto à Nação, em 12 de julho de 1932);</p> <p>14. Manifesto ao povo de São Paulo. (20 de setembro de 1932);</p> <p>15. As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução. (Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932);</p> <p>16. A Marinha Nacional. (Discurso pronunciado na Escola Naval, em 11 de junho de 1933);</p> <p>17. A instrução profissional e a educação, cívica e agrícola. (Discurso pronunciado na Bahia, em 18 de agosto de 1933);</p> <p>18. O açúcar e a industrialização do álcool. (Discurso pronunciado em Recife, em 5 de setembro de 1933);</p> <p>19. A Paraíba na Revolução e as obras contra as secas. (Discurso pronunciado em João Pessoa, em 8 de setembro de 1933);</p> <p>20. Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório. (Discurso pronunciado em Fortaleza, em 18 de setembro de 1933);</p> <p>21. A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia. (Discurso pronunciado em Belém, em 27 de setembro de 1933);</p> <p>22. A amizade argentino-brasileira (I). (Saudação ao General Augustin Justo, no banquete realizado no Itamarati, em 7 de outubro de 1933);</p> <p>23. A amizade argentino-brasileira (II). (Saudação ao General Augustin Justo, a bordo do Couraçado <i>Moreno</i>, na noite de 13 de outubro de 1933).</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Os discursos *A Revolução e o regime legal*, *Manifesto ao povo de São Paulo* e *A Marinha Nacional* demarcam uma dimensão mais política desse volume. Já *As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução* e *A instrução profissional e a educação, cívica e agrícola* abordam temas mais voltados para a colaboração dos trabalhadores com o Estado, assim como a formação técnica profissional para o trabalho. Os discursos *O açúcar e a industrialização do álcool* e *A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia* trazem a preocupação do Governo em aproveitar as potencialidades de alguns produtos da região Norte e Nordeste para a retomada econômica brasileira.

A partir do volume II, tornaram-se mais assíduas a leitura do Brasil pré-30, a crítica à estrutura político-administrativa e os pressupostos liberais. A principal preocupação, implícita nos discursos, é o contexto de conturbação política em torno da constitucionalidade e da Revolta de 1932. Esse volume está perpassado por uma tentativa de justificar a protelação do retorno à constitucionalidade, por isso o destaque da crítica à Primeira República e à Plataforma da Aliança Liberal e sua incapacidade de corresponder aos considerados problemas nacionais.

O argumento principal era que esses postulados que desviaram o Brasil ao longo de quarenta anos não poderiam retornar, por isso não havia ainda como restabelecer a ordem legal e constitucional do país. Os discursos amparam-se na exploração das

possíveis dicotomias entre pré e pós 30 para sustentar a crítica ao modelo de representação política liberal.

Nessa mesma perspectiva, no discurso *As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução*, o Governo Vargas considerava que as ações do Estado brasileiro deveriam se encaminhar para a integração das classes operárias aos interesses coletivos. Nesse sentido, sua função era “[...] transformar o proletário numa força orgânica de cooperação com o Estado e não deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e Família” (VARGAS, 1938, v. 2, p. 97. Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932)²³.

Nessa argumentação ressaltou a necessidade da educação, mas não qualquer educação nem um único tipo para o país todo. Com o pronunciamento *A instrução profissional e a educação, cívica e agrícola*, o Governo demarcou que a educação precisava ser pensada a partir de sua finalidade. Naquela ocasião seriam dois modelos principais: “[...] nos centros urbanos, populosos e industriais – o técnico-profissionalizante, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior – rural e agrícola”. Essas duas dimensões da educação nacional tinham como função dotar “[...] cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e trabalho, consciente de seu valor moral” (VARGAS, 1938, v. 2, p. 121. Discurso pronunciado na Bahia, em 18 de agosto de 1933). Por outro lado, justificava que as universidades de ensino superior tinham, como principal função, a formação das elites.

A preocupação com a estabilização econômica, sobretudo a partir da política cafeeira, é central nas ações governamentais, ainda que a economia, no volume II, tenha sido secundária. O inovador nesse aspecto foi a defesa da industrialização do álcool-motor, medida que teria dupla finalidade: resolver os problemas da produção açucareira e reduzir a importação da gasolina. Por outro lado, o Governo valoriza as ações de empresas estrangeiras (Ford e empresas japonesas) no processo de extração racional dos recursos naturais na Amazônia. Os novos métodos de plantio, racionalização da produção e industrialização de produtos, como a borracha, devem ser um modelo válido para o renascimento econômico da região.

²³ No decorrer deste trabalho, as citações de *A Nova Política do Brasil* virão acompanhadas das informações disponíveis em cada volume sobre as localidades e situação dos pronunciamentos dos discursos. Cabe destacar que nem todos os discursos têm uma descrição de tais informações.

Ao longo desse volume, é interessante notar as rearticulações entre as forças políticas daquele momento e suas interfaces com as mudanças do processo histórico. Se, nos momentos sequenciais à Revolução de 1930, o governo buscou conciliar a diversidade abarcada na coligação, a partir de 1932, fica evidente nos discursos a fragmentação entre os interesses das forças heterogêneas conglomeradas na Aliança Liberal. O acirramento desse conflito entre o poder central e as oligarquias tradicionais, catalisado por forte demanda pela constitucionalização do país, consistiu no principal elemento do volume III.

Com discursos proclamados entre 15 de novembro de 1933 e 20 de outubro de 1934 sob o título *A realidade Nacional de 1933 - Retrospecto das realizações do Governo em 1934*, o volume III foi publicado em setembro de 1938 com quatorze discursos distribuídos em trezentas e seis páginas.

Quadro 5 – Descrição do volume III, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME III	
TÍTULO	<i>A realidade Nacional de 1933 - Retrospecto das realizações do Governo, em 1934</i>
Nº DE PÁGINAS	306 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Setembro 1938
PERÍODO DE COBERTURA	15 de novembro de 1933 a 20 de outubro de 1934
Nº DE DISCURSOS	14
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) Prestação de contas e relato das ações do Governo Provisório na Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934);</p> <p>b) Concepção sobre o processo de formação político-social do Brasil (Império e República);</p> <p>c) A Aliança Liberal e a Revolução de 1930;</p> <p>d) Síntese das realizações do Governo Provisório;</p> <p>e) Política econômica e financeira para recuperação da economia nacional;</p> <p>f) Eleição de Getúlio Vargas pela Assembleia Nacional Constituinte.</p>
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>24. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933;</p> <p>25. A ação do Governo Provisório em prol do Exército. (Discurso pronunciado em almoço, na Vila Militar –Grupo Escola – onde foi assinado o decreto de reajustamento do Exército, em 24 de maio de 1934);</p> <p>26. A ação do Governo Provisório em prol da Marinha. (Discurso pronunciado em almoço oferecido pela Armada, no novo Edifício do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1934);</p> <p>27. A língua vínculo das relações luso-brasileiras. (Discurso pronunciado no Gabinete Português de Leitura, em sessão solene, em 16 de junho de 1934);</p> <p>28. O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país. (Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas em</p>

	<p>25 de junho de 1934);</p> <p>29. O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório. (Manifesto à Nação em junho de 1934);</p> <p>30. Oração ao povo argentino. (Irradiada em 9 de julho de 1934);</p> <p>31. A Imprensa e a Revolução de 1930. (Discurso pronunciado na Instituição da Casa do Jornalista, em 12 de julho de 1934);</p> <p>32. A reorganização financeira dos Estados e Municípios e o esquema das dívidas externas. (Discurso pronunciado no Ministério da Fazenda perante a Comissão de Estudos Financeiros, em 15 de agosto de 1934);</p> <p>33. A secular amizade uruguaio-brasileira. (Saudação ao presidente Gabriel Terra, em banquete à sua excelência oferecido no Itamarati, em 18 de agosto de 1934);</p> <p>34. A união sagrada dos brasileiros. (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião da cerimônia do juramento à bandeira, em 7 de setembro de 1934);</p> <p>35. O Rotary Club do Brasil e a comunhão internacional. (Discurso pronunciado no Rotary Club, em 7 de setembro de 1934).</p> <p>36. A cooperação da Associação Comercial do Rio de Janeiro com os poderes públicos. (Discurso pronunciado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1934);</p> <p>37. A Igreja e a tradição cristã do povo brasileiro. (Saudação ao Cardeal Pacelli, em 20 de outubro de 1934).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Conforme demonstrado no quadro 5, a abertura do volume III se deu com *Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte*, no momento de sua instalação. Com cento e quarenta e seis páginas, esse discurso contempla uma longa prestação de contas das ações do Governo Provisório ao longo dos três primeiros anos da década de 30. Nele, o Governo marcou a herança da Primeira República, seja ela política, econômica ou social, e as medidas do governo liderado por Vargas, sobretudo acerca da reestruturação da economia cafeeira. A apresentação desse balanço, considerado positivo pelo Governo, de alguma forma, foi utilizada para justificar a continuidade do processo revolucionário, embasando, assim, a eleição de Vargas pela Assembleia e sua permanência como chefe de Estado.

Apontando que o Brasil fundamentava sua produção nacional na exploração agrícola, Vargas realizou uma extensa descrição sobre o Ministério da Agricultura, cuja finalidade primordial era a organização do desenvolvimento nacional. Expôs a reforma no órgão, destacou suas diretrizes, sua organização e suas diretorias, assim como seus respectivos objetivos e atividades nos anos de 1931 e 1932. Para contornar a desorganização da produção nacional, acentuou o papel do referido Ministério nos estudos sobre os problemas da agricultura, da indústria animal e da exploração do subsolo, do incentivo à policultura e da exploração da indústria da borracha e do álcool motor.

Nesse discurso, destacaram-se também o Ministério da Fazenda como elemento chave na reorganização financeira e orçamentária do Governo Provisório. Estava sob sua responsabilidade o incentivo à produção nacional; benefícios às indústrias que empregassem matéria-prima nacional; controle da importação; regulamentação do crédito para o financiamento dos setores considerados fundamentais. Nesse aspecto, percebe-se uma preocupação por parte do Governo em controlar as importações e direcionar certo protecionismo às indústrias que utilizavam matéria-prima nacional.

Não apenas na mensagem a Constituinte, mas também ao longo do volume III, as ações do Ministério de Viação e Obras Públicas e Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio receberam extensa descrição. No primeiro caso, as preocupações circundavam os problemas de comunicações e obras públicas: reelaboração sistemática e reforma dos setores ferroviários, Correio e Telégrafos, estrada de rodagem, portos e tráfego marítimo, navegação fluvial e aérea, Marinha mercante e obras contra a seca. Já no segundo, a questão central era o encaminhamento da questão social via legislação trabalhista. Sintetizou detalhadamente as promulgações e regulamentações desse Ministério para harmonizar as relações entre capital e trabalho, leis sempre sustentadas no argumento de uma sociedade orgânica com princípios corporativistas.

Os elementos principais expressos na mensagem aos constituintes brasileiros ecoaram nos demais discursos desse volume. A rigor, foram transformados em manifesto à Nação, proclamado em junho de 1934, com o título *O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório*. Percebe-se que as articulações elaboradas mais cuidadosamente na Mensagem receberam um tratamento mais pontual no Manifesto, obedecendo, assim, a uma ordem mais informativa do que argumentativa.

O volume IV, com o título *Retorno à terra natal - Confraternização sul-americana- A Revolução Comunista- Novembro de 1934 a Julho de 1937*, foi publicado em novembro de 1938. Com duzentas e trinta e duas páginas, esse volume coincide com o interregno constitucional e o período legal da Constituição de 1934.

Quadro 6 - Descrição do volume IV, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME IV	
TÍTULO	<i>Retorno à terra natal - Confraternização sul-americana- A Revolução Comunista- Novembro de 1934 a Julho de 1937</i>

Nº DE PÁGINAS	232 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Novembro de 1938
PERÍODO DE COBERTURA	23 de novembro de 1934 a 5 de julho de 1937
Nº DE DISCURSOS	24
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) Síntese das ações do Governo: obra política, obra administrativa, obra econômica e obra financeira;</p> <p>b) A Revolta de 1935 e o combate ao comunismo;</p> <p>c) Flexibilização dos princípios democráticos para defesa da nacionalidade;</p> <p>d) Policultura e produção nacional;</p> <p>e) Limitações do exclusivismo agrário.</p>
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>38. Voltando ao Rio Grande depois de quatro anos (Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934);</p> <p style="text-align: center;">VISITA À REPÚBLICA ARGENTINA</p> <p>39. Na Casa Rosada. (Discurso pronunciado na Casa Rosada, no banquete oferecido pelo presidente Augustin Justo, em 22 de maio de 1935);</p> <p>40. Saudação irradiada no Palácio dos Correios e Telégrafos. (Argentina, 23 de maio de 1935);</p> <p>41. Na aula magna do Colégio Nacional de Buenos Aires. (Argentina, 23 de maio de 1935);</p> <p>42. A sessão solene do Congresso Nacional. (Argentina, 24 de maio de 1935);</p> <p>43. A recepção na Bolsa de Comércio. (Argentina, 24 de maio de 1935);</p> <p>44. O banquete em honra do Presidente Augustin Justo, a bordo do couraçado “São Paulo”. (Argentina, 26 de maio de 1935);</p> <p style="text-align: center;">VISITA À REPÚBLICA DO URUGUAI</p> <p>45. O banquete no Palácio do Congresso, em Montevideú. (Uruguai, 30 de maio de 1935);</p> <p>46. A sessão solene no Palácio do Congresso. (Uruguai, 1 de junho de 1935);</p> <p>47. Na suprema corte da Justiça. (Uruguai, 1 de junho de 1935);</p> <p>48. A recepção dos representantes do comércio, indústria e finanças. (Uruguai, 2 de junho de 1935);</p> <p>49. O banquete ao Presidente Gabriel Terra, a bordo do couraçado “São Paulo”. (Uruguai, 4 de junho de 1935);</p> <p style="text-align: center;">DE VOLTA AO BRASIL</p> <p>50. Pela propriedade e grandeza do Brasil. (Discurso pronunciado por ocasião de comemorar-se o “Dia do Brasil”, na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1935);</p> <p>51. O Centenário da Revolução Farroupilha. (Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 24 de setembro de 1935);</p> <p>52. O levante comunista de 27 de novembro de 1935. (Saudação ao povo brasileiro, nos primeiros minutos de 1936);</p> <p>53. Necessidade e dever de repressão ao comunismo. (Resposta à manifestação popular recebida na Capital Federal, por ocasião do retorno de Petrópolis, em 10 de maio de 1936);</p> <p>54. Campos, a lavoura do açúcar e a industrialização do álcool. (Discurso pronunciado em Campos, no Teatro Trianon, por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 23 de junho de 1936);</p> <p>55. A missão social do jornalismo brasileiro. (Discurso pronunciado na</p>

	<p>Associação Brasileira de Imprensa, em 16 de julho de 1936);</p> <p>56. Apelo ao patriotismo dos brasileiros, no “Dia da Pátria”. (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de celebrar-se a “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1936);</p> <p>57. O Instituto do Cacau e o progresso da Bahia. (Discurso pronunciado em Salvador, em 21 de novembro de 1936);</p> <p>58. Brasil – Estados Unidos da América. (Saudação ao presidente Roosevelt, no Itamarati, em 26 de novembro de 1936);</p> <p>59. A situação do Brasil em 31 de dezembro de 1936. (Saudação ao país, na primeira hora de 1937);</p> <p>60. As corporações militares entidades educadoras do povo. (Discurso em agradecimento à homenagem do 1º BC, em Petrópolis, em 29 de abril de 1937);</p> <p>61. A Universidade do Brasil na articulação e hierarquia do ensino. (Discurso de agradecimento à homenagem da Universidade do Brasil, em 5 de julho de 1937).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Nesse volume há várias retomadas das diretrizes de discursos anteriores com síntese de ações governamentais na primeira metade da década de 30. No discurso *Voltando ao Rio Grande depois de quatro anos*, o chefe de Estado destacou pontos políticos, administrativos, econômicos e financeiros que considerava a *obra da revolução*.

No aspecto político, não há grandes inovações no que já vinha sendo defendido pelo Governo. O eixo continuava sendo o período anterior a 1930 e as determinações realizadas pelo Estado na primeira metade da década. Isso também se observa, na esfera administrativa, ao expor e defender a remodelagem do Estado e a estrutura e atribuições dos Ministérios.

Já acerca das dimensões econômica e financeira, o volume IV traz algumas inovações. Apresentou novamente a industrialização do álcool como uma medida com dupla função: amenizar a crise da economia canavieira e reduzir a importação de gasolina, remetendo, assim, menos divisas para o exterior.

O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) passou a ser constantemente invocado como organismo coordenador dos serviços econômicos: órgão técnico de estudos para a defesa da produção nacional e seu escoamento, buscando mercados nacionais e internacionais. Na mesma esteira do CFCE, foi criada a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos sob a direção de Oswaldo Aranha. Há referências constantes à dívida externa e à possibilidade de equilíbrio da balança de pagamentos, com a expansão da policultura, redução das importações e elevação das exportações. Segundo o Governo, o enfrentamento do *esquema da dívida externa* já apresentava consequências positivas

ao melhorar progressivamente os saldos da balança de pagamentos, fortalecendo assim o crédito nacional.

A preocupação de manter divisas internas está relacionada ao delineamento de novas concepções acerca do mercado internacional. No discurso *Apelo ao patriotismo dos brasileiros*, de sete de setembro de 1936, há um apontamento inovador, embora de forma embrionária: o governo Vargas declarou que o país não era mais *exclusivamente agrário* e, concomitantemente, sugeriu possível desvantagem nas trocas comerciais. Segundo Vargas, o Brasil se submetia à disputa pelos mercados consumidores de matérias-primas e era *esmagado* pela compra de produtos industriais.

Como veremos, essa percepção seria retomada nos volumes posteriores e receberia atenção especial do Governo Vargas. Mas, por ora, cabe ressaltar que esse discurso consiste em um ponto de inflexão em relação à visão do Estado brasileiro acerca do mercado internacional. Até então, o que emergia nos discursos oficiais era uma melhor posição do Brasil no comércio internacional e não, necessariamente, a crítica à divisão internacional do trabalho. Foi a partir desse discurso que o Governo Vargas, em *A Nova Política do Brasil*, passou a discutir essa estrutura e refletir as causas do lugar brasileiro nesse cenário.

Assim, os discursos que trazem a visita de Getúlio Vargas aos países vizinhos, como Argentina e Uruguai, sugerem o estreitamento de relações comerciais para ampliação de mercado nessas regiões. Isso pode ser notado nos discursos da visita de Getúlio Vargas à Argentina e ao Uruguai.

Outro elemento que perpassa o volume IV é o contra-ataque à Revolta de 1935, debatida sobretudo em *O levante comunista de 27 de novembro de 1935* e *Necessidade e dever de repressão ao comunismo*. O eixo de argumentação do Governo Vargas girava em torno de uma dicotomia entre comunistas e nação. Segundo ele, os revoltosos agrediam fortemente a formação espiritual (invocação de princípios religiosos), conduziam ao “aniquilamento absoluto”, ao “regresso ao primitivismo” e feriam o progresso da civilização cristã.

Nessa abordagem, os discursos trazem implicitamente uma ideia de necessidade de supressão da democracia para garantir a segurança da nação e “salvaguardar” as instituições nacionais. O Governo considerava que, embora a democracia fosse adequada ao povo brasileiro, ela não deveria ser inflexível às “renovações do tempo” ou imutável e fechada em si mesma. Ao contrário, “deve revestir-se de plasticidade capaz de

refletir o progresso social, aperfeiçoando-se e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos” (VARGAS, 1938, v.4, p.183. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de celebrar-se a “Hora da Independência”, e, 7 de setembro de 1936). Enfim, segundo o chefe da Nação, era melhor garantir a ordem prevenindo a desordem, alegação que tornaria constante nos volumes seguintes.

É essa fundamentação que abre o volume V, denominado *O Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938*. Com vinte e oito discursos distribuídos em trezentas e vinte e seis páginas, o volume foi publicado em setembro de 1938.

Quadro 7 – Descrição do volume V, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME V	
TÍTULO	<i>O Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938</i>
Nº DE PÁGINAS	326 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Setembro de 1938
PERÍODO DE COBERTURA	10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938
Nº DE DISCURSOS	28
QUESTÕES CENTRAIS	<ul style="list-style-type: none"> a) Crítica ao liberalismo e ao modelo político representativo; b) O caráter “inadequado e dispendioso” da Constituição de 1934 e do Poder Legislativo; c) Constituição de 1937: ajustamento às necessidades presentes; d) Estado Novo como sinônimo de Nação e o fundamento do Estado interventor; e) Política agrária do Governo Federal: política de produção cafeeira ao longo dos anos 30; f) A questão da dívida externa e a suspensão do seu pagamento; g) O problema da siderurgia: principal problema da expansão econômica brasileira; h) Indústrias de base e defesa Nacional; i) Imperialismo no Brasil e os “dois Brasis”: fronteiras políticas e fronteiras econômicas e as dicotomias entre as regiões em plena expansão econômica e outras próximas à fase colonial; j) Imperialismo e os desafios da industrialização; k) Autossuficiência econômica.
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>62. Proclamação ao povo brasileiro. (Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país na noite de 10 de novembro de 1937);</p> <p>63. Constituição dos Estados Unidos do Brasil;</p> <p>64. Orientação nacional do ensino. (Discurso pronunciado por ocasião da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da Fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal, em 2 de dezembro de 1937);</p> <p>65. A ação conjunta do poder público e das forças armadas na defesa da</p>

ordem. (Discurso pronunciado na sede do 1º Batalhão de Caçadores, em Petrópolis, em 18 de dezembro de 1937);

66. No limiar do ano de 1938. (Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia-noite de 31 de dezembro de 1937);

67. A solidariedade dos rio-grandenses e a libertação do Rio Grande. (Discurso pronunciado no Palácio do governo do Rio Grande, Porto Alegre, respondendo e agradecendo a manifestação popular de 7 de janeiro de 1938);

68. A autoridade federal e a preservação da ordem. (Discurso pronunciado em Porto Alegre, no banquete oferecido pelas classes conservadoras do Rio Grande, em 7 de janeiro de 1938);

69. A política de cooperação argentino-brasileira. (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelo presidente Agustin Justo, no Clube Comercial, em Uruguaiana, em 9 de janeiro de 1938);

70. Pelo desenvolvimento do comércio exterior do Brasil. (Discurso pronunciado por ocasião de instalar-se o Conselho de Comércio Exterior, no dia 12 de fevereiro de 1938);

71. Problemas e realizações do Estado Novo. (Entrevistas à imprensa do país, dadas em Petrópolis, em 19 de fevereiro e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938);

72. O reaparelhamento das Forças Armadas é obra da vontade nacional, executada pelo Governo. (Discurso pronunciado no Arsenal de Marinha, por ocasião de serem batidas as quilhas de três navios mineiros e quando eram incorporados à esquadra três novos submarinos, em 12 de março de 1938);

73. O Estado Novo e as classes trabalhadoras. (Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, em 1º de maio de 1938).

74. A repulsa do país pelo atentado de 11 de maio. (Discurso pronunciado em agradecimento à grande manifestação popular no Palácio do Catete, em dia 13 de maio de 1938);

75. A confiança nos seus bons soldados. (Discurso pronunciado na Vila Militar, em 15 de maio de 1938);

76. O Instituto Nacional de Geografia e Estatística. (Discurso pronunciado em agradecimento à homenagem do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, no Palácio do Catete, em 30 de maio de 1938);

77. Compromisso do dever patriótico. (Discurso pronunciado por ocasião de inaugurar-se a Escola Naval, na Ilha de Villegaignon, em 11 de junho de 1938);

78. O Estado Novo e as Forças Armadas. (Discurso pronunciado de improviso por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da Escola Militar, em Rezende, no dia 29 de junho de 1938);

VISITA AO ESTADO DE MINAS GERAIS

79. Ouro Preto - a Meca da tradição nacional. (Improviso por ocasião das manifestações populares, em Ouro Preto, em 1 de julho de 1938);

80. Perante as cinzas dos inconfidentes. (No adro da Igreja de Antônio Dias, na presença de grande massa popular, entregando à cidade de Ouro Preto as cinzas dos inconfidentes, em 15 de julho de 1938);

81. Minas Gerais - milagre da fé. (Improviso em banquete no edifício da feira permanente em amostras, em 17 de julho de 1938);

82. A Penitenciária das Neves. (Improviso na inauguração da Penitenciária das Neves, em Belo Horizonte, em 18 de julho de 1938);

83. A colaboração da classe comercial com o Governo. (Improviso, na Associação Comercial de Minas Gerais, agradecendo o título de sócio honorário e a colocação de uma placa comemorativa, em 18 de julho de 1938);

VISITA AO ESTADO DE SÃO PAULO

	<p>84. A defesa do café pelo Governo Federal. (Discurso pronunciado no banquete oferecido pela municipalidade de Ribeirão Preto, em 22 de julho de 1938);</p> <p>85. No Palácio dos Campos Elíseos. (Improviso em agradecimento pela manifestação popular recebida no Palácio do Governo, em 22 de julho de 1938);</p> <p>86. Na Bolsa de Mercadorias. (Improviso na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 23 de julho de 1938);</p> <p>87. Os trabalhadores de São Paulo e o Governo. (Improviso em agradecimento pela grande manifestação trabalhista da tarde, na Avenida S. João, em 23 de julho de 1938);</p> <p>88. A nova feição bandeirante do espírito paulista. (Discurso pronunciado em resposta à saudação do interventor paulista, no banquete do Teatro Municipal, em 23 de julho de 1938);</p> <p>89. Palavras de afeto e reconhecimento. (Improviso, pelo microfone de uma emissora paulista, no salão nobre do Palácio dos Campos Elíseos, às 23.30h, de 25 de julho de 1938).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Conforme pode ser observado no quadro 7, o volume em questão trouxe, em sua abertura, a *Proclamação ao Povo Brasileiro*, de 10 de novembro de 1937, instaurando o Estado Novo e fundamentando a outorga da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937,²⁴ sendo esses os principais discursos desse ano.

Ambos tiveram como premissa a crítica ao sufrágio universal e aos partidos políticos, que teriam permitido aos inimigos da nacionalidade, caudatários de interesses pessoais, utilizar desses instrumentos para se revoltarem contra a Pátria. Nesse sentido, faz contundentes críticas à Constituição de 1934 e ao Poder Legislativo por terem sido incapazes de corresponderem e se adaptarem ao contexto de 1937, ficando, segundo o Governo, obsoletos diante da realidade do período.

Foi a partir dessa exposição que o Governo Vargas fundamentou as críticas ao modelo clássico do liberalismo e ao sistema político representativo, justificando, concomitantemente, a instalação do Estado Novo. Ademais, as invocações à doutrina desse regime e sua necessidade diante daquele contexto perpassam todo o volume V. Além desses desafios, o Governo Vargas apontou que o Poder Legislativo não teria condições para enfrentar os problemas nacionais. Assim, passou a dar cada vez mais ênfase no *Poder Executivo* em oposição a todos os demais.

Dentre outros elementos, na carta de 1937, expôs a organização política e as atribuições da estrutura estatal; contemplou também nacionalidade, família, educação e cultura, garantias individuais e ordem econômica. Destacou alguns temas, tais como: a

²⁴ Assinada por: Getúlio Vargas, Francisco Campos, A. de Souza Costa, Eurico G. Dutra, Henrique A. Guilhem, Marques dos Reis, M. de Pimentel Brandão, Gustavo Capanema e Agamemnon Magalhães.

intervenção econômica do Estado; a legislação do trabalho e associação profissional e sindical; a extração de riquezas do subsolo; e o desenvolvimento das indústrias básicas à defesa econômica e militar. Esse processo, como veremos, teria a *Marcha para o Oeste* como um dos elementos fundamentais e estratégicos para o progresso industrial. Ressaltou também a ação dos conselhos técnicos, sobretudo do Conselho de Economia Nacional, importante órgão para a organização racional e administrativa da agricultura e da indústria.

Com a ampliação de mercados internos e a diversificação da produção, tanto agrícola quanto industrial, o Estado Novo ratificou o que já expressava desde início desse volume: os problemas econômicos nacionais a serem enfrentados pelo Poder Executivo, sintetizados a partir da economia cafeeira e da dívida externa.

Além da Proclamação ao Povo e da Carta de 1937, há vários pronunciamentos que tinham a finalidade de acentuar a transformação processada desde 1930. Nesse caso, dois discursos são centrais: *No limiar do ano de 1938* e *Problemas e realizações do Estado Novo*. Este último é um dos discursos mais relevantes dentro da linha argumentativa do novo regime. Discorreu sobre infraestrutura, financiamento externo e interno para a economia nacional, medidas econômicas e administrativas tomadas pelo Governo, legislação social, Forças Armadas, transportes e comunicações, riquezas naturais e recursos energéticos, política exterior e dívida externa, saúde, higiene e educação, governo forte e democracia.

Nele, o Governo apresentou uma das visões econômicas que iria defender até sua derrocada, em 1945: o *imperialismo*. Muito distante da concepção de imperialismo de grupos esquerdistas daquela época, como o Partido Comunista Brasileiro,²⁵ e mais próximo à teoria cepalina de dualidade estrutural,²⁶ o Estado Novo defendeu a

²⁵Ainda que iniciada por Rosa Luxemburgo, a noção de imperialismo foi sistematizada posteriormente por Lênin no texto *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916. Segundo Del Roio (2006), para ambos, as reflexões sobre esse tema estavam embasadas na teoria marxista de reprodução ampliada do capital e nas leituras do contexto da Primeira Guerra Mundial. O líder da Revolução Russa de 1917 considerava que o imperialismo não era uma novidade na história da humanidade. Bastava um retorno aos impérios da antiguidade para confirmar essa observação. Mas a questão de Lênin era: qual a peculiaridade do imperialismo no início do século XX? Problematizando essa indagação, Lênin apontou que seu aspecto inovador consistia no fato de compor uma fase do desenvolvimento capitalista, nascida sob a hegemonia do capital financeiro e das corporações monopolistas. No cenário nacional, a crítica ao movimento do capital internacional e transnacional sobre a economia global foi uma das maiores apropriações do Partido Comunista Brasileiro em relação às teorias do imperialismo. A partir dos anos 20, as referências a essa concepção estariam presentes no discurso comunista brasileiro.

²⁶A *dualidade estrutural* para os cepalinos foi a primeira explicação acerca do subdesenvolvimento na América Latina. No Brasil, a obra de Celso Furtado se debruçou para compreender a relação oposta e

concepção de *imperialismo* a partir de uma formulação dos problemas regionais brasileiros. Segundo ele, no Brasil, não havia correspondência entre as fronteiras econômicas e as fronteiras políticas, tendo uma divisão entre uma região que atuava como *agente sujeito* da economia e outra apenas como *objeto*. A primeira, com economia acelerada. A segunda, próxima à fase colonial. O desafio ao qual se colocava o Estado Novo era de proporcionar a unidade entre essas regiões industrializadas e as então recentes áreas de ocupação, mobilizando os recursos necessários para a evolução nacional e a autossuficiência econômica.

Nesse ínterim, o Governo aprofundou um aspecto já sublinhado no volume anterior: a limitação dos países de herança colonial, ou seja, de economias fundamentadas na exportação de produtos agrícolas e pecuários. O déficit na balança de pagamentos dessas nações derivava das diferenças entre os preços dos produtos industrializados dos agrários, sendo aqueles sempre superiores a estes.

Assim, o desenvolvimento da economia nacional, o progresso econômico e o aparelhamento da defesa nacional dependiam dos encaminhamentos dados às riquezas naturais e aos recursos energéticos. Nesse sentido, a solução proposta pelo Estado Novo para o problema econômico brasileiro era justamente o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil, pois ela proporcionaria ao país autossuficiência econômica.

Os discursos resultantes das visitas aos estados de Minas Gerais e São Paulo trazem a busca pelo apoio ao regime, o balanço das ações do governo acerca dos interesses daqueles estados e algumas diretrizes do Estado Novo. Descreveu como base de seu programa: a ampliação dos transportes; o desenvolvimento da produção e da exportação; o fomento ao crédito agrícola; o aparelhamento das Forças Armadas; a prontidão para resolver os problemas nacionais; e organizar a opinião pública em um único pensamento brasileiro, ou seja, o estado-novista.

Em São Paulo, Vargas acentuou, ainda, que os interesses da classe econômica estavam contemplados no programa do Governo e destacou a “Marcha para o Oeste”

fundamental do rural e do agrário com o moderno, urbano-industrial. Conforme destacam Pinto e Laporta (2009, p. 111) “A existência de duas estruturas distintas, e, para Furtado e os cepalinos, antagônicas, que é o campo, onde residem a agricultura de exportação e a de subsistência, e as cidades, como resultado moderno da tecnologia e da indústria, formam a chamada estrutura dualista. Esta condição apresentada caracteriza o que é subdesenvolvimento em Furtado. A agricultura de subsistência obstaculiza o desenvolvimento econômico devido ao seu baixo dinamismo, o que resulta em desequilíbrio na oferta de alimentos para as cidades, dificultando a reprodução do trabalho urbano. A não superação desta condição estrutural deletéria é a razão da perpetuação do subdesenvolvimento”.

como uma “Nova Cruzada” que favoreceria a ampliação de novos mercados para as indústrias paulistas.

O volume VI, com o título *Realizações do Estado Novo 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939*, foi publicado em agosto de 1940, com trinta e cinco discursos, em trezentas e quarentas páginas e pode ser sintetizado no quadro 8.

Quadro 8 – Descrição do volume VI, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME VI	
TÍTULO	<i>Realizações do Estado Novo – 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939</i>
Nº DE PÁGINAS	340 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Agosto de 1940
PERÍODO DE COBERTURA	1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939
Nº DE DISCURSOS	35
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) Estado Novo: resultado das necessidades de adaptação do sistema políticos à realidade brasileira;</p> <p>b) Crítica à Constituição de 1934 e à democracia representativa e defesa de princípios organicistas do Estado Novo;</p> <p>c) A crise da estrutura econômica monocultora e a necessidade da policultura;</p> <p>d) Principais problemas de ordem econômica: expansão do mercado interno e a fuga constante de capitais na balança comercial;</p> <p>e) Alteração da política econômica tradicional: necessidade de eliminar a dependência nacional de exportação de matérias-primas e de produtos alimentares;</p> <p>f) Direcionamento das importações; diminuição das importações e incentivo aos produtos nacionais;</p> <p>g) Política intervencionista e nacionalização do crédito: direcionamento para os setores considerados fundamentais para o desenvolvimento brasileiro;</p> <p>h) Fortalecimento do intervencionismo político e econômico e a economia planificada.</p> <p>APÊNDICE - DISCURSOS DE 1937²⁷</p> <p>a) A característica peculiar da democracia é justamente a sua adaptação às circunstâncias de cada momento histórico;</p> <p>b) Necessidade do fortalecimento da autoridade para assegurar os interesses da nação;</p> <p>c) Política externa: o povo brasileiro é pacifista, desde que respeite sua soberania;</p> <p>d) Reforma institucional realizada em 10 de novembro de 1937 foi para defender a República;</p> <p>e) Temas das entrevistas aos jornais italiano e inglês: recuperação e expansão econômica; o problema de países de economia baseada em fornecimento de matéria-prima; diversificação da produção; organização da grande siderurgia; desenvolvimento dos meios de transportes; submissão das importações às necessidades nacionais,</p>

²⁷ O volume VI traz um apêndice de discursos realizados no segundo semestre de 1937, mais especificamente entre setembro e dezembro. Poderíamos localizá-los no final do Volume IV e complementar ao volume V, os quais trazem também discursos após instalação do Estado Novo.

	sobreto direcionando-as às indústrias que utilizavam matérias-primas nacionais; nacionalização das jazidas e queda d'água; investimentos externos submetidos aos interesses nacionais; ações do governo sobre o café, principal atividade econômica brasileira.
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>90. Minas e São Paulo. (Impressões transmitidas aos jornalistas acreditados juntos ao Palácio do Catete, por ocasião do regresso da visita aos dois Estados, em 1 de agosto de 1938);</p> <p>91. O progresso de Campos. (Discurso em Campos, no Banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 19 de agosto de 1938);</p> <p>92. Os municípios fluminenses. (Agradecimento pela manifestação dos prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, em 20 de agosto de 1938);</p> <p>93. O Estado Novo e São Paulo. (Saudação ao interventor Adhemar de Barros e aos secretários do governo paulista por ocasião do banquete oferecido no Palácio Guanabara, em 23 de agosto de 1938);</p> <p>94. A semana da pátria e da raça. (Discurso pronunciado no salão de honra do Palácio Guanabara, encerrando as comemorações da “Semana da Pátria e da Raça” e irradiado através da rede nacional de emissoras, em 7 de setembro de 1938);</p> <p>95. O trabalhador da terra e o trabalhador do quartel. (Improviso, no quartel do 2º RAM, após a excursão à Baixada Fluminense, em 24 de outubro de 1938);</p> <p>96. A aviação nacional. (Improviso por ocasião de inaugurar-se a estação de Hidroaviões no aeroporto Santos Dumont, em 1 de novembro de 1938);</p> <p>97. O Estado Novo e o momento brasileiro. (Entrevista à Imprensa no primeiro aniversário da Nova Constituição, em 10 de novembro de 1938);</p> <p>98. Amparo às classes trabalhadoras. (Discurso pronunciado na inauguração do Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 10 de novembro de 1938);</p> <p>99. O Supremo Tribunal Federal. (Improviso por ocasião da visita ao Supremo Tribunal Federal, em 23 de novembro de 1938);</p> <p>100. O trabalho profissional dos jornalistas. (Improviso agradecendo as manifestações dos membros da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais, ao ser promulgada a lei que beneficia a classe dos jornalistas, em 30 de novembro de 1938);</p> <p>101. O funcionário público e o serviço da Nação. (Discurso pronunciado, no Palácio Tiradentes, ao comemorar-se o “Dia do Funcionário Público”, em 8 de dezembro de 1938);</p> <p>102. O Exército e a Marinha confraternizados no serviço da Pátria. (Discurso pronunciado no Estádio do Fluminense Futebol Clube, em 13 de dezembro de 1938);</p> <p>103. O novo regime e as realidades brasileiras. (Entrevista ao <i>Lokal Anzeiger</i>, publicada em Berlim, em 20 de dezembro de 1938, e, no Rio de Janeiro, em 21 do mesmo mês);</p> <p>104. O regime democrático e a Constituição de 10 de novembro. (Entrevista ao <i>Corriere Della Sera</i>, publicada em Milão, em 23 de dezembro de 1938, e, no Rio de Janeiro em 24 do mesmo mês);</p> <p>105. Os aspirantes da Escola Militar. (Improviso, na Escola Militar, por ocasião da declaração de novos aspirantes, em 26 de dezembro de 1938);</p> <p>106. O Conselho Federal de Comércio Exterior. (Palavras aos membros do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 31 de dezembro de 1938);</p> <p>107. Saudação ao Povo Brasileiro. (Discurso pronunciado, no Palácio Guanabara, através da rede de emissora nacional, na primeira hora de 1939);</p> <p>108. Os novos canhões recebidos para o Exército. (Discurso pronunciado, no Arsenal da Guerra, ao serem vistos os primeiros canhões dos encomendados pelo governo, em 24 de março de 1939);</p> <p>109. O plano rodoviário do Governo. (Discurso pronunciado em Areias, ao ser entregue ao tráfego a estrada de rodagem Rio - Bahia, em 11 de abril de 1939).</p> <p>110. O dia do trabalho. (Discurso em resposta à saudação do Ministro do Trabalho, intérprete das classes trabalhadoras, no dia 1º de maio de 1939).</p> <p>111. Reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior. (Improviso na sessão de reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 8 de maio de 1939).</p>

<p>112. Novo edifício para o Ministério da Fazenda. (Improviso, na ocasião do lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Ministério da fazenda, em 2 de junho de 1939);</p> <p>113. A criação do cavalo nacional. (Improviso, no almoço oferecido no Hipódromo Brasileiro, em 4 de junho de 1939);</p> <p>114. A Política e a Cultura. (Entrevista a <i>El Mercurio</i>, de Santiago, Chile, publicada ali, em 11 de junho de 1939, e, no Brasil, em 13 do mesmo mês);</p> <p>115. Problema da defesa nacional. (Discurso pronunciado na fábrica de Piquete, em 17 de julho de 1939);</p> <p>116. O Brasil, no seu regime político, entre as outras nações. (Entrevista ao <i>Paris Soir</i>, publicada, em Paris em 17 de julho de 1939, e no Rio de Janeiro, em 19 do mesmo mês);</p> <p>117. O Brasil sob o símbolo da Cruz. (Saudação aos bispos brasileiros por ocasião do banquete oferecido no Palácio do Itamarati, em 18 de julho de 1939);</p> <p>118. A ponte sobre o rio Tietê e a marcha para o Oeste. (Discurso pronunciado, em São Paulo, por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da ponte sobre o Rio Tietê, em 29 de agosto de 1939);</p> <p>119. As caixas econômicas federais. (Discurso pronunciado na inauguração do Edifício da Caixa Econômica de São Paulo, em 29 de agosto de 1939);</p> <p>120. O sentido continental das comemorações da Independência. (Discurso pronunciado, na Esplanada do Castelo, por ocasião de comemorar-se a Hora da Independência, em 7 de setembro de 1939);</p> <p>APÊNDICE</p> <p>121. A ação patriótica dos brasileiros. (Discurso pronunciado, na Esplanada do Castelo, por ocasião de comemorar-se a Hora da Independência, em 7 de setembro de 1937);</p> <p>122. Perante o monumento do Marechal Deodoro da Fonseca. (Resumo do improviso dito por ocasião de inaugurar-se o monumento do Marechal Deodoro, a 15 de novembro de 1937);</p> <p>123. A situação econômica e financeira do Brasil. (Entrevista ao <i>Financial Times</i>, publicada em Londres, em 13 de dezembro de 1937, e, no Rio de Janeiro, em 14 do mesmo mês.</p> <p>124. Os problemas nacionais no Estado Novo. (Entrevista a <i>Gazzetta Del Popolo</i>, publicada em Turim, em 25 de dezembro de 1937, e, no Rio de Janeiro, em 26 do mesmo mês).</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

As trezentas e quarenta páginas contemplam também um apêndice com quatro discursos de 1937, sendo um de setembro, um de novembro e dois de dezembro do referido ano. Pela periodização, eles correspondem a continuação do volume IV e o início do volume V.

Cabe lembrar que os volumes I, II, III e V foram publicados em setembro de 1938 e somente o volume IV, em novembro do mesmo ano. Já o volume VI foi publicado em 1940, não tendo assim lançamento de novos volumes de *A Nova Política do Brasil*, em 1939. É provável que esses discursos de 1937 foram reunidos posteriormente por possíveis eventualidades ocorridas na edição dos volumes IV e V. Embora esse apêndice esteja no encerramento do volume VI, iniciaremos por ele, dado que a pretensão aqui é apresentar uma abordagem cronológica de *A Nova Política do Brasil*.

De alguma forma, os quatro discursos complementares trazem a ideia da adaptação da democracia às circunstâncias momentâneas. Com a alegação de que a reforma institucional de 10 de novembro de 1937 ocorreu para defender a República, o Governo Vargas considerava que o caudilhismo regional ameaçava a unidade nacional e desafiava a Nação brasileira.

A preocupação do Estado Novo não se limitava aos pronunciamentos nacionais. Há duas entrevistas a um jornal inglês e a outro italiano, apresentando um balanço das ações do governo desde 1930. Apresentou os aspectos impulsionadores da reforma da Constituição de 1934 e a promulgação da Carta de 1937 e, sobretudo, a política econômica brasileira e as relações com o mercado externo. A propósito, a partir de então, a estratégia de falar aos jornais estrangeiros tornou-se corriqueira para o Estado Novo.

Para Getúlio Vargas, a recuperação e expansão econômica brasileira foram resultados das diretrizes políticas, econômicas e sociais estabelecidas por seu governo, elementos endossados com o Estado Novo. Isso pode ser visualizado nos dois últimos discursos desse apêndice: *A situação econômica e financeira do Brasil* e *Os problemas nacionais no Estado Novo*. Nessas entrevistas a jornais estrangeiros, considera que a recuperação brasileira e, conseqüentemente, o desenvolvimento, estavam sendo “perturbados” não apenas por problemas de organização interna, mas também por influência da economia internacional, sobretudo nos países com economia de exportação baseada no fornecimento de matérias-primas.

Destacam-se assim os elementos: diversificação da produção; organização da grande siderurgia; desenvolvimento dos meios de transportes; submissão das importações às necessidades nacionais, sobretudo, direcionando-as às indústrias que utilizavam matéria-prima nacional; nacionalização das jazidas e quedas d’água; suspensão do pagamento da dívida externa; investimentos externos submetidos aos interesses nacionais; ações do governo sobre o café, principal atividade econômica brasileira.

Iniciando a análise do volume VI, em seu conjunto, percebe-se que ele está perpassado por dois pontos centrais: a preocupação com o aparelhamento nacional (termo utilizado na época como sinônimo de industrialização) e a defesa dos princípios corporativistas do Estado Novo. Há nítidos traços corporativistas e organicistas na sustentação dos discursos desse volume. Segundo o chefe de Estado, o Brasil se

encontrava em paz social, pois, ao amparar as massas trabalhadoras, constituíam-se numa sociedade “sem luta de classes”, não tendo barreiras entre capital e trabalho, da mesma forma em que não havia “antagonismos entre cidade e campo”.

Acerca dos aspectos econômicos, há o aprofundamento de algumas questões já destacadas nos últimos volumes. Em *O progresso de Campos*, um dos elementos seria a ratificação da industrialização do álcool como resolução para o escoamento da produção de cana-de-açúcar e para a redução da importação de carburantes líquidos. Além do fomento à produção do álcool motor, o Governo Vargas determinou a obrigatoriedade da mistura de 10% do álcool na gasolina, como forma de incentivar o consumo do produto nacional.

A questão econômica é central em *O Estado Novo e o momento brasileiro*, *O Exército e a Marinha confraternizados no serviço da Pátria*. Em ambos, o Governo Vargas identificou alguns problemas umbilicalmente relacionados: expansão do mercado interno e as diferenças entre os preços de produtos importados e exportados. Além disso, considerou que a economia brasileira ficava submetida ao mercado mundial, uma vez que sua fundamentação era a exportação de matéria- prima.

Esses discursos apontavam a necessidade de alterar a tradicional política econômica brasileira, ancorada num país agrário e exportador de matéria-prima, fomentando o rompimento da estrutura econômica com a dependência do mercado internacional. Para tanto, manteve as medidas centrais da diversificação econômica e do fortalecimento do mercado interno. Nesse processo também se destacavam a nacionalização do crédito (via Banco Central) e a ação intervencionista do Estado para direcionar os investimentos às áreas consideradas fundamentais para nosso desenvolvimento.

O eixo argumentativo consiste na afirmativa de que para engrandecimento da nação seria preciso que o país deixasse a histórica “situação perigosa de simples produtor de matérias-primas” (VARGAS, 1940, v. 6, p. 91. Entrevista à imprensa no primeiro aniversário da nova Constituição, em 10 de novembro de 1938). Concomitantemente, seria necessário orientar a política de importação, reduzindo a compra de supérfluos (artigos de luxo) e direcionando para produtos que pudessem potencializar o desenvolvimento do nosso parque industrial. Na *Reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior*, Getúlio destacou o objetivo deste órgão dentro de uma orientação política que fosse capaz de romper com a tendência de exportador de

matérias-primas, uma vez que essa característica seria própria de economias semicoloniais.

Nesse sentido, há intensa preocupação com os recursos energéticos do país. As pesquisas sobre o petróleo, a industrialização do álcool, a utilização do carvão vegetal, a utilização das forças hidráulicas para favorecer os interesses nacionais, sendo a instalação da grande siderurgia a condição *sine qua non* do desenvolvimento brasileiro. Esses aspectos também podem ser observados em outros discursos, dentre os quais, *O plano rodoviário do Governo e O Brasil, no seu regime político, entre as outras nações*.

O volume VI traz várias entrevistas concedidas por Getúlio Vargas aos jornais estrangeiros e, posteriormente, publicadas no Brasil. Em *O novo regime e as realidades brasileiras* e *O regime democrático e a Constituição de 10 de novembro*, por exemplo, o elemento central era a defesa do regime e da Constituição de 1937, buscando sempre apresentar o elemento democrático neles contidos. Afinal, segundo o Governo, o Estado Novo não teria suprimido a democracia, mas a adaptado ao novo contexto nacional e regulamentado garantias individuais.

Essas orientações não se alteram significativamente nos volumes seguintes. Conforme constam no quadro 9, no volume VII, intitulado *No limiar de uma nova era – 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940*, o Estado Novo trouxe trinta e dois discursos em trezentas e cinquenta páginas.

Quadro 9 – Descrição do volume VII, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME VII	
TÍTULO	<i>No limiar de uma nova era – 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940</i>
Nº DE PÁGINAS	350 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Agosto de 1940
PERÍODO DE COBERTURA	20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940
Nº DE DISCURSOS	32
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) Diretrizes da política econômica do Estado Novo: organizar a produção, intensificar o desenvolvimento das potencialidades agrícolas e maior exploração de suas “riquezas latentes”;</p> <p>b) Ferro, carvão e petróleo: o tripé do desenvolvimento, da emancipação e da independência econômica brasileira;</p> <p>c) Crédito agrícola: atividades agrárias estritamente relacionadas com o crescimento</p>

	<p>econômico;</p> <p>d) As zonas geoeconômicas e os principais problemas nacionais: agricultura, siderurgia, aparelhamento militar, transportes e moral (educação, saúde e cultura);</p> <p>e) Os limites dos países agrários exportadores de matérias- primas;</p> <p>f) Transição das indústrias de “sobremesa” (café, açúcar e frutas) para as indústrias básicas (ferro, petróleo e carvão);</p> <p>g) Equilíbrio da balança de pagamentos, crédito e fortalecimento do mercado interno;</p> <p>h) Desenvolvimento dos transportes para circulação das riquezas nacionais e escoamento da produção exportável;</p> <p>i) “No limiar de uma nova era”: as novas possibilidades brasileiras no contexto da Guerra;</p> <p>j) “Bastar-se a si mesmo”: aumento da produção nacional; industrialização de matérias- primas.</p>
<p>DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME</p>	<p>125. O Governo e a Imprensa perante a guerra. (Discurso respondendo as manifestações dos jornalistas por ocasião da visita ao edifício da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de outubro de 1939);</p> <p>126. A finalidade da Revolução de 1930. (Improviso na manifestação recebida em Porto Novo do Cunha, em 24 de outubro de 1939);</p> <p>127. A estrada de rodagem Rio - Bahia. (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, no Ginásio Leopoldinense, em Leopoldina, em 24 de outubro de 1939);</p> <p>128. O aparelhamento e a renovação do Exército. (Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pelo Exército, em 10 de novembro de 1939);</p> <p>129. A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas. (Discurso pronunciado, no Palácio do Catete, ao ser inaugurada a Conferência Nacional de Economia e Administração, em 10 de novembro de 1939);</p> <p>130. O cinquentenário da proclamação da República. (Discurso pronunciado antes do desfile das Forças Armadas de terra e mar, na praça Paris, ao comemorar-se o cinquentenário da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1939);</p> <p>131. A divisão do país em zonas geoeconômicas. (Discurso pronunciado no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração, em 18 de novembro de 1939);</p> <p>132. O Imperador D. Pedro II e os seus grandes serviços ao Brasil. (Discurso pronunciado na catedral de Petrópolis, ao ser inaugurado o mausoléu dos imperadores D. Pedro II e D^a Teresa Cristina, em 5 de dezembro de 1939);</p> <p>133. O bem-estar e a saúde das mães e das crianças. (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em comemoração ao Natal, em 24 de dezembro de 1939);</p> <p>134. O ensino técnico-profissional. (Discurso pronunciado em São Paulo, ao parabenizar a turma dos diplomados de 1939, no Instituto Profissional Masculino, em 5 de janeiro de 1940);</p> <p>135. A cultura do algodão em São Paulo e a economia nacional. (Improviso em Campinas, por ocasião de se instalar o 3^o Congresso algodoeiro, em 7 de janeiro de 1940);</p> <p>VISITA AO ESTADO DE SANTA CATARINA</p> <p>136. As bases navais do Brasil. (Discurso pronunciado ao inaugurar-se a base de aviação naval de São Francisco, Santa Catarina, em 9 de março de 1940);</p> <p>137. O sentimento de brasilidade em Blumenau. (Discurso pronunciado no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, por ocasião do banquete oferecido pela municipalidade, em 10 de março de 1940);</p> <p>138. Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas. (Discurso pronunciado no edifício da Assembleia Legislativa, em Florianópolis, por ocasião do banquete oferecido pelo interventor do Estado, em 11 de março de 1940);</p> <p>VISITA AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</p> <p>139. Em dois anos do novo regime. (Improviso, na sacada do Palácio do governo, em</p>

	<p>Porto Alegre, após o desembarque, agradecendo as manifestações da população, em 12 de março de 1940);</p> <p>140. O estabelecimento de frigoríficos nacionais e preparação da carne a frio. (Improviso, por ocasião do churrasco oferecido pelos frigoríficos, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940);</p> <p>141. Realizações e projetos do Estado Novo. (Entrevista coletiva à imprensa, no Palácio do Governo, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940);</p> <p>142. Cooperação do comércio com o Governo, no Rio Grande do Sul. (Improviso na visita ao Palácio do Comércio, em Porto Alegre, agradecendo grande manifestação popular, em 13 de março de 1940);</p> <p>143. As classes conservadoras rio-grandenses. (Discurso pronunciado em Porto Alegre, por ocasião da homenagem das classes conservadoras, em 13 de março de 1940);</p> <p>144. Na campanha rio-grandense. (Improviso, em Rosário, em 16 de março de 1940);</p> <p>145. As manobras de Saican. (Discurso pronunciado em Saican, no almoço em que estiveram as altas autoridades militares presentes às manobras, 17 de março de 1940);</p> <p>VISITA AO ESTADO DE SÃO PAULO</p> <p>146. O Estádio do Pacaembu e a cultura cívica da mocidade. (Improviso, em São Paulo, na inauguração do Estádio de Pacaembu, em 27 de abril de 1940);</p> <p>147. O esforço dos prefeitos paulistas na obra reconstrutiva do Estado Novo. (Discurso pronunciado em agradecimento ao almoço oferecido pelos prefeitos paulistas, em 27 de abril de 1940);</p> <p>148. O espírito de progresso paulista harmônico com a obra do Governo Nacional. (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras paulistas, a 28 de abril de 1940);</p> <p>149. A política trabalhista do Governo e seus benefícios. (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1940);</p> <p>VISITA AO ESTADO DE MINAS GERAIS</p> <p>150. A atividade do povo mineiro e a mentalidade renovadora do Brasil. (Improviso, da sacada do Palácio da Liberdade, agradecendo as manifestações populares, na recepção em Belo Horizonte, em 12 de maio de 1940).</p> <p>151. O Minas Tênis Clube e a melhoria das condições físicas do homem. (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, na inauguração do Minas Tênis Clube, em 12 de maio de 1940);</p> <p>152. Forma jurídica definitiva para o novo regime. (Discurso pronunciado no Minas Tênis Clube, agradecendo ao banquete oferecido pelo governador do Estado, em 13 de maio de 1940);</p> <p>153. A Exposição de mapas municipais. (Improviso, na inauguração da exposição de mapas municipais, em 29 de maio de 1940);</p> <p>154. No limiar de uma nova era. (Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado <i>Minas Gerais</i>, capitania da esquadra Nacional, em 11 de junho de 1940);</p> <p>155. Intercâmbio comercial do Brasil com países americanos. (Discurso pronunciado na sessão semanal do Conselho Federal, a propósito do envio de uma comissão comercial brasileira a países da América, em 17 de junho de 1940);</p> <p>156. A posição do Brasil na América. (Discurso pronunciado na Ilha do Viana, ao realizar-se a homenagem da Federação dos Marítimos, em 29 de junho de 1940).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

A deflagração da Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939, é o tema de abertura desse volume. Em *O Governo e a Imprensa perante a guerra*, o Estado Novo argumentou na direção de uma neutralidade do Brasil diante do conflito mundial e proclamou o papel da imprensa na formação material e moral da nação.

Agregado a isso, *A finalidade da Revolução de 1930* apresentou a Constituição de 1937 como o sentido renovador do movimento de 1930. Claramente, com um olhar retrospectivo, o Governo sustentou que somente com o desenrolar dos acontecimentos desse processo foi possível perceber seu *movimento profundo* de descontentamento popular. Em sua base, o objetivo do episódio de 1930 era o de restaurar economicamente e renovar espiritualmente o Brasil, colocando-o sob uma organização nacional de *bases sólidas e definitivas*. Por isso, a colaboração com o Estado Novo correspondia à consciência coletiva, uma vez que não haveria nesse processo *nem vencedores nem vencidos*. O argumento organicista e corporativista foi utilizado para debater a democracia política e os partidos. Esses foram substituídos pela *verdadeira democracia* e pela *democracia econômica*. A referência do regime como *novo*, portanto, em construção, era uma retórica constantemente recorrente nos discursos desde início da década, mas ganhou maiores invocações após a instalação do regime de 1937.

Foi no volume VII que o Governo Vargas apresentou pela primeira vez a tríade *ferro, carvão e petróleo* como eixo basilar do desenvolvimento brasileiro e da emancipação econômica. Na verdade, na maioria dos discursos desse volume, há referências, seja de forma direta ou indireta, a essa associação.

No discurso *A estrada de rodagem Rio - Bahia*, os aspectos econômicos são tecidos de forma a contestar-se uma possível herança colonial, lançando o desafio de industrializar o petróleo e instalar a siderurgia. Esses elementos foram discutidos também em *O espírito de progresso paulista harmônico com a obra do Governo Nacional*, *A cultura do algodão em São Paulo e a economia nacional*, *Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas*, e *Realizações e projetos do Estado Novo*.

Se antes a produção industrial estava mais próxima da diversificação agrícola, nos discursos do volume VII o governo apontou claramente as indústrias básicas – simbolizadas na referida tríade – como os principais elementos de edificação do desenvolvimento brasileiro e da autonomia econômica. Portanto, era necessário findar com a condição de produtor de matérias-primas para vislumbrar novos caminhos para a independência econômica mediante a exploração dessas indústrias básicas.

Nesse sentido, o volume apresenta três eixos principais: a) *crédito* para o tratamento industrial aos recursos naturais energéticos. Considerou também que o capital externo deveria corresponder ao “soerguimento” econômico do país e não à reprodução de nossa condição histórica de fornecedores de matérias-primas; b) *produção*, com maior diversificação e industrialização dos produtos agrícolas; e c) desenvolvimento dos *transportes* e das *comunicações* para homogeneização do mercado interno, pois esse setor dependia da circulação de produtos, fortalecimento do mercado interno e escoamento da produção.

Há preocupação com a produção e com o crédito rural, sendo sempre justificados pelo fato de estarem estreitamente relacionados ao crescimento econômico nacional. Alegou não ser plausível limitar os investimentos ao aperfeiçoamento urbano, enquanto a lavoura sobreviver com dificuldades. Fez apelo para investimentos particulares para o crédito rural àqueles setores agrícolas que não conseguiam se estabelecer.

Pensando nas potencialidades latentes brasileiras que deveriam ser exploradas, o governo apresentou um Inquérito dos Municípios, exposto em *A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas*. Ele consiste num diagnóstico da situação dos municípios brasileiros em fins da década de 30. Esse documento delineava as condições, as possibilidades regionais e as diretrizes para a diversificação agrícola e para o incentivo dos produtos exportáveis. Por outro lado, a policultura era considerada fundamental para estimular e fortalecer tanto o mercado interno quanto melhorar a projeção de produtos nacionais no mercado internacional.

Assim, percebe-se que a política econômica do Estado Novo estava orientada para organizar a produção e para intensificar o desenvolvimento de potencialidades nacionais. Entretanto, segundo o Governo, para que houvesse a expansão econômica eram necessárias a preparação técnica e a educação profissional para corresponder às demandas das indústrias, da defesa e das comunicações. Por meio do pronunciamento de *O ensino técnico-profissional*, o Governo considerou imprescindível a promoção do ensino agrário, com escolas e institutos agrícolas, e a profissionalização e preparo técnico para as indústrias, mediante escolas de fábricas.²⁸

Desta forma, para o Governo Vargas, os principais aspectos da vida interna brasileira seriam: capacidade para se financiar e se manter a estabilidade econômica a

²⁸Cabe destacar que ao longo do volume, percebe-se uma preocupação do governo com capacidade técnica que pudesse orientar o desenvolvimento e o crescimento brasileiro seja agrário, seja industrial.

ponto de expandir a indústria e a cultura agrícola; ampliar a educação e a saúde pública; explorar industrialmente nossos recursos minerais; legislar as necessidades nacionais; defender os interesses do Brasil e propagar a sua imagem no exterior. Elementos igualmente requisitados eram a expansão das exportações e o equilíbrio da balança de pagamentos.

Na ocasião, no discurso *A divisão do país em zonas geoeconômicas*, o Governo argumentou a transição das indústrias de “sobremesa” (café, açúcar e frutas) para as indústrias básicas. Reforçou a ideia de que o Brasil precisava superar sua histórica tendência de produtor de matérias-primas de origem animal e vegetal para se lançar à independência econômica, mediante a exploração industrial do ferro, carvão e do petróleo. A partir desses pontos, retomou a ideia de fronteiras políticas e fronteiras econômicas e expôs a intenção de criar um Banco Central para controlar as necessidades econômicas do país.

Ao final do volume há o importante discurso a bordo do Encouraçado Minas Gerais: *No limiar de uma nova era*.²⁹ Com posicionamento marcadamente organicista e antiliberal, valendo-se de um argumento da neutralidade diante da Segunda Guerra Mundial, o chefe do Estado Novo visualizou novos horizontes para o Brasil diante do grande conflito.

A *nova era* emergiria do contexto *tumultuoso e fecundo* do confronto mundial em que a riqueza e a economia equilibrada seriam decorrentes do *trabalho construtor*. Essa estrutura se fundamentava na ação do Estado para organizar as forças produtivas, ainda que, para atingir o progresso, houvesse o sacrifício do indivíduo. Seria assim que a *democracia econômica* substituiria a *democracia política* e o regime se adaptaria às reais necessidades do Brasil. Nesse ínterim, de mercados fechados, o Brasil teria condições de aumentar sua produção nacional e construir uma estrutura sólida capaz de conduzi-lo ao *bastar-se a si mesmo*, ao menos durante a Guerra.

Com o título *Ferro, Carvão, Petróleo – 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941*, o volume traz as visitas do chefe do Estado Novo aos estados de Goiás, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Quadro 10 – Descrição do volume VIII, questões centrais e discursos arrolados

²⁹ Sobre a repercussão e as consequências desse discurso, ver Corsi, 2000, pp. 158-164.

VOLUME VIII	
TÍTULO	<i>Ferro, Carvão, Petróleo – 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941</i>
Nº DE PÁGINAS	311 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Outubro de 1941
PERÍODO DE COBERTURA	7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941
Nº DE DISCURSOS	32
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) A Marcha para o Oeste: povoamento do território e exploração racional das riquezas nacionais;</p> <p>b) <i>Hinterland</i>: “densidade demográfica e desenvolvimento industrial”;</p> <p>c) Leitura da década de 1930: os antecedentes e as características da Revolução de 1930, as ameaças à Nação e a Constituição de 10 de novembro de 1937 como revitalizados dos princípios da revolução de outubro;</p> <p>d) Substituição da monocultura pela “industrialização organizada”;</p> <p>e) A produção industrial supera a produção agrícola;</p> <p>f) Estado Novo afastou o país de sua condição histórica de economia semicolonial e o direcionou aos rumos definitivos da industrialização;</p> <p>g) Ferro, carvão e petróleo: fundamentais à expansão econômica, permitindo ao Brasil “basta-se a si mesmo”;</p> <p>h) “Reformas políticas, empreendimentos industriais e tarefas educacionais”: correspondem à união econômica da nacionalidade;</p> <p>i) Industrialização das matérias-primas, reposicionamento no mercado internacional e capitais estrangeiros;</p> <p>j) Estado Novo: “mais uma democracia econômica que política”.</p>
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>RUMO AO OESTE</p> <p>157. Atualidade e futuro de Goiás. (Discurso pronunciado, no Palácio do Governo, em Goiânia, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor do Estado, em 7 de agosto de 1940);</p> <p>158. Cruzada rumo ao Oeste. (Improviso inaugurando, em Goiânia, em 8 de agosto de 1940, a Associação Cívica “Cruzada Rumo ao Oeste”);</p> <p>159. O recenseamento de 1940. (Entrevista à Imprensa, em 31 de agosto de 1940);</p> <p>160. O culto da Pátria e o dever de cada brasileiro. (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, perante a concentração cívica da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1940);</p> <p>VISITA À AMAZÔNIA E AO NORDESTE</p> <p>161. Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará. (Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do Estado, em 6 de outubro de 1940);</p> <p>162. A terra amazônica do Pará e o trabalhador paraense. (Improviso agradecendo a manifestação das classes proletárias paraenses, em Belém, em 8 de outubro de 1940);</p> <p>163. Os portugueses no Brasil. (Improviso agradecendo a manifestação da Colônia portuguesa do Pará, no Palácio do governo, em 8 de outubro de 1940);</p> <p>164. O destino brasileiro do Amazonas. (Discurso pronunciado no Ideal Clube, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor e pelas classes conservadoras do Estado, em 9 de outubro de 1940);</p> <p>165. Conferência das nações amazônicas. (Entrevista concedida à Associação Press, em Porto Velho, em 14 de outubro de 1940);</p>

166. O Ceará e os seus homens de trabalho. (Improviso agradecendo, em Fortaleza, a manifestação das classes operárias, em 15 de outubro de 1940);

167. Pernambuco, o seu povo e o seu governo. (Improviso na sacada do Palácio do Governo, agradecendo as grandes manifestações populares, por ocasião da chegada a Recife, em 18 de outubro de 1940);

168. Rejuvenescimento econômico e social de Pernambuco. (Discurso pronunciado no Clube Internacional, em Recife, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 19 de outubro de 1940);

169. Os diplomas pelas escolas superiores e a necessidade de especialização. (Discurso pronunciado em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia, ao receber o diploma de doutor *Honoris Causa*, em 20 de outubro de 1940);

170. O petróleo de Lobato e o maior progresso da Bahia. (Improviso agradecendo o banquete oferecido no Palácio da Aclamação, em Salvador, pelo Interventor do Estado, 20 de outubro de 1940);

171. A industrialização do ferro – base de nova estrutura econômica do Brasil. (Improviso agradecendo a manifestação dos metalúrgicos, no Palácio do Catete, em 6 de novembro de 1940);

DEZ ANOS DE GOVERNO

172. A Revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937. (Improviso perante a grande concentração operária da Esplanada do Castelo, em 9 de novembro de 1940);

173. A reorganização e o reaparelhamento do Exército no decênio 1930 – 1940. (Discurso pronunciado no Ministério da Guerra, por ocasião do almoço oferecido pelo Exército, após inaugurar a exposição retrospectiva das realizações do mesmo nos dez anos findos, em 10 de novembro de 1940);

174. A obra de dez anos de governo. (Discurso pronunciado, no grande banquete do aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em 11 de novembro de 1940);

EM PORTO ALEGRE

175. Atividades do Governo. (Entrevista aos jornalistas do Rio Grande do Sul, no Palácio do Governo, momentos após a chegada a Porto Alegre, em 12 de novembro de 1940);

176. Porto Alegre – a grande concentração urbana do Sul do país. (Discurso pronunciado no Clube do Comércio, agradecendo o banquete oferecido pelas classes produtoras e trabalhadoras, em 12 de novembro de 1940);

177. A cultura e a máquina. (Discurso pronunciado na Universidade de Porto Alegre, agradecendo o título de professor *Honoris causa*, em 13 de novembro de 1940);

178. O Departamento Administrativo do Estado. (Improviso por ocasião da visita ao Departamento Administrativo do Estado, em Porto Alegre, em 18 de novembro de 1940);

179. O “Livro do Mérito”. (Palavras proferidas no Palácio do Catete, ao instalar-se a Comissão do Livro do Mérito, perante a respectiva comissão, em 21 de novembro de 1940);

180. Os oficiais das forças armadas. (Discurso pronunciado no pátio do quartel do Centro de Preparação dos oficiais de reserva, por ocasião da declaração de aspirante a oficial dos alunos que concluíram o curso, em 7 de dezembro de 1940);

181. O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação. (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas Classes Armadas, no Automóvel Clube, em 31 de dezembro de 1940);

182. Na primeira hora de 1941. (Oração pronunciada ao Microfone do Departamento de Imprensa e Propaganda, no Palácio Guanabara, na primeira hora de 1941).

183. O trabalhador brasileiro no Estado Novo. (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de

	<p>1941);</p> <p>184. O Brasil e o México. (Entrevista concedida ao jornalista mexicano Sr. Daniel Morales, transcrita da <i>Revista Hoy</i>, na imprensa brasileira, em 20 de maio de 1941);</p> <p>185. O Brasil perante a América e o Mundo. (Entrevista concedida ao enviado especial de <i>La Nacion</i>, Sr. Fernando Ortiz Echague, publicada em Buenos Aires, a 26 de junho de 1941 e transcrita na imprensa brasileira, em 27 do mesmo mês);</p> <p>186. O Brasil e a Argentina. (Entrevista concedida ao enviado especial de <i>La Prensa</i> ao Rio de Janeiro, Sr. Ricardo Saenz Tayes, publicado, em Buenos Aires em 26 de junho e, transcrita na imprensa brasileira, em 27 do mesmo mês);</p> <p>187. A Independência dos Estados Unidos da América. (Saudação ao povo e ao governo dos Estados Unidos da América, irradiada pela cadeia radiofônica da “Columbia BroadCasting System”, na noite de 4 de julho de 1941)</p> <p>188. Saudação à Argentina. (Saudação ao povo argentino e ao seu governo, na data da independência nacional, irradiada na “Hora do Brasil” e retransmitida pela Rádio Belgrano, de Buenos Aires, em 9 de julho de 1941).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

A campanha da “Marcha para o Oeste”, ou *Hinterland*, como se referia Getúlio, foi contundentemente retomada no volume VIII. Em visitas ao Norte e Nordeste do país, o Governo produziu uma série de discursos que expressavam sua visão acerca das regiões consideradas *retardadas* ou pouco povoadas. Nesse sentido, são sintomáticos os pronunciamentos: *Atualidade e futuro de Goiás, Cruzada rumo ao Oeste, Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará, O destino brasileiro do Amazonas e Conferência das nações amazônicas*.

A ocupação desses “espaços vazios” nos conduziria à “*densidade demográfica e desenvolvimento industrial*”, por isso, o *hinterland* seria uma expressão de nacionalidade ao integrar em todo território os modernos processos de cultura, proporcionando unidade entre as fronteiras políticas e as fronteiras econômicas. Os discursos no Norte e Nordeste apresentam uma preocupação com o conhecimento técnico e racional capaz de explorar nossas riquezas.

Essa necessidade pode ser observada no caso do petróleo que, além de peritos nessa indústria, requer intensos investimentos para a sua exploração. Desta forma, as atividades que se têm realizado, seja na agricultura, seja na indústria, precisam transitar do empírico para a exploração racional. Em *Os diplomas pelas escolas superiores e a necessidade de especialização* e *A cultura e a máquina* associou progresso técnico, poder material e força espiritual da Nação.

O argumento apresentado por Vargas era o de que a *Cruzada rumo ao Oeste* traduzia o *verdadeiro sentido de brasilidade*. Retomou a noção de fronteiras políticas e fronteiras econômicas, acentuando que, embora haja unidade política, vivemos em *arquipélagos* formados por ilhas entrepostas por *espaços vazios*. Além dessas

comunidades *descerem à civilização*, havia também a necessidade de localizar nesses territórios, forças capazes de assegurar nossa expansão futura. Estudar as condições econômicas e as potencialidades locais para integrá-las à exploração industrial, consistia na ação patriótica nessas regiões no auxílio ao surto de desenvolvimento nacional.

Outro elemento fundamental desse volume consiste no balanço apresentado nas comemorações dos dez anos de governo, no qual realizou uma análise retrospectiva da década de 30 e suas transformações.

Os três discursos em comemoração aos dez anos de governo (*A Revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937, A reorganização e o reaparelhamento do Exército no decênio 1930 – 1940 e A obra de dez anos de governo*) estruturam-se a partir de uma leitura do período anterior a 1929 e os condicionantes da revolução. Neles se expôs uma visão sobre a década de 1930, evidenciando-se os princípios que orientaram a reconstrução nacional, como estavam contidos na Revolução de 30 e suas ramificações na Constituição de 1937. Também se procura apresentar um balanço das ações governamentais, sobretudo, financeiras e administrativas, do decênio 30-40.

A análise retrospectiva da década de 30, realizada pelo Chefe do Governo, estava embasada no escopo organicista. As leis foram apresentadas como resultante da harmonização, realizada pelo Estado, entre as forças do progresso social, dado que o aperfeiçoamento material e cultural ocorre na paz e na eliminação de antagonismos. Tanto o operário quanto o industrial, o patrão e o empregado, eram, portanto, trabalhadores a serviço da Nação.

Após esse preâmbulo, aponta que, anteriormente a 30, o país estava corrompido pela representação democrática liberal, pelos partidos políticos, pela política econômica e financeira do *laissez faire* e da não intervenção estatal. Ao aludir às características da economia brasileira, o Governo justificava a alteração política pelos avanços econômicos. Assim, embasava discursivamente uma substituição da democracia política pela democracia econômica. A defesa de um caráter democrático do Estado Novo também aparece em duas entrevistas de 1941: *O Brasil perante a América e o Mundo* e *O Brasil e a Argentina*.

Dando continuidade à revisão da década, nos discursos *O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação* e Na primeira hora de 1941, de fins de 1940, o enfoque é dado à questão econômica e à política externa. Apontando as mazelas decorrentes do agrarismo e a industrialização organizada como meio de superar a

condição histórica de fornecedor de matérias-primas, Vargas sustentou que, mesmo no momento da Grande Guerra, a economia brasileira mantinha suas diretrizes: expansão do mercado interno, aumento do poder aquisitivo da população e transição dos *velhos moldes agrários* para a industrialização dos recursos naturais. Com esses princípios teríamos condições de reposicionar o país no mercado internacional. Concluiu que essa estrutura poderia contar com recursos estrangeiros, desde que respeitadas as necessidades nacionais.

Por fim, as Forças Armadas também eram contempladas no esboço da década, ao se destacar uma sincronia entre indústria bélica e desenvolvimento nacional. Ambos estariam entrelaçados não apenas nos aspectos industrial e econômico, mas também no âmbito moral e cívico.

No encerramento do volume, constam os discursos que abordam a política externa brasileira, em especial, com relação ao Continente Americano. Consistem em entrevistas à imprensa mexicana e argentina e transmissões em cadeia radiofônica para os povos dos Estados Unidos e Argentina, na ocasião das comemorações da Independência desses dois países.

Esses discursos incidem na projeção de uma biografia de Vargas e sua atuação como Chefe da Nação, na cooperação entre as nações americanas e no alinhamento à *política da boa vizinhança*, desenvolvida pelos Estados Unidos. Além das diretrizes da política econômica, a esfera política é bastante referenciada sob o argumento de que o Brasil é *mais uma democracia econômica que política*. Assim, o Estado Novo justificava que, embora o país não tivesse Câmara de Deputados, havia liberdade e democracia.

No volume IX, denominado *O Brasil na guerra – 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943*, publicado em julho de 1943, constam trinta e nove discursos distribuídos em trezentas e trinta e cinco páginas. Como exposto no quadro 11, esse volume pode ser demarcado em quatro grandes temas: 1) Marcha para o Oeste; 2) Visita a São Paulo; 3) O Brasil na Guerra; e 4) O Quinto Aniversário do Estado Nacional.

Quadro 11 – Descrição do volume IX, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME IX	
TÍTULO	<i>O Brasil na guerra – 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943</i>
Nº DE PÁGINAS	335 páginas

DATA DE PUBLICAÇÃO	Julho de 1943
PERÍODO DE COBERTURA	14 de julho de 1941 a 1º de janeiro de 1943
Nº DE DISCURSOS	39
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) Marcha para o Oeste: matéria-prima, escoamento da produção e expansão comercial;</p> <p>b) Integração com países fronteiriços;</p> <p>c) Transportes e sistema ferroviário brasileiro;</p> <p>d) Indústrias de base e a siderurgia;</p> <p>e) Brasil na Guerra: relações com EUA e as ações do governo brasileiro no conflito mundial;</p> <p>f) Brasil na Guerra: retaliação à agressão da soberania nacional.</p>
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>189. A inteligência argentina e a inteligência brasileira. (Discurso pronunciado, no Palácio do Catete, perante a Embaixada Universitária Argentina, agradecendo a oferta de três mil volumes e respondendo ao discurso do professor Nicanor Palacios Costa, em 14 de julho de 1941);</p> <p>VISITA AO ESTADO DE MATO GROSSO</p> <p>190. Iniciativas do Governo Federal em Mato Grosso. (Improviso agradecendo o banquete oferecido pelo Governo do Estado de Mato Grosso, realizado no Clube Corumbaense, em Corumbá, a 28 de julho de 1941);</p> <p>191. O Brasil e a Bolívia. (Discurso pronunciado por ocasião do almoço realizado na Estação Palmito, onde se encontra a ponta dos trilhos da estrada de ferro Brasil-Bolívia, em resposta à saudação do Chanceler Ostría Gutierrez, em 29 de julho de 1941);</p> <p>192. O dique seco e o Arsenal do Ladário. (Discurso inaugurando o dique seco e as remodelações do arsenal de Ladário, em 30 de julho de 1941);</p> <p>VISITA AO PARAGUAI</p> <p>193. O Brasil e o Paraguai. (Discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Assunção, agradecendo o banquete oferecido pelo Presidente Higinio Moríngio, em 1º de agosto de 1941);</p> <p>194. A influência construtiva das universidades. (Improviso agradecendo o título de doutor <i>honoris causa</i>, conferido pela Universidade do Paraguai, em Assunção, em 3 de agosto de 1941);</p> <p>195. Aproximação e compreensão entre o Brasil e o Paraguai. (Entrevista coletiva à imprensa paraguaia, na legação do Brasil em Assunção, em 3 de agosto de 1941);</p> <p>DE VOLTA AO BRASIL - ESTADO DE MATO GROSSO</p> <p>196. Campo Grande - entroncamento de duas importantes ferrovias. (Improviso agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras, em Campo Grande, na sede do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, em 5 de agosto de 1941);</p> <p>197. O Exército - pioneiro do desbravamento da terra e centro de irradiação cívica. (Discurso pronunciado em Cuiabá, no almoço oferecido após a inauguração do quartel do 16º B.C., em 6 de agosto de 1941);</p> <p>198. Exemplo de trabalhador brasileiro. (Improviso, por ocasião da grande homenagem das classes trabalhadoras, em Cuiabá, na noite de 7 de agosto de 1941);</p> <p>199. Mato Grosso e o intercâmbio do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. (Discurso agradecendo o banquete oferecido em Cuiabá, no Palácio do Governo de Mato Grosso, em 7 de agosto de 1941);</p>

200. A Embaixada Especial Portuguesa. (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em resposta ao Sr. Júlio Dantas, por ocasião da entrega das credenciais creditando-o Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, como chefe da Embaixada Especial Portuguesa e da Banda das Três Ordens, conferida pelo governo de Portugal, em 9 de agosto de 1941);

201. A união brasileira e a solidariedade americana. (Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1941).

202. A eficiência do funcionário e o aperfeiçoamento do serviço público. (Discurso por ocasião do almoço de confraternização oferecido no Automóvel Clube, pelos servidores do Estado, a 28 de outubro de 1941);

203. A Pátria no amor de seus filhos. (Discurso em resposta à saudação do Ministro General Eurico Dutra, por ocasião do almoço oferecido pelo Exército, no Palácio da Guerra, em 10 de novembro de 1941);

VISITA A SÃO PAULO

204. A Segunda Feira Nacional de Indústrias. (Discurso pronunciado em São Paulo, na visita feita à Segunda Feira Nacional das Indústrias, respondendo à saudação do Sr. Dr. Roberto Simonsen, em 23 de novembro de 1941);

205. A ação e o lugar dos moços. (Discurso pronunciado no Palácio dos Campos Elíseos, São Paulo, agradecendo a manifestações dos acadêmicos paulistas, a 24 de novembro de 1941);

206. As forças do Exército em São Paulo. (Improviso, no 4º Esquadrão de cavalaria, em São Paulo, agradecendo a saudação do General Maurício Cardoso, em 26 de novembro de 1941);

207. O café e a lavoura paulista. (Improviso, na visita feita à Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, em 26 de novembro de 1941);

208. O bacharel e a evolução do Direito nacional. (Discurso pronunciado no Teatro Municipal, como paraninfo dos bacharéis da turma do cinquentenário da Faculdade Nacional de Direito, em 20 de dezembro de 1941);

209. O Brasil em paz perante a guerra. (Discurso pronunciado no Automóvel Clube, por ocasião do banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 31 de dezembro de 1941);

210. A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. (Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes, por ocasião de se instalar a terceira reunião de consulta dos Chanceleres Americanos, em 15 de janeiro de 1942);

211. O Governo e a Imprensa. (Improviso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, agradecendo o almoço oferecido pelos jornalistas, em 17 de janeiro de 1942);

212. A paz entre o Peru e o Equador. (Discurso pronunciado no Palácio Rio Negro, Petrópolis, por ocasião da troca de ratificações do protocolo de paz, amizade e limites entre Peru e o Equador, em 31 de janeiro de 1942);

213. Dia do Trabalho - Dia do Operário. (Discurso lido no Estádio do Vasco da Gama, pelo Ministro do Trabalho, Sr. Marcondes Filho, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1942);

BRASIL EM GUERRA

214. Justa exalação patriótica. (Improviso no Palácio Guanabara, recebendo o povo, que foi manifestar o seu protesto contra a agressão do eixo à soberania nacional, em 18 de agosto de 1942);

215. Os marítimos de luto, mas sem desânimo. (Improviso no Palácio Guanabara, agradecendo a manifestação de solidariedade dos marítimos do Lóide Brasileiro, em 21 de agosto de 1942);

216. Confiança do Brasil na juventude e nas mães brasileiras. (Discurso

	<p>pronunciado no aeroporto Santos Dumont, a propósito da homenagem cívico-militar de 1º de setembro de 1942, e por ocasião da missa campal celebrada por iniciativa dos colégios do Rio de Janeiro);</p> <p>217. O protesto do trabalhador brasileiro contra a agressão do Eixo. (Improviso, na sacada do Palácio do Catete, na grande manifestação dos trabalhadores nacionais, em 2 de setembro de 1942);</p> <p>218. Os servidores da Nação. (Discurso pronunciado em agradecimento da manifestação de solidariedade dos funcionários públicos, em 3 de setembro de 1942);</p> <p>219. O Brasil agredido reage dignamente. (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, por ocasião da “Hora da Independência”, perante da multidão, com a presença do General Agustin Justo, em 7 de setembro de 1942);</p> <p>220. Aos novos engenheiros da Escola Técnica do Exército. (Discurso pronunciado como paraninfo dos novos engenheiros da Escola Técnica do Exército, em 26 de outubro de 1942);</p> <p>O QUINTO ANIVERSÁRIO DO ESTADO NACIONAL</p> <p>221. A aviação brasileira. (Discurso pronunciado no Jockey Clube, por ocasião do almoço oferecido pela Aeronáutica, em 8 de novembro de 1942);</p> <p>222. A Marinha do Brasil em guerra. (Discurso pronunciado pelo banquete oferecido pela Armada Nacional, no Ministério da Marinha, em 9 de novembro de 1942);</p> <p>223. Amigos leais do Governo: os trabalhadores do mar. (Improviso por ocasião da visita à Ilha do Viana onde se realizou a manifestação dos trabalhadores da organização Lage, em 9 de novembro de 1942);</p> <p>224. O Exército do Brasil. (Discurso pronunciado no Ministério da Guerra, por ocasião do almoço oferecido pelo General Eurico Dutra, em 10 de novembro de 1942);</p> <p>225. O primeiro lustro do Estado Nacional. (Discurso pronunciado no Teatro Municipal, ao ser comemorado o quinto aniversário do Estado Nacional, em 10 de novembro de 1942);</p> <p>226. As forças armadas em torno do Chefe do Governo e a preparação militar do país. (Discurso pronunciado no aeroporto Santos Dumont, presidindo o almoço de confraternização das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica, em 31 de dezembro de 1942);</p> <p>227. Saudação e concitamento aos brasileiros. (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara e irradiado para todo país, no primeiro momento de 1943).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Nos discursos *O Brasil e a Bolívia*, *O Brasil e o Paraguai*, *Campo Grande – entroncamento de duas importantes ferrovias*, *Mato Grosso e o intercâmbio do Brasil com a Bolívia e o Paraguai*, o eixo fundamental é a expansão econômica da região fronteira. Cada um dos discursos, com seus enfoques específicos, aponta as consequências do agrarismo e a necessidade do desenvolvimento fundamentado nas indústrias de base. A questão central da Marcha para o Oeste, além da ocupação de um território considerado *vazio*, era a garantia da apropriação nacional das matérias-primas ali localizadas (então Mato Grosso) e a ligação com os países do Continente, sobretudo Paraguai e Bolívia.

A preocupação do Governo, na apropriação de matérias-primas, estava também associada às duas frentes fronteiriças: Ponta Porã (saída para o Paraguai e, conseqüentemente, atingindo linhas férreas argentinas) e Corumbá (ligação com a

Bolívia). Ao que parece, além de pensar nessas regiões como fornecedoras de matérias-primas, elas seriam também fundamentais para a expansão comercial.

Já a visita a São Paulo foi canalizada para uma espécie de “convencimento” dos industriais e, conseqüentemente, de seus recursos privados para investirem nas indústrias de base. A *Segunda Feira Nacional de Indústrias* consiste num importante discurso em relação a como o Estado Novo via a indústria naquele momento: seu inevitável desenvolvimento e os desafios para sua implementação. O destaque é sempre dado à siderurgia, mas também aparecem constantemente energia elétrica, combustíveis e ferro. São setores sempre apontados como fundamentais ao desenvolvimento brasileiro.

Os discursos também são destinados ao setor agrário, sobretudo, do interior do Estado paulista. Dever-se-ia perceber que o progresso da agricultura depende do nosso avanço na fabricação de equipamentos para o campo.

Na sessão sobre o Brasil na Guerra, o aspecto econômico deixa de ser o núcleo central dos discursos do governo. O pressuposto sustentado aqui é a defesa da soberania nacional, agredida com os ataques dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) aos navios brasileiros e a constante aproximação e apoio aos Estados Unidos. Os apelos feitos a vários setores da sociedade brasileira (Forças Armadas, Imprensa, operários, juristas, funcionários públicos, engenheiros, etc.) valiam-se dos argumentos cívicos e patrióticos em defesa da Nação agredida.

Com esses argumentos, na última sessão do volume, *Quinto Aniversário do Estado Nacional*, o Estado Novo retomou a questão do desenvolvimento. Ressaltando incisivamente que a posição histórica brasileira de fornecedor de matéria-prima consistiu um empecilho para o desenvolvimento, indústrias brasileiras deveriam acompanhar as necessidades de guerra e de paz, aspecto que deve ser ressaltado na condução do nosso parque industrial. Há direcionamentos às Forças Armadas entendidas em suas múltiplas dimensões, inclusive, as relações com a industrialização.

Assim como nos volumes anteriores, ao longo de todo volume IX, mais em algumas partes, menos em outras, o Chefe de Estado traz a concepção de que o agrarismo acarretou retrocesso ao não promover a prosperidade econômica.

A abertura do volume X ocorre com o discurso de Getúlio Vargas nas comemorações do 1º de maio de 1943. Com o título *O Brasil na Guerra – 1º de maio de*

1943 a 24 de maio de 1944, Publicado em outubro de 1944, esse volume traz trinta e um discursos ao longo de trezentas e nove páginas.

Quadro 12 – Descrição do volume X, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME X	
TÍTULO	<i>O Brasil na Guerra – 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944</i>
Nº DE PÁGINAS	309 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Outubro de 1944
PERÍODO DE COBERTURA	1º maio de 1943 a 24 de maio de 1944
Nº DE DISCURSOS	31
QUESTÕES CENTRAIS	<p>a) Política trabalhista e a Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>b) O Brasil na Guerra: a “batalha militar” e a “batalha da produção”;</p> <p>c) O essencial e o urgente para o Brasil: vencer a guerra, fortalecer sua independência política e completar sua independência econômica;</p> <p>d) Projeções para o período pós-guerra;</p> <p>e) Energia elétrica e desenvolvimento industrial;</p> <p>f) O problema siderúrgico e a histórica ação “dilatória”;</p> <p>g) Emancipação econômica pelas Indústrias de Base: Usina Siderúrgica de Volta Redonda e Companhia Vale do Rio Doce.</p>
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>228. O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo. (Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1943);</p> <p>VISITA DO PRESIDENTE DO PARAGUAI AO BRASIL</p> <p>229. Comunhão de interesses vitais entre o Brasil e o Paraguai. (Discurso pronunciado no Itamarati, por ocasião do banquete oferecido pelo Governo brasileiro ao Presidente Higínio Morínigo, em 5 de maio de 1943);</p> <p>230. Volta Redonda e a capacidade construtiva dos brasileiros. (Discurso pronunciado em Volta Redonda, por ocasião do almoço oferecido ao presidente Higínio Morínigo, em 7 de maio de 1943);</p> <p>231. Tratado e Convênio entre Brasil e Paraguai. (Improviso respondendo ao Presidente Higínio Morínigo, no Palácio Guanabara, em 8 de maio de 1943, à propósito do ato do governo brasileiro declarando extinta a dívida de guerra do Paraguai e por motivo da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação e do Convênio de Turismo);</p> <p>232. Campanha da borracha. (Circular aos prefeitos, concitando-os a empenhar decisivos esforços para o êxito do “Mês Nacional da borracha”, em 29 de maio de 1943);</p> <p>233. Mês nacional da borracha. (Manifesto ao povo brasileiro, por ocasião de se iniciar a campanha nacional de um mês em favor de mais borracha para a Guerra, em 1º de junho de 1943);</p> <p>234. A terra fluminense – centro de trabalho organizado e de progresso contínuo. (Improviso agradecendo o banquete em Campos, em 6 de junho de 1943);</p> <p>VISITA DO PRESIDENTE DA BOLÍVIA AO BRASIL</p>

235. O Brasil e a Bolívia bons vizinhos e bons amigos. (Discurso pronunciado no Itamarati, por ocasião do banquete oferecido ao General Enrique Peñaranda, Presidente da Bolívia, em 23 de junho de 1943);

236. O Chefe de Estado da Bolívia no Brasil. (Improviso respondendo à saudação do presidente Enrique Peñaranda, por ocasião do banquete oferecido na Embaixada da Bolívia, em 27 de junho de 1943);

237. As comemorações da Independência Nacional e a entrada do Brasil na guerra. (Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1943);

VISITA AO RIO GRANDE DO SUL

238. O esforço progressista dos fazendeiros de Uruguaiana. (Improviso no almoço oferecido pela Sociedade Pastoral de Uruguaiana, nesta cidade, em 7 de outubro de 1943);

239. A cooperação de Uruguaiana para o progresso do Estado. (Improviso respondendo à saudação do interventor federal, por ocasião do banquete oferecido no Clube Comercial, em Uruguaiana, em 7 de outubro de 1943);

240. A trigésima Exposição-Feira de Bagé. (Improviso inaugurando, na sede da Associação Rural de Bagé, a trigésima Exposição-feira de gado e agradecendo as manifestações populares recebidas, em 11 de outubro de 1943);

241. Bagé e o seu crescente desenvolvimento. (Improviso agradecendo ao banquete oferecido pela municipalidade na sede da Associação Rural, em Bagé, em 11 de outubro de 1943);

242. O espírito progressista das classes conservadoras de Pelotas. (Improviso agradecendo a grande manifestação de apreço das classes conservadoras de Pelotas, na Associação comercial da cidade, em 12 de outubro de 1943);

243. O problema da energia Elétrica e o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul. (Conferência com as classes conservadoras do Rio Grande do Sul, realizada no Palácio do Comércio de Porto Alegre, em 14 de outubro de 1943);

244. O arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e o interesse do povo e o governo do Brasil pelos seus soldados. (Discurso pronunciado ao inaugurar o novo arsenal de guerra do Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1943);

245. A nova sede do Ministério da Fazenda. (Discurso inaugurando o novo edifício do Ministério da Fazenda, em 10 de novembro de 1943);

246. A escola e a ação dos professores. (Discurso pronunciado no Instituto de Educação, por ocasião da formatura das novas professoras do Distrito Federal, em 18 de dezembro de 1943);

VISITA À SÃO PAULO

247. A política econômica do governo e os problemas vitais do país. (Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pela Federação das Indústrias em São Paulo, no Cassino Umuarama, em 21 de dezembro de 1943);

248. Assistência ao trabalho intelectual. (Improviso inaugurando o Serviço de Assistência ao Trabalhador, no DEIP de São Paulo, em 21 de dezembro de 1943);

249. A lavoura de São Paulo e o desenvolvimento econômico do Brasil. (Improviso no Parque da Águia Branca, em São Paulo, agradecendo o almoço oferecido pelos lavradores paulistas, a 22 de dezembro de 1943);

250. Na Academia Brasileira de Letras. (Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, empossando-se como substituto do acadêmico Alcântara Machado, em 29 de dezembro de 1943);

251. O Brasil e as suas forças armadas nas tarefas árduas da guerra. (Discurso pronunciado no almoço oferecido pelas Classes Armadas – Exército, Marinha e

	<p>Aeronáutica, em 31 de dezembro de 1943);</p> <p>VISITA AO PARANÁ</p> <p>252. O Brasil visto como um todo. (Discurso pronunciado no círculo militar do Paraná, em Curitiba, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor Federal, em 24 de janeiro de 1944);</p> <p>253. Nova terra da Promissão. (Improviso agradecendo a grande manifestação popular realizada na Avenida 15 de novembro, em Curitiba, a 24 de janeiro de 1944);</p> <p>254. A criação dos territórios nacionais. (Improviso agradecendo o banquete oferecido em Guaíra, no território de Ponta Porã, em 27 de janeiro de 1944);</p> <p>RIO DE JANEIRO</p> <p>255. A orientação renovadora do governo e da Imprensa. (Discurso agradecendo as homenagens dos jornalistas, por ocasião do almoço oferecido na sede da Associação Brasileira de Imprensa, em 15 de abril de 1944);</p> <p>SÃO PAULO</p> <p>256. Cooperação e solidariedade entre os grupos sociais. (Discurso pronunciado no Estádio Pacaembu, em São Paulo, por ocasião das comemorações do “Dia do Trabalhador”, em 1º de maio de 1944);</p> <p>RIO DE JANEIRO</p> <p>257. A preparação e o patriotismo do Corpo Expedicionário. (Improviso agradecendo a saudação do General Mascarenhas de Moraes, por ocasião dos exercícios do Corpo Expedicionário Brasileiro, no Campo de Gericinó, em 20 de maio de 1944);</p> <p>258. Confiança do Brasil no seu Corpo Expedicionário. (Discurso pronunciado por ocasião do desfile das Forças do Corpo Expedicionário Brasileiro, no pavilhão levantado próximo ao obelisco da Avenida Rio Branco, em 24 de maio de 1944).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Esse volume expressa uma preocupação do Governo Vargas em aprofundar o momento histórico da Guerra para alavancar mudanças internas. As possíveis oportunidades do Brasil no conflito foram sintetizadas pela expressão *batalha militar e batalha da produção* e pela argumentação em prol de uma *economia de paz e de guerra*.

Nesses aspectos, nota-se uma sincronia entre os termos argumentativos expressos acima ao contexto internacional e às necessidades nacionais. No discurso de abertura – *O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo* – essa concepção já estava delineada. Em *O esforço progressista dos fazendeiros de Uruguaiana*, apontou a existência de dois exércitos: um para a *batalha militar* e outro para a *batalha da produção*.

Para o governo Vargas, no contexto da Guerra, as nações se fecharam em autarquias agressivas, exacerbando seus nacionalismos e obstruindo qualquer aproximação, intercâmbio e relação diplomática. A reorganização das nações vitoriosas

deveria ocorrer sob princípios de liberdade, de justiça, e de entendimento. Isso só é possível, se houver o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico deve estar submetido à finalidade social. Assim, a economia mundial precisaria se estruturar a partir dessa nova concepção para que houvesse comércio pacífico e colaboração entre os povos, suprimindo as tiranias e os imperialismos.

Diante de todas essas questões impostas pela Guerra, o Brasil precisava se ater ao essencial e ao urgente: “vencer a guerra, preparar o país para fortalecer a sua independência política e completar sua independência econômica” (VARGAS, 1944, v. 10, p. 114. Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1943). Assim, a *batalha militar* estaria umbilicalmente relacionada à *batalha da produção*, na qual o país precisava *produzir mais, produzir melhor*, aspectos fortemente defendidos em *As comemorações da Independência Nacional e a entrada do Brasil na guerra*.

Além disso, as exigências internas direcionariam a nova estrutura econômica brasileira, caberiam a elas: diminuir o encarecimento da vida; melhorar a remuneração tanto do funcionalismo quanto dos trabalhadores industriais e do comércio; extrair o máximo dos transportes; evitar *açambarcamento* de nossas riquezas por exploradores; *produzir mais e mais* nas fábricas e nas lavouras; continuar os grandes empreendimentos das indústrias de base. Porém, nesse volume, o problema siderúrgico vem acompanhado da leitura histórica sobre a questão no Brasil, que somente recebeu novo tratamento após 1930.

Na mesma lógica de tentar ressaltar os aspectos considerados inovadores de seu Governo, ao ser empossado como substituto de Alcântara Machado, na Academia Brasileira de Letras, Vargas ressalta o que considera como intelectual e como ação política. No advento da República, os defensores de ambos os lados relacionavam-se com *desdém recíproco* e desconfiança mútua. Somente nos anos 30, teria ocorrido a simbiose entre homens de pensamento e homens de ação. Assim, a função dos intelectuais consistia, “no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias, valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe a direção construtiva, força e equilíbrio criador” (VARGAS, 1944, v. 10, p. 223. Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, empossando-se como substituto do Acadêmico Alcântara Machado, em 29 de dezembro

de 1943). O Brasil, portanto, realizou sua emancipação política, estava construindo sua emancipação econômica e iniciava sua emancipação cultural.

Nesse volume constam as visitas dos presidentes paraguaio e boliviano, em que a cooperação americana e a apresentação das diretrizes do Estado Novo são elementos que persistem nos discursos para os chefes sul-americanos. Há também as visitas do chefe do Estado Novo aos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Os discursos sínteses das visitas aos municípios do Rio Grande do Sul tendem a dois pontos principais: assegurar a produção para a guerra e a questão de energia elétrica. No primeiro aspecto, destacam-se a produção pecuária, a diversidade e empreendimentos industriais gaúchos. E, justamente para atender a eles, é que a energia passa a ser enunciada como um problema central do Estado e basilar do desenvolvimento industrial. Os transportes e as comunicações são elementos preocupantes e bastante discutidos, sobretudo para o escoamento da produção gaúcha que ocupava o terceiro maior centro industrial do país no período, segundo Vargas.

Na visita a São Paulo, o chefe do governo retoma a diretriz antiliberal da política econômica brasileira, desde 1930, e as ações acerca do café para defender uma “industrialização progressiva” após o conflito. Retrata a Mostra da Federação das Indústrias de São Paulo, a atuação dos industriais paulistas e a necessidade de um banco de reconstrução nacional, cujo objetivo seria a organização e a remodelação do nosso parque industrial. Assim, para assegurar o futuro da indústria, o Estado brasileiro deveria garantir-lhe amparo para aperfeiçoar suas técnicas e baratear seus custos.

Já sobre o Paraná, os discursos abordam um pequeno resumo acerca da participação do Estado no movimento de 1930 e da situação paranaense no contexto do Governo Provisório, destacando que o Estado endossa as realizações do Estado Novo.

Ainda que cada região tivesse um direcionamento do Governo a aspectos específicos, o volume é permeado pela questão da participação do Brasil na Guerra e pelas possibilidades brasileiras, vislumbrando prováveis cenários após o conflito mundial. O regime estado-novista seria constantemente justificado diante do contexto da Guerra e da necessidade da defesa da nacionalidade, apresentando manutenção do desenvolvimento econômico, via indústrias de base, como fundamental para a reconstrução administrativa após o conflito. Assim, observa-se nos discursos desse volume, tanto destinados aos trabalhadores quanto às classes produtoras ou militares, a constante convocatória de apoio massivo à guerra, como se todo o regime e suas

características estivessem legitimadas pela participação no confronto. Se, no início de 1943, o Brasil ainda não tinha condições de participação efetiva, era necessário criar no país uma “mentalidade de guerra” e uma preparação militar, reforçando a exploração de nossos recursos econômicos, mesclando assim os argumentos econômicos e militares.

Acerca da estrutura política, ao perceber a inevitabilidade do término do conflito mundial, projeta possíveis reformas em fins de 1943. Num primeiro momento, o argumento é que a guerra justificaria as necessidades do regime político. Mas, no período subsequente, deveria ajustar as estruturas políticas às necessidades da nação. Na ocasião, o povo brasileiro, sobretudo os setores que trabalham e produzem, seria consultado de forma ampla e segura. As orientações trabalhistas do Governo, os princípios corporativistas, a situação e as projeções para o após conflito mundial são elementos marcantes nesse volume. Fundamentando o discurso da política trabalhista nos pilares da cooperação, *concordia* e harmonia entre as classes, o Governo Vargas defende a “Consolidação das Leis do trabalho”, a “Lei Orgânica de Previdência Social” e “Salário adicional para a indústria”, como medidas efetivas da Justiça do Trabalho em proteção aos trabalhadores. Essa estrutura organizativa tinha como objetivo seguridade econômica do trabalhador e estabilidade de sua família. A alimentação, educação profissional, sindicalização deveriam ser estendidas a todos os trabalhadores e profissões, de modo a influir na vida econômica, social e política do país.

O volume XI, denominado *O Brasil na Guerra – 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945*, foi publicado somente em 1947, portanto, após o fim do Estado Novo.

Quadro 13 – Descrição do volume XI, questões centrais e discursos arrolados

VOLUME XI	
TÍTULO	<i>O Brasil na Guerra 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945</i>
Nº DE PÁGINAS	207 páginas
DATA DE PUBLICAÇÃO	Janeiro de 1947
PERÍODO DE COBERTURA	1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945.
Nº DE DISCURSOS	19
QUESTÕES	a) Fim da Guerra: aprendizados e projeções para o Brasil; b) Balanço dos quinze anos de Governo;

CENTRAIS	<p>c) Contexto e características da Constituição de 1937; d) Abertura política do regime, reforma constitucional e processo eleitoral; e) Fim do regime e renúncia de Getúlio Vargas.</p>
DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME	<p>MINAS GERAIS</p> <p>259. Trabalho e Produção (Improviso pronunciado na 1ª Exposição de pecuária de Belo Horizonte, em 1º de julho de 1944);</p> <p>RIO DE JANEIRO</p> <p>260. O ponto mais alto da existência da Nação. (Discurso pronunciado na “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1944); 261. Planejamento Econômico. (Discurso pronunciado, no Palácio do Catete, ao instalar-se a Comissão de Planejamento Econômico, em 3 de outubro de 1944); 262. Reajustamento mundial e a readaptação nacional. (Discurso ao Exército Brasileiro, em 10 de novembro de 1944);</p> <p>SÃO PAULO</p> <p>263. Política de expansão das trocas. (Discurso pronunciado na Associação Comercial de São Paulo, em 7 de dezembro de 1944); 264. Os engenheiros do Brasil. (Discurso pronunciado no Clube de Engenharia, em 11 de dezembro de 1944); 265. Unidos para a solução dos grandes problemas nacionais. (Discurso agradecendo a homenagem das Classes Armadas, em 31 de dezembro de 1944); 266. O progresso de Juiz de Fora. (Discurso ao povo de Juiz de Fora, em 31 de janeiro de 1945); 267. Abrindo a Campanha Política (Entrevista concedida aos jornalistas em Petrópolis, em 2 de março de 1945); 268. O sacerdócio cívico do jornalista (Discurso pronunciado no Automóvel Clube, agradecendo a homenagem dos jornalistas pela Lei de salário mínimo, em 11 de março de 1945); 269. O heroísmo dos expedicionários. (Improviso por ocasião da entrega de medalhas aos feridos da FEB, em 24 de março de 1945); 270. Um balanço no fim do governo. (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, em 1º de maio de 1945); 271. O fim da Guerra. (Improviso agradecendo manifestações populares pelo fim da Guerra, pronunciado no Palácio Guanabara, em 7 de maio de 1945); 272. O Presidente Franklin Roosevelt. (Discurso pronunciado em solenidade no Itamarati, em 12 de maio de 1945); 273. A história da filantropia no Brasil. (Discurso pronunciado na Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 2 de julho de 1945); 274. Retomando as atividades normais. (Discurso na “Hora da Independência, em 7 de setembro de 1945); 275. A jornada da recomposição democrática. (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em 3 de outubro de 1945); 276. O Partido Trabalhista Brasileiro. (Resumo do discurso pronunciado em Santa Cruz, em 10 de outubro de 1945); 277. Ao povo brasileiro. (Manifesto ao renunciar ao governo, em 30 de outubro de 1945).</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de *A Nova Política do Brasil*.

Em seu conjunto, esse volume trouxe importantes discursos sobre a percepção do Governo Vargas em relação aos encaminhamentos do conflito mundial e do cenário nacional. Na ocasião, reconheceu que, embora as reformas de 1937 tivessem renovado o

sentido da democracia, “terminada a guerra, em ambiente de calma, a Nação, através de ampla consulta às urnas, poderá pronunciar-se e fazer a livre escolha dos seus mandatários” (VARGAS, 1947, v. 11, p. 28 Discurso pronunciado na “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1944).

Essa declaração consiste numa inovação, pois, apesar de estratégica para contornar crises políticas internas, o fato é que até então o Governo não havia admitido a possibilidade de reformas no regime. Ao longo de todo volume XI, percebe-se a busca por possibilidades do Governo diante da inevitável abertura do regime e suas reformas implícitas. A aproximação mais sistemática ao operariado e as justificativas da Constituição de 1937, como uma decisão nacional para salvaguardar os interesses coletivos dos extremismos de direita e esquerda, são elementos constantes nos discursos. Além disso, os balanços de quinze anos de governo também são frequentes nesse volume XI, buscando sempre destacar as alterações processadas pelo seu governo e realizando sínteses das principais ações.

O âmbito econômico contempla importantes elementos. Em fins de 1944, o governo considera como principal desafio brasileiro a organização de uma economia capaz de suportar crises profundas, desenvolver as forças produtivas e aproveitar as fontes de riquezas e de potencial humano. Porém, defendia que esse imbróglio dificilmente seria correspondido pelo princípio do *laissez-faire* econômico e suas consequências políticas. A criação da Comissão de Planejamento Econômico tinha o objetivo de amparar, organizar e ajustar a economia nacional. Deveria alinhar o desenvolvimento geral às diretrizes racionais, afim de não desperdiçar recursos nem causar perturbações sociais, resolvendo dois problemas brasileiros vitais: a industrialização e a educação técnica.

Diante do iminente fim da guerra, o Brasil precisava se reposicionar em relação à política de expansão das trocas, mas se privando sempre de especulações e direcionamentos de monopólios internacionais. Para tanto, devia afastar-se da monocultura e da exportação de matérias-primas e intensificar a industrialização, além de se concentrar em *produzir máquinas que produzem máquinas*. Somente assim, substituir-se-ia a exportação de matérias-primas por produtos transformados.

O último discurso do volume XI, portanto, da coletânea, é o de renúncia de Getúlio Vargas, em 30 de outubro de 1945. Em curta declaração ao povo brasileiro, comunica o seu afastamento do Governo e da vida pública, mas não faz referência explícita aos reais

motivos da ação. Faz referência às Forças Armadas, afirmando que seu governo sempre agiu em prol do seu fortalecimento, aparelhamento e preparação profissional; e ao povo brasileiro, cujas aspirações e legítimos interesses sempre teria defendido.

Com apenas dezenove discursos, o volume IX é relevante em sua íntegra se o considerarmos como um grande balanço do primeiro governo Vargas. Ele é crucial como síntese do que o governo concebeu como alterações processadas ao longo do período 1930-1945: a transição da monocultura agrarista para a industrialização; as possibilidades de uma nova posição do Brasil no comércio mundial; a defesa de todo seu governo, em especial do Estado Novo; e o reconhecimento da reforma política e do retorno constitucional.

Ao findar essa longa descrição de *A nova Política do Brasil*, espera-se que ela tenha proporcionado ao leitor uma visão geral dessa extensa obra de governo. Abordar os volumes separadamente nos proporcionou observar as movimentações internas nos discursos do primeiro governo Vargas, processo nem sempre linear.

Os primeiros volumes da coletânea, I ao IV, são visivelmente marcados pela instabilidade do período (do ambiente e causas de 1930 até os primeiros posicionamentos pós golpe de 1937) e pela tentativa do Governo em articular as forças políticas coetâneas. Concomitantemente, o relato de suas ações, de seu programa e de seus delineamentos era constantemente invocado com a finalidade, por um lado, de dar contorno ao bloco de poder em construção e, por outro, de se manter à frente desse novo pacto.

Entre os volumes V e VIII, o eixo é a fundamentação da implantação do Estado Novo e as “novas” possibilidades do progresso nacional. Agregado a isso, os volumes IX e X destacam-se em relação às diversas expectativas do Governo diante da Segunda Guerra Mundial. Desde o volume VII, percebem-se nitidamente as articulações governamentais para tentar lograr (tanto política, quanto economicamente) o máximo do conflito mundial.

Já no volume XI, é marcante a angústia de um Governo que já percebera sua eminente derrocada. Aqui o governo Vargas alteraria a base de sua argumentação, em direção às possibilidades de rearticulação das alianças capazes de mantê-lo no poder. Movimentou-se então, da defesa veemente da ditadura ao apelo constitucional, atingindo uma sistemática aproximação aos setores populares. No entanto, o campo do processo político em 1945 radicalizou ainda mais essa inclinação. Conduziu Vargas ao

deslocamento da ditadura para a democracia representativa liberal, operando um novo ponto de inflexão no processo observado desde 1930. Portanto, no conjunto da coletânea, a relevância do volume XI é justamente evidenciar essa guinada, que, a rigor, forneceu elementos que sustentariam seu retorno em 1951.

Guardadas as devidas particularidades, nota-se, ao longo de toda coletânea, uma sincronia ente o texto político e o contexto no qual ele foi produzido: os temas e os eixos argumentativos aparecem em consonância com os desafios de cada momento histórico. Da mesma forma, as releituras realizadas dentro do próprio processo também ocorreram à luz das inquietações coetâneas. Para que essa movimentação na obra seja mais bem elucidada, passamos agora à abordagem temática dos volumes.

3.3 SISTEMATIZAÇÃO TEMÁTICA – UM CONTEXTO EM MUDANÇA

Conforme já apontado, *A Nova Política do Brasil* contempla um complexo e variado grupo de temas nos sucessivos momentos do primeiro governo Vargas (1930/1945). Reconhecendo a importância dessa obra política como mecanismo de veiculação das percepções e intenções publicamente declaradas no governo de Vargas, é exatamente essa envergadura temática, a pujança do momento político e a capacidade diretiva de Vargas que tornam mais delicada a análise detida dos discursos (selecionados e publicados como uma plataforma de governo).

O conjunto de *A Nova Política do Brasil* pode ser abordado através de diversas estratégias metodológicas: por volume, por temas, por períodos, por ano, por eixo argumentativo, em conexão com o projeto interno do *staff* varguista ou, ainda, em conexão com o contexto histórico e a exigência de resposta as demandas nacionais e internacionais. Alguns volumes também podem ser selecionados a partir da recorrência de temas (com rotação de sentido ou não). Por exemplo, se a proposta for analisar a o posicionamento do governo Vargas ao papel e função da Constituinte e da Constituição, os volumes III, IV e V seriam os mais indicados. Se o tema for democracia e corporativismo, os volumes V, VI e VII trazem estas questões tratadas em maior profundidade e de maneira mais significativa. O desenvolvimento argumentativo sobre as indústrias de base é mais recorrente entre os volumes V e X. Já a Guerra é preponderante nos volumes IX, X e XI. Da mesma forma, em alguns volumes a

quantidade de discursos é menor e os temas são mais sucintos; em outros, são mais densos, extensos, complexos e mais polêmicos. Muitos temas se repetem ao longo da coletânea, com maior destaque em alguns volumes e menos em outros (como por exemplo, agricultura, Forças Armadas, política do café, democracia, Constituição), sendo perceptível a alteração do sentido e da concepção sobre alguns deles.

Percebe-se também que os volumes estão em sincronia com a conjuntura histórica correspondente, predominando a agenda de cada momento específico. Isso ocorreu nos desdobramentos da Revolução de 1930; na Revolta de 1932 e na demanda constitucional de 1933-1934; na criação da Constituição de 1934; no conturbado contexto entre 1934 e 1937; na instalação do Estado Novo, em 1937; na conjuntura e nas implicações da Segunda Guerra Mundial de 1939 e 1945.

Essa observação fica mais evidente quando estruturamos os temas de acordo com sua disposição no texto, bem como sua relevância ou não em determinados volumes.

Em função desta gama de desafios de tratamento de pesquisa de todos os volumes de *A Nova Política do Brasil*, resolvemos classificar os temas em quatro grupos principais que podem expressar como eles foram tratados nos discursos:

a) termos/temas que desaparecem ou que passam a ser menos enfatizados (somem ou perdem força);

b) termos/temas que permanecem inalterados ao longo do tempo de vida da coletânea;

c) termos/temas que permanecem com alteração. Aqui se abrem dois tipos de modificações:

- os termos/temas e o argumento explicativo permanecem, mas a função (importância, papel social) muda;

- os termos/temas permanecem, mas, ao mesmo tempo, são ressignificados em relação ao argumento e a função;

d) termos novos, que emergem ao longo da publicação.

Pretende-se com esta esquematização evidenciar as movimentações de termos e temas que existem ao longo da produção de *A Nova Política do Brasil*, entendendo-a como uma resposta/expressão política historicamente contextualizada, pautada por ajustes à situação conjuntural, portanto como *processo* (como *arena* de construção de identidade ideológica e ferramenta de luta política). Tal percepção permite justificar o tratamento e a importância atribuída às mudanças de repertório, pauta, hierarquia e

prioridade de questões, bem como o delicado problema da variação de significado que um mesmo termo ou ideia pode assumir em momentos históricos distintos (cf. POCOCK, 2003).

Passamos agora a análise das mudanças de repertório e significados, encontrados ao longo da análise dos onze volumes de A Nova Política do Brasil, utilizando as categorias acima apontadas.

3.3.1 Termos que enfraquecem

Detectou-se neste grupo os seguintes temas:

- a) indústrias nacionais e indústrias artificiais;
- b) agricultura;
- c) estrutura administrativa;
- d) reorganização política e econômica;
- e) amenização da crítica à Primeira República (oposição entre pré e pós 30);
- f) “valorização” dos pressupostos democráticos da Constituição de 1891;
- g) plataforma liberal (por incapacidade de corresponder aos reais problemas nacionais);
- h) reforma agrária;
- i) condições da seca da região Nordeste.

Tais temas podem ser agrupados em dois eixos: 1) *indústrias nacionais e indústrias artificiais, estrutura administrativa, amenização da crítica à primeira república, valorização dos pressupostos democráticos da Constituição de 1891 e plataforma liberal*; 2) *seca, agricultura e reforma agrária*.

O primeiro eixo está relacionado à avaliação das práticas governamentais herdadas da Primeira República. A amenização da crítica à Primeira República e à Aliança Liberal desenvolveu-se a partir do avanço do próprio governo Vargas. A estratégia deste em seu momento de instauração no poder era a de voltar-se para o passado em busca das causas dos problemas de sua época. O que se deu, portanto, foi uma interpretação de causalidade entre dificuldades contemporâneas e Primeira República. O contexto do período seria, neste sentido, um reflexo da má administração

do governo anterior. Era necessário, assim, opor-se à Primeira República como estratégia para detectar o que deveria ser feito, o que deveria ser corrigido ou modificado e até mesmo deixado de lado e, ademais, justificar suas ações para a resolução dos problemas deixados pelo período anterior.

As referências feitas à indústria seguiam argumentações presentes nas décadas anteriores: indústrias nacionais *versus* indústrias artificiais, sendo entendidas, respectivamente, como aquelas que utilizam matérias primas nacionais e aquelas que manufaturam matéria importada. Na conjuntura de crise mundial e de forte abalo da economia nacional, essa perspectiva tomou maior proporção, diante da desorganização do mercado internacional e das necessidades brasileiras de reorganização econômica e financeira.

À medida que o governo Vargas avançava e se desprendia das críticas e projetos gestados sob a Primeira República, na tentativa de traçar um caminho próprio, os termos em questão - indústrias nacionais e indústrias artificiais - deixaram de ser referenciados nos pronunciamentos oficiais.

Com o seu amadurecimento, o primeiro governo Vargas faz uma reformulação de suas posições sobre a prática governamental a ser empregada. Buscando explicações para além da Primeira República, passa a deslocar suas preocupações para o presente e para as projeções de futuro. Afinal, um governo não sobreviveria por muito tempo apenas com as críticas ao anterior. Por isso, não se via mais o governo antecessor como causa direta e exclusiva da condição de seu presente. A Primeira República deixa de ser protagonista neste âmbito para compartilhar com outras causas o desenvolvimento que culminou num processo de mudança.

Sendo assim, cada vez mais, o próprio governo passa a ser alvo das críticas e questionamentos dos demais atores e, conseqüentemente, o assunto dos discursos de Vargas. Os temas do primeiro eixo foram desaparecendo na medida em que entrechoques e disputas foram conferindo novos sentidos à dinâmica política da época.

O segundo eixo deste primeiro grupo também se constitui de temas herdados não tanto da Primeira República somente, mas do próprio passado brasileiro, de sua formação econômica. Assim, o tema da agricultura conduzia à problemática da vulnerabilidade de um país monocultor. Ao questionar este aspecto da economia brasileira, estabelece-se uma tensão recorrente entre a situação monocultora brasileira e propostas (ou pelo menos a intenção) de estimular a policultura. Os temas da

agricultura e da monocultura conduziam, por sua vez, ao problema da estrutura fundiária.

A reforma agrária inicialmente pensada pelo governo Vargas estabelecia uma conexão entre pequena propriedade e diversificação da produção agrícola: se até então monocultura e latifúndio estavam ligados, a superação dessas condições passaria por uma diversificação da estrutura fundiária que conduzisse a uma diversificação da própria produção agrícola brasileira. Tal associação direta entre pequena propriedade e policultura vai se esvanecendo ao longo do tempo, não indo muito além dos dois primeiros anos. Porém, a defesa da policultura – embora desvinculada de qualquer proposta de reforma agrária – permanecerá forte ao longo dos discursos.

O mesmo se pode dizer das condições da seca da região Nordeste. Esse problema era visto como um problema humanitário, mas também como um desafio econômico, de valorização das regiões atingidas por tal desastre natural. Porém, como a reforma agrária, terá vida muito curta enquanto tema de discursos e propostas no governo Vargas.

3.3.2 Termos/temas que permanecem constantes

Acerca dos termos/temas que permanecem no decorrer de praticamente toda *A Nova Política*, não se detecta alterações em relação ao seu sentido, conceito ou finalidade.

a) política do café;³⁰

³⁰ Esse termo/tema requer melhor qualificação. Neste trabalho, reconhece-se que a economia cafeeira recebeu tratamento/peso diferenciado ao longo do primeiro governo Vargas. Para a Aliança Liberal, o café refletia a forma de aprisionamento do Estado uma vez que ele era o mote que sustentava os últimos momentos da Primeira República. A estrutura cafeeira era, portanto, a expressão da oligarquia, do ultra federalismo, da crise de 1930, da carestia, da questão social, enfim de todo o conjunto de mazelas que gerou a Revolução de 1930. Após a instalação do Governo Provisório, o café continuou sendo um problema para o grupo varguista, dado que ele estava associado à monocultura e às vicissitudes desse modelo, opondo-se assim, ao ideal da policultura, premissa intensamente defendida pelo governo entre 1930 e 1945. Concomitantemente, a política do café adquiria cada vez mais novas significações, sobretudo auxiliar no equilíbrio da balança de pagamentos para gerar divisas que, posteriormente, seriam canalizadas para o financiamento industrial. Essa característica específica (visão e finalidade) apontada acima colocaria a política do café no grupo de termos/temas que receberam rotação de sentido, ao acompanhar o deslocamento do *agrarismo* para o *industrialismo*. Esse enfoque será analisado na última seção deste trabalho. Por ora, ao considerar a *política do café* como um dos temas que permaneceram

- b) desenvolvimento do mercado interno;
- c) policultura e rompimento com a monocultura;
- d) redução de importações e aumento de exportações;
- e) educação: capacidade técnica e ensino profissional;
- f) reformas sanitárias: saúde pública, saneamento básico;
- g) questão social;
- h) proteção do trabalhador (harmonia e sindicalização);
- i) organicismo e corporativismo;
- j) função e reaparelhamento das Forças Armadas (indústria bélica e desenvolvimento nacional).

Dividimos o grupo 2 em três eixos, que se constituem dos seguintes termos consecutivamente: 1) *política do café, policultura, redução de importações e aumento das exportações e desenvolvimento do mercado interno*; 2) *educação, reformas sanitárias, questão social e proteção do trabalhador, organicismo e corporativismo*; 3) *reorganização e reaparelhamento das Forças Armadas*.

O primeiro bloco expressa o âmbito político-econômico e demarca as ações governamentais em relação à centralização das decisões, aos investimentos na produção e à intervenção estatal. Salvo as medidas de cunho mais econômico – cambial, financeira, tributária – a política do café desenvolvida pelo primeiro governo Vargas seguia a crítica à valorização do produto centrado no preço da venda. Depreendia-se deste raciocínio a necessidade de uma intervenção estatal no âmbito da produção. É fato que esse termo tornou-se menos frequente, sobretudo a partir do Estado Novo, porém, quando ele aparece, segue essa lógica de argumentação.

Consequentemente, o deslocamento para o mercado interno, a política de incentivo de barateamento da produção, aumento da capacidade produtora e a constante busca por mercados (nacionais ou internacionais) expressavam as possibilidades/alternativas comerciais brasileiras diante da crise mundial. Logo, o Governo considerava crônico o desafio econômico brasileiro que seria aumentar e baratear a produção, através de intervenção e melhor capacidade técnica para abastecer

constantes em *A Nova Política* remete-se aqui, exclusivamente, a uma lógica intocada no decorrer do primeiro governo Vargas: a forma de intervenção sobre a produção. Ou seja, a ação estatal deveria ocorrer para baratear a produção e não simplesmente a comercialização do produto, e é nesse sentido que ela é tratada nesta seção.

o mercado nacional e exportar o excedente. Daí a necessidade de romper com a estrutura monocultora e estimular a policultura. Para o governo, esta premissa evidenciava os perigos da dependência em relação a um único produto e ressaltava a diversificação da capacidade produtora. Dessa maneira, não apenas o café, mas também o açúcar, o algodão, o cacau, a borracha, a produção de *artefatos industriais* e todos os demais produtos seriam capazes de direcionar esse deslocamento e corresponder à necessidade de redução das importações e aumento das exportações.

A política do café, a diversificação econômica, o desenvolvimento do mercado interno, a redução das importações e elevação das importações perpassam toda a coletânea. Mesmo quando as prioridades do Governo se movimentavam, esses aspectos e suas finalidades acompanhavam inalterados esse deslocamento.

O mesmo acontece com o segundo eixo: as *políticas sociais*. As diretrizes centrais da questão social pouco se alteram ao longo do primeiro Governo Vargas. Não detectamos modificações significativas em relação à educação, reformas sanitárias, questão social, proteção do trabalhador. Esses elementos vinham acompanhados da justificativa corporativista que prezava pela substituição do conflito de classes pelo conceito orgânico de organização social, no qual exaltava a função do Estado como árbitro das classes sociais e garantia do equilíbrio social entre elas. Vale lembrar que essas medidas não permaneceram somente até o fim do Estado Novo, mas ecoaram por longo tempo no cenário nacional.

O argumento do Governo em relação à política trabalhista era o de realizar uma oposição entre “caso de polícia” e “questão social”. Segundo ele, não poderíamos regressar às condições anteriores a 1930, quando a política desenvolvida era de Estado-polícia, chamado apenas para intervir quando se precisava coagir e abafar as reivindicações do povo e dos trabalhadores. Isso permaneceu como argumento para a criação do Ministério do Trabalho e para a elaboração de suas ações; para a sindicalização; para a anulação dos intermediários entre Estado e povo, durante o Estado Novo; para a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943; e para o processo efetivo de alinhamento entre Vargas e os trabalhadores, observado no final do Estado Novo.

Da mesma forma, o conceito e a finalidade³¹ da educação não se alteram nos discursos de *A Nova Política*. Não há a pretensão de uma educação transformadora e humanista, mas uma concepção técnica e utilitária. O modelo educacional, centrado no ensino técnico e profissional seria a principal bandeira do primeiro Governo Vargas, e tinha papel bem definido nos discursos: a educação primária e técnica profissional para a formação do trabalhador; a educação do ensino superior para preparar as elites.

Seja num país agrário ou industrial havia, segundo *A Nova Política*, a necessidade de qualificação da força de trabalho para a diversificação e barateamento da produção. Nos campos, uma educação de racionalidade agrária; nos centros urbanos a formação para a indústria. Cabe destacar que a referência aos trabalhadores rurais viria apenas neste caso: a preparação para o trabalho agrícola que precisava adquirir novos métodos de cultivo.

Pode-se observar uma estrutura semelhante no terceiro eixo de avaliação: as Forças Armadas. No primeiro caso, os argumentos são mais constantes, com destaque a participação do Exército, na vida política nacional e nos momentos de manifestações sociais, como garantidor da ordem e fortalecedor do progresso moral. Essas assertivas são semelhantes em momentos cruciais de sustentação política do governo Vargas: 1930, 1932, 1935 e 1937 e ao longo do Estado Novo.

No entanto, na vinculação entre Forças Armadas e desenvolvimento notam-se diferenciações. Em 1930, o grupo varguista considerava que quanto mais houvesse desenvolvimento material de uma Nação, maior era a preocupação com sua conservação e defesa. Afinal, *só não se preocupa com a defesa quem tem pouco a perder*. Nesse aspecto, a aliança com os militares mostrava-se estratégica ao Governo para garantir, desde o início, a nacionalização dos recursos naturais, sobretudo envolvendo o problema siderúrgico, demanda histórica de alguns setores da instituição.

Entretanto, as Forças Armadas foram ganhando espaço nos discursos oficiais a partir do final de 1934. É possível perceber sua convocação progressiva, sobretudo na conjuntura da revolta de 1935, pelo viés da segurança nacional. No Estado Novo, as instituições militares, parceiras do Governo, auxiliariam na manutenção da ordem e da disciplina, consideradas necessárias para o progresso nacional. Em *A Nova Política do*

³¹Para evidenciar essa questão reproduzimos uma das passagens que o governo sintetiza sua concepção: "Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocabulário: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional" (VARGAS, 1938, v.1, p.124. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Brasil, portanto, as Forças Armadas são apresentadas como um dos elementos centrais na reconstrução moral, material e disciplinar da Nação. Mesmo na derrocada do Estado Novo, Vargas não negou essa função das Forças Armadas, ao contrário, tentou, mesmo que sem sucesso, restabelecer as alianças com essa instituição.

Pensado em seu conjunto, os três eixos apresentados no grupo 2 parecem expressar algo em comum dentro do pensamento do primeiro governo Vargas: remetem, explicitamente ou não, a atores sociais e políticos que importantes naquela conjuntura, articulados ou não em torno do Estado. Se por um lado, a política agrária, evidenciada pela política do café, remetia ao tradicional grupo oligárquico e aqueles que trafegavam na órbita da economia cafeeira, por outro, as políticas sociais remetiam à mediação do Estado entre dois outros grupos importantes ligados a produção: o capital e o trabalho. Isto é, a política trabalhista tinha uma finalidade invariável: promover a harmonia entre os elementos da produção, consonância necessária para manter esses atores sociais vinculados ao Estado. Por fim, as Forças Armadas, com atenção especial ao Exército, sempre foi considerada pelo primeiro Governo Vargas como importante ator para garantir a ordem e a harmonia nacional, tão valorizada por ele, e para assegurar a nacionalização dos recursos nacionais, antiga bandeira militar.

3.3.3 Termos/temas que permanecem com alteração

No geral essa seção aborda os termos/temas que permanecem, mas com certo grau de alteração. Nessa categoria percebem-se dois subgrupos: a) manutenção do argumento central, mas mudança de função e de relevância; b) permanência com ressignificação.

3.3.3.1 Permanência do argumento explicativo e modificação da finalidade

Aqui se observa um conjunto de termos/temas que se mantêm em seu conceito, mas alteram-se em suas finalidades. Essa reorganização expressa uma mudança de prioridades no interior do Estado. São eles:

- a) “produzir, produzir e produzir barato”;
- b) intervenção estatal na produção e não na sua comercialização;
- c) nacionalização dos recursos naturais e crítica à exportação de matérias primas
- d) transportes;
- e) problema siderúrgico;
- f) diversificação agrícola (policultura);
- g) industrialização de produtos agrícolas (álcool e borracha);
- h) expansão das exportações e equilíbrio da balança de pagamentos;

Os temas deste grupo estão divididos em dois eixos: 1) *produção e intervenção* e 2) *nacionalização dos recursos naturais; transportes; problema siderúrgico; diversificação agrícola; industrialização de produtos agrícolas*.

A expressão: “produzir, produzir e produzir barato” encontra-se presente desde a Plataforma Liberal até o final do Estado Novo. Tal forma de pensar estava condicionada ao processo de intervenção do Estado na área da produção. De alguma forma, estes dois aspectos compunham a grande base argumentativa do que viria a ser o projeto econômico varguista. A necessidade de gerar uma produção competitiva no âmbito internacional e ao mesmo tempo capaz de abastecer o mercado interno perpassa todo o primeiro governo Vargas. No entanto, se num momento original esta lógica corresponde a uma argumentação voltada primordialmente para a área agrícola, num segundo momento, este mesmo raciocínio seria utilizado em defesa da produção industrial.

A questão do barateamento da produção vinculada ao intervencionismo estatal, como visto, permanece a mesma em todo o discurso governamental, alterando-se, no entanto, sua justificativa e sua finalidade. Se a produção num primeiro momento é quase sinônimo de agricultura, quando, em outro momento, o governo opera a rotação de sua prioridade da produção agrícola para a produção industrial, desloca-se também o seu propósito. Antes essa lógica – *produção e intervenção* – servia para defender conjuntamente a substituição de importações, posteriormente passa se vincular a um projeto mais articulado de desenvolvimento industrial.

Produzir mais e mais barato, a partir de uma intervenção estatal, significava agir em determinadas áreas. Por isso, transporte, siderurgia, diversificação agrícola e nacionalização, componentes de nosso segundo eixo, seriam áreas estratégicas para se atingir esse fim. Da mesma forma, quando desloca a prioridade geral do Estado (da produção agrícola para a produção industrial) a função desses setores passa a se integrar a essa nova prioridade. Isto quer dizer que transporte, siderurgia, diversificação agrícola e nacionalização no início da década estavam em consonância com uma política agrária. Ao movimentar o foco da atuação do governo na economia para a industrialização, esses elementos abarcariam essa nova finalidade. Se tomarmos o significado da siderurgia no começo do governo Vargas, observa-se que ele estava mais próximo da produção de instrumentos voltados à agricultura. Por isso a necessidade de nacionalização das riquezas naturais. Depois disto, o desenvolvimento da siderurgia recebeu um novo tratamento: a necessária superação do atraso brasileiro via industrialização do país. *Ferro, carvão e petróleo* constituem assim a tríade condicional do desenvolvimento nacional.

Por fim, com as medidas destes dois eixos, o governo almejava atingir uma diversificação produtiva capaz de abastecer o mercado interno, expandir a exportação e equilibrar a balança de pagamentos.

3.3.3.2 Permanência com ressignificação do argumento e da função

A relação entre a mudança de prioridade e os termos utilizados não é perceptível apenas na rotação de suas funções, mas também na alteração do sentido de alguns termos presentes ao longo de todo o período. Abaixo um grupo de temas que já existia e que, no entanto, alterou o seu conceito, e conseqüentemente, sua finalidade.

- a) problemas econômicos;
- b) democracia (plasticidade);
- c) agrarismo e industrialismo.

Havia sempre uma preocupação de diagnosticar o que estava ocorrendo no contexto e traçar estratégias de ação, de acordo com o que ia se definindo como

problema nacional. Antes, este estava relacionado com a estrutura administrativa herdada da Primeira República, cuja resolução se daria por uma política diferente daquela do período anterior. Daí a exigência de uma estrutura política, administrativa, econômica e financeira que contrastasse com a da Primeira República. Num segundo momento, a visualização do que seria o problema nacional vai além da Primeira República. Este estaria localizado agora no passado colonial do país, que forneceu como herança a posição de fornecedor de matérias primas e de produtos agrários. Nesse sentido, a reorganização econômica e política do Brasil não deveria apenas reparar as consequências da Primeira República, mas alterar o modelo econômico brasileiro. Esta mudança de eixo na qual alguns termos foram se resignificando à medida que o problema e a prioridade do governo se deslocavam traz a tensão entre uma estrutura agrarista e uma estrutura industrialista, termos que expressam a ideia de vocação agrária e vocação industrial. Os demais âmbitos sociais deveriam estar em consonância com esse problema nacional, entendido e formulado como problema econômico. Por sua vez, a democracia e a estrutura política deveriam ser flexíveis o suficiente para se adaptarem a essa movimentação. Por esta razão, o conceito de democracia em 1930 é completamente diferente daquele defendido pelo governo nos anos subsequentes, em especial no Estado Novo. A defesa da democracia política em sua forma liberal encontra-se em discursos dos anos de 1930 e de 1945 apenas, portanto no momento de início e término do governo, sendo que no longo período compreendido entre aquelas duas datas, prevaleceu uma concepção de democracia orgânica baseada nas representações classistas do período constitucional e dos conselhos técnicos do Estado Novo.

A movimentação da prioridade também ocasionou o surgimento de novos termos que aparecem para corresponder a esses novos anseios. Nesse sentido, os termos relacionados à herança da Primeira República vão gradualmente desaparecendo e sendo substituídos por outros que demonstram a rotação da percepção do problema nacional e, conseqüentemente, a transição do eixo administrativo para a ordem econômica.

3.3.4 Termos/temas novos

A emergência de um novo repertório acompanhava o deslocamento das interpretações acerca dos problemas nacionais e, conseqüentemente, da redefinição das

prioridades do Governo. Por isso, são termos/temas que não estavam presentes nas problematizações iniciais do governo Vargas e que foram surgindo à medida que se modificava a agenda de cada momento.

- a) autossuficiência, emancipação/independência e autonomia econômicas;
- b) Marcha para o Oeste/*hinterland* (localização de forças capazes de assegurar a expansão futura);
- c) fronteiras econômicas e fronteiras políticas;
- d) análise da fase colonial: herança colonial;
- e) “industrialização progressiva” e parque siderúrgico;
- f) investimentos externos subordinados aos interesses nacionais;
- g) “bastar-se a si mesmo”;
- h) ferro, carvão e petróleo;
- i) indústrias básicas;
- j) crédito industrial e justificativa do crédito rural;
- k) o Brasil e a Guerra (“batalha militar e batalha da produção”).

Essa mudança delineia uma perspectiva diferente da defendida na primeira metade dos anos 1930, demonstrando uma suposta convicção do governo em torno de determinadas prioridades. Discutir os meios para se atingir a autossuficiência econômica não fazia sentido, porque até 1930 a formulação das políticas econômicas em nível nacional estava, em maior ou menor grau, ligada à oligarquia cafeeira exportadora. Ou seja, a dependência internacional não era um problema porque o propósito maior não era a industrialização. Quando esta passa a ser uma das prioridades, o tema da autossuficiência, da industrialização progressiva e da instalação de um parque siderúrgico que fosse capaz de emancipar e dar autonomia à economia brasileira passam a exigir alguma formulação e crítica daquela dependência.

Diante de uma industrialização considerada pelo Estado Novo como irreversível, tornava-se mais necessária a realização de um efetivo processo de colonização sobre algumas áreas do território nacional consideradas *vazias*. A finalidade disto era localizar potencialidades capazes de alavancar o desenvolvimento brasileiro e garantir a nacionalização dos recursos naturais.

Por isso, sincronizar as *fronteiras políticas* e as *fronteiras econômicas*, assim como direcionar os investimentos externos para setores considerados necessidades nacionais

(instalação das indústrias de base) permitiria ao Brasil romper com a herança colonial, fundada num *agrarismo*, e construir um país capaz de *bastar-se a si mesmo*.

Nesta reconfiguração, em que se originam e se sustentam novas prioridades de governo a conjuntura da Guerra e as vicissitudes ocasionadas pelo conflito mundial proporcionariam uma busca pela vitória tanto em relação à *batalha militar* quanto à *batalha da produção*. Portanto esses termos emergentes foram chamados ao contexto histórico a partir da segunda metade da década de 1930 para corresponderem à alteração das novas prioridades que não cabiam mais na perspectiva inicial de governo.

A sistematização temática de *A Nova Política do Brasil* apresenta-nos uma constelação heterogênea de termos e argumentos que revelam o devir do processo entre 1930 e 1945 e suas vinculações com o contexto histórico.

Abordar o percurso de todos esses temas ao longo da obra torna-se inviável como empreendimento deste trabalho. Sendo assim, selecionamos dois pontos centrais que serão desenvolvidos nos seções subsequentes para compreender o sentido da transição apontada pela literatura especializada, discutida na primeira parte desta seção: política e economia. Ao analisar *A Nova Política do Brasil* percebemos que esses aspectos são mais recorrentes, mais fundamentados e com maior embasamento e preocupação do Governo Vargas. A preponderância desses campos pode ser observada na sua articulação com os demais temas da coletânea. Por um lado, a preocupação do governo em configurar um Estado centralizado e intervencionista, dotado de poder mediador entre os grupos sociais, aproxima-se de uma concepção orgânica de sociedade, que, por sua vez, reflete como ele pensava a estrutura política e estatal diante das forças sociais. Por outro lado, o modelo de cooperação entre as forças orgânicas da nacionalidade era uma das premissas para resolver o problema nacional. Mas esse não permaneceu imutável. Ao contrário, a interface, operacionalizada pelo primeiro Governo Vargas, entre a concepção de problema e o contexto (estrutura e conjuntura) acarretou uma constante movimentação desse conceito entre 1930 e 1945. O deslocamento implicou nas propostas de resolução, no qual um das questões mais visíveis foi a tensão entre agricultura e indústria, ou melhor, entre *agrarismo* e *industrialismo*, aspectos que adquiriram contornos, relevância e tratamento diferentes ao longo dos onze volumes da referida coletânea.

Do vasto conjunto de temas de *A Nova Política do Brasil* apresentado nessa seção, foram selecionados três pontos para a análise: a estrutura do Estado, a dimensão política e o problema econômico.

A análise de *A Nova Política do Brasil* realizada até então sugere que à medida que o Governo Vargas aprofundava o diagnóstico acerca das debilidades brasileiras, os instrumentos para sua superação também se tornavam mais complexos. Os problemas do início dos anos 30 são substancialmente diferentes daqueles apontados na segunda parte da mesma década. Se na ascensão do Governo Provisório, em novembro de 1930, o desafio era a reorganização político-administrativa (daí a necessidade de reorganização do Estado) e o encaminhamento da questão social, demanda resultante da estrutura liberal da Primeira República, já no Estado Novo, o principal ponto era a superação da condição colonial de país fornecedor de matérias primas, preso ao exclusivismo agrário e consumidor de produtos manufaturados. Passou-se assim, a vincular *industrialização e progresso/riqueza*, da mesma forma que se associou *atraso e agrarismo*.

Por isso, os assuntos selecionados conforme sua aproximação com os eixos deste trabalho receberam um tratamento concomitante de ordem temática, mas também cronológica, ou seja, análise dos argumentos contidos nos discursos do Governo Vargas e como eles se mantiveram ou se transformam no decorrer desses 15 anos de história. Não seguiremos necessariamente a periodização do primeiro Governo Vargas sugerida pela literatura especializada, nem subdividiremos os volumes de acordo com ela, ainda que essas demarcações estejam subjacentes à nossa análise. Da mesma forma, optamos por não reproduzir como a literatura concebe tais temas no período de análise, mas como esses temas apareceram e foram fundamentados pelo governo Vargas em *A Nova Política do Brasil*. Nesse sentido não vamos nos reportar aos elementos já expressamente e eficazmente lapidados pela bibliografia. Nossa proposta aqui é apresentar o que estava, de alguma forma, no âmbito do discurso do governo que fundamentou as mudanças (no aparelho do Estado, na dimensão política e na economia), apontadas pelas obras canonizadas sobre o tema.³² Por outro lado, ainda que seja tentador apontar e dissecar as interfaces com atores e autores coetâneos, não temos como objetivo cotejar os discursos do Governo com seus contemporâneos com a literatura acerca do período.

³² Ao abordarmos, por exemplo, o caráter intervencionista do Estado, temos menos como objetivo demonstrar como ele ampliou sua atuação (no âmbito institucional) e mais como essa concepção apareceu argumentada e embasada nos discursos oficiais.

Desta forma, a próxima seção trata de questões pertinentes à configuração da questão política, olhando mais detidamente para as concepções de democracia, liberalismo, estrutura estatal e intervencionismo. Esses aspectos estão profundamente entrelaçados, sendo divididos neste trabalho apenas por uma questão metodológica. Na seção 4, o tema de análise é a tensão entre agricultura e indústria, que podem revelar o tenso pêndulo entre vocação agrária e vocação industrial.

4 ESTADO E DEMOCRACIA

4.1 A HERANÇA RECEBIDA: LEITURA ACERCA DO LIBERALISMO E DA DEMOCRACIA

Um dos elementos recorrentes nos textos que aparecem em *A Nova Política do Brasil* é a leitura realizada pelo Governo Vargas acerca da Primeira República e, sobretudo, dos princípios liberais e democráticos. Tais elementos apresentam um eixo argumentativo semelhante e constante ao longo da coletânea: crítica ao modelo liberal tanto político quanto econômico e defesa de uma democracia aos moldes organicistas.

Ao analisar os discursos oficiais do primeiro Governo Vargas, observa-se que as noções de ambos são relativos aos momentos contextuais em que foram invocados. Referir-se à concepção de liberalismo e de democracia no início dos anos 30, é diferente de se tratar dos mesmos conceitos em 1937, que, por sua vez, difere da percepção de 1945. Há assim, essas retomadas ocorrem para justificá-los, fortalecê-los e adaptá-los a cada reconfiguração entre 1930 e 1945. Veremos a seguir que os momentos de início e término do Governo, ou seja, em 1930 e 1945, foram os únicos momentos em que houve a defesa de bases liberais e democráticas. Coincidiram justamente com a disputa eleitoral da Aliança Liberal e o a abertura política do Estado Novo, portanto, situações estratégicas para recuperação desses de princípios. No interregno desses extremos, a ideia de cooperação entre as forças sociais, catalisadas no Estado, seria a grande bandeira do primeiro governo Vargas.

Na campanha eleitoral de 1930, a Plataforma da Aliança Liberal traz um dos únicos momentos em que o grupo aliancista defende alguns dos princípios constitucionais de 1891. A eleição de Getúlio Vargas à presidência da República representava a restauração dos fundamentos democráticos, corrompidos pela experiência da Primeira República, ao confrontar diretamente os políticos oligárquicos e a estrutura administrativa até então vigente.

A fraude eleitoral era considerada como a principal aniquiladora do regime republicano, dado que a representação política da Primeira República, além de ter se constituído em uma *farsa*, também suprimiu a possibilidade das minorias políticas atingirem a eleição de seus representantes. Embora nos estados surgissem alguns opositores, a maioria eleita era situacionista. A campanha aliancista refletia uma

“generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro da ordem e do regime” (VARGAS, 1938, v. 1, p. 20. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930).

A questão central no discurso da Aliança Liberal, portanto, era a prática política regionalista e não necessariamente o regime democrático liberal. Por isso, uma das principais bandeiras da coligação era o voto secreto. Dele dependia que a opinião pública tivesse tranquilidade no *livre exercício do direito ao voto*, e somente com ele, “alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia” (VARGAS, 1938, v. 1, p. 24. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930). Esse fragmento demonstra que a Aliança Liberal entendia a representação política liberal como uma condição elementar para a existência da democracia.

Entretanto, esses posicionamentos não se mantêm por muito tempo. Ainda que esse programa balizador das pretensões aliancistas fosse o início do processo, com a Revolução de 1930 e a ascensão desse grupo ao poder, profundas mudanças foram observadas nos momentos imediatos à instalação do Governo Provisório.

A primeira delas consiste no próprio discurso de legalidade *versus* revolução. Em 04 de outubro de 1930, como líder da Aliança Liberal, Getúlio Vargas faz um discurso baseado na ideia da legalidade e na opção pela ação conciliatória. Concomitantemente, aponta que as motivações pela deflagração armada vieram em decorrência das próprias ações do governo no pleito eleitoral de 1930.

Já na posse de Vargas, diante da Junta Governativa em 3 de novembro de 1930, observa-se a pretensão de estabelecer a Revolução como um desdobramento da *vontade da nação*. A Revolução passa a ser apontada como *movimento eminentemente nacional*, cujo feito patriótico consistiu na superação do *exclusivismo de determinadas classes* e a configuração de uma vitória de todas as categorias sociais, *de alto a baixo*, sem distinções. Assim, o que antes seguia uma suposta motivação eleitoral passou a ser constantemente associada à ideia de *unidade nacional*, não apenas da Revolução como também de todos os setores sociais, agora condensados no Estado.

Em janeiro de 1931, a visão da Revolução recebe entonações ainda mais nacionalistas quando o Governo Provisório argumenta que o Brasil estava sendo enganado pelas forças discricionárias da Primeira República, e para garantir o pleno restabelecimento da Nação, realizou-se o movimento de 1930. Foi justamente a rigidez

do sistema, (visível nas fraudes das eleições de 1930), associada ao contexto de instabilidade econômica e ao descrédito da moralização política que de deflagrou a radicalização.

A Aliança Liberal, portanto, passou a ser apresentada como uma organização e não, necessariamente, um partido político, aglomeradora de vários setores, cujo propósito era a renovação dos velhos moldes da política nacional. Nas palavras do Governo Provisório:

O processo revolucionário foi moroso, porém teve sempre o seu desenvolvimento intensificado pelas forças vivas da nacionalidade. A chamada Aliança Liberal não foi um partido político, no conceito comum da expressão. Nela entraram vários agrupamentos partidários de programas diferentes e, sobretudo, avolumou-se a corrente de opinião pública brasileira, fora dos partidos e acima deles, em cujo espírito se arraigara o ideal renovador dos velhos moldes da política nacional (VARGAS, 1938, v.1, p.82. Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931. Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931).

A leitura constante do cenário pré-30 e a exposição das exigências presentes, serviam aos discursos do Governo Provisório como uma justificativa para postergar o retorno à ordem constitucional e reavaliar o programa da Aliança Liberal. Nesse novo cenário, os fundamentos aliancistas eram considerados insuficientes para corresponder às necessidades brasileiras e às demandas de mudanças mais radicais e profundas que propunham a revolução.

Em Manifesto à Nação, em maio de 1932, o Chefe do Governo referiu-se às limitações da Aliança Liberal e apontou-a como um movimento político-eleitoral, desencadeado dentro do modelo existente.

Mas o que, antes de tudo, caracterizava e limitava o movimento representado pela Aliança era o plano das reivindicações propriamente partidárias, circunscrito à adoção de novo sistema eleitoral e à objetivos constitucionais imediatos procurando resolver, dentro do regime e da ordem de coisas estabelecidas, o problema central da política, que consistia no divórcio consumado entre Governo e a Nação (VARGAS, 1938, v.2, p. 30. Manifesto à Nação, lido em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932).

Diferentemente do momento pré-revolução, a questão principal, no início de 1931, não era mais a alteração dentro do regime representativo liberal, mas um longo processo de transformação nacional. Afinal “Se o Governo é Provisório, a Revolução é

definitiva” (VARGAS, 1938, v.1, p.127. Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931). Fazia-se necessário substituir o regime de *ficção democrática* por outro de *realidade e confiança*, e esse processo de reconstrução requer o reajustamento social e econômico de *todos os rumos até aqui seguidos*. Já neste mesmo ano, o eixo argumentativo da reconstrução político-social do país baseava-se num *programa da Revolução* e não mais na Plataforma da Aliança Liberal, expressão que se tornou corriqueira nos discursos do Governo Provisório.

Sendo assim, juntamente com essa preocupação de arbitrar as relações entre as classes canalizando-as para o âmbito estatal, há alterações consistentes na abordagem do regime e da configuração política do Brasil. O alvo de crítica se amplia ao se direcionar à Constituição de 1891, à democracia liberal e ao sistema federativo.

Os princípios democráticos representativos, defendidos pela Aliança Liberal, foram sendo substituídos por uma argumentação que proclamava a colaboração de elementos representativos dos diversos setores da atividade social. Entretanto, ainda que possamos identificar traços organicistas e medidas próximas ao corporativismo não é possível apontar o delineamento de um modelo orgânico corporativo em *A Nova Política do Brasil*. Os elementos que podem atribuir uma tonalidade orgânica aos discursos do governo Vargas trazem muito mais uma ideia de construção gradual desse conceito, ao menos ao nível da produção discursiva, do que necessariamente um contorno evidente de um projeto corporativista. A expressão *orgânico* é excessivamente utilizada nos textos oficiais, mas não localizamos uma definição, ou traços disto, ao longo dos volumes. Ao analisar o contexto em que está inserida, o que se sobressai é o pressuposto de cooperação entre as classes e o Estado como mediador de interesses conflitantes. No fragmento abaixo, localiza-se a proposta de uma nova configuração, seja ela política, social ou econômica, para superar os problemas impostos pelo contexto do início dos anos 30 e corresponder as necessidade da coletividade.

[...] procura, sem apelo à destruição, encontrar nova forma, isenta de tirania, que mantenha o equilíbrio econômico-social, inspirando-se no princípio orgânico e justo da colaboração e da cooperação. Este princípio, para tornar-se eficiente, exige desprezo aos preconceitos, desapegos dos bens materiais, em suma, espírito de sacrifício social, tudo isso impondo uma grande transformação de mentalidade para podermos agir utilmente e adquirir os acontecimentos. É possível que a vontade eleitoral, livremente assegurada, em representação perfeita, permita o aparecimento dessa mentalidade nova na direção da vida nacional, encaminhando, pela evolução pacífica, o Estado à sua legítima atividade, a política aos seus fins moralizadores e o Brasil aos seus

altos destinos. (VARGAS, 1938, v. 1, p. 147. Discurso pronunciado no almoço da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de setembro de 1931).

Assim, a defesa da legalidade foi perdendo espaço à medida que fortalecia a crítica à democracia liberal, cada vez mais presente nos textos aqui analisados. Em maio de 1931, o Governo já havia sinalizado o que considerava os contornos fundamentais da reforma política brasileira:

[...] congregar todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembleia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado (VARGAS, 1938, v. 1, p. 118. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Essa estrutura que canaliza para o Estado as forças sociais da Nação exigia uma força mediadora, acima de todas elas, para garantir o equilíbrio entre elas. Tal pressuposto proporcionava ao poder central uma capacidade de intervenção em nome dos interesses da coletividade/nacionalidade.

Nessa esteira também estavam as reconsiderações acerca da representação política. Diante das Forças Armadas, em janeiro de 1931, Vargas sinaliza as orientações que seriam amplamente defendidas pelo Governo Provisório a partir de então: substituição da democracia representativa liberal pela representação de classes.

Modifica [programa da Revolução] o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais preventivas, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular (VARGAS, 1938, v.1, p.81. Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931).

Portanto, o problema era muito mais profundo do que concebiam os aliancistas, pois “fracassava o *regime* e não apenas os *homens* e os partidos” (VARGAS, 1938, v.2, p. 31, grifos nossos. Manifesto à Nação, lido em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.). Agora não seria apenas a deturpação da prática liberal, mas também os fundamentos do sistema político, que não resolveriam o imbróglio, ressaltado pela Aliança Liberal, da dissociação entre Governo e Nação. Portanto, o regime que se abria com a Revolução de 1930, ao compreender a limitação

do regime político da Primeira República, precisava fundar-se na premissa: “os próprios partidos que merecem este nome só se impõem quando fazem coincidir seus programas com os anelos da nacionalidade: partidos para a Nação e, jamais a Nação para os partidos” (VARGAS, 1938, v. 2, p.106. Discurso pronunciado na Escola Naval, em 11 de junho de 1933).

Evidentemente que diante da pressão de setores oligárquicos para constitucionalização do país, esses argumentos tomariam proporções ainda maiores. A propósito, foi com esse discurso de contestação ao regime político da Primeira República e seus políticos profissionais que Vargas rechaçou duramente a Revolta Paulista de 1932. Considerava que não havia motivos que sustentassem o levante, sendo apenas uma disputa pelo poder, marcada pela revanche ao movimento de 1930, e em essência significava a imposição de um Estado sobre os demais. Essa posição acentuou-se no contexto da demanda constitucional e veio acompanhada pela crítica à democracia regionalista da Primeira República. Segundo o Governo Provisório, o principal desafio do país na retomada constitucional consistia na realização do *saneamento moral e material da nação*.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o Governo declarava que essa retomada à ordem constitucional estava em consonância com suas orientações, sendo apenas condicional ao expurgo de políticos profissionais e regionalistas, acentuava a ineficiência do modelo liberal democrático diante do cenário dos anos 30 e dos problemas brasileiros. Nesse contexto, para abranger os múltiplos aspectos da vida social contemporânea era preciso reconhecer o organicismo e a supremacia da coletividade em detrimento dos interesses individuais e partidários que tomavam para si o Estado.

Representa fato incontroverso – e os constituintes terão de levá-lo em conta – a decadência da democracia liberal e individualista e a predominância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender a maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, com o recurso das compreensões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. A chave de toda organização política moderna é a segurança e eficiência desse equilíbrio. Onde ele falta, há perturbação, entrechoques e dispersão de energias. Se é verdade, como se afirma, que o princípio de coexistência social evoluiu, deslocando-se do indivíduo para a coletividade, o máximo que se deve aspirar, nos momentos conturbados e incertos do mundo atual, é a ordem para o trabalho e o respeito para o cidadão, visando conciliar, no interesse de todos, a liberdade com a responsabilidade (VARGAS, 1938, v.2, p. 149. Discurso pronunciado em João Pessoa, em 8 de setembro de 1933).

Nesse pronunciamento de setembro de 1933, momento em que a instalação da Constituinte era inevitável, a tentativa do Governo foi firmar-se na proposta de voto secreto e representação classista, fundamentando cada vez mais uma oposição ao liberalismo político. Obsoleto diante das situações presentes, o *laissez faire* estava fadado ao fracasso e conduziu os países à crise, sendo ele insuficiente para o processo de reconstrução brasileira. A Nação e a futura organização constitucional precisavam refletir essas particularidades e edificarem-se sobre essas novas bases. Além da organização política, o organicismo tinha como missão a mediação das relações trabalhistas, decorrente e assegurada pela ampla ação do poder do Estado.

Não por acaso, à medida que o Governo Provisório passou a ter como foco a crítica ao liberalismo e a defesa do organicismo, emergiam as ponderações acerca do sistema federativo, considerando-o como equívoco da Primeira República. “Saímos de um unitarismo absorvente, no Império, para cairmos nos exageros de um federalismo mal compreendido e mal executado, na República” (VARGAS, 1938, v. 2, p. 149. Discurso pronunciado em João Pessoa, em 8 de setembro de 1933), ambos os casos prejudiciais à Nação. Vargas, como chefe do Governo, reconhece as particularidades entre os estados, mas isso não deveria conduzir o país à configuração de estados fortes e estados fracos.

Na mensagem lida na instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, ao realizar balanço das lições do passado, Getúlio Vargas apresentou uma visão sobre a formação política brasileira. Essa leitura seria importante para o Governo porque a descrição de Brasil influenciou na forma como ele pensava o país no início dos anos 30.

Na sua leitura havia duas tendências persistentes e recorrentes nessa configuração: federação e governo representativo. Desde o início, as condições da colonização esboçaram essas tendências ao criar núcleos praticamente isolados entre si e, conseqüentemente, da metrópole. Tais “núcleos evoluíram espontaneamente para a autonomia e acabaram criando para si um governo de certo modo original cuja forma definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das câmaras municipais” (VARGAS, 1938, v.3, p. 16. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933). Essas câmaras chegaram a administrar e estabelecer as regras, prover a justiça e, com o tempo entendiam-se uma com as outras, e “às vezes diretamente com a metrópole sobre assuntos de interesse público ou da colônia” (VARGAS, 1938, v.3, p. 16. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933).

Essas tendências estavam no processo de Independência, mas a *fatalidade histórica* de colocar os destinos brasileiros em mãos de *príncipe estrangeiro* confrontou com os interesses *nativistas*, de orientação liberal e de *franca descentralização*. Mesmo assim, ecoou na primeira Constituição Brasileira (1824), cujos anseios eram persistentemente em prol da implantação de um governo de ordem democrática e federativa.

Durante o período regencial, as movimentações em favor da descentralização, reflexo da crise política de 1831, resultou no Ato Adicional que modificou a Constituição de 1824, criando Assembleias e aumentando as atribuições de presidentes provinciais. Segundo Vargas, essa concessão ao federalismo, que poderia ter resultado num Império federativo, significou um segundo *desvio* do movimento emancipador, assim como em 1822, ao se limitar à algumas disposições descentralizadoras.

Nesse sentido, as revoltas do período regencial, mais do que motins, foram elementos combativos de um movimento de ideias, de aspirações populares, que não foram contempladas na organização política do país. Diante desse cenário, a consolidação das instituições imperiais, com o golpe da maioria, conseguiu evitar o *desmembramento* da Nação, ao fortalecer a unidade nacional.

Essa façanha teve o auxílio de um regime parlamentar, que a rigor foi inexistente na prática, pela ausência da opinião pública organizada e capaz de exercer uma representação *consciente* e dotada de *vontade livre*. Entretanto, isso não significou a desagregação de grupos regionalistas, de tendências federativas e até mesmo republicanas.

Por outro lado, a suposta estabilidade interna não proporcionou uma organização política que permitisse um movimento de expansão das energias nacionais. O avanço material foi decorrente das realizações de um povo jovem, com amplos recursos naturais inexploráveis, que operavam forças que impeliam a nação para frente. Vargas acentua que, na realidade, no período imperial, a economia foi desenvolvida para além da influência do Estado, da mesma forma que não havia valorização do homem nem como *entidade política* nem como *fator econômico*. Nesse sentido, o Governo associa diretamente organização política com desenvolvimento da economia.

Abordando o regime imperial e a campanha abolicionista (*um dos nossos grandes momentos de opinião*), ressalta que o ideal republicano tinha raízes nesse movimento histórico, frustrado pela Independência. Nesse sentido, a Proclamação da República,

ainda que precipitada pelas questões militares, consistiu num momento revolucionário, mas “a falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade” (VARGAS, 1938, v.3, p. 23. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933). Esses fatores, dentre outros, contribuíram para o *desvirtuamento* do regime republicano.

As mudanças do final do século XIX deixaram em aberto dois problemas nacionais: organização do trabalho livre e educação. Além desses, vários outros problemas que demandavam por uma mudança radical do governo, que poderiam ter encontrado solução com o advento da República, ficaram intactos ou foram resolvidos parcialmente. Assim, ela apenas ressignificou, num novo regime, os problemas do Império, abertos desde a Independência. Gerou-se um sistema político viciado, com processo eleitoral que elegia um Congresso que não representava a vontade nacional, mas a de um grupo de oligarcas alojados no poder. Esse sistema, fechado em si mesmo, tornou-se alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da Nação.

Foram essas insatisfações, representadas nas revoltas de 1922 e 1924 que encontraram na Revolução de 30 seu ápice. Por isso, o movimento de 1930 perdera os intuitos de simples descontentamento partidário, para desencadear como força de ação social. A situação da Primeira República gerou a revolução que transcendeu o confronto partidário e atingiu caráter de revolução social, colocando o Governo Provisório acima de todos os interesses, assumindo compromisso com a Nação.

A revolução não fora obra de um partido, mas sim um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. O Governo Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação (VARGAS, 1938, v. 3 p.27. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933).

Tanto o Império quanto a Primeira República incidiram no mesmo equívoco: a representação foi estabelecida à revelia dos interesses nacionais. Como resolver esse problema? De alguma forma, o Governo Provisório apostava que o saneamento político da nação começaria pela Reforma eleitoral, cujo controle estaria em mãos de uma Justiça própria. Dois eixos deveriam ser contemplados nessa reorganização, já testados no pleito para a Constituinte: voto secreto e representação proporcional.

Diante de toda essa leitura, o Governo implicitamente sugere que o processo revolucionário de 1930 encabeçou uma “missão histórica”, invocando para si a grande resolução nacional. Assim, a revolução era constantemente referenciada como sinônimo de revolução social, argumento que, ao mesmo tempo, justificava a ação do Estado como uma entidade acima de todos os interesses e garantidor dos anseios nacionais. Esse novo Estado, disciplinador dos interesses coletivos, operaria a ampla colaboração entre os diversos setores sociais, cujo principal elemento de representação passaria pelas entidades de classes. Sob esse princípio, no contexto de 1933 e 1934, a representação classista ganhou um papel fundamental nos discursos do Governo, sobretudo na arena constitucional, quando foi apresentada como algo *inovador*.

Entretanto, não há um claro e estruturado modelo de representação classista³³ nos discursos oficiais do Governo Vargas. Parece-nos que a preocupação central do Governo era principalmente inserir essa proposta como alternativa ao modelo representativo liberal. Da mesma forma, ainda que esse princípio representativo estivesse presente nos Conselhos Técnicos, sobretudo, após a instauração do Estado Novo, não detectamos elaborações mais consistentes capazes de fundamentar o funcionamento desses órgãos.

Com eixo no modelo organicista, a unanimidade governamental em torno do princípio da representação classista³⁴ estava ancorada na declaração do esgotamento dos partidos políticos. Em junho de 1934, esse argumento fica mais evidente quando o Governo afirma que, na conjuntura da primeira metade dos anos 30, a democracia liberal não fazia mais sentido. “A Revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno” (VARGAS, 1938, v. 3. p. 246. Manifesto à Nação, em junho de 1934).

Após a Constituinte, o ambiente político trouxe uma tendência de aparente conciliação entre os diversos grupos. Logo após sua eleição como Presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte, no final de 1934, Getúlio realiza um pronunciamento supostamente pluralista.

³³O que estamos apontando é que diferentemente de pensadores e grupos coetâneos, como os “tenentes” do Clube 3 de Outubro” e Oliveira Vianna, ao longo de *A Nova Política do Brasil*, não se observa um modelo efetivo e detalhado de como a representação classista seria implementada. Sobre essa questão ver: Vianna (1947); Cepêda (2008); Viviani (2009).

³⁴No contexto constitucional, a discussão acerca dessa proposta circundava o tipo representativo a ser adotado: misto, técnico, consultivo ou deliberativo, mas não necessariamente sua existência. Ver Cepêda (2008).

Segundo ele, o Código Eleitoral estabeleceu entre nós a *verdadeira democracia*, uma vez que foi capaz de sanear a atmosfera política, em que o Governo Provisório proporcionou um ambiente de liberdade e tolerância ao realizar a Constituinte e garantir a fase constitucional. Contudo, muito mais do que exaltar a Constituição de 1934, a pretensão do Governo era a de associar os direcionamentos da então legalidade, como um marco das ações governamentais. Portanto, a Constituinte somente foi possível pelas atitudes exitosas do Governo Provisório.

Paralelamente, reforça o viés corporativista ao discursar às forças produtoras uruguaias, em 2 de junho de 1935, e destacar as orientações das ações dos governos mundiais, ante as transformações políticas e econômicas daquele momento:

Todos vós sabeis das atribulações da hora presente das incertezas dos dias de tormentosos que a sociedade humana atravessa, com as violentas transformações dos valores políticos e econômicos que se operam por toda a parte: os estadistas do mundo inteiro estão resolutamente empenhados em assentar a paz social numa distribuição mais justa de riqueza entre os que creem e produzem com o capital e com o trabalho e, suprimir as estéreis lutas de classes sociais e as mesquinhas competições partidárias (VARGAS, 1938, v. 4, p. 110. Recepção dos representantes do comércio, indústria e finanças, em 2 de junho de 1935).

A discussão passou a se direcionar à oposição entre democracia liberal e interesses nacionais, sendo, portanto, necessária a adaptação da democracia aos interesses nacionais. Essa argumentação foi amplamente contemplada pela Revolta de 1935. Na ocasião, definiu o comunismo como grupo dotado de atitude violenta e sem *sentido construtor e orgânico* e, por isso, subversiva e demolidora, lançava-se contrário aos interesses *sagrados* da coletividade.

Considerando os comunistas como *força do mal e do ódio*, e, portanto, inimigos da Nação e desafiadores da religião e da moral, colocava-se a necessidade e o dever da repressão. Nesse sentido, a “estrutura democrática do regime possui flexibilidade bastante para sobrepor-se aos assaltos dos extremismos subversivos e demolidores” (VARGAS, 1938, v. 4 p. 142. Saudação ao povo brasileiro, nos primeiros minutos de 1936). Desta forma, a supressão do movimento de 1935 viria para garantir a ordem e a estabilidade das instituições, em que se destaca o papel das Forças Armadas como guardiãs da nacionalidade. Esse mesmo argumento seria utilizado não apenas entre 1935 e 1937, mas também ao longo de todo Estado Novo.

Cabe destacar que em momento algum o Governo Vargas se colocou declaradamente contrário à democracia. Sua crítica sempre está direcionada aos

partidos políticos e às suas supostas pretensões individualistas, expressas na forma de democracia representativa liberal. Por isso, o eixo argumentativo a partir de 1935 consistia na *plasticidade* da democracia. Afinal, “na luta pela democracia, estacionamento significa estagnação. A continuidade de nosso esforço deve tender, por isso, ao aperfeiçoamento cada vez maior das instituições, de forma a fazê-las corresponder às necessidades atuais e progressivas da nossa vida social” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 156. Resposta à manifestação popular recebida na capital federal, em 10 de maio de 1936). Mais adiante, o Governo fundamentou:

A experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequando a índole do nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material. Mas, a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à sua ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamento (VARGAS, 1938, v. 4, p. 183. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1936).

O discurso governamental que pretende, gradualmente, fortalecer essa ideia de *plasticidade* da democracia, veio acompanhado de algumas investidas em relação à legitimidade da ação repressiva em prol dos interesses nacionais. Seria um dever patriótico *prevenir, sanear e desintoxicar* o país de grupos desagregadores da nacionalidade. Ao longo de 1936, observa-se nos discursos que a crítica ao modelo constitucional realizava-se sutilmente. Não havia ainda uma defesa evidente de modificações radicais do regime político, mas, ao mesmo tempo, o Governo desenvolvia contundentes críticas aos *inimigos* da nação, sempre apontando sua oposição à unidade nacional. Essa construção argumentativa tornava a instalação do Estado Novo como uma consequência lógica diante de uma conjuntura tão desagregadora. Nessa argumentação, eram considerados *inimigos* da Nação aqueles que não correspondiam às diretrizes estabelecidas pelo Governo Vargas, em especial, os grupos mais radicais. Invocava-se assim a intervenção saneadora e a ação vigilante do Estado, para o qual era necessária a ampliação de meios prontos e eficazes para o poder público *prevenir e coatar* as atividades subversivas.

Há para o Governo Vargas um conceito de democracia distante do modelo liberal e condicionado ao enquadramento disciplinado das forças sociais. “Ordem e democracia

que significam disciplina e liberdade, obediência e acatamento do direito” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 183. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1936). Os revoltosos de 1935 eram considerados justamente *destruidores sistemáticos da ordem e da lei*. Daí a legitimidade de reprimi-los, pois seriam eles, segundo o Governo, *inimigos* da democracia.

É essa ideia que justifica as colocações do Governo fins de 1936, ao defender que as inquietações políticas excedem às questões econômicas e aos imperativos da ordem social. “Na hora presente, os homens de responsabilidade pública não podem nem devem esquecer que as questões de natureza econômica e os imperativos da ordem social sobrepõem às preocupações meramente políticas” (VARGAS, 1938, v.4, p.197. Discurso pronunciado em Salvador, em 21 de novembro de 1936).

Nessa conjuntura, uma das expressões mais utilizadas pelo Governo, no interregno de 1935 e 1937, era o dever de *garantir a ordem prevenindo a desordem*. Esse aspecto foi fundamental para a implantação e manutenção do Estado Novo.

Os fundamentos organicistas, esboçados nos anos de 1935 e 1936 ganharam maior fôlego e consistência com a instalação do Estado Novo. Se nos discursos anteriores, a oposição ao liberalismo já era constante, em 1937, o governo varguista a aprofunda e tece duras críticas ao modelo representativo. A argumentação é a de que as forças inimigas da nação e os partidos, expressão de um caudilhismo provinciano, aproveitaram-se do período constitucional para favorecer seus interesses pessoais.

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito de seu tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público (VARGAS, 1938, v.5, p.23. Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937).

A Constituição de 1934, assim como sua fase parlamentar com o Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado), não se ajustou às exigências da vida nacional e, por isso, era inoperante e obsoleta diante dos acontecimentos daquele momento; afinal ela representava uma realidade que deixara de existir. Não apenas isso. Reduzido ao mínimo, com prejuízo de sua eficiência, o Estado ficou vulnerável às investidas personalistas e politiqueiras, sobretudo pelos grupos esquerdistas do

movimento de 1935. Portanto, “a fase parlamentar da obra governamental se processava, antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934” (VARGAS, 1938, v. 5, p.25. Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937).

Nesse cenário as decisões governamentais não teriam a preponderância da economia nacional organizada, mas estariam submetidas às forças econômicas privadas, utilitárias do poder e prejudicando os interesses coletivos.

Quando os partidos políticos tinham objetivos de caráter meramente político [...] as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as *atividades do trabalho e da produção*. Hoje, porém, quando a *influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer*, e a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo o momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes (VARGAS, 1938, v. 5, p. 22, grifos nossos. Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937).

Assim, considera-se que a Carta Constitucional de 1934 e o regime estabelecido por ela enfraqueceram o poder político ao expor as instituições à *investida de seus inimigos*, opondo assim, aos interesses coletivos. A divisão entre os vários poderes acabou prejudicando o rendimento do aparelho de Estado e reduzindo ao mínimo sua eficiência. O sufrágio universal consistia em instrumento e máscara dos *inimigos da Nação*, caudatários de interesses pessoais, e utilizado pelos revoltosos para confrontar os interesses nacionais.

Nesse sentido, os discursos argumentam que, diante da iminente guerra civil, o regime constitucional perdera seu sentido. Em tais situações, a Constituinte de 1937 e a instalação de um “regime forte, de paz, de justiça e trabalho” (VARGAS, 1938, v. 5, p.28. Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937) refletem um suposto ajustamento entre a estrutura política e as necessidades econômicas. Esse argumento foi evidenciado na oposição entre a Constituição de 1934 e a promulgação da Constituição de 1937:

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica (VARGAS, 1938, v. 5, p.28.

Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937).

O Governo Vargas sustentou constantemente, e incisivamente, que o regime de 10 de novembro era democrático e manteve a essência da forma republicana presidencialista, assim como o caráter representativo. O Estado Novo eliminou os intermediários entre o povo e a Nação, o que revelaria, segundo ele, o caráter democrático do regime, diferentemente dos modelos liberais, presos às ficções eleitoreiras. A ratificação da autoridade do Chefe da Nação é corriqueira em organizações políticas modernas, uma vez que essa concentração decorre do imperativo de ordem prática, tanto em relação ao âmbito social quanto ao político.

O Estado Novo, “corporifica, portanto, vontades e ideias que se impõem e se afirmam, dispostas a lutar, em qualquer terreno, contra todos os fatores de dissolução e enfraquecimento da Pátria” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 189. Entrevistas à imprensa do país, concedidas em Petrópolis, a 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, a 22 de abril de 1938). Desta forma, “quem não quiser submeter-se, tem liberdade para deixar o país” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 185. Entrevistas à imprensa do país, concedidas em Petrópolis, a 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, a 22 de abril de 1938). Argumento que também se amplia aos considerados radicais de extrema direita e sua tentativa de insurreição em maio de 1938. Diante desses personalismos desagregadores foi que o Estado Novo emergiu como *alternativa salvadora, de sábio nacionalismo*.

Em entrevista ao jornal chileno, *El Mercurio*, em junho de 1939, ao ser perguntado sobre seu conceito de democracia, Vargas responde:

A democracia, para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio dinâmico entre as concepções políticas que a negam ou querem subvertê-la. O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas, conforme os sentimentos e as exigências de cada época (VARGAS, 1940, v. 6. p. 235).

Ao declarar que os direitos pertencem à coletividade, os deveres aos indivíduos, ressaltou as leis trabalhistas pelo valor harmônico entre capital e trabalho e o não reconhecimento da luta de classes entre eles. Assim,

O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que, não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as

diferentes classes sociais” (VARGAS, 1940, v. 6, p.131. Improviso agradecendo as manifestações de membros da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicados dos jornalistas profissionais, em 30 de novembro de 1938).

Os conflitos seriam canalizados, portanto, para esses órgãos regulatórios, cujo papel do Estado, instituição propulsora da vida social e coletiva, era arbitrar as forças sociais. Os setores econômicos participavam efetivamente do Estado Novo, por intermédio das associações próprias de classes representativas da produção. Desta forma, segundo o governo Vargas, instalava-se a supremacia do interesse coletivo na medida em que o Estado adquiriu mais capacidade e eficiência para exercer sua função de estimulador de riqueza e progresso material do país. Ou seja, conduzia o desenvolvimento das nossas atividades industriais, comerciais, agrícolas, para aumentar o desenvolvimento e o equilíbrio social.

Foi sobre esse argumento que o governo Vargas entrelaçou, paulatinamente, democracia corporativa (organicista), desenvolvimento econômico e soberania nacional, dado que esta só ocorreria em consonâncias com as demais. E nesse sentido, as transformações políticas eram comumente associadas aos benefícios econômicos e à defesa da soberania.

Em novembro de 1939, o regime declara que venceu o *falso liberalismo técnico* e instituiu a *democracia real*, uma vez que assegurou todos *verdadeiros pressupostos* da vida política (justiça e representação), assim como garantiu as condições próprias da vida social (salário, habitação, alimentação e educação). A *democracia real*, ou seja, a vontade do povo, corresponde a esses pressupostos e só ocorre na simbiose deles com justiça, representação profissional, e legislação social. Portanto, os princípios democráticos correspondiam muito mais a uma democracia econômica do que política, distantes, portanto, do liberalismo clássico e de seu individualismo maniqueísta.

Assim, justifica-se a substituição da democracia política pela democracia econômica, pois o poder “emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas” (VARGAS, 1940, v.7, p.333. Discurso pronunciado a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, em 11 de junho de 1940). Portanto, a expansão econômica da Nação deveria obedecer ao fortalecimento da Pátria, e não às riquezas individuais. Buscava-se cooperação, progresso técnico, poderio material e força espiritual. Todos num mesmo sentido social: produção e bem estar coletivo.

Em novembro de 1941, Vargas aponta que a democracia, estruturada em novas bases, deve estar *aberta à evolução das forças econômicas* e, ao mesmo tempo, atrelada aos interesses nacionais. O trecho abaixo é esclarecedor nesse sentido.

Aos saudosistas, amantes platônicos de uma liberdade insubsistente, pergunta-se: que seria de uma democracia sem soberania? Onde a liberdade que apregoais, se os vossos presidentes e ministros procuram apoiar-se nas bolsas estrangeiras e nos corredores dos Ministérios de Exterior das grandes potências? Onde a vossa força moral, extremistas da direita e da esquerda, se, antes de pensar na união do país, ides buscar elementos de doutrina e de ação nas ambições de estrangeiros dirigidas contra o Brasil?

Já disse à Nação, o que agora desejo, especialmente, repetir à mocidade brasileira: o patriotismo sadio é aquele que coloca os interesses do Brasil acima das simpatias e preferências externas; é o que reconhece como amigos os que acatam os nossos princípios, sem pretender impor-nos os seus modos de viver e agir (VARGAS, 1943, v.9, p. 156. Discurso pronunciado no Palácio dos Campos Elíseos, em São Paulo, agradecendo a manifestações dos acadêmicos paulistas, em 24 de novembro de 1941).

Essas colocações refletem uma releitura da Revolução de 1930 que já vinha sendo realizada no interior do Estado Novo, no final da década de 30. No balanço de dez anos de Governo, em novembro de 1940, ao abordar os condicionantes do movimento que o levou ao poder, Getúlio Vargas ratificou os argumentos da farsa democrática e política, da crise financeira, do não reconhecimento dos direitos trabalhistas, mas apresentou outra motivação para a Revolução: “O Brasil vivia numa verdadeira situação de colônia, em que quase todos os seus recursos e economias eram drenados para o estrangeiro. Sob o rótulo liberal o regime não passava de uma oligarquia” (VARGAS, 1941, v.8, p. 144. Improviso perante a grande concentração operária da Esplanada do Castelo, em 9 de novembro de 1940). A análise do passado recente veio acompanhada da associação entre liberalismo (tanto político quanto econômico) e situação colonial e atraso.

Nada mais contrário à Nação do que a manutenção dessas diretrizes. Por isso, o chefe do Estado Novo considera que o período anterior e posterior à constitucionalização fortaleceu os remanescentes falaciosos do pré-30. Assim, o 10 de novembro de 1937 revitalizou os princípios da Revolução de 30, em seu “movimento orgânico, completo e integral”. A reconstrução política do Estado Novo, portanto, configurou-se pelas diretrizes do centralismo, reorganização econômica, aparelhamento financeiro e ordenação social e cultural acima dos antagonismos de classes.

Em comemoração ao quinto ano do Estado Novo, considera o regime anterior a 1930, que se autoproclamava democrático, na realidade, uma forma de governar para

poucos. O que propõe o novo regime, segundo Vargas, é pensar na democracia como uma

[...] forma de governar em benefício do povo como um todo, em função dos interesses supremos da Pátria, acima das imposições de grupos, de clã ou região. A autoridade baseada nas leis na segurança no trabalho vem acelerando nosso crescimento econômico e fortalecendo os laços das comunidades (VARGAS, 1943, v.9, p. 312. Discurso pronunciado no teatro Municipal, na ocasião do quinto aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro de 1942).

Contudo, a partir de 1943, a crítica à democracia política liberal passou a ser relativizada pelo Chefe do Estado Novo. Não há, em *A Nova Política do Brasil*, um processo de alteração gradativa sobre essa questão. A alteração do argumento é perceptivelmente radical. Provavelmente, as alterações na agenda política e na correlação de forças de sustentação do regime podem fornecer elementos explicativos dessa mudança. Da mesma forma, a conjuntura de alterações no cenário internacional pelos encaminhamentos da Grande Guerra, e latino-americano com ascensão de governos ligados aos trabalhadores, como Juan Perón na Argentina, podem ter favorecido a essa guinada interna do Estado Novo.

De qualquer forma, observa-se que já em novembro de 1943, Getúlio Vargas reconhece possíveis reformas ao regime ao fim da Guerra e sinaliza a possibilidade de consulta às classes produtoras e trabalhadoras. Nas comemorações do Primeiro de Maio em 1944, Vargas considera a adaptação da estrutura política às demandas da Nação, mas faz incisiva ressalva de que a liberdade política não resolveria a complexa questão social brasileira; imbróglho que implica na independência econômica, e somente solucionado com a ação de um Estado orgânico, com ampla cooperação entre as classes.

Ainda que Vargas buscasse argumentar a dissonância entre as necessidades nacionais e a democracia liberal não tardou a admitir a reforma política. Os pressupostos políticos liberais seriam retomados definitivamente em setembro de 1944, quando reconhece a consulta popular após o conflito. No entanto, em março de 1945, em entrevista bastante conturbada à imprensa brasileira, o Governo comunicou a abertura política do regime. Nesse pronunciamento, a preocupação central era defender o 10 de novembro de 1937, apontando-o como a *grande solução* para os extremismos de direita e de esquerda que ameaçavam a Nação naquele momento.

Segundo o Chefe da Nação, ainda que a Constituição de 1937 nunca tivesse sido apresentada como *estrutura política perfeita*, o fato é que ela *salvou a democracia* de ideologias extremistas. A democracia liberal não tinha capacidade para resolver os

problemas de ordem econômica e social que se colocavam. Por isso, o Governo considerou em março de 1945 que as aproximações entre Estado Novo e regimes totalitários eram infundadas, pois ele apenas suprimiu os grupos partidários e a democracia representativa. Ser um governo forte, com concentração de poder não fazia dele totalitário.³⁵

A argumentação do então líder do Governo passou a se concentrar na afirmação de que a situação de 1945 era diferente, pois *os perigos passaram*. A segurança interna e externa permitia a convocação da Nação “a fim de pronunciar-se e escolher os seus dirigentes, de acordo com os princípios democráticos da nossa formação social e política”. “O Brasil é um país organizado, apto a resolver os seus problemas políticos dentro da ordem e da lei”. Reconhece assim capacidade do voto como instrumento legítimo de representatividade política, dado que “a massa é livre de votar de acordo com as suas preferências. Não está mais na dependência do patrão ou do Estado”.³⁶

Da mesma forma, o discurso direciona-se às liberdades políticas e aos direitos políticos, que por ora passam a ser considerados como a essência de qualquer organização social. Porém, o argumento é que a democracia somente seria possível naquele momento porque o Estado Novo forneceu as condições reais para que ela existisse: o progresso econômico e o amparo ao trabalhador. Afinal, “nada servem, porém, a liberdade para passar fome ou o direito de ter frio sem cobertor” (VARGAS, 1947, v.11, p.173. Discurso pronunciado na Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 2 de junho de 1945).

O governo, portanto, passou de um ataque à democracia política liberal ao reconhecimento estratégico da participação política, mas continuava ressaltando os benefícios econômicos da estrutura política.

Assim, as críticas de Vargas se deslocaram da democracia liberal e retornaram às figuras políticas. Nesse sentido, quanto mais se evidenciava o fim do regime, mais se

³⁵Na ocasião Getúlio Vargas argumentou que os princípios dos governos totalitários são diferentes daqueles instituídos na Constituição de 1937. Para não nos alongarmos num exame completo que a oportunidade nos comporta, basta lembrar que nos regimes totalitários o Estado monopoliza tudo, absorvendo os indivíduos espiritualmente e economicamente. Expressam ideologicamente uma concepção da vida e das relações sociais – concepção oposta, como se sabe, aos fundamentos cristãos da sociedade brasileira, que foram expressamente declarados e respeitados pela Constituição de 37. O totalitarismo como organização política se caracteriza, ainda pelo partido único, pelo poder absoluto do Estado – supremo senhor distribuidor de direitos – pela imposição despótica de padrões uniformizadores de cultura e de convivência social [...] Onde essas características em nossa Constituição” (VARGAS, v. 11, p. 99. Entrevista aos jornalistas brasileiros, em 2 de março de 1945).

³⁶Vargas, 1947, v. 11, p. 102-104. Entrevista aos jornalistas brasileiros, em 2 de março de 1945.

acentuava as referências aos agitadores e “golpistas”, “demagógicos profissionais” e “saudosistas de poder”. Para Getúlio, tais figuras certamente seriam desmoralizadas pelo pronunciamento do povo nas urnas.

A recomposição democrática, que nos discursos oficiais sempre vinha condicionada ao fim da Guerra, foi assim definida pelo governo, em outubro de 1945: “liberdade ampla de associação e expressão; anistia completa aos delitos políticos; lei eleitoral; organização de partidos e emenda constitucional fixando as eleições gerais para a escolha do Parlamento e do Presidente da República” (VARGAS, 1947, v.11, p. 189. Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em 3 de outubro de 1945).

Atrelado a isso aparecem discussões acerca da convocação de uma nova Constituinte e da participação do Governo e de Vargas no processo sucessório. Vargas reconhece como legítimas e democráticas as demonstrações de setores que demandam por nova Assembleia e pela organização de uma Carta de orientação política do país.

Diante dos rumores de golpe para a sua permanência no Governo e de especulações sobre a participação nas eleições, Vargas afirma que não será candidato e que pretende “presidir eleições dignas da nossa educação política, entregando o Governo ao meu substituto legalmente escolhido pela Nação” (VARGAS, 1947, v.11, p. 191. Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em 3 de outubro de 1945). Ademais, faz apelo às classes populares para que engrossem as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro e expõe as diretrizes a serem seguidas: afastarem-se de políticos que os utilizam como massa de manobra, distanciem-se de aproveitadores extremistas, escolherem representantes afinados às aspirações dos trabalhadores que os conduziram democraticamente à organização constitucional.

Com o fim da guerra, o chefe do Estado Novo continuou associando democracia e desenvolvimento, mas agora a estratégia e os princípios políticos eram outros: permanência no poder à luz da democracia liberal. Afinal, no período pós guerra “... estamos no limite de uma época em que vamos assistir o mundo reconstruir-se democraticamente sobre as bases do desenvolvimento das suas forças sociais, econômicas e políticas” (VARGAS, 1947, v.11, p.158. Improviso agradecendo as manifestações populares pelo fim da guerra, pronunciado no Palácio Guanabara, em 7 de maio de 1945). Com essa concepção foi que Vargas renunciou, em 30 de novembro de 1945.

4.2 ESTRUTURA ESTATAL E INTERVENCIONISMO

A medida que o Governo acentuava a crítica ao liberalismo, fortalecia o papel do Estado. Na conjuntura generalizada de crise entre produção e consumo, desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, o liberalismo econômico se mostrava incapaz de corresponder às necessidades coetâneas, dificilmente resolvidas com a liberdade do jogo entre as forças produtoras. Os novos desafios apontados pela Aliança Liberal, e posteriormente pelo Governo Provisório, exigiam a configuração de outro tipo de Estado: distante do *laissez faire* e fundamentado na cooperação e na harmonia entre as classes. A sua amplitude, suas características e suas funções deveriam estar em consonância com esses novos desafios. A partir dessa concepção de obsolescência do Estado liberal, o Governo Vargas construiu a ideia da necessidade de centralização e de intervenção, em seus mais variados aspectos.

A grande força dominadora e renovadora da vida social contemporânea é, principalmente, de caráter econômico. O edifício do direito novo, a erigir-se, remodelado da base ao alto, para conseguir solidez e eficiência, deve ter por argamassa os fatos econômicos perscrutados nas suas origens, previstos na sua marcha e ascensão, prognosticados nos seus fins (VARGAS, 1938, v. 1, p. 114. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Assim, há o alinhamento entre intervenção estatal e vida social, uma vez que “O Estado, puramente político, no *sentido antigo do termo*, podemos considerá-lo, atualmente, *entidade amorfa*, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação” (VARGAS, 1938, v.1, p.120, grifos nossos. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Essa matriz argumentativa perpassa toda a coletânea de *A Nova Política do Brasil*. A persistência pela ação do Estado como *árbitro* das relações sociais e, portanto, mediador dos conflitos entre as classes, fundamentava e justificava suas variadas formas políticas. Seja no Governo Provisório, na fase constitucional ou no Estado Novo, as demandas nacionais exigiam um Estado central e forte o suficiente para corresponder e expressar os interesses da Nação. Sua arquitetura nada mais era do que a adaptação das instituições às novas necessidades nacionais, argumento muito próximo ao apresentado acerca da democracia.

Para atingir tais pretensões o caráter centralizador e intervencionista consistia no núcleo duro desse Estado emergente. Na Plataforma da Aliança Liberal, ainda que não haja uma definição evidente da estrutura do Estado (o que seria depois recorrente nos discursos) sua função como elemento central estava diluída nas ações e atribuições do poder público federal. Já se percebe aqui que o fluxo dos problemas nacionais seria canalizado para o Estado. Cabe a ele realizar o saneamento moral da Nação; resolver a questão social e garantir seus direitos implícitos; desmontar a máquina eleitoreira e instituir o voto secreto; reorganizar a Justiça Federal; organizar financeiramente o país de forma a combater a carestia de vida; realizar uma efetiva política de desenvolvimento econômico, dentre outros.

Um dos principais obstáculos à construção desse novo Estado era a estrutura do funcionalismo público. As ineficiências desse setor, já apontadas na Plataforma, foram logo retomadas no discurso de posse, em novembro de 1930. O chefe do Governo apontou como fundamental ao processo de reconstrução do país a necessidade de desmontar a máquina do *filhotismo parasitário* e do *caciquismo eleitoral*, em exercício das funções públicas. Para tanto, dever-se-ia afastar o Estado do critério puramente político no que se refere ao serviço público, substituindo-o pela racionalidade e ocupando-o de homens de *reconhecida idoneidade moral*.

Nesse sentido, a reforma do funcionalismo público, baseada na redução dos quadros excessivos e nos métodos técnicos eficientes, era uma preocupação central do governo; aspecto considerado fundamental para garantir a reconfiguração do Estado. Num primeiro momento, a postura defendida era do expurgo dos resquícios da estrutura da Primeira República. Mas, ao longo de todo o período, em especial no Estado Novo, a capacidade técnica do aparato estatal era o fundamento das discussões realizadas pelo Estado sobre essa temática.

E não seria apenas um Estado interventor, mas um Estado capaz de corresponder às exigências econômicas de um período de falência dos pressupostos liberais e atuar sobre suas consequências sociais.

Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas (VARGAS, 1938, v. 1, p.119. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

A partir de maio de 1931, o chefe do Governo Provisório passou a apresentar maior preocupação em conceituar o Estado, redefinindo seus limites para além daqueles traçados pelo *romantismo político do regime parlamentar*, ou seja, do Estado liberal. Nessa nova conjuntura, “o Estado, que é a sociedade organizada, dirigida e impulsionada pelo interesse público, neste somente deve encontrar os limites normais a seu poder de intervenção” (VARGAS, 1938, v. 1, p.115. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931). Vargas sugere que, diante dos interesses públicos e nacionais, a ação interventiva do Estado era limitada apenas pelo interesse público, assim como o próprio direito se modifica e se acomoda a essa nova concepção, em que o sistema de defesa social daria o sentido ao conjunto de regras abstratas. A centralização e o caráter intervencionista são elementos fundantes desse novo Estado emergente, uma vez que estão na sua gênese, ao mesmo tempo em que justifica sua existência e suas redefinições.

Na emergência dessa nova comunidade, em que o Estado e o direito teriam que ser adaptados às suas exigências, o Governo Vargas endossava cada vez mais o argumento corporativo. Na mensagem à Constituinte, expôs:

O Estado, qualquer que seja o seu conceito segundo as teorias, nada mais é, na realidade, do que o coordenador e disciplinador dos interesses coletivos, ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso (VARGAS, 1938, v. 3, p.30. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933).

Diante das transformações da vida moderna, o Estado alargou seu domínio e sua ação, no qual a organização política teria maior amplitude.

Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativa ou positivamente. O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente, sob pena de falhar à sua *finalidade*. Impõe-se lhe, contraditoriamente, *discipliná-las* e *dirigi-las*. Daí sua *intervenção* no campo social e econômico, regulamentando as relações entre trabalho e capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para prover o bem comum (VARGAS, 1938, v. 3 p.136, grifos nossos. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933).

A partir da definição de forças sociais, o Governo Vargas considera como função do Estado o ato de *discipliná-las* e *dirigi-las*. Esses preceitos fundamentavam a

centralização e a intervenção estatal no âmbito econômico, social e político, expressas na estrutura administrativa e burocrática.³⁷ Assim, a ampliação de seu poder era perceptível na criação do organismo estatal e na formulação de órgãos e ministérios para corresponder, em cada momento, às pretensões do grupo varguista.³⁸

Daí resulta já de início, a criação dos vários Ministérios que, ao longo do processo, foram redefinidos, reelaborados, ampliados ou reduzidos, mas mantinham a matriz orientadora: centralização e intervenção estatal para encaminhar e resolver os problemas nacionais.

Embora desde os primeiros discursos observa-se uma preocupação excessiva em demonstrar as atribuições dos ministérios, em fins de 1934, Vargas realiza um balanço das ações administrativas desde 1930. Nessa síntese, fica evidente a remodelagem do Estado já operacionalizada pelo Governo Provisório, centralizando as decisões a partir da institucionalização dos Ministérios.

Ainda que o Governo tenha criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, o principal assunto tratado nos discursos referentes ao órgão é justamente a questão trabalhista. Sua principal atribuição eram as ações acerca da legislação do trabalho, sindicalização e regulamentação profissional. O Ministério da Justiça ocupava-se do Código Eleitoral, da Lei Orgânica do Governo Provisório e do Código dos Interventores. O Ministério da Educação e Saúde Pública tinha função de agir na formação da cultura nacional e organização do ensino, assim como promover o saneamento e saúde pública.

Como o Governo entendia o setor de transportes e comunicações como um dos pilares do progresso econômico, a principal atribuição do Ministério da Viação e Obras Públicas consistia na expansão e reestruturação das ferrovias, das estradas, dos portos, dos telégrafos, da navegação aérea e ações contra a seca. Por outro lado, sob responsabilidade do Ministério da Guerra e da Marinha estavam a reestruturação hierárquica e a renovação do material bélico.

Na primeira metade dos anos 30, para o Governo, a obra econômica da Revolução dependia da reestruturação do setor administrativo para guiar a crise econômica e

³⁷ Como bem destacou Fonseca, após 1930, o intervencionismo foi evidenciado na burocratização, racionalização e centralização das tomadas de decisões. Foram justamente por essas esferas que passavam as transformações econômicas, sociais e políticas. Ver Fonseca (1989), sobretudo capítulos 4 e 5.

³⁸ Vários autores abordaram essas características institucionais do Estado varguista. Entre eles, destaca-se o trabalho de Draibe (2004 [1985]).

financeira. Por isso, ficavam a cargo do Ministério da Fazenda as reformas aduaneira, fiscal, orçamentária, creditícia; a revisão dos tratados comerciais; a reorganização do Tesouro Nacional. Já com a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos o propósito era realizar um balanço da dívida externa. Nessa esteira, o Ministério das Relações Exteriores tinha o objetivo de orientar a política externa, sempre vinculada às atividades econômicas que pudessem recuperar a economia nacional.

Nesse ínterim, o Conselho Federal de Comércio Exterior, órgão técnico centralizador para coordenar esses serviços econômicos, ocupava-se das medidas para o “estímulo e defesa de nossa produção e da sua colocação nos mercados nacionais e estrangeiros” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 29. Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934).

Entretanto, considerava-se o Ministério da Agricultura como o órgão técnico de *propulsão, fiscalização e controle da produção nacional*. Para tanto, criou-se o Departamento Nacional do Café cuja ação deveria se concentrar na recuperação do produto e na estabilização do desarranjo entre superprodução, subconsumo e baixos preços. Por outro lado, o incentivo da policultura desde a Revolução era destacado pelas constantes referências ao algodão, cacau, carnes e derivados, lã, couros, mate, açúcar e álcool, carvão, assim como artefatos industriais.

Além disso, o governo formulou vários órgãos para fomentar a produção agrícola, regulamentou a produção do café, reorganizou as diretorias técnicas, implantou estudos sobre o petróleo e extração mineral, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Instituto de Tecnologia para o estudo de melhores formas de aproveitamento de matérias primas nacionais, articulou as possibilidades da criação de um Banco de crédito rural; baixou o Código Florestal, de Caça e Pesca, de Minas e de Águas, e regulamentou o cooperativismo.

Todo esse quadro administrativo abriu a possibilidade de o Estado agir sobre a crise econômica e financeira que abalava o país na primeira metade dos anos 30, assim como de encaminhar as questões que julgava relevantes à Nação.³⁹ Os interesses nacionais justificariam essa ossatura estatal e o aumento da capacidade de intervenção do Estado sobre as ramificações da vida social.

³⁹O Governo apresentou diferentes concepções acerca dos problemas nacionais ao longo de todo o período. No seção seguinte, trataremos com maior profundidade dessa questão.

Embora essa sobreposição da administração à política refletisse a estratégia de anular o aspecto político, concentrando e canalizando todas as demandas nacionais e os conflitos para o interior Estado, o Governo Vargas vinculava, no âmbito do discurso, sua ação aos interesses nacionais. À medida que esses mudavam, justificava-se a adaptação das instituições a eles.

Em defesa dessa Nação, sintetizados no Estado e impactada pelos interesses individuais, o Governo Vargas argumentou a necessidade do Estado Novo. Assim, em 1937, a crítica ao modelo liberal veio acompanhada pela constante ratificação do forte papel do Estado, guardião e representante dos interesses nacionais. E, por isso, não haveria necessidade de intermediários entre ele e o povo.

Segundo o Governo Vargas, a prática da Constituição de 1934, inspirada nos moldes do liberalismo e do sistema representativo, evidenciou suas *falhas lamentáveis*, e estava “antedatada em relação ao espírito de seu tempo” (VARGAS, 1938, v.5, p. 23. Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937). Gerou-se, assim, um aparelhamento governamental inoperante, distante das exigências da vida nacional, enfraquecido por uma estrutura que bloqueava sua expansão.

A identificação entre Nação, Estado e interesses econômicos conduzia à noção de que o Estado liberal democrático se tornava o inimigo da nacionalidade por trazer implícitos os personalismos que fragmentavam a coletividade nacional. Por outro lado, endossava o que o Governo já havia apresentado no início dos anos 30: diante das exigências do *trabalho* e da *produção*, o Estado meramente político seria insuficiente para a resolução dos principais problemas brasileiros. Por isso, no contexto de 1937, o organismo político deveria se ajustar às essas necessidades ainda mais complexas.

Diferentemente de 1930, quando o problema nacional remetia à esfera político-social (resolvido com a reorganização administrativa e o reconhecimento/encaminhamento da questão social), em 1937 o que sobressai ao discurso de implantação e legitimação da Constituição era o argumento econômico. O Legislativo e o modelo instaurado pela Carta de 1934 retardavam o movimento de *propulsão* da economia e da vida social brasileira. E esse, como veremos adiante, transcendia o âmbito político-administrativo e exigia a superação de nossa condição colonial de fornecedores de matérias primas e de produtos agrários. O que estava subjacente nesse discurso era a concepção de que, mais do que nunca, o Estado forte

seria necessário para resolver o problema nacional. Coincidiam assim, a partir do Estado Novo, de forma simbiótica, os interesses nacionais e a superação do atraso pela via industrial.

A legitimidade desse Estado centralizador viria então com a outorga da Constituição de 1937, ampliando as atribuições e a competência da União e demarcando os amplos poderes do Poder Executivo, centralizando, sobretudo, as ações econômicas. O artigo 135 da referida carta previa:

A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação representados pelo Estado (VARGAS, 1938, v. 5, p. 83. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, novembro de 1937).

O principal instrumento dessa intervenção econômica seria o Conselho da Economia Nacional. Este órgão, composto por vários setores nacionais, teria o objetivo de coordenar a produção nacional e regular as relações entre capital e trabalho, assim como a associação profissional e sindical. Além disso, apresenta o Conselho de Comércio Exterior, subordinado ao Chefe da Nação, como responsável pelo desenvolvimento do comércio exterior e pela formulação de um órgão que coordenasse os diversos departamentos da administração pública. Portanto, seria importante nos estudos de problemas relativos ao desenvolvimento econômico.

Nas primeiras horas de 1938, como chefe do Governo, Getúlio acentua que o “Estado, segundo a ordem nova, é a Nação, e deve prescindir, por isso, os intermédios políticos, para manter contato com o povo e consultar a suas aspirações e necessidades” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 123. Saudação aos brasileiros, irradiada à meia noite de 31 de dezembro de 1937). Endossava incessantemente o argumento do Estado como “árbitro da vida social” para harmonizar as relações entre capital e trabalho, “quando vem em auxílio das forças econômicas e as impulsiona de forma adequada, está realizando, sem dúvida, as exigências do próprio organismo nacional, que precisa manter-se em equilíbrio, para progredir segura e rapidamente” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 260. Igreja de Antônio Dias, ao entregar a cidade de Ouro Preto as cinzas dos inconfidentes, em 15 de julho de 1938).

O Estado centralista e interventor tornava-se, portanto, muito mais do que instrumento de exercício político, e consistia numa verdadeira ideologia do Estado

varguista⁴⁰ (mais perceptível e vigorosa no Estado Novo) que operacionalizava interesse nacional e esfera econômica: “A concepção econômica do Estado não é uma questão de doutrina ou de ponto de vista: é uma imposição da realidade contemporânea” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 281. Improvado na Associação Comercial de Minas Gerais, em 18 de julho de 1938), por isso, há necessidade de interferência do Estado no domínio da atividade privada. Mas cabe destacar que, após 1937, esse interesse nacional traduzia-se na pretensão da emancipação econômica do país pela matriz industrial. Logo, a justificativa de toda forma de intervenção passava por essa perspectiva.

Assim, o Estado Novo, que renovou a democracia e harmonizou os interesses do povo,

[...] trata, em primeiro lugar, da reforma geral dos quadros da vida brasileira, do fortalecimento econômico da Nação, para ir, gradativamente, na medida das realizações prévias, completando a organização institucional e instalando os órgãos auxiliares consignados na Constituição (VARGAS, 1940, v.7, p. 123. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurado a Conferência de Economia e Administração, em 10 de novembro de 1939).

Para o Governo Vargas, esse modelo estatal era a superação do particularismo provinciano e a construção da nacionalidade forte e integrada. Era do Estado o papel de construir a Nação e organizar suas forças produtivas, mesmo que isso conduzisse ao sacrifício de interesses individuais.

Além da resolução dos problemas básicos e condicionais de nosso desenvolvimento econômico, a função do Estado brasileiro, em fins de 1940, era assim definida:

Submetemos todos os setores de atividade a uma coordenação consciente e cautelosa, com o objetivo de assegurar o fortalecimento da economia nacional, promovendo a propulsão das forças produtoras, articulando os centros de produção e consumos internos, estimulando a industrialização das nossas matérias primas, assistindo técnica e financeiramente a agricultura e a exploração de toda e qualquer fonte de riqueza que importasse em aumentar as exportações e em reforçar as nossas disponibilidades no exterior (VARGAS, 1941, v. 8, p. 243. Discurso pronunciado para as Classes Armadas, no Automóvel Clube, em 31 de dezembro de 1940).

Nesse sentido, a identificação entre questão econômica e nacionalidade é cada vez mais perceptível nos discursos oficiais. Em 10 de novembro de 1941, Vargas declara:

⁴⁰ Aspecto já apontado por Fonseca (1989).

Estrutura nova na economia, métodos científicos, técnica adiantada, combustíveis, siderurgia, indústria de base, mineração, energia elétrica, transportes por terra, água e ar; uma mocidade sadia e viril nas escolas e nos estádios, bons operários nas fábricas, lavradores prósperos nos campos, pesquisadores nos laboratórios – são as nossas preocupações absorventes, são os propósitos e realizações do Estado Nacional (VARGAS, 1943, v. 9, p.133. Discurso em resposta à saudação do Ministro General Eurico Dutra, na ocasião do almoço oferecido pelo Exército, em 10 de novembro de 1941).

Além do Estatuto dos Funcionários Públicos, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, receberia atenção especial do Governo no começo dos anos 40. Sobre o DASP, em outubro de 1941, Vargas declarou:

[...] confiantes no valor da obra que realizam, continuará sendo o órgão orientador e o laboratório das nossas experiências sobre os serviços do Estado, no sentido de elevar-lhes o rendimento, de torná-los realmente eficientes, de aumentar as rendas e comprimir as despesas, pela adoção de métodos de trabalho racionais, práticos, de aplicação própria ou já comprovada nos processos de economia industrial (VARGAS, 1943, v.9, p. 125. Discurso na ocasião do almoço oferecido pelos servidores do Estado, em 28 de outubro de 1941).

Se em 1930 o progresso econômico era uma consequência da estrutura administrativa, no Estado Novo, ela não seria suficiente para o desenvolvimento econômico. Porém ocupava uma oposição crucial na medida em que era entendida como uma condição, um instrumento para atingir a industrialização. Como se pretende demonstrar na próxima seção, a partir de 1937, o desenvolvimento passou a ser concebido decorrente da superação de nossa condição colonial, no qual o arcabouço institucional/administrativo seria insuficiente, porém relevante para resolver a questão econômica brasileira.

A intervenção e a centralização, elementos persistentes e essenciais nos discursos do Estado varguista ao longo de todo período 1930-1945, refletiam uma ideologia de interferência em todos os ramos da sociedade. Era a parte fundante do Estado, sua concepção orientadora das ações na economia, na política, na relação entre capital e trabalho, e que, de alguma forma, canalizaria todas as decisões no poder federal. Mesmo no contexto de 1945, de iminente retorno à democracia liberal, o Governo manteve essa concepção, com o argumento da planificação econômica e da necessidade do Estado, aspectos considerados basilares na resolução do problema do atraso econômico brasileiro.

Com essas finalidades definidas, a alteração estava no campo dos objetivos dessa intervenção. Se em 1930, a crise econômica do café e a conturbada ordem social eram o fundamento dessa intervenção, revestida de questão nacional com o Estado Novo, esse aspecto foi movimentado em direção à autonomia econômica, sendo todas as demais esferas submetidas a essa. Dai resulta que, nos discursos oficiais do Estado Novo, percebe-se a sobreposição da economia ao direito e à política com ratificação do poder do Estado, como se a Nação acontecesse em função desse imbróglio econômico. Portanto, a partir de então, o eixo da questão nacional reforça-se e realiza-se pela economia, no qual o fundamento do Estado e da Nação é a emancipação econômica do país.

4.2.1 Forças Armadas e desenvolvimento

Toda essa estrutura centralizada e intervencionista tinha relação intrínseca com as Forças Armadas. No geral, sobre essa questão, os discursos oficiais acenam para dois pontos centrais: a parceria no fortalecimento dos laços de *consciência cívica* e do *espírito de nacionalidade*; e a associação entre desenvolvimento econômico e instituição militar. Por outro lado, além da função moralizante e vigilante da Pátria, à medida que o Governo foi percebendo a necessidade de maior articulação entre as várias regiões do país, foi ampliando as funções das Forças Armadas:

Num país de economia em organização, com abundantes fontes de riqueza por explorar, dono de vasto território ainda não articulado por vias de comunicação que lhe venham dar perfeita homogeneidade social e econômica, e na fase culminante de seu caldeamento étnico, a função as corporações militares sobreleva a de quaisquer outra em importância e complexidade (VARGAS, 1938, v. 4, p. 224. Discurso em agradecimento à homenagem do 1ºB.C., em Petrópolis, em 29 de abril de 1937).

Com essa argumentação Vargas destinava às Forças Armadas atribuições que extrapolavam o âmbito de força militar. Foram constantemente invocadas no processo de *Marcha para o Oeste*, em especial, para assegurar as matérias primas desses *territórios vazios*. Em discurso na cidade de Cuiabá, em agosto de 1941, Vargas abordou

a função das Forças Armadas como formadora do território pouco habitado, que no processo de desbravamento do *hinterland* teria obra civilizadora.

Elas [Forças Armadas] não são, apenas, os esteios da defesa do solo pátrio; agem, também, como pioneiras no desbravamento e ocupação da terra, ligadas a todas as atividades construtivas, auxiliando o desenvolvimento do país nos setores industriais, nas comunicações, nos transportes, na pesquisa das riquezas naturais e seu aproveitamento (VARGAS, 1943, v. 9, p. 87. Discurso realizado em Cuiabá, durante almoço de inauguração do Quartel do 16ºB.C., em 6 de agosto de 1941).

Além desse núcleo mais coeso das forças nacionais como vanguarda na batalha da *homogeneidade étnica*, percebe-se também a vinculação entre desenvolvimento siderúrgico e segurança nacional. Porém, a partir da segunda metade dos anos 30, os discursos oficiais evidenciam o estímulo crescente e contínuo de que a industrialização devesse também obedecer ao programa de aparelhamento defensivo, para que este esteja fortemente conjugado com a expansão econômica. As Forças Armadas estariam, dessa forma, amparadas pelo progresso material e técnico.

Na comemoração de 10 anos de governo, em novembro de 1940, Vargas ampliou ainda mais essa relação atingindo o desenvolvimento geral da Nação. “Os problemas da defesa entrelaçam-se, diretamente, com os do próprio desenvolvimento do país, não só no terreno econômico e industrial, mas também, no moral e cívico, pela educação do cidadão para o cumprimento dos seus deveres patrióticos” (VARGAS, 1941, v. 8, p. 155. Discurso pronunciado no Ministério da Guerra, em 10 de novembro de 1940). E mais adiante, ressalta: “O aproveitamento militar do potencial humano vem sendo completado por um trabalho paralelo de levantamento estatístico da produção industrial e agrícola, de matérias primas e das redes de comunicação” (VARGAS, 1941, v. 8, p. 232. Discurso pronunciado no pátio do quartel do Centro de Preparação dos oficiais da reserva, em 7 de dezembro de 1940).

O contexto da Segunda Guerra Mundial aproximou ainda mais a discussão sobre industrialização e defesa nacional. O Governo Vargas aproximou cada vez mais a relação entre indústria de paz e de guerra. O estreitamento desse vínculo no contexto de adesão do Brasil na Guerra estava atrelado a pontos norteadores do Governo naquele momento: interpretação do atraso e necessidade da grande indústria siderúrgica.

Identificou que o retardo do aparelhamento não apenas era um resultado do agrarismo, como também ratificou seu elemento condicional ao desenvolvimento da

grande siderurgia. A indústria de paz e de guerra, ou seja, o aparelhamento nacional e o reequipamento das Forças Armadas dependia da instalação da siderurgia brasileira. Cabe lembrar que, desde 1931, Vargas já havia realizado a associação entre aparelhamento militar e siderurgia, mas somente após o Estado Novo passou a relacioná-la às limitações do exclusivismo agrário e à industrialização do país.

Em fins de 1944, Getúlio declarou:

Os povos fracos, herdeiros de base territorial vasta e rica, são, naturalmente, presa cobiçada. E não é apenas pela invasão *manu-militari* que podem perder a sua independência e sofrer ameaças à sua soberania. Também isso acontece quando pela alienação das indústrias-chave se cedem os materiais estratégicos e se confiam a mãos alheias os fatores capitais da defesa nacional (VARGAS, 1947, v.11, p. 40. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão de Planejamento Econômico, em 3 de outubro de 1944).

Portanto, na análise de *A Nova Política do Brasil*, percebe-se que o argumento da obsolescência do liberalismo é explicitamente central na interpretação de Brasil e, conseqüentemente, na rearticulação do projeto político após 1930. Um dos elementos iniciais e permanentes mais ressaltados nos discursos de Vargas é justamente a ideia de que o *laissez faire* econômico, e sua faceta política, era a causa *precípua* da crise interna e externa daquele momento. Da mesma forma que mundialmente os desdobramentos da crise de 1929 geram movimentos econômicos nacionalistas, no Brasil, que era dependente do mercado agrário exportador, esse movimento era similar. A percepção e a leitura das limitações do liberalismo conduz esse grupo, antes condensado na Aliança Liberal e depois no Governo, a redefinir as orientações da atuação estatal interna, e nesta pressupunha-se uma rearticulação da concepção de *agrarismo* e *industrialismo*.

5 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VOCAÇÃO INDUSTRIAL NOS DISCURSOS OFICIAIS DA ERA VARGAS (1930-1945)

Em 1940, ao realizar o balanço de 10 anos de Governo, Getúlio Vargas declarou:

[...] não pode haver dúvida sobre o êxito das nossas indústrias básicas, que permitirão ao país agrário, preso aos azares do mercado mundial, bastar-se a si mesmo. Isto quer dizer, noutros termos: - capacidade para fabricar máquinas em geral, de modo que a própria agricultura, de extensiva e rotineira, possa passar à intensiva; a possibilidade de forjarmos os instrumentos da nossa defesa, motores para nossos aviões, navios para a frota, trilhos, locomotivas e automóveis para as estradas [...] Ferro e carvão para produzir o aço das nossas máquinas, petróleo para movimentá-las: são as aquisições fundamentais desta fase da vida nacional (VARGAS, 1941, v.8, p. 181. Discurso pronunciado no banquete do Aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhadoras, em 11 de novembro de 1940).

Ainda que o distanciamento histórico torne essa colocação um tanto quanto evidente, para os atores políticos envolvidos no Governo Vargas poderia não ser. Não é possível encontrar na plataforma política da Aliança Liberal⁴¹ uma clara indicação em defesa da industrialização, como demonstrado no trecho acima. Essa dissonância abre um questionamento: o que teria ocasionado essa mudança em apenas uma década de governo? Como o Estado Novo aprofundou essa perspectiva a ponto de, em 1945, alinhar irreversivelmente Estado e industrialização?

Pretende-se analisar nesta seção, justamente esse percurso de formulação que transitou da concepção agrarista para um modelo de desenvolvimento pautado na matriz urbano-industrial. Sugere-se como hipótese a ser trabalhada que essa alteração não foi fortuita. Ela pode ter derivado de algumas concepções acerca da sociedade brasileira (problematizadas ao longo do período) no qual esses diagnósticos orientariam as diretrizes a serem seguidas pelo Estado, impulsionando assim mudanças nas prioridades do governo.

Para tanto, esta seção está dividida em duas partes fundamentais: a primeira aborda as premissas do Governo acerca do problema nacional e, conseqüentemente, da sua resolução; num segundo momento, o objetivo é observar a tensão entre vocação agrária e vocação industrial nos discursos do Governo. Utilizando tais abordagens,

⁴¹ Como já demonstrado, esse grupo foi condutora central da Revolução de 1930 e dos primeiros contornos do Governo Provisório.

temos a possibilidade de observar como esses temas foram tratados pelo Estado em seus pronunciamentos oficiais. O exame destes dois tópicos é importante, uma vez que ambos possibilitam um melhor entendimento do processo de construção ideológica ocorrido no primeiro governo Vargas através dos próprios discursos dos atores envolvidos no Estado.

5.1 PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS BRASILEIROS

Diferentemente das concepções acerca do Estado e da democracia, a leitura sobre o desafio brasileiro adquiriu modificações significativas nos discursos de *A Nova Política do Brasil*, sendo acompanhada por novas propostas de intervenção e atuação estatal. Faz-se necessário, para a compreensão de como tais transformações se deram, dividir o tema em duas partes: a primeira trata da questão político-administrativa, na qual o principal desafio nacional era o de estruturar a organização do país para a superação da crise na qual se encontrava o Brasil no início dos anos 30. Contudo, o problema sofreu um deslocamento de eixo quando o primeiro governo Vargas percebeu a insuficiência da questão estrutural como solução definitiva para os problemas pelos quais o Brasil passava. É neste momento então que, perscrutando alternativas, o governo se depara com o passado colonial, percebendo nele e em sua característica de país agrário e exportador de matérias-primas o real empecilho para o desenvolvimento nacional. Opera-se nesta ocasião uma reformulação argumentativa, que entende a superação do exclusivismo agrário como o grande desafio nacional, herança que só seria rompida com a industrialização do país.

5.1.1 A ordem político-administrativa (1930/1936)

Desde a Plataforma da Aliança Liberal já são perceptíveis nos discursos alguns delineamentos acerca das mazelas nacionais. Conforme já foi apontado, no âmbito

político, persistia a ideia de reorganização da República e do Estado Brasileiro. Por isso, na análise dos discursos oficiais, principalmente entre 1930 e 1936, percebe-se uma preocupação com o *saneamento* administrativo e político e com a implantação de novas diretrizes sociais, produtivas e financeiras, por intermédio de um Estado forte e amplo. Neste momento, os interesses nacionais estavam associados a esses desafios, e, portanto, superá-los era uma *missão* nacional.

A concepção acerca da economia e das finanças também seguia essa orientação: os problemas econômicos eram uma ramificação dos problemas políticos e administrativos. Isso já estava evidente no programa aliancista, uma das principais críticas refere-se à forma de valorização do café realizada pela Primeira República. Diante da crise que assolava a economia cafeeira – o mais importante problema brasileiro daquele período – a Aliança Liberal reconhecia a necessidade de sua proteção. A discordância consistia no modelo de política desenvolvido até então, limitado ao preço de venda, ou seja, restrito à comercialização do produto.

Recorrendo à carta do conselheiro Antônio Prado, endereçada a Nilo Peçanha, em 1921, a Aliança Liberal criticava a forma de valorização do café e indicou uma solução considerada como racional, econômica e patriótica na resolução da crise: direcionar a política para a produção e não para a valorização do produto. Desta forma, a proposta era a intervenção do Estado no âmbito da produção, buscando os processos técnicos de cultivo capazes de baratear o seu custo. Diante da crise dos mercados mundiais, era necessário diversificar nossa produção, tanto para abastecer o mercado interno quanto para maior projeção de nossos produtos no mercado internacional.

E isso não se aplicava apenas ao café, mas incluía toda cadeia produtiva, com destaque ao açúcar, a pecuária, a borracha, ao cacau e ao algodão. A questão não era, portanto, apenas incentivar a produção: precisávamos *produzir mais e mais barato*. Esse *mais* não significava *mais* do mesmo, mas se projetava para a intensificação da produção pela policultura e pela exploração no comércio exportador a partir de nossas *sobras exportáveis*.

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeitas a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários. A agricultura,

embora florescente em muitas zonas, ressentia-se, por toda parte, da falta de organização e de método (VARGAS, 1938, v.1. p. 38. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930).

Outro exemplo do Governo acerca do que considerava desordem econômico-administrativa da Primeira República consistia na questão social. Da mesma forma que a produção precisava ser protegida, o caso do trabalho exigia o mesmo tratamento. Esse aspecto defendido pela Aliança Liberal adquiriu grandes entonações no Governo Provisório. Este passou a associar a crise mundial de superprodução à questão social, uma vez que ela seria fruto do sistema capitalista que se concentrava na capacidade produtiva, mas esquecia-se da capacidade aquisitiva das massas. Por isso, em maio de 1931, o Governo considera que o desafio daquele momento não era necessariamente a produção (resolvido com capital e capacidade técnica), mas sim os mercados consumidores.

Segundo a Plataforma Aliancista, no Brasil, a situação era ainda complexa, dada a inexistência de uma legislação social de proteção efetiva ao trabalhador. Era necessário um Código do Trabalho que garantisse a ele medidas de instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, amparo às mulheres, as crianças, aos inválidos e aos velhos, além de uma política de crédito e de salário. Para se *produzir mais e melhor* e prevenir-se contra as crises, era preciso transformar o capital humano, negligenciado pela Primeira República. Já apontamos outrora como a legislação social teve fundamentação econômica e política para esse Estado emergente.

A carestia dos meios de vida foi apresentada como resultante da desorganização da produção e dos serviços de transportes. Tal situação derivava dos altos custos dos fretes e do fato de alguns produtos terem benefícios nas taxações, enquanto recaíam sobre outros, múltiplas taxas e impostos. No entanto, num primeiro momento, a origem dessas *anomalias*, seja da questão social, seja da carestia de vida, era considerada consequência da desorientação governamental.

Desde o início eram evidentes as preocupações centrais do Governo com os transportes e com as comunicações. Esse elemento persistiu ao longo dos discursos do primeiro Governo Vargas, sendo considerado condicional ao fortalecimento do mercado interno e à capacidade de ampliação da liberdade de comércio. Os problemas de comunicação e obras públicas são considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico e para a ação civilizadora do Estado. Portanto, a reforma tributária e o

desenvolvimento dos meios de transporte seriam imprescindíveis para o progresso nacional.

Fazia-se necessária a revisão das tarifas aduaneiras, dado que era “antiquada, contraditória, complicadíssima e extravagante” (VARGAS, 1938, v. 1, p.34. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930). Além disso, a realização de reforma fiscal era crucial para proporcionar mais clareza aos textos e regulamentos acerca das tarifas alfandegárias.⁴²E apontou ainda:

Devemos manter o critério geral, protecionista, para as indústrias que aproveitam a matéria prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufaturam a matéria prima importada, encarecendo o custo de vida em benefício de empresas privilegiadas (VARGAS, 1938, v. 1, p. 35. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930).

A partir de então, a dicotomia entre indústrias nacionais e indústrias artificiais, assim como o direcionamento para o similar nacional, são aspectos constantes nos discursos da primeira metade dos anos 30. Além dos produtos serem taxados de acordo com as potencialidades e as necessidades de seu consumo, a orientação das importações deveria obedecer às necessidades de nossa produção, justamente pelo objetivo de se *produzir mais e mais barato*.

No discurso de posse, em novembro de 1930, Getúlio Vargas reforçou a necessidade de observar o desenvolvimento econômico e o aumento de nossa capacidade produtora. No âmbito financeiro e econômico, a ordem das ações deveria se concentrar na “restauração do crédito ao fortalecimento das fontes produtivas, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal” (VARGAS, 1938, v.1, p. 71. Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930).

Outra preocupação que se colocava era a estabilização da moeda, por intermédio de política cambial, assim como, a reorganização das finanças que fosse capaz de realizar o reequilíbrio orçamentário. Em janeiro de 1931, o chefe do Governo Provisório acentuou que: “A restauração financeira e o desenvolvimento econômico do Brasil constituem, em substância, problema de administração, mas, para que esta possa

⁴² Ainda que sejam perceptíveis uma dissonância entre o discurso econômico identificado em *A Nova Política do Brasil* e as medidas tributárias, fiscais, orçamentárias empreendidas pelo Governo durante o período, este trabalho não realizará um cotejamento entre o discurso e a prática, uma vez que isto transcende as possibilidades desta tese.

exercer com firmeza e continuidade, precisamos da ordem e segurança interna” (VARGAS, 1938, v.1, p. 86. Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931). Ao expressar as diretrizes do novo governo, em maio do mesmo ano, ratificou o que considerava como gênese dos problemas brasileiros.

Antes de tudo, o problema brasileiro é um problema de administração. Os erros e as falhas, resultantes da anarquia administrativa, foram os causadores diretos dos nossos maiores males e os fatores decisivos do momento revolucionário (VARGAS, 1938, v. 1, p. 124. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Nesse cenário, para o Governo Vargas, a consequência lógica da antiga administração era a *desordem moral*, a *desorganização econômica*, a *anarquia financeira*, a *falsidade partidária*, a *estagnação*, o *desequilíbrio orçamentário* e a *falência da justiça*. Foi por esses desafios que, segundo ele, a Revolução de 1930 ocorreu, e era para a sua superação que o Governo Provisório deveria direcionar suas ações, que estavam em sintonia com o *espírito de nacionalidade* e com os laços de *consciência cívica*.⁴³ Por isso, nos primeiros volumes de *A Nova Política do Brasil* a expressão *saneamento administrativo e político* é recorrente e colocada como um dos propósitos da Revolução.

A Revolução foi, sobretudo, um protesto fulminante contra tão deprimente estado de coisas. Realizou-se para destruí-lo. Mas, como a sua finalidade é construtiva, não terá cumprido a sua missão enquanto não substituir o velho arcabouço oligárquico por um regime sadio de justiça e moralidade administrativa, em que a Nação, consciente de si mesma, resolve e impere nos seus destinos (VARGAS, 1938, v. 1, p. 157. Manifesto à Nação, lido no Teatro Municipal, em 3 de outubro de 1931).

A outra vertente da Revolução, nesse primeiro momento, era a reorganização econômico-financeira. Para tanto, o governo considerava necessária a regularização dos empréstimos contraídos pela união, estados e municípios (agora de responsabilidade do poder central); controle dos déficits orçamentários; revisão do sistema tributário; amparo à policultura; diversificação dos produtos exportáveis; desenvolvimento dos transportes; apoio ao produtor e ao trabalho; exploração das jazidas minerais (em especial da siderurgia) e do álcool-motor em substituição da gasolina. Tais medidas, em parte, resolveriam o problema do ouro que era remetido ao estrangeiro.

⁴³ Em janeiro de 1931 o Governo Provisório definiu o que compreendia como revolução: “Para nosso caso, revolução é, antes de tudo, transformação, esforço para tonar latentes nossas energias sociais, que fortaleçam o regime depauperado, impondo moralidade absoluta e justiça perfeita” (VARGAS, 1938, v.1, p. 86. Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931).

Essa preocupação de equilíbrio da balança de pagamentos, ou o *ideal dos saldos-ouro*⁴⁴, também já era perceptível nos primeiros discursos do Governo Provisório. O principal dilema era: *aumentar a exportação ou diminuir a importação?* Diante da crise mundial de superprodução, a saída viável para defender a economia nacional era a redução das importações. O deslocamento para os produtos internos, com todas as variáveis que isso implica (policultura, diversificação produtiva, desenvolvimento dos transportes, barateamento da produção, aumento da capacidade aquisitiva das massas, aperfeiçoamento das indústrias) ocorreria simultaneamente com o melhor posicionamento dos produtos nacionais no mercado mundial. E nesse sentido a exploração das riquezas naturais era o diferencial brasileiro.

Somos país rico em matérias primas inexploradas e em produtos exóticos e, simultaneamente, vasto mercado consumidor. Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes d'água e as jazidas de minérios (VARGAS, 1938, v. 1, p. 122. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Não por acaso, nos discursos da primeira metade dos anos 30, a discussão do saldo-ouro vem entrelaçada à nacionalização das riquezas naturais e exploração dos recursos minerais, que proporcionariam melhor poder de barganha no cenário mundial e, ao mesmo tempo, maiores condições de progresso interno. Entretanto, o Governo Provisório reconhece que o progresso econômico do país estava relacionado ao ferro e, nesse sentido, apontou como problema máximo da nossa economia o siderúrgico⁴⁵. Não apenas era dever patriótico enfrentá-lo, como também o desenvolvimento da esfera produtiva e nossa defesa nacional dependiam dessa resolução.

No contexto da crise mundial, havia a possibilidade de expansão econômica do país por intermédio de um novo tratamento aos nossos bens naturais.

Sem indústrias novas a explorar e, paralelamente, com a capacidade de renda esgotada, esses países acumulam capitais, privados de lucros compensadores e temerosos de se lançarem em iniciativas onde as vantagens se apresentam problemáticas. Desaparecido o período de pânico atual, eles procurarão,

⁴⁴ Getúlio Vargas realizou um importante discurso acerca dessa questão: *Os saldos ouro e o problema siderúrgico*, que consta no volume I, entre as páginas 90 e 103.

⁴⁵ Cabe destacar que essa questão era uma demanda histórica de setores militares, inclusive dos "tenentes", desde década anterior. A defesa pela nacionalização dos recursos naturais não implicava necessariamente uma defesa da industrialização. Os "tenentes" do Clube 3 de Outubro, por exemplo, estavam muito mais próximos de uma *vocação agrária* do que do desenvolvimento pautado num industrialização efetiva do país. Ver Viviani, 2009.

necessariamente as nações mais jovens como o Brasil, que, pela vastidão do território e vulto das suas riquezas naturais inexploradas, larga margem oferece ao seu emprego seguro e lucrativo [...] Só assim atrairemos à nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e ampliando o nosso desenvolvimento (VARGAS, 1938, v.1, p. 160. Manifesto à Nação, lido no Teatro Municipal, em 3 de outubro de 1931).

Aqui se percebe que assegurar os recursos naturais era um posicionamento estratégico diante das nações do *Velho Mundo* para captar recursos estrangeiros. O Governo Provisório concebia a *saturação* dos países centrais como uma das faces da crise mundial. Os países de elevado desenvolvimento social e econômico, com sistemática exploração agrícola e industrial, chegavam, inevitavelmente, ao *esgotamento progressivo das suas fontes de riquezas*. Justamente nesse contexto é que o *Novo Mundo*, como o Brasil, destacava-se, podendo ser uma alternativa aos investimentos internacionais, quando o mundo voltasse à sua normalidade econômica.

A questão do controle da balança de pagamentos persistia nos discursos do Governo. O problema do déficit seria ressaltado com mais profundidade na instalação da Constituinte, em novembro de 1933. Para o Governo Provisório, um dos principais problemas da administração da Primeira República foi a herança de avultados déficits de um governo a outro. Para contorná-los, os governos contraíam novos empréstimos, e assim, sucessivamente. Isso teria causado consequências ao crédito do país e desequilibrado a balança de pagamento no intercâmbio internacional.

Na ocasião, o então Chefe do Governo expôs a situação do Brasil em 1930:

O ouro emigrara, deixando o ônus dos empréstimos; o café caíra, deixando o stock, o subconsumo e a superprodução; as indústrias estavam paralisadas; a lavoura em crise franca; o capital em pânico e o trabalho sem emprego; o mil réis sem valor e a vida por preço elevadíssimo. Fizera-se inflação, deflação e reinflação, tudo no curto período de três anos (VARGAS, 1938, v. 3, p.40. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933).

Portanto, em fins de 1933, governo apontava as causas dos déficits da balança de pagamentos à orientação e à prática política do período anterior⁴⁶, e não necessariamente a posição brasileira na divisão internacional do trabalho, que colocava

⁴⁶ De alguma forma, Fonseca (1989) já havia apontado essa questão ao identificar que Vargas não considerava a situação internacional como causa principal da crise brasileira. “A resposta a esta questão não deixa dúvida: todos os discursos de Vargas de 1931 a 1937 responsabilizam os governos anteriores, de tal modo que a crise porque passava era considerada herdada” (FONSECA, 1989, p. 160).

o país como fornecedor de produtos primários. Na mensagem à Constituinte de 1933-1934, Vargas identificou que o país tinha sua exportação baseada em produtos agrícolas e em matérias primas. Mas, isso não implicou na identificação da limitação desse modelo. “Era natural, portanto que sofrêssemos as consequências da crise generalizada, traduzidas nas oscilações depressivas do nosso intercâmbio comercial”. Essa situação era agravada ainda mais pelos “males internos, principalmente os que decorrem da péssima organização da lavoura e da precariedade do crédito agrícola” (VARGAS, 1938, v.3, p. 104. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933).

Nesse sentido, em 1934 o Governo ainda mantinha-se otimista de que um novo tratamento da questão resultasse em um equilíbrio. Com o esquema da dívida externa⁴⁷, houve avanços consideráveis ao aumentar progressivamente os saldos positivos. “Todos esses sintomas de convalescência financeira vieram fortalecer, de modo lisonjeiro, o crédito nacional e estão permitindo a formação de um ambiente profundamente favorável aos nossos interesses” (VARGAS, 1938, v. 4, p.35. Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934).

Para o Governo, a vida financeira do país jamais teria se consolidado se os estados continuassem a contrair empréstimos externos. Destaca ainda a unidade financeira, quer pela regulamentação das dívidas externas ou das internas, como uma grande obra da Revolução de 1930, que reorganizou racionalmente as orientações financeiras da nação. Chegou a declarar que se o Governo Provisório tivesse realizado somente esses ajustes, já justificaria seu acontecimento.

Portanto, nos discursos oficiais percebe-se que a reflexão sobre essa problemática acabava apontando para uma leitura da *herança recebida*, cujas raízes não transcendiam a estrutura da Primeira República ou, no limite, do Império. Essas colocações corroboram as demandas colocadas pelo Governo desde início dos anos 30.

Impunha-se nos, de início, ordenar a vida administrativa e propugnar o saneamento moral e material do país, pela adoção de medidas de efeito rápido e certo, com poder bastante para modificar costumes, métodos e processos prejudiciais. Cumpria-nos reduzir despesas, coibir abusos, reformar serviços dispendiosos e sem eficiência, equilibrar orçamentos, suprimir déficits e, sobretudo, simplificar, melhorando a antiquada e ronceira máquina administrativa (VARGAS, 1938, v. 2, p. 37. Manifesto à Nação, lido no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932).

⁴⁷ Em 1934, o Brasil assinou um acordo de pagamento (conhecido como Esquema Oswaldo Aranha) cujo fundamento era a adaptação às condições reais do país. Ver Corsi (2000).

Mesmo após Getúlio Vargas ser eleito pela Assembleia, esse posicionamento se mantém. Em discurso de novembro de 1934, Getúlio Vargas continuava compreendendo que os problemas brasileiros derivavam da natureza político-administrativa. Todo esse caos governamental impactava “a economia, as finanças e a administração, rebaixando o nosso crédito, depauperando as nossas fontes de renda, sangrando o Tesouro e destruindo as nossas maiores riquezas morais, espirituais e materiais” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 21. Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934). Por isso, a legitimidade do período ditatorial foi justamente de sanear a atmosfera política e realizar a organização administrativa.

Ao comemorar o “Dia do Brasil”, em 07 de setembro de 1935, assinalava que o país, no âmbito da desorganização econômica mundial enfrentava uma “crise de crescimento”, mas, em contrapartida, nosso desenvolvimento apenas se iniciava. Nossas fraquezas resultam do “excesso de força” e “quando conseguirmos dominar a nossa pujança, medindo-lhe as expansões da seiva moça e desbordante, os nossos destinos adquirirão, certamente, rumos definitivos” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 124. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1935). E concluiu que “as nossas dificuldades são mínimas em confronto com os nossos recursos e com as que enfrentam, no momento, outros povos. Havemos de vencê-las” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 125. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1935). Diante da crise internacional, a nossa vantagem era justamente os recursos naturais, visão que não se diferencia substancialmente daquela apresentada desde 1931.

Em discurso seguinte, em 24 de setembro de 1935, fica mais evidente o que Getúlio demarcou acima. Em comemoração ao Centenário da Revolução Farroupilha, ao falar de um sentimento de unidade patriótica que marca os povos sul-americanos, sugeriu fortalecimento econômico entre as nações de nosso Continente. No contexto em que as “velhas nações, de civilização exausta, procuram limitar-se aos seus domínios coloniais para o abastecimento de matérias primas dos produtos lançados ao consumo mundial pelos países americanos” (VARGAS, 1938, v. 4, p.132. Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 24 de setembro de 1935) nada mais natural que esses países se unissem para a defesa de seus interesses. Com nacionalismo econômico e soberania política, as nações americanas deveriam compor um bloco econômico, político e financeiro para reagir à depressão mundial e garantir os interesses comuns.

Essas colocações se abrem para duas possibilidades de compreensão, não necessariamente excludentes. A primeira seria a de considerar o contorno da crise mundial a partir da nacionalização das matérias primas do país, aspecto apontado desde início pelo Governo Provisório. Por isso, ele considerava que nossos recursos nos conduziriam ao crescimento econômico. Poderia também corresponder à visualização desses territórios fronteiriços como fornecedores de recursos naturais e, concomitantemente, como mercados em potencial. Ora, diante de nações em crise, o controle dos recursos naturais seria fundamental na reestruturação econômica não apenas nacional, mas também regional.

O aprofundamento da percepção dessas condições de países de economia agrária, fornecedoras de matérias primas, viria a ser mais significativo a partir de 1936. No discurso em comemoração à Independência, em setembro de 1936, percebe-se uma alteração da posição do Governo acerca do mercado internacional e, conseqüentemente do problema nacional. Considerando que, após seis anos à frente do Estado, o Brasil não era mais *exclusivamente agrário*, subordinados à disputa de mercados consumidores de matérias primas e *esmagados* pela compra de produtos industriais.

Ainda que de forma bastante embrionária, essas noções seriam fundamentais para a reavaliação do principal problema que emperrava o progresso nacional. No discurso de abertura da primeira hora do ano de 1937, o Governo Vargas retomou explicitamente a ideia de exclusivismo agrário e afirmou que essa condição mantinha o país na posição colonial de fornecedor de matérias primas. Essa estrutura fazia com que o Brasil trocasse matéria prima por produtos manufaturados, tendo uma posição desvantajosa nas trocas comerciais internacionais. Os problemas econômicos, a carestia de vida e o desenvolvimento brasileiro teriam outros condicionantes: a herança colonial que nos legou o modelo agrarista.

À medida que o Governo Provisório foi refinando a sua leitura dos problemas brasileiros, assim como se firmando e permanecendo no poder, o aspecto administrativo e a fundamentação *moral* foram desaparecendo dos discursos. Na segunda metade dos anos 30, a obra da Revolução não poderia ser resumida à restauração dos princípios republicanos de 1889, corrompidos pela experiência da Primeira República, porque eles tornavam-se insuficientes para corresponder aos desafios brasileiros. Nesse sentido, palavras que apareciam recorrentemente até 1937, tais como *saneamento moral e político, reorganização administrativa, reestruturação financeira*, foram sendo

substituídas por termos que expressavam maior profundidade de seu entendimento acerca dos problemas nacionais, como *exclusivismo agrário, atraso, desenvolvimento econômico, autonomia, autossuficiência, industrialização, emancipação econômica, aparelhamento do país, bastar-se a si mesmo*.

5.1.2 A ordem econômica e o problema nacional (1936-1937/1945)

Ainda que possamos problematizar acerca das pretensões do Governo em alterar a tonalidade dos discursos, aspecto que escapa aos nossos objetivos, o fato é que, a partir de fins de 1936, a concepção do problema brasileiro buscava outros elementos para além dos limítrofes político-administrativos. Essa dimensão, por si só, não explicava e nem resolvia os imbrólios nacionais. De alguma forma, o nível administrativo continuou sendo relevante para o poder central, aspecto perceptível na acentuação da burocratização no Estado Novo. Mas nesse momento ela passou a ser ressignificada pelo objetivo primordial da “Nação”: a industrialização.

O Governo Vargas passou então a associar problema brasileiro e modelo econômico, e à medida que essa compreensão se aprofundava, identificava o problema econômico como o fundamental da Nação. Nessa esteira, a incapacidade do setor agrário, como elemento propulsor do progresso econômico, era cada vez mais evidenciada pelo discurso oficial. Da mesma forma, a industrialização foi ganhando mais espaço e maior importância nos pronunciamentos oficiais do Governo Vargas. Em outras palavras, os interesses nacionais se entrelaçavam com desenvolvimento e progresso econômico, com forte crítica ao exclusivismo agrário e valorização da industrialização.

Ao que tudo indica, a preocupação do Governo continuava sendo o equilíbrio da balança de pagamentos, mas alteravam-se as motivações e as estratégias para atingi-lo. Não por acaso, um dos principais pontos ressaltados na instalação do Estado Novo foi a retomada da questão da evasão de divisas na balança de pagamentos. Na ocasião, definiu como graves problemas nacionais: a produção cafeeira e a dívida externa⁴⁸. No primeiro

⁴⁸ A renegociação da dívida externa já era discutida no interior do Estado nos anos anteriores. Segundo Corsi (2012), diante da crise cambial, o Governo até então optava pela priorização dos compromissos externos. “Foi assim em 1931, quando a crise foi contornada mediante um novo *funding loan* e o

caso, sendo o café o principal produto de exportação, as ações do governo estariam direcionadas ao barateamento da produção para se lançar com competitividade no mercado mundial. No segundo, a questão central era a revisão das obrigações externas, propondo a suspensão do pagamento dos juros e amortizações (moratória), para salvaguardar o aparelho econômico e o progresso nacional.

Ao apresentar a dívida externa como um dos principais problemas econômicos brasileiros, o Estado Novo sugeriu que a drenagem de capital para o exterior, de alguma forma, prejudicava a economia nacional. Por isso, suspendeu o pagamento da dívida externa, uma vez que a manutenção de seu pagamento afetaria diretamente o progresso econômico do país. Para o Governo, corresponder às responsabilidades externas requeria saldo na balança comercial, mas diante da crise do comércio mundial, com redução da movimentação de mercadorias, ficaria inviável a manutenção do pagamento da dívida externa, pois nada sobraria para os investimentos econômicos.

Nas entrevistas concedidas ao jornal inglês, *Financial Times*, e ao jornal italiano, *Gazzetta del Popolo*, em dezembro de 1937, Getúlio Vargas expressou as diretrizes econômicas do Estado e sua preocupação com aumento das exportações. Segundo o chefe do Estado Novo, houve consideráveis êxitos da política econômica do Governo, motivada pelo objetivo de diversificação da produção, no setor das atividades agrícolas e minerais, assim como da indústria pastoril. Esse avanço impactou na variação e na intensificação de produtos brasileiros exportados, com destaque ao algodão. Justificava-se toda ação do governo Vargas, desde 1930, com a política do café e a indústria nacional do algodão, que deveria ser capaz de concorrer e suportar qualquer concorrência. Era, portanto, necessário explorar todos os meios para o aumento das exportações.

A comemoração do primeiro ano do Estado Novo traz alteração crucial na percepção do Governo do comércio internacional. Em entrevista à imprensa, em 10 de novembro de 1938, Vargas destacou duas problemáticas que o Brasil enfrentava. A primeira refere-se à visível expansão do mercado interno, em que, concomitantemente, aumentava-se o consumo dos produtos da terra e absorviam-se os manufaturados do

monopólio do câmbio, que como já dissemos, privilegiavam os pagamentos ao exterior na distribuição das escassas dividas. Mesmo no Esquema Aranha, que diminuía substancialmente os serviços da dívida, continuava a dar prioridade aos interesses dos credores” (CORSI, 2012, p. 231). E complementa que há alteração significativa no tratamento a partir do Estado Novo: “Com a moratória o governo brasileiro procurou não comprometer as disponibilidades de divisas no pagamento da dívida externa. Tanto é que o monopólio do câmbio determinava como prioridade no dispêndio das divisas as compras do governo e as importações essenciais; as remessas ao exterior ficavam em último lugar” (CORSI, 2012, p. 231).

nosso parque industrial, em constante aperfeiçoamento e ampliação. A segunda consistia na diferença entre os preços do que exportamos e importamos, ou seja, o déficit comercial. Por mais que o Governo tomasse várias medidas para aumentar a exportação, havia constantes fugas dos saldos da nossa balança comercial. Os principais itens de exportação, concentrados em produtos vegetais e animais, justificavam essa condição desfavorável. Por isso, o governo passou a incentivar e facilitar a saída de minérios. Ainda que Vargas apontasse que o equilíbrio da balança comercial ocorreria justamente pelas cotações mais promissoras dos minerais, ele acentuava ser necessária a alteração da “feição” da economia nacional e fez importantes apontamentos sobre a divisão internacional de trabalho:

A situação dos países imediatamente dependentes da exportação de matérias primas e cuja balança comercial está sujeita, imediatamente, ao mercado mundial, vive à mercê de colapsos frequentes nas suas forças econômicas. Os preços mundiais tornam-se cada vez menos remuneradores para os países fornecedores de matérias primas e gêneros e alimentação. *[sic] O esforço nacional, no momento, deve dirigir-se, de modo capital, para a elevação do nível da produção do padrão de vida das populações.* Os sistemas autárquicos, nuns países, as preferências coloniais, noutros, alteram profundamente a fisionomia das trocas internacionais. [...] Precisamos, por consequência, *alterar nossa tradicional política de país agrário*, esforçando-nos por utilizar todas as fontes de riqueza disponíveis. Já atravessamos a fase crítica da monoprodução. Para reforçar a estrutura econômica do país, cumpre-nos *reduzir a estreita dependência em que se acha a renda nacional em relação à exportação de matérias primas e produtos alimentares* (VARGAS, 1940, v. 6, p. 76, grifos nossos. Entrevista à imprensa no primeiro aniversário da nova Constituição, em 10 de novembro de 1938).

A citação acima evidencia que o Governo Vargas percebeu a limitação e a necessidade de superação do exclusivismo agrário, mas diante desta constatação, a alternativa vislumbrada seria o fortalecimento do mercado interno e a máxima exploração dos recursos disponíveis. Em outro trecho do mesmo discurso, Vargas incluiu o aparelhamento industrial, e concluiu que seria a configuração que conduziria ao rompimento com a perigosa situação de fornecedor de matéria prima. Ademais, destacou a diminuição de importações e sua coordenação de forma estratégica. Os artigos de luxo seriam substituídos por locomotivas, caminho e maquinários para o campo. Assim, essa política econômica, buscando maior desenvolvimento do parque industrial, promoveria no país o aumento de numerosas indústrias, a aquisição de técnicas novas e o desdobramento em capacidade de consumo do mercado interno.

Na reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em maio de 1939, o Governo acentuava sua função de tratar de todos os elementos relacionados à nossa exportação, tais como produção, comércio, indústria, tarifas, comunicação e transportes. Ressaltava que não poderíamos nos conformar com a nossa condição de exportador de matérias primas, dado que essa característica é própria de países semicoloniais. Desta forma, “temos que tratar de nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos” (VARGAS, 1940, v.6, p.214. Improviso na sessão de reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 8 de maio de 1939).

E nesse sentido, a nacionalização das riquezas naturais recebeu um novo tratamento, passando a ser diretamente vinculada à necessidade de superação do atraso brasileiro. O Governo insistia na instalação da siderurgia, para exploração das jazidas de ferro, para produção de artigos antes importados. Já na Constituição de 1937, o Governo havia reiterado a preocupação com essa questão, ressaltando intensivamente a grande siderurgia. “As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d’água, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 86. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937). Ou seja, centralizava-se no poder federal a decisão de sua utilização.⁴⁹ Da mesma forma, previa a “nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d’água ou outras fontes de energia, assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 86. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937).

Em entrevista ao jornal inglês *Financial Times*, em fins de 1937, Getúlio apresentou a exploração dos minérios com dupla finalidade: “escoamento do minério explorável e do preparo e organização da grande indústria siderúrgica” (VARGAS, 1940, v.6, p. 328. Entrevista ao *Financial Times*, Londres, em 13 de dezembro de 1937). A exploração das jazidas de ferro deveria ser ajustada, portanto, à formação de uma

⁴⁹ De alguma forma, essas delimitações estavam presentes na Constituição de 1934. O próprio Governo reconhece a precedência dos princípios da nacionalização e do poder do Estado legislar sobre as minas, jazidas e quedas d’água: “É preciso, desde já, referir que a Constituição de 1937, nos seus artigos 143 e 144, reproduziu, quase literalmente, os arts. 118 e 119 da Constituição de 1934, nos quais se dispõe sobre minas, jazidas minerais e quedas d’água, de sorte que, nesse particular, não houve modificação substancial com o novo regime” (VARGAS, 1940, v.6, p.330. Entrevista ao *Financial Times*, Londres, em 13 de dezembro de 1937).

grande siderurgia, que assegurasse a produção interna de produtos que, naquele momento, sobrecarregavam a importação brasileira.

Na ocasião, ao ser perguntado sobre a possibilidade de importar materiais necessários ao desenvolvimento de indústrias secundárias, ou até mesmo da defesa nacional, Getúlio Vargas ratificou que todas as aquisições deveriam corresponder ao “objetivo de facilitar o surto de atividades industriais que encontram condições e êxitos na produção de matérias primas nacionais” (VARGAS, 1940, v. 6, p. 329. Entrevista ao *Financial Times*, Londres, em 13 de dezembro de 1937). Sobre o capital estrangeiro acentuou que seria bem vindo desde que adaptado à prosperidade do país, pois “o capital não deve sobrepor-se, mas servir aos interesses gerais da coletividade. Solicitaremos e facilitaremos a entrada de capitais que possam tornar-se úteis ao nosso progresso industrial e agrícola” (VARGAS, 1940, v. 6, p. 339. Entrevista a *Gazzetta del Popolo*, Turim, em 25 de dezembro de 1937).

No discurso de abertura do ano de 1938, Vargas acentuou que a potencialidade de exploração intensiva das fontes econômicas estaria concentrada nesses recursos naturais, cuja resolução forneceria os instrumentos para a defesa da soberania nacional e para o progresso industrial. Ao identificar os problemas dos países sul-americanos com o fornecimento de matérias primas, destaca que a solução seria a exploração intensiva das riquezas minerais. Portanto, o problema central da expansão econômica desses países concentrava-se na grande siderurgia. Ela seria então fundamental para o aparelhamento econômico e militar e, para aumentar as exportações e impulsionar a diversificação das fontes de saldo da balança comercial.

Dessa forma, a pretensão da nacionalização dos recursos naturais estava distante daquela ressaltada em 1935-1936: corresponder ao melhor posicionamento do Brasil no cenário mundial. A partir de 1937, as discussões estariam voltadas à canalização desse recurso ao progresso industrial brasileiro.

Ao que tudo indica, essa alteração reflete a percepção da limitação do modelo agrário, isto é, este passa a ser visto como incapaz de sustentar um sólido desenvolvimento nacional. Ademais, ao mesmo tempo em que o Chefe do Estado Novo destaca a grande siderurgia como obra central do governo para a emancipação econômica e a segurança nacional, ao ser questionado, em entrevista ao jornal francês, *Paris Soir*, sobre o programa de desenvolvimento econômico brasileiro ele responde:

A política econômica do Brasil, dadas as particularidades das suas terras e da sua natureza, vem sendo orientada, sistematicamente, para a *mise en valeur* dos seus incalculáveis recursos materiais [...] A exploração de nossas riquezas seria inconcebível sem a expansão dos meios de transporte, pela aproximação dos centros produtores dos mercados de consumo [...] Os países que fundam a sua estrutura econômica na monocultura são os mais sensíveis às crises periódicas que, ultimamente têm abalado o Mundo. Desde 1930, o Governo brasileiro vem procurando estimular o desenvolvimento da policultura (VARGAS, 1940, v.6, p. 261. Entrevista ao *Paris Soir*, Paris, em 17 de julho de 1939).

O desenvolvimento de outros ramos de produção agrícola é justificável, pois “a crise ensinou-nos, na sua lição duríssima, o caminho da policultura” (VARGAS, 1940, v.6, p. 267. Entrevista ao *Paris Soir*, Paris, em 17 de julho de 1939). A pretensão de fortalecer e impulsionar o crescimento do mercado interno corresponde também à redução da dependência do mercado externo. Isso é perceptível ao longo dos discursos desde a discussão da crise do café até a situação de Guerra e abalo das transações comerciais e fluxos de capitais. Naquele momento, avançar para o Estado Novo incluía também:

[...] equipar as vias férreas do país, de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do *hinterland* e articulação dos centros de consumo interno com os escoamentos de exportação. Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minério, num vasto plano de colaboração do governo com os capitais estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional (VARGAS, 1938, v. 5, p. 28. Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio Guanabara e irradiada, em 10 de novembro de 1937).

Estavam, portanto, delimitadas algumas das diretrizes dos problemas econômicos que seriam enfrentados pelo Estado Novo. A busca por: financiamento (por isso, o destaque aos capitais estrangeiros); recursos nacionais; mercados internos e externos, (com destaque a *Marcha para o Oeste*); desenvolvimento dos transportes. Mas como garantir a transformação dessas riquezas potenciais em recursos efetivos? Para tanto, outro aspecto passou a ser recorrente nos discursos: crédito capaz de sustentar nosso crescimento. Na ocasião, Vargas expressou a concepção acerca da participação do capital externo no desenvolvimento brasileiro. “Compreende-se, assim, o motivo por que, se não hostilizamos o capital estrangeiro, também, não podemos conceder-lhe outros privilégios além das garantias normais que oferecem os países em plena fase de

crescimento” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 122. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 31 de dezembro de 1937).

Se por um lado, havia a preocupação com a captação de recursos no âmbito internacional, por outro, o mesmo se aplicava à organização do crédito interno, ambos orientados e subordinados ao crescimento econômico nacional. Em 10 de novembro de 1938, o Governo fez importantes apontamentos sobre a política monetária e de crédito. Na interface crítica ao modelo econômico liberal, destaca a necessidade de uma política intervencionista e a criação de um Banco Central que fosse capaz de ordenar o crédito em favor dos interesses nacionais. Para o governo Vargas, os bancos, como importantes instituições que controlariam o volume de moeda e de crédito, influenciariam, concomitantemente, os movimentos de fluxo e refluxo para atividades industriais, direcionando mais para algumas indústrias e menos para outras. Considerava que os bancos estrangeiros dificilmente investiriam seus capitais em indústrias que poderiam se tornar concorrentes de produtos similares aos seus países de origem. Ao contrário, somente bancos centrais poderiam atender a “ordenação das explorações econômicas e as flutuações das trocas internacionais”. (VARGAS, 1940, v. 6, p.83. Entrevista a imprensa no primeiro aniversário da nova Constituição, em 10 de novembro de 1938).

Assim, intensifica-se a necessidade de estabelecer as bases de uma *economia planificada*, uma vez que o Governo considerava não haver exagero no apontamento de que “o aparelho bancário é a chave industrial do sistema econômico e que nenhuma ordem duradora e efetiva pode ser estabelecida sem uma direção firme neste setor da vida do país” (VARGAS, 1940, v. 6, p.82. Entrevista a imprensa no primeiro aniversário da nova Constituição, em 10 de novembro de 1938).

Concomitantemente, o Governo tentava justificar os investimentos na agricultura com o argumento de que nem todo setor agrícola conseguiu se restabelecer diante da crise econômica. Se na primeira metade dos anos 30, as referências ao crédito rural não vinham acompanhadas de explicações e justificativas, Vargas passou a expor a necessidade de investir nas atividades agrárias e integrá-las ao nosso crescimento econômico. Isso reflete de alguma forma o posicionamento da agricultura nos discursos oficiais do Governo Vargas. Gradativamente, não apenas o termo agricultura tendeu a ser menos frequente, como também, quando retomado nos pronunciamentos, passou-se a justificar constantemente seus investimentos, a partir da integração com o

desenvolvimento nacional⁵⁰. “Não é razoável que o dinheiro amealhado pelo povo se aplique, de preferência, nos aperfeiçoamentos urbanos, servindo para construir suntuosas avenidas e arranha-céus, enquanto a lavoura luta com dificuldade” (VARGAS, 1940, v. 7, p. 41. Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em Leopoldina, Minas Gerais, em 24 de outubro de 1939).

No Estado Novo, o desenvolvimento agrícola correspondia à outra função: emancipação econômica e aparelhamento do país. Isso pode ser observado no Inquérito dos Municípios, investigação realizada com o objetivo de traçar um panorama acerca das possibilidades e das deficiências do Brasil. Apresentado pelo Governo Vargas na inauguração da Conferência Nacional de Economia e Finanças, em 10 de novembro de 1939, o referido documento consistia num balanço dos municípios. Nele estava um diagnóstico da condição da agricultura, da saúde, da educação, dos transportes, dos recursos naturais, sendo sempre ressaltadas as capacidades e condições locais para a exportação. As atividades agrárias, tão *estritamente ligadas ao nosso crescimento econômico*, foram apresentadas como probabilidade de aliviar a sobrecarregada balança comercial através de diversos produtos. Assim, esse relatório faria sentido dentro das diretrizes da política econômica do Estado Novo, que buscava organizar a produção de forma a desenvolver as potencialidades agrícolas do país e maior exploração das riquezas latentes. Ou seja, tudo que fosse capaz de fortalecer o comércio interno e externo.

O material foi entregue ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, que teria o objetivo de traçar estratégias imediatas no campo da ação, sobretudo acerca de duas questões centrais: uniformidade da Nação e as particularidades das cinco zonas econômicas de nosso país. No primeiro, o Governo considera como mais urgente a produção, o crédito e os transportes⁵¹. No âmbito produtivo integram o estudo, a exploração e a industrialização de produtos e subprodutos agrícolas, assim como o balanço das necessidades de nossa importação e as possibilidades internas. Acerca do crédito, era necessário “inculcar no povo brasileiro o hábito da economia e induzir os

⁵⁰ Esse elemento já foi apontado por Fonseca (1989).

⁵¹ Sempre apontado como um dos problemas centrais do Brasil, o desenvolvimento dos transportes foi considerado pelo Estado Novo como um dos empecilhos do desenvolvimento dos mercados consumidores, imbróglio que fora acentuado no contexto da Guerra. Para tanto, os transportes têm papel fundamental. E complementa: “Congregados os recursos de trabalho, produção e transportes, estaremos certos da vitória” (VARGAS, 1943, v. 9, p.218. Discurso lido no estádio Vasco da Gama, pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em 1º de maio de 1942).

produtores a se organizarem em cooperativas” (VARGAS, 1940, v.7, p.70. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurado a Conferência de Economia e Administração, em 10 de novembro de 1939). Já nos transportes, era primordial a homogeneização do mercado interno.

Sobre as zonas econômicas, Vargas abordaria tal assunto, mais sistematicamente, no encerramento da Conferência, no dia 15 de novembro de 1939. Na ocasião, o Chefe do Estado Novo apontou três problemas fundamentais que precisavam ser abordados:

- a) *Estritamente regionais*: exploração das potencialidades econômicas de cada região, e de responsabilidade dos estados;
- b) *Referentes às zonas geoeconômicas*: uniformização da política demográfica com dois princípios centrais à *imigração* (sob orientação da União) e à *colonização* (de competência dos estados);
- c) *Nacionais* (desafios do Poder Central): aperfeiçoamento da produção agrícola; siderurgia nacional; aparelhamento militar; transportes e problemas morais (saúde, educação e cultura).

A partir de então, há frequente referência em relação à apropriação dos recursos nacionais via ocupação dos *espaços vazios* do território brasileiro, que garantiria a segurança das fronteiras (e conseqüentemente dos recursos contidos nelas) e também a expansão de mercados consumidores. A imigração e a colonização de áreas pouco povoadas, algo colocado desde instalação do Estado Novo, tinham como orientação a exploração de certas fontes de riquezas naturais. Precisávamos atender à demanda pelos altos preços nos mercados consumidores de matérias primas, constituindo novos núcleos de expansão de nossas energias produtoras. Ao mesmo tempo, a ocupação dos *territórios vazios* correspondia à nacionalização dos problemas nacionais, fruto de nossa unidade. Com isso o Estado Novo associou desenvolvimento econômico e integração nacional, fundamentando a simbiose entre economia e Nação, aspecto garantido pela estrutura política.

Essas seriam as primeiras medidas para encaminhar um problema brasileiro crucial naquele dado momento: a disparidade entre fronteiras políticas e fronteiras econômicas.

Há regiões ricas, intensamente povoadas e industrializadas, e há regiões pobres, onde falta a densidade demográfica e onde a escassez de população e de transportes ainda não proporciona os meios necessários à formação de suas riquezas. Não que essas zonas sejam áridas: é que a civilização ainda não chegou até lá, com a intensidade de seus meios de produção (VARGAS, 1940, v.7, p. 143. Discurso pronunciado no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração, em 18 de novembro de 1939).

A unificação somente viria com o *imperialismo*, ou seja, o fomento ao consumo da produção das áreas já industrializadas e industrialização das regiões de recente ocupação. Inovação não seria apenas a identificação dessas fronteiras, mas os desdobramentos desse diagnóstico: associação entre industrialização e riqueza, e entre regiões não industrializadas e não civilização. Segundo o Governo Vargas, a riqueza e a civilização acompanhavam uma sociedade urbano-industrial, densamente povoada. Portanto, como demonstrado adiante, o problema brasileiro, em 1939, resultava do agrarismo e da não ocupação uniforme do território brasileiro. Por isso, fazia-se necessária a criação de estímulos à indústria e ao comércio, capazes de promover o desenvolvimento de todas as formas de riqueza nacional.

Com a intensificação da Campanha *Marcha para o Oeste* ficaria mais evidente a associação entre regiões desenvolvidas e industrialização. Em agosto de 1940, Vargas pronunciou: “Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas” (VARGAS, 1941, v. 8, p. 31. Improviso inaugurando, em Goiânia, a Associação Cívica *Cruzada Rumo ao Oeste*, em 8 de agosto de 1940). Ainda que as reais intenções do governo Vargas na Marcha para o Oeste possam ser problematizadas, o fato é que, segundo ele, a coexistência entre as fronteiras econômicas e políticas exigia a ocupação e a industrialização dos *espaços vazios*.

Nessa esteira, a preocupação com a tríade *ferro, carvão e petróleo* ganhou intensidade nos discursos oficiais, uma vez que dela dependia a emancipação econômica do país. A exploração e industrialização desses recursos nos conduziriam ao progresso, e, portanto, à industrialização das matérias primas. Os discursos de novembro de 1940 demonstram explicitamente que a economia via industrialização consistia no eixo do Estado Novo. Precisávamos, portanto, acelerar o ritmo econômico de forma a transitar dos velhos moldes agrários para a industrialização que fosse capaz de aproveitar recursos naturais brasileiros e completar nossa estrutura de país moderno.

E nessa configuração, a questão social, enquanto parte fundante do modelo industrial, estava submetida à questão econômica.

Vencidos esses grandes obstáculos da natureza material [instalação da siderurgia e industrialização intensiva], equipando satisfatoriamente o país e melhorando o nível técnico, poderemos, então, abordar as enormes tarefas de sanear, educar e civilizar, valorizar o homem e a terra (VARGAS, 1941, v. 8, p. 183. Discurso pronunciado no Aeroporto Santos Dumont, no banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em 11 de novembro de 1940).

Se em 1930, a questão social era um dos núcleos centrais para se encaminhar a questão nacional, os discursos do Estado Novo sugerem que ela somente seria resolvida por intermédio da questão econômica. É por isso que nesse período a questão social aparecia como uma consequência lógica da econômica, que por sua vez consistia no cerne da questão nacional.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, ao evidenciar a debilidade bélica nacional, ratificava-se a necessidade da industrialização do país para garantir a segurança econômica e militar. Nossa industrialização intensiva deveria corresponder às necessidades da Guerra, no qual as forças da Nação precisavam se concentrar em “vencer militar, política e economicamente”. No final de 1942, Vargas assim sintetiza os problemas gerais do Brasil:

[...] indústrias pesadas do aço, do alumínio, do cobre, do zinco e do chumbo; aproveitando das reservas de combustíveis – carvão, petróleo, álcool e turfa; indústrias novas de transformação de matérias primas; aumento e diversificação do parque industrial; valorização da Amazônia pela colonização sistematizada e aproveitamento científico das suas reservas naturais; intensificação e coordenação dos meios de transportes, através novas ligações férreas, rodoviárias e aéreas; reforma monetária; mobilização financeira, econômica e militar; exploração intensiva das reservas minerais; fomento da produção agrícola; construção naval; fábricas de motores e aviões (VARGAS, 1943, v.9. p.326-27. Discurso pronunciado no Aeroporto Santos Dumont, presidindo o almoço de confraternização das Forças Armadas, em 31 de dezembro de 1942).

À medida que se aproximava o fim do conflito, o discurso se concentrava no argumento do processo de desenvolvimento econômico, readaptação econômica e reorganização no pós-guerra, cuja industrialização progressiva do país era um caminho irreversível.

Por isso, para o Governo Vargas, em fins 1944, não competiam debates acerca das definições do desafio nacional. Ao nosso progresso eram imperativos: a industrialização,

a exploração das riquezas do subsolo, o avanço técnico das culturas agrárias, o saneamento e a higiene, a instrução pública e o desenvolvimento dos transportes. A Nação deveria estar unida em torno da resolução de tais problemas, através de trabalho e de tenacidade.

Para tanto, era necessária a organização de uma estrutura econômica que fosse capaz de evitar crises profundas e promover o desenvolvimento das forças produtivas e do potencial humano. Nesse sentido, exigia-se a resolução de dois problemas preliminares e vitais: industrialização e educação técnica. O *laissez faire* econômico, assim como suas consequências políticas, eram incapazes de garantir nossa expansão e crescimento. Para garantir, ajustar e amparar o desenvolvimento geral da economia, a fim de não desperdiçar recursos e nem causar perturbações sociais, o Estado teria o objetivo de explorar produtivamente nosso território e melhorar o homem brasileiro. Eis os propósitos e os desafios nacionais em 1945.

5.2 A TENSÃO ENTRE AGRARISMO E INDUSTRIALISMO E O DIÁLOGO COM A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A movimentação da concepção do Governo Vargas acerca dos problemas brasileiros remete a outras questões subjacentes: como ele articulou as relações entre agricultura e indústria no período 1930-1945? Afinal, como esses aspectos estavam presentes nos pronunciamentos oficiais? Para refletir acerca desses temas, essa seção tem por objetivo aprofundar alguns elementos da tensão entre *agrarismo* e *industrialismo* nos discursos governamentais, que de alguma forma, já foram esboçados ao longo do presente trabalho.

No tópico anterior, tratou-se desta questão a partir da visão do governo sobre os problemas brasileiros. Conforme vimos, a forma com que ele os percebia teve direta relação com a mudança da concepção sobre os desafios nacionais. A pretensão agora é discutir detidamente o binômio indústria/agricultura no texto *A Nova Política do Brasil*. Esta discussão é fundamental para evidenciar o tratamento específico dado a esses dois eixos e como se operacionalizou, na dimensão discursiva, a transição de uma vocação agrária para uma vocação industrial.

5.2.1 Agricultura e Indústria

Um primeiro ponto a ser ressaltado nessa problemática é a inevitável leitura da crise liberal⁵². Já apontamos como a crítica ao liberalismo, seja nos seus princípios globais, seja na versão brasileira da Primeira República, consistia no núcleo duro (eixo) das argumentações do Governo Vargas. Num sentido mais amplo, sugerimos que em torno dele orbitavam as proposições iniciais do Governo Vargas: controle e redução das importações (controle do envio de divisas ao exterior); mercado interno; função do Estado; expansão do mercado exportador; policultura; questão social; nacionalização de recursos naturais.

Em fevereiro de 1931, o Governo realizou uma interpretação da crise que, num primeiro momento, pode expressar suas concepções.

A nossa época marca na história do mundo grave momento de sérias transformações sociais: a guerra que abalou o Ocidente exigiu dos povos hercúleo esforço de ação e de trabalho e, feita a paz, legou à humanidade métodos novos de industrialização de todas as culturas, dando às indústrias, pelo império da máquina, capacidade para produzir jamais atingida. Daí, proveio a superprodução, fenômeno causador da crise atual. Hoje, intensificar e ampliar a produção é problema facilmente solúvel, dependendo, apenas, de capital, atividade e competência técnica; mas o corolário correlato, difícil de resolver, é a conquista dos mercados, e, para realizá-la, digladiam-se todas as nações civilizadas (VARGAS, 1938, v.1 p, 97. Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do estado, em 23 de fevereiro de 1931).

Esse trecho sugere que, no início dos anos 30, o Governo Vargas visualizava que o problema central era a conquista de mercados e não necessariamente a produção. Considerou que para o aumento da produção bastava *capital e capacidade técnica*, colocando esses aspectos como secundários num contexto em que o principal desafio era a expansão de mercados consumidores. Em outro pronunciamento, em setembro de 1931, identifica alguns problemas da faceta liberal do capitalismo e, conseqüentemente, da experiência brasileira.

⁵² Em outubro de 1931, em Manifesto à Nação, o Governo Vargas declarou que a experiência nacional e internacional conduziu à orientação no primeiro ano do Governo Provisório, cujas principais medidas foram: “Cortar despesas, equilibrar orçamentos, estimular as fontes produtoras, diminuir a importação e aumentar a exportação – julgamos ser medidas elementares de política econômica, de benefício certo e insofismável” (VARGAS, 1938, v.1, p. 252. Manifesto à Nação, lido no Teatro Municipal, em 3 de outubro de 1931).

A época que atravessamos é de difícil expressão sintética, pela completa subversão de valores e pela falência de pseudos dogmas infalíveis: em crise, o sistema capitalista; *crise econômica, agravada pela superprodução, proveniente do taylorismo, da racionalização e do aperfeiçoamento técnico das indústrias*; a noção de propriedade, alterada; a organização do trabalho, modificada nos seus institutos tradicionais [...] (VARGAS, 1938, v. 1, p. 146, grifos nossos. Discurso pronunciado no almoço da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de setembro de 1931).

Esse fragmento conduz à ideia de que o Governo Vargas, além de sugerir que a conjuntura exigia a resolução organicista, considerava o modelo industrial como um dos pilares responsáveis pela crise mundial. Não necessariamente a indústria, mas a lógica que conduzia à superprodução, resultado da liberdade de comércio e da despreocupação com os mercados consumidores. Seguindo essa argumentação, o Governo ratificava a legislação social, como uma das formas de garantir o aumento da capacidade aquisitiva das massas para suportar um possível crescimento do mercado interno. Diante da crise mundial e nacional, as formas paliativas da racionalização, taylorismo, *dumpings* seriam ineficientes. Por isso, ele apontou que:

Uma verdade ressalta incontestada de tudo isso: o aumento da capacidade produtora, cada vez mais ampliada por esses processos, trouxe a desigualdade entre produção e o consumo e, conseqüentemente, a superprodução generalizada, causa precípua da crise atual. [...] Com grave erro, a sociedade moderna assenta a sua economia sobre o lucro individual, concedendo ampla liberdade na escolha dos meios para a sua consecução. No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção, para ampliar-se, levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades (VARGAS, 1938, v.1, p. 117. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, na instalação da Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).

Ao mesmo tempo em que o grupo varguista visualizava nessa estrutura externa as raízes da crise, delineava internamente as diretrizes do governo recém-instituído. A análise dos discursos oficiais sugere a complexidade da preocupação constante do Governo Vargas desde início com a questão social, em todas as suas dimensões. Atrelado às motivações políticas, de controle dos trabalhadores em favorecimento de setores dominantes, percebem-se as vantagens para o progresso econômico do país ao fortalecer as potencialidades do mercado interno. A legislação social, além de proporcionar uma vinculação do trabalhador ao Estado, proporcionaria maior produtividade pelo seu acesso à educação técnica, saúde pública e alimentação. Nessa

esteira, a demanda pelo salário mínimo, intensificada ao longo dos anos 30 e concedida na década seguinte, corresponderia à necessidade de contornar os desafios nacionais e internacionais do consumo.

Por outro lado, ao questionar, em fevereiro de 1931, como resolver o problema financeiro brasileiro e como equilibrar a balança de pagamentos numa conjuntura desfavorável à exportação, o Governo Provisório defendeu que a saída viável ao Brasil era redução das importações. O argumento seguia no sentido de incentivar a produção de produtos em substituição ao importado, como uso do álcool como combustível, aumento da produção de trigo, fabricação de pão misto, melhor aproveitamento do carvão e do algodão. Mas, para recuperar-se da crise, o país também deveria agir com cautela e estudar o mercado internacional para colocar os produtos brasileiros de forma segura, e nesse sentido, necessitava-se de maior diversificação produtiva.

A análise dos discursos oficiais da primeira metade dos anos 30 não permite apontar claramente a defesa de uma orientação agrária ou industrial para a superação da crise nacional entre 1930/1936. Mas o fato é que neles há a preocupação constante com a diversificação dos produtos brasileiros e o deslocamento para utilização industrial da matéria prima nacional. E nesse sentido, ganham força duas discussões fundamentais e imensamente ressaltadas nesse período: policultura e indústrias nacionais (pensadas como aquelas que utilizam as matérias primas nacionais).

Além de estarem na Plataforma da Aliança Liberal, essas diretrizes receberam maior fundamentação no discurso de posse do Governo Provisório, em novembro de 1930, sendo destacadas como um dos pilares do programa de reconstrução nacional:

[...] 13) Intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a aparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensados às indústrias artificiais, que não utilizam matéria prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando (VARGAS, 1938, v. 1, p. 73. Discurso de posse na chefia do governo provisório, em 3 de novembro de 1930).

Cabe apontar que desde a Plataforma da Aliança Liberal, ao utilizar os termos *produção* e *desenvolvimento econômico*, o grupo varguista se referia, sobretudo, ao âmbito agrícola. Não por acaso, além do Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura era um dos principais órgãos responsáveis pela reorganização econômica do Brasil, que deveria estar apto a solucionar o problema agrícola brasileiro. Nesse

momento, a diretriz dos discursos acerca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em novembro de 1930, tinha como argumentação a regulação do conflito entre capital e trabalho, e não necessariamente o desenvolvimento industrial.

Da mesma forma, as pretensões de desenvolvimento de política creditícia estavam direcionadas, em especial, à resolução da crise cafeeira, compreensível num contexto de perturbação financeira do principal produto nacional. A reformulação do Banco do Brasil tinha como função controlar e fomentar o desenvolvimento geral: “auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, liderando, em suma, todo o nosso sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país” (VARGAS, 1938, v. 1, p.47. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930). Assim, nos primeiros anos, podemos identificar estreita afinidade entre o crédito e a agricultura, destacando a necessidade de amparar o produtor, fornecendo-lhe condições, para melhorar os processos técnicos e, assim, baratear o produto nacional.

Acerca da indústria, o que estava evidente nos discursos desse período era a defesa da indústria nacional, entendida como aquela que utilizava matérias primas nacionais. A referência à indústria que os aliancistas fazem na Plataforma já sinalizava nessa direção. Ao tratar da carestia de vida, resultante da desorganização da produção e dos serviços de transportes, a Aliança Liberal defende o protecionismo “para as indústrias que aproveitam matéria prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufaturam a matéria prima importada, encarecendo o custo da vida em benefício de empresas privilegiadas” (VARGAS, 1938, v.1, p.35. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930).

Portanto, em outubro de 1931, a referência à indústria está permeada pela discussão entre indústrias nacionais e indústrias artificiais⁵³.

⁵³Na ocasião o Chefe do Governo Provisório fez importantes declarações acerca dos direcionamentos da política econômica, em que destaca amparo ao produtor, trabalho, participação do capital estrangeiro e os propósitos da exploração das riquezas naturais: “A defesa das nossas fontes de produção é complementar de todo e qualquer plano econômico-administrativo. Essa defesa tem de traduzir-se, praticamente, em medidas de amparo e estímulo, sob a forma de assistência financeira ao produtor, cujo espírito associativo e cooperativista deve amoldar-se às exigências da moderna organização do trabalho. A míngua de recursos, própria de países novos, pode ser corrigida, não só por esse meio, como pela atração de capitais estrangeiros, que confiantes em garantias e compensações, venham espontaneamente incorporar-se à nossa economia. Velha promessa, tantas vezes anunciada e sempre adiada, a fundação de um estabelecimento de crédito agrícola é iniciativa em que teremos de nos empenhar com ânimo decidido, por constituir poderoso elemento protetor das principais fontes de riqueza nacional. Nenhum dos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico do país sobreleva em importância ao da exploração das nossas jazidas minerais. Por isso mesmo, consiste nosso maior interesse resolvê-lo,

Temos, certamente, numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos também numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência própria. O protecionismo, tal como se praticava, favorecia a todas, indistintamente. O aproveitamento de matérias primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos (VARGAS, 1938, v.1, p. 163. Manifesto à Nação, lido no Teatro Municipal, em 3 de outubro de 1931).

Na argumentação do Governo Provisório, isso não se torna apenas uma diretriz estatal, mas uma expressão de nacionalidade.

A par disso, devemos aceitar, como postulado cívico, o compromisso de ampliar as nossas lavouras e aperfeiçoar as nossas indústrias, de forma tal que passe a ser considerado deslize de patriotismo alimentarmo-nos ou vestirmo-nos com tecidos ou gêneros importados (VARGAS, 1938, v.1, p.97. Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do estado, em 23 de fevereiro de 1931).

Nesse processo, destacam-se a melhor exploração das matérias primas e a apropriação nacional dos recursos naturais, aspectos que se tornaram constantes nos discursos da primeira metade dos anos 30. Em 1932, ao falar sobre suas ações nas regiões Norte e Nordeste, o Governo ressaltou a industrialização do álcool e a produção técnica da borracha. Segundo Vargas, “nesses casos, a ação do governo deve manifestar-se, principalmente, no sentido de modernizar os processos de cultivo da terra e da exploração das indústrias naturais” (VARGAS, 1938, v.2, p. 131. Discurso pronunciado em Recife, em 5 de setembro de 1933).

Diante da extensão da lavoura de cana-de-açúcar e dos limites de sua comercialização no cenário internacional⁵⁴, o governo apresentou uma possível solução para esse setor produtivo: a fabricação do álcool. Constante nos discursos ao longo de

principalmente no que toca à siderurgia, cuja criação em grande escala é obra de patriotismo incentivar sem tardança” (VARGAS, 1938, v.1, p, 164-165. Manifesto à Nação, lido no Teatro Municipal, em 3 de outubro de 1931).

⁵⁴Em pronunciamento de setembro de 1933, o Governo Vargas declara: “Em circunstâncias assim embaraçosas, impunha-se-nos procurar outras finalidades à lavoura de cana, além do fabrico do açúcar. Fazendo-o, beneficiaríamos, ao mesmo tempo, plantadores e usineiros – aqueles, ampliando o aproveitamento da cana, e a estes, permitindo empregar seu capital e esforço em indústria suscetível de maior desenvolvimento. Outro não foi o pensamento do Governo ao procurar, entre nós a industrialização do álcool como combustível, em substituição da gasolina, produto estrangeiro, largamente consumido e cuja importância obriga a saída de ouro do país, em condições tanto mais onerosas quanto maior for a depressão cambial. O emprego do nosso combustível líquido a que se convencionou chamar *álcool motor*, dignas de serem destacadas, tais como a criação da indústria nacional de combustível e o atenuamento ou, talvez, a solução da crise em que se debate a exploração açucareira” (VARGAS, 1938, v. 2, p. 135. Discurso pronunciado em Recife, em 5 de setembro de 1933).

todo período, desde 1931, o Governo já vinha realizando várias medidas de incentivo à utilização do álcool. Em 1933, criou o Instituto do Açúcar e do Álcool, cuja diretriz subdividia-se em duas funções básicas: beneficiar a produção canavieira, em crise, e diminuir a importação de gasolina, com a obrigatoriedade do consumo de álcool carburante.

Esse último aspecto é relevante dentro do que estava sendo defendido pelo governo brasileiro: controle da saída de ouro do país via controle de importações, que afetava duramente a balança de pagamentos. Ao desviar o consumo para o álcool nacional, o país diminuiria a necessidade de importar gasolina, emitindo menos divisas ao exterior. Essa orientação seria ressignificada a partir de meados de 1938, quando o Governo faz referência da utilização do álcool no processo de expansão de setores industriais e não apenas na resolução do problema canavieiro e de controle da balança comercial.⁵⁵

Sobre a borracha, em fevereiro de 1931, o Governo Vargas acentuou que nos países industriais esse produto é tão importante quanto o ferro, o carvão e o petróleo. Por isso, o Brasil não deveria reduzir a simples exportação de matéria prima, dado que para a recuperação econômica da região amazônica, “não lhe bastará produzir na maior escala possível. A simples exportação da matéria prima, por maior que seja a respectiva tonelagem, não dará, com efeito, a chave do problema. É necessária, também, a industrialização do produto [borracha] dentro do país” (VARGAS, 1938, v.1 p.43. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930).

Nessa esteira de exploração industrial de matérias primas nacionais, também há referências constantes ao algodão e à produção pecuária. Em relação a esse último, o Governo afirmava que país deveria se preocupar não apenas com a ampliação desse setor, como também desenvolver a indústria de carne, capaz de melhorar a colocação dos produtos nacionais nos mercados consumidores e proporcionar melhor equilíbrio da balança comercial.

Contudo, ainda que houvesse a preocupação com a diversificação produtiva e o protecionismo a essa indústria nacional, as ações governamentais canalizavam para o controle das despesas públicas e o equilíbrio orçamentário, no qual a política cafeeira

⁵⁵Na ocasião, ao discursar para as classes conservadoras de Campos (RJ), Vargas defendeu a substituição da monocultura pela policultura e acentuou, ainda que embrionariamente, a relação entre policultura, melhor desenvolvimento do subproduto da produção canavieira, expansão de setores industriais e enriquecimento nacional.

era o centro principal. Getúlio apontou que se estabilizou a economia da lavoura cafeeira sem qualquer empréstimo no exterior, cujos recursos vieram internamente. Ressaltou ainda a utilização do crédito nacional para o desenvolvimento econômico e investimentos na policultura e na indústria nacional.

A indústria e a produção nacional, depauperadas pela falta de estímulo e auxílios, tem sido, na medida do possível, socorridas e revigoradas. [...] O Governo Provisório encarou, com ânimo decidido, o problema do descongelamento dos stocks de café, consequência do ruinoso plano de valorização, cujo fracasso culminou na queda do regime que o instituíra [...] Completará essas medidas revigoradoras da nossa depauperada economia a criação de bancos especializados, de acordo com as necessidades a atender, principalmente de crédito agrícola em geral, com intuito determinado de promover o surto de novas riquezas agrícolas e amparar as indústrias de produção existentes: café, açúcar, cacau, álcool-motor, pecuária e seus derivados. Além disso, pretendemos, cada vez mais, intensificar, nacionalizando, a pesquisa e a exploração de minérios, em cujas jazidas inexploradas se oculta segura fonte de riqueza (VARGAS, 1938, v. 2, p.39-45. Manifesto à Nação, lido no edifício da Câmara de Deputados, em 14 de maio de 1932).

Portanto, na primeira metade dos anos 30, o que parece estar subjacente à questão da indústria nos discursos governamentais era a demanda pela utilização da matéria prima nacional e da manufatura de nossos produtos agrícolas, de forma a diminuir a dependência externa. E nesse sentido, as discussões acerca da siderurgia não parecem diferir substancialmente. Em 1930, na Plataforma da Aliança Liberal, o grupo aliancista já havia vinculado a siderurgia à tensão entre indústrias artificiais e nacionais. Mais do que suscitar as indústrias artificiais, o problema siderúrgico é apresentado como uma *preparação* para o desenvolvimento industrial, uma vez que:

O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis. Daí, a necessidade de não continuarmos a adiar, impreviavelmente, a solução do problema siderúrgico. Não é só nosso desenvolvimento industrial que o exige: é, também, a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa (VARGAS, 1938, v.1, p. 39. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930.).

Ao que parece, esse trecho sugere que a resolução da siderurgia precede o *surto industrial*, mas quando ele ocorresse, dever-se-ia utilizar a matéria prima nacional. O mesmo se aplicava ao aparelhamento militar, apontando a necessidade de diminuir a dependência do país da importação de material bélico, para fortalecer nossas Forças

Armadas e deixar de drenar recursos internos para o exterior. Nesse percurso, em discurso de fevereiro de 1931, intitulado *Os saldos ouro e o problema siderúrgico*⁵⁶, não apenas aprofundaria essa relação como a associou à questão financeira do país e sua necessidade de diminuição das importações.

O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproxima regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. Sobre as águas, é o navio a força propulsora que o aciona, fazendo-o singrar velozmente mares e rios. No ar, é o motor do aeroplano mantendo-o em equilíbrio e aligeirando-lhe o voo. É, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da Pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro (VARGAS, 1938, v. 1, p. 100. Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do estado, em 23 de fevereiro de 1931).

O Governo identificou a siderurgia como fundamental para o desenvolvimento do país. Mas, qual o lugar que ela ocupava no Governo Provisório? O trecho abaixo parece fornecer elementos explicativos para esse questionamento:

Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda. *O nosso engrandecimento tem que provir da terra, pelo intenso desenvolvimento da agricultura.* Mas, o esforço para esse fim se esteriliza e franqueia, ao lembrarmos-nos que todo o *maquinismo*, desde arado que sulca o seio da gleba até o veículo que transporta o produto das colheitas, *deva vir do estrangeiro* (VARGAS, 1938, v. 1, p. 101, grifos nossos. Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do estado, em 23 de fevereiro de 1931).

O que parece subjacente nesse discurso é a relação entre agricultura e siderurgia, nacionalização das riquezas naturais e preocupação com a dependência das importações. Como desenvolver o país se ele depende de maquinário estrangeiro numa conjuntura em que nossas finanças estão abaladas pela crise mundial? Como nosso desenvolvimento pode esbarrar-se nessas relações? Por isso, segundo o Governo Vargas, o grande desafio brasileiro era a exploração dos recursos naturais, no qual nacionalizar as reservas e resolver o problema siderúrgico era um dever e uma ação patriota. Entretanto, essa integração entre siderurgia e economia nacional parece-nos mais condicional do que necessariamente germe de um projeto industrialista. Ou seja, a

⁵⁶ Esse discurso consta no volume I entre as páginas 93 e 103.

análise dos discursos desse período sugere a preocupação do governo em diminuir a dependência externa e proporcionar elementos para o desenvolvimento interno. Como se a indústria, resultante dessa siderurgia, fosse uma condição para que a agricultura se desenvolvesse. Se isso é plausível, esse argumento governamental poderia estar muito próximo de um aprofundamento de certa *vocação agrária*, no qual a modernização da produção agrícola pudesse dar maior fôlego à nossa histórica posição na divisão internacional do trabalho.

Mais adiante, entre 1934 e 1936, como vimos na seção anterior, o Governo Vargas passou a perceber a vantagem brasileira como possuidor de matérias primas, num contexto de saturação dos países centrais. De alguma forma, essa concepção pode sugerir certa hesitação do Governo nesse período em sustentar o que fora colocado no discurso *Os saldos ouro e o problema siderúrgico*. Se antes a possível proposta era fornecer desenvolvimento para nossa agricultura, em meados da década, a questão era transformar nossas matérias primas e utilizá-las como principal moeda de troca na divisão internacional do trabalho. Talvez essa orientação do Governo estivesse influenciada pela recuperação econômica brasileira a partir de 1933, uma vez que passam a ser frequentes as referências a ela e às ações “exitosas” do Governo Provisório.

Na abertura da Constituinte, em 1933, o chefe do Governo Provisório expôs o balanço de suas realizações com destaque à reorganização financeira. Na ocasião, apresentou a percepção de que a produção nacional tinha como o seu fundamento a exploração agrícola: “toda a nossa exportação está absorvida pelos produtos da agricultura e matérias primas. O simples exame das estatísticas referentes à produção agrícola e ao comércio exterior evidencia o acerto” (VARGAS, 1938, v. 3, p.104. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933). A partir dessa constatação de país agrícola, não é perceptível nos discursos, por ora, que o Governo expressasse uma preocupação com sua superação. Ao contrário, argumentou que o problema central do Brasil, diante do contexto mundial, consistia em garantir e ampliar os mercados estrangeiros abertos ao consumo dos nossos produtos. Por isso, além de retomar a descrição da situação comercial mundial e a balança de pagamentos brasileira, os discursos do Governo, após 1933, davam atenção especial ao comércio exterior diante da crise econômica mundial e da renegociação da dívida externa.

A Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, instituída em 9 de novembro de 1931, tinha o objetivo de “apurar a dívida externa, a dívida flutuante, receita e a despesa, as possibilidades produtoras, as capacidades industrial e agrícola, as médias anuais de importação e exportação dos estados e Municípios” (VARGAS, 1938, v.3 p.266. Discurso pronunciado no Ministério da Fazenda, perante a Comissão de Estudos financeiros, em 15 de agosto de 1934). O Governo considerava os trabalhos dessa Comissão como principal passo para reorganização administrativa do Brasil, ao oferecer ao Governo um profundo e detalhado esquema de nossas dívidas. A criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), em 1934, correspondia à função de instrumento organizador dos nossos serviços econômicos, para facilitar tanto interna como externamente o escoamento dos nossos produtos.

As referências feitas à indústria seguem a mesma argumentação anterior: o deslocamento para o produto nacional (fortalecendo o mercado interno) e suas possibilidades comerciais diante da crise. O eixo dos pronunciamentos oficiais gira em torno de uma política de incentivo do barateamento da produção e da conquista de mercados, sejam nacionais ou internacionais.

Nesse sentido, as ações acerca do café sempre são apresentadas tanto em relação ao incentivo às vendas quanto da melhora da produção, com novas orientações por meios racionais. A mesma lógica aplica-se à borracha, à castanha, à carne, ao trigo, ressaltando que “todas essas providências e muitas outras dizem bem alto da preocupação de valorizar e defender a produção e a exportação pelos meios racionais de seleção e melhoria dos produtos”. Acentuou ainda que deveriam ser postergadas “as valorizações artificiais, que estimularam grande, mas desordenado desenvolvimento, sem cogitaram porém, de conquistar mercados permanentes e remunerados” (VARGAS, 1938, v. 3 p. 105. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933). Ao que tudo indica, a preocupação parece muito mais com o comércio e menos com a condição de país agrário. Ou seja, diante da constatação de que o Brasil é um país agrário, dependente do mercado mundial para a comercialização, devemos focar em baratear a produção para conquistar definitivamente o mercado internacional.

Assim, a organização e o desenvolvimento da produção nacional deveriam ficar sob a organização do Ministério da Agricultura. Seria necessário reorganizar o ministério para que pudesse corresponder a essa nova finalidade. Dentre as várias

diretrizes desse órgão especializado, a menção que se faz à indústria refere-se à esfera animal (muito provavelmente à pecuária). Por outro lado, passou a destacar com maior frequência a função do Ministério da Fazenda em destinar incentivos à produção interna, e ressaltou medidas protecionistas às indústrias nacionais, destacando ainda a regulamentação da dívida externa.

Ao falar acerca da indústria e trabalho, na instalação da Assembleia Constituinte, o Chefe do Governo Provisório não apresentou a não industrialização como um problema. Afinal, a conturbação economia e política mundial não afetara o Brasil de forma aguda, pois tínhamos reservas de matérias primas em abundância e grande mercado consumidor. Na ocasião, destacou que a produção agrícola é o centro e a industrialização é uma parte da atividade produtora.

A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola, e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade da massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregar a atividade com fácil e compensadora renumeração (VARGAS, 1938, v. 3 p.136. Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933).

A percepção de que o Brasil era um país agrário e dependia da estabilização econômica assentada na agricultura era algo evidente ao Governo Vargas. Mas não se observa nos pronunciamentos oficiais sinalizações de incômodo com essa constatação. No Manifesto à Nação, em junho de 1934, não se apresentou nada diferente do que vinha sendo colocado pelo governo: reorganização da economia e das finanças nacionais; orientações das negociações para acordos para exportação; a racionalização da produção cafeeira para se evitar o ônus dos sucessivos empréstimos para sua valorização; deslocamento para a indústria nacional, aspectos que reduziriam o custo de vida. Assim sintetiza as realizações do Governo, em fins de 1934:

Após o saneamento dos males que atrasavam a lavoura, combatidos pela lei do reajustamento; após o saneamento financeiro do país pela adoção de um esquema racional para a liquidação da dívida externa; após a reforma da instrução, as leis sociais de amparo ao trabalho, o lançamento das bases de reorganização das formas armadas, a restauração da liberdade do sufrágio, sucederá, como consequência lógica e inevitável, a fase do reerguimento econômico. A racionalização da produção, por métodos científicos e técnicos, valorizará as nossas matérias primas, facilitará e melhorará a mão de obra e articulará as nossas indústrias, estimulando-as, sem recorrer ao protecionismo de tarifas excessivas, afim de baratear o custo de vida (VARGAS, 1938, v. 3, p. 245. Manifesto à Nação, em junho de 1934).

Portanto, diante da crise internacional a preocupação principal do Governo, pelo menos até a metade da década de 30, pareceu ser mais próxima do deslocamento para o mercado interno e, paralelamente, melhor inserção dos produtos nacionais no mercado mundial. Por isso, os eixos basilares de suas ações concentravam-se no barateamento da produção por modernas técnicas racionais (o que tornava nosso produto mais competitivo) e estudos que garantissem o escoamento da nossa produção. Nesse contexto, é plausível também a preocupação do Governo com a legislação social que garantiria por um lado, controle dos trabalhadores por vinculação direta ao Estado, e, por outro, poder aquisitivo às massas urbanas para sustentar o consumo interno.

Diante dos efeitos da crise de 1929 ao principal produto brasileiro, o café, além das políticas para contornar a superprodução, subconsumo e degradação dos preços, o Governo insistiu na policultura, defendida desde a Revolução, para contrabalancear os colapsos desastrosos de nossa economia. Destacaram-se o algodão, o cacau, o setor de carnes, lãs e couros, o mate, o açúcar e a produção do álcool, e vários artefatos industriais em plena expansão. Mas o fato é que o Governo, em fins de 1934, não percebia ainda as complicações submersas ao posicionamento brasileiro na divisão internacional do trabalho. Na verdade, ele visualizava certa vantagem do Brasil diante do contexto mundial. Além das reservas de recursos naturais, como vimos, destacava também:

Dos grandes Estados contemporâneos, é o Brasil o único onde não há *desempregados*. As fábricas trabalham, os *stocks* industriais encontram rápida colocação, os campos agricultados multiplicam-se, mercê das medidas de proteção de nossa economia. As cidades apresentam o aspecto das eras de trabalho fecundo. A moeda mantém-se valorizada, dentro do mercado interno, como nenhuma outra em seus respectivos países (VARGAS, 1938, v. 4 p. 33. Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934).

Conforme já apontado anteriormente, somente no segundo semestre de 1936 é que o Governo sugeriu uma diferenciação em relação à compreensão da divisão internacional do trabalho.

E ainda sob este aspecto [amparo e propulsão da vida econômica] o nosso avanço é digno de apreço. Assim como o organismo político se solidificando e estabilizando, sempre no sentido de dominar os particularismos e unificar a vontade coletiva numa fórmula de alta coesão nacional, ampliaram-se, paralelamente, as possibilidades da economia externa. *Já não somos um país*

exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias primas e esmagados pelo peso das aquisições de produtos industriais (VARGAS, 1938, v. 4, p. 182, grifos nossos. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1936).

Essa colocação sinaliza para uma possível desvantagem dos países que fornecem matérias primas e importam produtos industriais. Ainda que embrionário e bastante restrito, pois ainda não se evidencia a limitação da *vocação agrária*, esse aspecto sugere uma inovação no tratamento da questão por parte do Governo Vargas. Até o momento, a preocupação governamental era o equilíbrio da balança de pagamento (reflexo da escassez de divisas e queda nas receitas governamentais)⁵⁷, policultura, barateamento da produção e mercado consumidor, tanto interno quanto externo.

A demonstração de que essa ideia é ainda rudimentar vem com o discurso em comemoração ao advento do ano de 1937. Na ocasião, o Presidente Vargas destacou a participação da iniciativa privada para amparar e favorecer a produção, sobretudo no “surto de novas culturas e indústrias”. Tal desenvolvimento, a rigor, dependia do avanço dos transportes e das comunicações para articular as diversas regiões do país e seus mercados. Ao projetar as diretrizes para o ano de 1937 apresenta a “continuidade em todos os setores do trabalho, principalmente no que se refere o aparelhamento da defesa nacional à política de amparo ao café, o cacau, do algodão e de todos os produtos exportáveis” assim como “o desenvolvimento das vias terrestres, fluviais e marítimas de transportes, e de redes radiofônicas e telegráficas de comunicações” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 215. Saudação ao país, na primeira hora de 1937).

Essa passagem sugere a ampliação das possibilidades de mercado interno, sobretudo com o desenvolvimento dos transportes e do mercado externo a partir de produtos agrários, pois além do café, o algodão, o cacau, os produtos da pecuária, o fumo etc., teriam importante participação nos saldos da balança de contas. Isso quer dizer que o equilíbrio da balança de pagamentos continuaria centrado na produção agrícola diversificada e na busca por mercados interno e externo. Porém, em fins de 1936, o Governo deu um importante passo para começar a perceber a limitação do modelo de exclusivismo agrário, compreensão que coincidiria com o Estado Novo.

⁵⁷ Fonseca, ao analisar as políticas econômicas do período (fiscal, cambial e orçamentária) já tinha percebido que as ações do governo tinham como base essas preocupações centrais. Ver Fonseca (1989).

5.2.2 A ideia do exclusivismo agrário e a superação do atraso pela industrialização

Com o advento do Estado Novo, os discursos oficiais passaram a trazer uma interpretação mais aprofundada sobre o Brasil, se comparados com ao período anterior. Resultante da canalização e condensamento das percepções das vicissitudes da década, a matriz argumentativa dos pronunciamentos alterou-se substancialmente, na qual o Governo expressava cada vez mais sua visão de Brasil e, concomitantemente, proporcionava outros *sentidos* ao Estado brasileiro.

Um dos principais pontos ressaltados e debatidos pelo governo Vargas consistia na situação das diferentes regiões do país. Segundo ele, o Brasil tinha o desafio de articulá-las, em um corpo econômico nacional e homogêneo, capaz de expandir o mercado interno e romper com os entraves de seu crescimento. Em fevereiro de 1938, em entrevista sobre os problemas e realizações do Estado Novo, Vargas se referiu à disparidade entre as fronteiras políticas e fronteiras econômicas. Segundo ele, existia certa dualidade brasileira, uma dicotomia entre as regiões do país⁵⁸. A partir de então, o Governo não apenas apresentou uma possível interpretação sobre o Brasil, como também passou a identificar quais seriam as regiões mais atrasadas e em que situação se encontravam.

Uma faixa é *agente e sujeito da economia nacional*; a outra é, apenas, *objeto*, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontraram nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso. O Brasil mostra, assim, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e zonas coloniais (VARGAS, 1938, v. 5. p. 163, grifos nossos. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

⁵⁸A interpretação de dualidade expressa nessa dicotomia entre fronteiras políticas e fronteiras econômicas, presente nos discursos do Governo Vargas, assemelha-se às ideias de Celso Furtado sobre o dualismo estrutural. Da mesma forma, a percepção das desvantagens no Brasil no mercado mundial, também se aproxima da teoria cepalina de deterioração dos termos de troca. Esses elementos já foram apontados por Fonseca (1989, p. 274), ao considerar que: “Vargas mais uma vez lançava mão de ideias que mais tarde os economistas ligados à CEPAL sistematizariam e divulgariam. Não há dúvida quanto à semelhança entre os dois discursos: a divisão internacional do trabalho perversa à periferia, a deterioração dos termos de intercâmbio, o nacionalismo moderado, a necessidade do desenvolvimento econômico e do planejamento e a industrialização como forma de caminhar resposta aos problemas nacionais”.

E segue:

O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país. Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande *mercado unitário*, de capacidade bastante para *absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas recente ocupação*. Por isso mesmo, o nosso país não atingiu ainda a fase em que necessitará de novos territórios ou da conquista de matérias primas. Efetivamente, possuímos quase todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à *autossuficiência econômica*. O que necessitamos nesta etapa de evolução nacional, é levar avante iniciativas extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos (VARGAS, 1938, v. 5, p. 164, grifos nossos Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

Pela primeira vez em *A Nova Política do Brasil*, associa-se a ideia de economias com base em fornecimentos de matérias primas como *colonial e retardado* e a industrialização como capaz de nos conduzir à *autossuficiência econômica*. Diferentemente do período anterior, o problema colocado transcende a questão de matéria prima, da policultura e de mercado (tanto interno quanto externo) para seus produtos.

Apontando a noção de imperialismo como algo próximo à integração do território nacional, esses *dois Brasís* só deixariam de existir com a expansão econômica promovida por um governo central e forte, dotado de recursos suficientes para unificação das fronteiras políticas e fronteiras econômicas. E nesse ínterim o principal desafio era a obtenção de crédito para corresponder a esses propósitos, ou seja, a capacidade efetiva para financiar a expansão econômica, agora muito mais complexa do que no início da década.

Esses empreendimentos exigiriam grandes capitais, entretanto, em abril de 1938, o Governo acreditava ser exagero a afirmação de que só ocorreriam na dependência do capital estrangeiro. Em fevereiro daquele ano, já argumentava que a transformação que se observava na economia, desencadeada e incentivada a partir de 30, consistia na maior diversidade de produção, tanto agrícola quanto industrial, e na ampliação da capacidade de absorção do mercado interno. Considerada como “política verdadeiramente renovadora”, essa orientação foi desenvolvida a partir dos recursos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Diante das dificuldades mundiais de aquisição de capitais, processo que teria auxiliado na formação de um capital nacional, Vargas considerava

que a grande tarefa seria a “mobilização dos capitais nacionais, para que tomem um caráter dinâmico na conquista econômica das *regiões retardadas*” (VARGAS, 1938, v. 5 p. 166, grifos nossos. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

Essa movimentação na concepção dos problemas brasileiros do Governo Vargas veio acompanhada do reconhecimento das limitações da economia sul-americana. Ela estaria fundamentada na larga exportação de produtos agrícolas e da pecuária. Com exceção do Chile e da Bolívia, que concentravam suas rendas nos produtos minerais, os demais países não exploravam suas capacidades minerais. E nesse contexto, a questão siderúrgica passou a ocupar um lugar de destaque nos pronunciamentos oficiais.

Em conexão com tais empreendimentos, visando, precisamente, facilitar e garantir a sua execução, instalaremos a grande siderurgia, se necessário, por iniciativa do próprio Estado, ativaremos as pesquisas de petróleo e continuaremos a estimular a utilização, em maior escala, do carvão mineral e do álcool combustível (VARGAS, 1938, v. 5, p. 125. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 31 de dezembro de 1937).

Num primeiro momento, revitalizou a ideia de que a propulsão do progresso econômico nacional dependia da grande siderurgia. Mas, diferentemente do início da década, em 1938 o Governo não apenas apontou a resolução do problema da produção brasileira, mas também buscou traçar estratégias para instalá-la, dando um novo posicionamento à questão no interior do Estado⁵⁹. Cabe destacar que, na primeira metade dos anos 30, ainda que presente desde a Plataforma da Aliança Liberal, com exceção do discurso *Saldos ouro e o problema siderúrgico*, não se percebe nos pronunciamentos desse período um protagonismo da questão siderúrgica, distintamente do que acontece a partir do Estado Novo.

Por outro lado, a preocupação com a siderurgia contribuiu para a argumentação que vinha se fortalecendo dentro do Estado varguista: a limitação do exclusivismo agrário brasileiro. Segundo o Governo, além de não enfrentar o problema siderúrgico, o Brasil ficou submetido à lógica de comercialização internacional, prejudicial aos países

⁵⁹ Segundo Vargas, em 1938, havia as seguintes possibilidades: “(1) pelo Estado, com o levantamento de capitais estrangeiros ou mediante financiamento à base do minério exportado; (2) com capitais mistos, do Estado e de empresas particulares nacionais; (3) por empresas particulares nacionais, com capitais próprios e estrangeiros, e controle do Estado. O governo está disposto a resolver o problema e pronto a receber quaisquer propostas idôneas, dentro das condições indicadas” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 180. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

fornecedores de matéria prima, o que dificultava as condições de honrar seus compromissos externos.

[...] a margem de lucros que fica entre os preços médios dos produtos industriais e agrários, os reflexos das crises nacionais na economia do Continente, que se baseia no fornecimento de matérias primas e produtos de alimentação, deixam-nos e situação difícil de satisfazer compromissos [...] Os preços altos dos produtos agrários dessangram os países que vivem principalmente de exportar matérias primas. É uma espécie de colonato econômico quase insuperável (VARGAS, 1938, v. 5, p. 176. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

Ao explorar intensivamente esses recursos minerais, haveria possibilidade de criar uma resistência econômica capaz de aumentar nosso valor ouro no intercâmbio comercial. Parece-nos que a constante preocupação com a elevação do saldo da balança comercial contribuiu para que o Governo Vargas tivesse uma melhor compreensão das limitações da divisão internacional do trabalho. Desde o início observa-se nos pronunciamentos oficiais o desafio do equilíbrio da balança comercial e de pagamentos. Em 1930 seria pela diversificação da produção agrícola e fortalecimento do mercado interno, o que justifica a insistência na policultura, a substituição por similares nacionais e o melhor posicionamento dos produtos brasileiros no comércio mundial. Órgãos estatais, como o Conselho Federal de Comércio Exterior, de 1934, reorganizado em 1938, foram criados justamente para corresponder ao objetivo de ampliar o comércio exterior e tratar de problemas relativos ao nosso desenvolvimento econômico.

Após 1934 seriam constantes, nos discursos oficiais, as referências à renegociação da dívida externa e a vantagem brasileira no mercado mundial de recursos naturais. Mas, ao que tudo indica, ao perceber a limitação de poupança de países fornecedores de matérias primas, expressando uma possível percepção da deterioração dos termos de troca, o Governo se direcionou enfaticamente à siderurgia e à transformação dos recursos minerais. Por isso, é plausível que esta fosse ressaltada a partir do Estado Novo como uma forma de aumentar nosso saldo nos intercâmbios comerciais, mas, sobretudo, como o principal elemento para atingir a *autossuficiência* econômica.

Entretanto, a percepção do Governo sobre as fronteiras políticas e econômicas e da limitação do exclusivismo agrário, evidente nos discursos de 1938, não implicou de imediato, ao menos no âmbito da argumentação, numa defesa da industrialização. A

propósito, passaram a ser constantes alguns discursos do Chefe do Estado Novo endereçadas às denominadas *classes conservadoras* e a busca de apoio político e financeiro. Discursando à municipalidade de Ribeirão Preto, em visita ao interior de São Paulo, em julho de 1938, Vargas acentuou que “a política agrária do Governo Federal constitui, em essência, a própria política econômica nacional” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 290. Discurso pronunciado no banquete oferecido pela municipalidade de Ribeirão Preto, em 22 de julho de 1938). Já ao se pronunciar em resposta a manifestação popular na sede do governo paulista, no mesmo mês, Vargas assim resumiu o programa do Estado Novo:

[...] cortar o país de estradas de ferro, de estradas de rodagem, de vias áreas; é incrementar a sua produção, amparar a sua lavoura e fomentar o crédito agrícola; é desenvolver a sua exportação; é aparelhar as Forças Armadas, para que elas estejam sempre prontas a encarar todas as eventualidades da Pátria; é organizar a opinião pública, para que ela seja de corpo e alma, um só pensamento brasileiro” (VARGAS, 1938, v.5, p. 300. Improviso, em agradecimento pela manifestação popular recebida no Palácio dos Campos Elíseos, em 22 de julho de 1938).

Ainda que esses pronunciamentos acenassem ao setor agrícola paulista, na mesma visita ao Estado de São Paulo, o Chefe do Estado Novo tenta “conquistar” as forças produtoras (comércio, indústria e lavoura) a encampar o projeto estatal de expansão ferroviária e da “nova cruzada” rumo ao Oeste. Ressaltando as possíveis vantagens aos setores paulistas nessa expansão, Vargas declarou:

Essas duas extensões ferroviárias [prolongamento da Noroeste até Bolívia e Paraguai] irão abrir para a indústria de São Paulo novos mercados, nova ordem de relações, pela comunicação com as duas Repúblicas irmãs, que, por seu lado, terão saídas para o oceano, através do território brasileiro (VARGAS, 1938. v. 5, p. 306. Improviso, na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 23 de julho de 1938).

Mais adiante, no Congresso Algodoeiro, realizado em 7 de janeiro de 1940 na cidade de Campinas/SP, ao tratar das disparidades entre fronteiras políticas e econômicas, o Governo Vargas utilizaria o mesmo argumento ao declarar que as matérias primas de outras regiões vinham a São Paulo para serem industrializadas, justamente pelo progresso de suas indústrias.

Mas é, sobretudo, a partir de 1939 que os discursos apresentam novos e evidentes fundamentos industriais. A indústria de base passou a ser recorrentemente abordada e sua função no organismo econômico, constantemente foi referenciada. “É

muito o que estamos fazendo, mas é mais o que temos a fazer: a fundação da nossa indústria básica, para o fornecimento de matéria prima a todas as nossas fábricas e para exportarmos as sobras das nossas necessidades” (VARGAS, 1940, v.6, p. 191. Discurso pronunciado no arsenal de guerra, em 24 de março de 1939).

Além da associação entre desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação e as condições de escoamento da produção industrial, houve constantes invocações da capacidade técnica, sobretudo os estudos dos conselhos técnicos para implantação da grande siderurgia. Esperando iniciar suas atividades ainda no ano de 1939, Vargas acentuou:

Vitais problemas passam, assim, do terreno das conjeturas e dos planos ao terreno prático, e temos a certeza de conseguir, com ferro e combustível nosso, fabricar arados para lavrar a terra, fundir os canhões que nos defendam, temperar aço que proteja os nossos navios e armar aviões para cobrir os céus do Brasil voando com as nossas próprias asas (VARGAS, 1940, v. 6, p. 198. Discurso pronunciado em Areias, ao ser entregue ao tráfego a estrada de rodagem Rio-Bahia, em 11 de abril de 1939).

Foi nesse contexto que emergiu a tríade *ferro, carvão e petróleo*⁶⁰. Em discurso de outubro de 1939, o modelo de desenvolvimento passaria pela transformação industrial de nossos recursos energéticos.

Com o petróleo daremos impulso definitivo às indústrias e atividade que dele dependem. A produção do ferro e do aço em grandes proporções, que obteremos com as instalações siderúrgicas cujos estudos se acham quase ultimados, e destinados a rápido aproveitamento, possibilitará forjarmos os instrumentos da nossa prosperidade e da nossa defesa com o minério das nossas inesgotáveis jazidas [...]. Ferro, carvão e petróleo são os esteios da emancipação econômica de qualquer país (VARGAS, 1940, v. 7, p. 40. Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em Leopoldina, Minas Gerais, em 24 de outubro de 1939).

Obviamente que essas questões já vinham sendo tratadas desde o início dos anos 30. Contudo, foram ganhando contornos diferentes ao longo da década. Se antes estavam relacionadas à nacionalização das riquezas naturais, em 1939, eram considerados pontos básicos e condicionais da recuperação e da autonomia econômica brasileira.

⁶⁰Na Plataforma da Aliança Liberal, ao abordar a colonização da Amazônia, há uma passagem que identifica a relação entre essa tríade e o desenvolvimento industrial: “Nos grandes países industriais, a borracha é, hoje, tão indispensável como o ferro, o carvão e o petróleo” (VARGAS, 1938, v.1, p.42. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930). No entanto, como vimos, a preocupação central do Governo era a industrialização da borracha. Cabe destacar que a referência às esses recursos naturais só foram retomados no contexto do Estado Novo.

Tornaram-se problemas elementares do Brasil, sobre os quais o Governo orientaria sua ação.

Tal argumentação do Chefe do Estado Novo veio acompanhada do reconhecimento de que o agrarismo da Primeira República nos conduziu aos prejuízos da monocultura. Em novembro de 1940 declarou:

A partir de 1930, retomamos o ritmo de crescimento da primeira guerra mundial, passamos a compreender o verdadeiro objetivo da nossa expansão, repudiando o errôneo conceito econômico do primeiro período republicano, que nos impunha o agrarismo como fatalidade geográfica e nos levou aos males da monoprodução (VARGAS, 1941, v. 8, p. 168. Discurso pronunciado no Aeroporto Santos Dumont, no banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em 11 de novembro de 1940).

Segundo o chefe de Estado, os revoltosos de 30 se *convenceram* que a defesa de um *país essencialmente agrícola* era uma *expressão falsa* que somente favorecia aos interesses internacionais e aos pequenos grupos internos. Assim, é preciso substituir o *errôneo conceito* de monocultura agrária pela industrialização organizada, em rumo definitivo para o país. Ainda que Vargas realize uma leitura retrospectiva da década de 30, viciada pelo direcionamento do desenvolvimento nacional, o uso dos termos *convenceram-se*, *expressão falsa* e *errôneo conceito* sugere uma movimentação na percepção da *vocação agrária* e da *vocação industrial*. A ideia de dependência econômica passou a ser utilizada como sinônimo de exclusivismo agrário, cuja libertação só ocorreria com a industrialização.

Nesse sentido, cada vez mais a leitura de Brasil trazia as marcas da colonização e as limitações de suas consequências, ao mesmo tempo em que ratificava a necessidade de romper com os entraves coloniais por meio de um Estado forte, sujeito ao bem público e amplamente aceito pelos indivíduos.

Fazíamos uma agricultura rotineira e dizíamos país agrário. Perdíamos mercados e pretendíamos monopólios mundiais. Pobres, proclamávamos as riquezas da terra. Fracos, alardeávamos força. Desunidos e hostis por desconfianças e particularismos estéreis, chamávamos-vos Estados Unidos do Brasil (VARGAS, 1943, v.9, p.154. Discurso pronunciado no Palácio dos Campos Elíseos, em agradecimento a manifestação dos acadêmicos paulistas, em 24 de novembro de 1941).

Segundo Vargas, o Estado Novo teria afastado o Brasil de sua condição histórica de economia semicolonial, condenado a vender matérias primas e comprar manufaturas.

O Governo combateu também os *especiosos argumentos* que nutriam os *agraristas sistemáticos*, a saber:

Não temos combustíveis minerais – carvão e petróleo e, conseqüentemente, apesar da abundância de ferro, não podemos ser um país industrializado; restamos exportar os minérios como matéria prima e as comprar máquinas. O nosso parque fabril deve reduzir-se a pequenas indústrias do consumo concentradas nas zonas de maior densidade demográfica, sob a proteção das barreiras alfandegárias (VARGAS, 1941, v.8, p. 180. Discurso pronunciado no banquete do Aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em 11 de novembro de 1940).

Dialogando nitidamente com defensores da *vocação agrária*, Getúlio Vargas argumentou que as pesquisas realizadas pelo Governo teriam destruído essas *ideias falsas*. Não apenas tínhamos petróleo e carvão como a indústria siderúrgica já era uma realidade no país. Portanto, a exploração industrial do ferro, carvão e petróleo permitiria ao país a *bastar-se a si mesmo*, rompendo com o exclusivismo e com a dependência de importações de produtos manufaturados. Nesse sentido, a década de 1930 fora uma luta contra os *artificialismos*. Por isso, o Governo comemorou, em fins de 1940, o fato do valor da produção industrial superar o da produção agrícola. Segundo Vargas, isto significava que o país “atingiu sua fase de crescimento equilibrado, forrando-se, pouco a pouco, à dependência econômica, que é característica dos produtos exclusivos de matérias primas e gêneros de alimentação” (VARGAS, 1941, v.8, p. 180. Discurso pronunciado no banquete do Aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em 11 de novembro de 1940).

A *industrialização intensiva*, proporcionada pela siderurgia e pela ação do Estado, permitiria um corpo econômico hegemônico, unificando as fronteiras políticas e econômicas. Da mesma forma, teríamos mais possibilidades de intercâmbio interno e menor vulnerabilidade às oscilações do mercado externo. Assim, no discurso que abre o ano de 1941, Governo já considerava a industrialização como um destino decisivo:

Estamos na fase de formação social em que os destinos da nacionalidade tomam rumos definitivos. Produzir, industrializar, converter em riqueza efetiva a nossa riqueza potencial; abrir caminhos; estender a rede de comunicações; estabelecer ligação permanente entre as diversas regiões do país; educar, preparar moral e tecnicamente (VARGAS, 1941, v.8, p.252. Oração pronunciada ao microfone do Departamento de Imprensa e Propaganda, no Palácio Guanabara, à primeira hora de 1941).

No cinquentenário da República, Vargas comparou o momento entre 1889 e 1939 para acentuar a transição pelo qual passava o país:

Passamos, assim, neste meio centenário, do aproveitamento rudimentar dos recursos naturais, com base na monocultura, para uma forma adequada de *equilíbrio* entre a *produção agrária e a industrial*, abrindo novos rumos à exploração da terra e melhorando, notavelmente, o nível de vida das populações (VARGAS, 1940, v. 7, p. 132, grifos nossos. Discurso pronunciado antes do desfile das Forças de Terra e Mar, na Praça Paris, ao comemorar o cinquentenário na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1939).

Esse equilíbrio entre a produção agrária e industrial exigia a superação das indústrias de “sobremesa”: o café, o açúcar e as frutas. À medida que a argumentação industrialista tornava-se mais evidente nos discursos oficiais, mais o Governo fortalecia o debate através das indústrias básicas. Elas seriam condicionais à estrutura econômica de qualquer país, e industrializar as três grandes riquezas do país (ferro, carvão e petróleo) proporcionaria emancipação econômica e segurança nacional. Afinal com a siderurgia,

[...] fundiremos o aço para os nossos canhões, e as chapas para os nossos navios; faremos o material agrícola para lavrar as nossas terras; confeccionaremos os trilhos e locomotivas para as nossas estradas de ferro, e fabricaremos os motores para acionar os braços mecânicos da nossa indústria (VARGAS, 1940, v.7, p. 179. Improvado em Campinas, por ocasião de se instalar o 3º Congresso Algodoeiro, em 7 de janeiro de 1940).

Portanto, o surto do progresso e a independência econômica dependiam do impulso definitivo das indústrias de base⁶¹. Com a exploração dessas riquezas, o Brasil teria um novo eixo econômico, com solidez e proporção que alteraria o *teor* de nossa vida social. Ela nos elevaria da condição de produtores de matéria prima de origem vegetal e animal. A exploração das riquezas nacionais e a industrialização dos minerais básicos abririam novos caminhos e estruturaria nosso progresso de forma que diminuiríamos às dificuldades provindas do exterior. As indústrias de base eram, assim, um problema nacional, para o qual deveria reunir todas as forças da coletividade em sua resolução.

⁶¹Cabe destacar que a partir dos anos 40, o Governo Vargas passou a apresentar maior preocupação com o potencial hidroelétrico e da carência de força motriz. Em 1943, Vargas fez referência direta entre a produção de energia elétrica barata para o desenvolvimento industrial. Sobre essas discussões ver, sobretudo, *A Nova Política do Brasil* - volume X.

Diante das classes produtoras paulistas, em abril de 1940, o Governo Vargas associou a tríade energética às *novas perspectivas de industrialização rápida do país*. Dentro dessa fase promissora, o poder do parque industrial paulista, assim como o da lavoura intensiva, nesse momento, afastada da monocultura, abriam a São Paulo novas possibilidades de ação construtiva. Entrar nessa *nova era*, portanto, consistia em observar a brecha histórica e realizar a passagem para a industrialização e, conseqüentemente, para a emancipação econômica. A Guerra manifestava-se em uma possibilidade disso ocorrer. Por isso, a bordo do Encouraçado *Minas Gerais*, em junho de 1940, valendo-se de evidentes traços corporativistas, Vargas argumentou:

Se há mercados fechados à venda dos nossos produtos em consequência da guerra, em compensação, para eles não se canalizam economias nossas em trocas de artigos que nos forneciam. O que resulta, em última análise, é o aumento da produção nacional, procurando o país bastar-se a si mesmo, ao menos enquanto persistirem os empecilhos atuais do comércio anterior. O governo age, não somente com o propósito de desenvolver as trocas internas, mas, também negociando convênios com as nações credoras, no sentido de pagar em utilidades o serviço de nossas dívidas, reduzindo-as na base dos valores em bolsa. Estamos criando indústrias, ativando a exploração de matérias primas, a fim de exportá-las transformadas em produtos industriais (VARGAS, 1940, v.7, p. 333. Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado *Minas Gerais*, capitânia da Esquadra Nacional, em 11 de junho de 1940).

Nesse trecho, duas questões são fundamentais: a crise internacional e a possibilidade do Brasil diante dela. À redução das importações pela produção de produtos antes importados, adiciona-se a negociação da dívida, a partir do aumento das exportações de matérias primas transformadas industrialmente. É nesse novo posicionamento do Brasil que se abrem as condições do país *bastar-se a si mesmo*. E, nesse sentido, o que se percebe nos discursos desse período é o constante apelo aos capitais privados necessários para auxiliar a implantação da indústria de base. Cabe a todo setor produtivo compreender que a expansão das atividades produtoras depende disso. Para tanto, considera-se os capitais externos bem vindos, desde que respeitada a intenção de progresso industrial do país e que contribuam para o nosso engrandecimento. Nesse ínterim, para que esse surto progressista ocorresse, Vargas cogitou a possibilidade de acordos realizados com os EUA, que facilitariam as nossas atividades comerciais e financeiras.

Nesse sentido, a partir do segundo semestre de 1940, percebe-se uma alteração nos rumos da política externa. O alinhamento da política externa ao contexto da Guerra

seria perceptível pela política continental, mas também tentava estrategicamente sugerir novas bases do comércio econômico mundial. Mantendo o argumento da cooperação americanista, acentuou que as nações se fecharam em autarquias agressivas, com exacerbação nacionalista, obstruindo, assim, a aproximação, o intercâmbio e as boas relações. Em novembro de 1941, Vargas apontou a guerra como um desequilíbrio geral dos valores estabelecidos. “Os desníveis sociais em um país, a desigualdade de potencial de riqueza entre as grandes nações, o crescimento das indústrias obrigando à conquista de matérias primas” (VARGAS, 1943, v.9, p. 154. Discurso pronunciado no Palácio dos Campos Elíseos, São Paulo, agradecendo à manifestação dos acadêmicos paulistas, em 24 de novembro de 1941), segundo ele, seriam algumas das razões do choque mundial.

Tal situação conduziu ao prejuízo social, sendo necessário que toda organização agisse conforme os princípios de liberdade e de justiça. Para atingir tal objetivo, Vargas proferiu que as Nações deveriam reconhecer que o desenvolvimento econômico teria que ficar subordinado à finalidade social. O comércio mundial foi afetado a partir da Guerra, no qual perdemos os mercados europeus, limitando-nos, em 1939, apenas aos continentes americano e asiático.

Em 1942, o conflito chegou ao nosso continente, e com a campanha submarina e a beligerância dos Estados Unidos, logo o Brasil estava em Guerra, tendo que se adaptar às contingências do conflito. Contudo, nos pronunciamentos mantém-se a argumentação de que a política econômica do Governo permitiu que o país tivesse uma posição privilegiada: continuou seu processo de desenvolvimento econômico e abriu-se à reorganização no pós-guerra. Essa prosperidade somente foi possível porque desde 1930 a política do Governo esteve afastada do *laissez faire*. Segundo Vargas, era isso que permitia que enquanto as nações se digladiavam na Guerra, o Brasil seguisse prosperando pela ordem e pelo trabalho, permanecendo alheio aos acontecimentos que perturbavam os outros povos. No balanço de 1941, abordou a situação econômica do Brasil diante da guerra. “Realmente, 1941 acrescentou muito ao desenvolvimento do Brasil, sob todos os aspectos. No campo econômico, criamos indústrias, ampliamos e renovamos as existentes, e reequipamos e prolongamos estradas de ferro, aumentando, do mesmo passo, a capacidade de transporte marítimo e fluvial” (VARGAS, 1943, v.9, p. 187. Discurso pronunciado no Automóvel Clube, por ocasião do banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 31 de dezembro de 1941). Da mesma forma, diante do

contexto internacional de redução do ritmo comercial, o Brasil não tinha superprodução agrária, as indústrias e as atividades extrativas passavam por período de grande prosperidade, dado o êxito do mercado interno e da exportação. Além disso, o Brasil fortalecera os laços com países vizinhos.

Em dezembro de 1941, ao realizar uma leitura sobre os 50 anos do regime republicano, o Governo destacou as mudanças processadas ao longo desse tempo: transitou da monocultura ao industrialismo; foi criada uma legislação social para coordenar os agentes da produção; implementou-se o Código de Águas e Minas para integrar a extração das riquezas do subsolo ao patrimônio nacional; e “fugimos do exagero do estatismo absorvente para remediar os males do liberalismo anti-intervencionista” (VARGAS, 1943, v.9, p. 178. Discurso pronunciado no Teatro Municipal, com o paraninfo dos bacharéis da turma do cinquentenário da Faculdade Nacional de Direito, em 20 de dezembro de 1941). E nesse sentido, a Constituição de 1937 fundou um novo direito nacional para atender essas novas necessidades do país.

Diante do setor industrial, na Segunda Feira Nacional de Indústrias, em São Paulo, em 23 de novembro de 1941, o chefe do Estado Novo acentuou os êxitos daquele contexto se comparados com o período entre 1914-1917⁶². Diferentemente do que se observou durante a Primeira Guerra (queda nas exportações e abalos no abastecimento do mercado interno), o Brasil conseguia manter certa regularidade nas trocas comerciais. Os produtos agrícolas continuavam seguindo aos centros de consumo, as manufaturas aos escoadouros de embarque e a circulação de matéria primas e gêneros de alimentação tomavam maior impulso. Por sua vez, as indústrias tinham seus produtos absorvidos pelas necessidades internas, com bom retorno e capital de giro. E para manter esse desenvolvimento, era preciso investir no parque industrial.

⁶² Nesse evento, em resposta às colocações de Roberto Simonsen, Vargas apontou o principal problema industrial naquele momento. Segundo ele, “O problema das indústrias no Brasil já se vai situando em novo plano, que é o da sua distribuição estratégica, do ponto de vista econômico e defensivo [...]. O passo decisivo para isso é a instalação próxima da grande siderurgia e, simultaneamente, o suprimento nacional de combustíveis e de energia elétrica. É preciso, por conseguinte, que a colaboração dos capitais privados nesses empreendimentos seja encarada, não apenas como dever patriótico, mas, também, como meio de prover as necessidades e a expansão de todas as atividades produtoras. Industriais, agricultores e comerciantes devem lembrar-se de que as máquinas das suas fábricas, os instrumentos das suas lavouras e a circulação dos produtos dependem do aço e do combustível. Concorrendo, portanto, para o estabelecimento da indústria de base, aumentando o rendimento e aperfeiçoando a qualidade da produção fabril, capacitam-se, ainda, a elevar o padrão do salário dos trabalhadores, e por essa forma, a reforçar o poder aquisitivo das populações” (VARGAS, 1943, v.9, p.142-143. Discurso pronunciado em São Paulo, na visita feita à 2ª Feira Nacional de Indústrias, respondendo a saudação do Sr. Dr. Roberto Simonsen, em 23 de novembro de 1941).

O problema de modernização do equipamento é capital para a expansão da nossa indústria. *Só aparecem ameaças de superprodução para os artigos manufaturados em maquinismos obsoletos, com desperdícios, elevado custo mão de obra atrasada.* Os industriais não devem esquecer esse aspecto das suas instalações, procurando, em tempo, completá-las, de modo a produzir sempre melhor e barato (VARGAS, 1943, v.9, p. 145, grifos nossos. Discurso pronunciado em São Paulo, na visita feita à 2ª Feira Nacional de Indústrias, respondendo a saudação do Sr. Dr. Roberto Simonsen, em 23 de novembro de 1941).

A economia agrarista não apenas passa a ser considerada como limitada, mas também como um entrave ao desenvolvimento nacional. O atraso brasileiro era resultante de uma estrutura econômica “presa ao agrarismo extensivo, não favorecia a nossa prosperidade e até a entravava” (VARGAS, 1943, v.9, p. 178. Discurso pronunciado no Teatro Municipal, com o paraninfo dos bacharéis da turma do cinquentenário da Faculdade Nacional de Direito, em 20 de dezembro de 1941). O agrarismo não obstruiu apenas o aparelhamento nacional, mas também o desenvolvimento da segurança do país e das Forças Armadas. No momento em que o Brasil declarou Guerra aos países do Eixo, Vargas destacou:

Tempo houve em que nossa esquadra foi a maior da América. Não pudemos, porém, conservá-la no mesmo nível e estacionamos lamentavelmente. As causas imediatas desse retardamento residem, como é sabido, na transformação dos veleiros a vapor e da construção de madeira em construção de ferro. O papel a que fomos relegados – de simples produtores de matérias primas, o destino rural que aceitávamos, obrigou-nos a esta regressão. Porque parar é verdadeiramente retroceder. Embora possuíssemos tudo para o desenvolvimento da indústria náutica, fecharam-se os nossos estaleiros e voltamos a uma situação colonial, comprando navios, comprando combustíveis, encomendando feito o que podíamos fazer. Assim acontecia com a Marinha de Guerra e com o comércio (VARGAS, 1943, v.9, p. 287. Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pela Armada Nacional, no Ministério da Marinha, em 9 de novembro de 1942).

O processo desencadeado com a Revolução de outubro impulsionou o fato de “construirmos nós mesmos, com matérias primas e técnicas nacionais, a esquadra e as instalações das suas bases” (VARGAS, 1943, v.9, p. 288. Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pela Armada Nacional, no Ministério da Marinha, em 9 de novembro de 1942). Com a instalação da usina de aço de Volta Redonda, assim como a fábrica de aviões de Lagoa Santa e de motores da Baixada Fluminense, estariam contempladas as bases de trabalho autônomo e de suficiência nacional. Assim, as indústrias de paz teriam condições de mudar de ritmo e acompanhar as necessidades da

guerra em múltiplos setores, em que as atividades de nosso parque industrial estariam sincronizadas aos interesses da Nação e expressariam a ação patriótica e a colaboração das classes produtoras com o país.

A *batalha da produção*, expressão bastante utilizada pelo Estado Novo no contexto do conflito mundial, estaria alinhada com a disputa militar. Afinal, segundo o Governo, diante dos princípios da Carta do Atlântico, era necessário que todas as forças da Nação estivessem concentradas na vitória militar, política e econômica. O essencial era, portanto, “vencer a guerra e preparar para fortalecer a sua independência política e completar a sua independência econômica” (VARGAS, 1944, v.10, p. 114. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1943). Por isso, durante a Guerra o país precisava de dois exércitos: um composto pelas forças militares, para aturar no confronto, e outro destinado à *batalha da produção*, assegurando os suprimentos necessários. Esse argumento era o núcleo das articulações entre o Estado Novo, as classes produtoras (com principal demanda de transformação das matérias primas em produtos industrializados) e os setores populares (pelo trabalho e pelo espírito equilibrado de cooperação e harmonia entre as classes).

Na declaração aos trabalhadores em Primeiro de Maio de 1943, por exemplo, Getúlio Vargas expôs as circunstâncias da participação do Brasil na Guerra e reforçou a necessidade da construção de uma *mentalidade de guerra*. E nesse processo, o papel dos trabalhadores era conservarem-se firmes no trabalho, para que o país saísse também vitorioso na *batalha da produção*. Vargas emplacou um argumento que associava desenvolvimento e guerra, mobilizando todos os recursos materiais e humanos nessa empreitada. “Produzir mais, produzir melhor – nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que devemos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir ao máximo nossas potencialidades” (VARGAS, 1944, v.10, p. 35. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1943). Nessa missão, quem não estiver “conosco estará contra nós”.

E nesse processo há também constante relação entre o desenvolvimento econômico e a questão social. O Governo Vargas, que desde 1930 já visualizava na instrução pública possibilidades de preparo do trabalhador, sobretudo com o ensino profissional, ratificava ainda mais essa ligação. Em discurso de janeiro de 1940, associou

diretamente a preparação técnica aos problemas de crescimento econômico e, portanto, da expansão industrial brasileira. Tanto no âmbito agrícola quanto no industrial, a formação de técnicos direcionada à formulação de soluções para o nosso desenvolvimento material era essencial, pois “o progresso do país depende, em grande medida, da preparação profissional, e, por isso, se faz necessário difundi-la o mais possível” (VARGAS, 1940, v. 6, p.106. Entrevista à imprensa no 1º aniversário da Nova Constituição, em 10 de novembro de 1938). Esse avanço material conduzia, por conseguinte, ao aprimoramento moral e mental da Nação.

Nas discussões sobre o salário mínimo, a preocupação também apontava nessa direção. O seu fortalecimento passaria pelo aumento da capacidade aquisitiva das populações, garantindo assim consumidores para os nossos produtos. A crescente produção industrial somente seria absorvida internamente se o país aumentasse a capacidade aquisitiva dos trabalhadores, tanto nos centros urbanos quanto nas regiões rurais. Contudo, sobre o amparo aos trabalhadores do campo, não são perceptíveis grandes preocupações do Governo. Acerca do setor agrário as referências eram sempre no sentido de que o Governo estudava as soluções possíveis⁶³.

Nesse ínterim, além dessa campanha de convencimento nacional, ganhou destaque também nos pronunciamentos oficiais a industrialização da borracha. Campanha realizada desde a década anterior ganharia neste momento o lema: *mais borracha para a vitória*. Produto fundamental para a Guerra, o Governo demandava por produção em massa do produto, em que tal extração e transformação deviam se dar a partir de métodos sistemáticos, técnicos e racionais.

⁶³ A rigor, na associação entre economia e agricultura, os discursos iniciais do Governo Provisório trazem apontamentos acerca da pequena propriedade nas áreas rurais, mas esse aspecto logo seria abandonado pelo Governo. Ao longo dos discursos de *A Nova Política do Brasil*, a questão da estrutura fundiária faz-se presente apenas nos pronunciamentos dos primeiros anos do Governo Vargas. Já na Plataforma da Aliança Liberal, o grupo considerava que as regiões mais próprias da agricultura estão sob o império dos latifúndios, e localizava nele o motivo do desamparo da agricultura e do “proletariado rural”, sob condições quase escravistas. Daí surgiria a necessidade, para a coletividade, da subdivisão da terra, “afim de colonizá-las, fazendo concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes” (VARGAS, 1938, v. 1, p.39. Plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930). No discurso de posse, em novembro de 1930, mantém a posição da extinção progressiva do latifúndio, sem violência e repassando ao trabalhador agrícola em forma de pequena propriedade. No entanto, esse discurso, que afetava diretamente o latifúndio, foi perdendo força nos pronunciamentos oficiais à medida que operava a redefinição das alianças políticas em torno da sustentação do Estado revolucionário. Já não era mais tão perceptível a partir do contexto constitucional de 1933-34. Muito provavelmente a referência ao latifúndio e a “defesa” da pequena propriedade fosse uma demanda exclusiva de grupos inicialmente aglomerados no pacto varguista, como por exemplo, os “tenentes”, e que também perderam espaço dentro das redefinições estatais.

Já em fins de 1943, o Governo Vargas, ao delinear as reformas após conflito, colocou a industrialização num plano definitivo e progressivo, no qual o capital estrangeiro deveria estar de acordo com a política nacional. Em outubro daquele ano, declarou que a rápida transformação na vida econômica do país consistia na transição *de mero produtor de matérias primas* para a industrialização *dos próprios produtos naturais*, afirmação que evidencia ainda mais a consolidação da vocação industrial para a superação da vocação agrária. Mas, paralelamente, o Governo demonstrava a preocupação com as limitações da capacidade industrial brasileira, uma vez que nosso parque industrial era *antiquado e sobrecarregado* e, por conseguinte, deixaria em breve de produzir economicamente.⁶⁴ Assim, seria viável agir para que houvesse possibilidades de sua remodelação. Cogitou a criação de um Banco de reconstrução industrial para a prevenção de um futuro com aparelhagem *insuficiente e gasta*, o que certamente provocaria outra crise, como no decênio anterior.

O capital no Brasil não terá de que se amedrontar se souber usar a profunda sabedoria a autolimitação. O país entrou numa nova era de realizações. O governo está empenhado em iniciativas importantes e como planejamento de *grandes empreendimentos industriais* que serão conhecidos em breve e certamente *sustentará o ritmo do nosso desenvolvimento econômico* e aumentará o giro dos negócios, assegurando a todos, capitalistas e trabalhadores, remuneração farta dos seus esforços (VARGAS, 1944, v. 10, p. 292, grifos nossos. Discurso pronunciado no estádio do Pacaembu, em São Paulo, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1944).

Nesse trecho, o governo Vargas deixou evidente que a industrialização era condição para o desenvolvimento nacional, utilizando as expressões propriamente como sinônimos, unindo a ideia de industrialização e de interesse nacional. Por esses objetivos, passam a ser frequentes os deslocamentos do Chefe do Estado Novo às regiões interioranas do Brasil a partir de 1940. Com a campanha *Cruzadas rumo ao Oeste*, Vargas visitou os estados do Centro Oeste, do Norte e do Nordeste, com o objetivo de localizar fontes capazes de assegurar a nossa expansão futura. Com o argumento de unidade orgânica e equilibrada, estendia também aos propósitos de desenvolvimento dos

⁶⁴ Segundo ele, “a salvaguarda das indústrias nacionais deve ser a nossa divisa no futuro e para alcançá-la incumbe ao Estado assegurar-lhes proteção e amparo e aos industriais cuidar do aperfeiçoamento técnico da produção, barateando-lhe o custo, melhorando-a em qualidade e estabelecendo padrões capazes de manter os mercados adquiridos” (VARGAS, 1944, v. 10, p. 198. Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pela Federação das Indústrias de São Paulo, no Cassino Umuarama, em 22 de dezembro de 1943).

transportes e das comunicações, para que houvesse a interação entre esses locais fornecedores de matéria prima e os centros produtores de produtos manufaturados. Por outro lado, ocupar esses territórios considerados *vazios*, sobretudo nas regiões fronteiriças, permitir-nos-ia um maior intercambio com os países vizinhos.

A Marcha ao Oeste, o *hinterland*, proporcionaria, segundo o Estado Novo, a possibilidade de uma unidade econômica brasileira, em que “teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial”. Porém, muito mais que levar essas regiões à industrialização, Vargas visualizava na ocupação desses territórios uma forma de apropriação absoluta das riquezas naturais e a ampliação do comércio interno e externo, fatores de amparo à expansão econômica e ao desenvolvimento brasileiro.

Mas, se tivermos em conta, ainda, a riqueza do seu solo, a capacidade de uma produção agrícola e pastoril, suas ricas jazidas de minérios e as suas reservas de essências florestais, podemos concluir que não será somente um movimentado empório comercial, pois tende a se transformar num rico industrial de transformação de matérias primas (VARGAS, 1943, v. 9, p.36. Improviso agradecendo o banquete oferecido pelo governo do estado do Mato Grosso, realizado no Clube Corumbaense, em Corumbá, em 28 de julho de 1941).

As constantes visitas às cidades de Ponta Porã e Corumbá, no então Estado de Mato Grosso, denotam essas preocupações. A construção de estradas de ferro correspondia nitidamente às pretensões de ligar os centros produtores brasileiros às regiões fornecedoras de matéria primas, assim como ao mercado potencial dos países sul-americanos (Bolívia, Paraguai e Argentina).⁶⁵ A Marcha para o Oeste traz a criação de Territórios Nacionais, no início de 1944, cuja função seria *sanear, educar e povoar*. Integra também a ideia de imperialismo para a unificação das fronteiras políticas e econômicas. Vargas, mesmo em fins do Estado Novo, continuava destacando a dicotomia entre regiões bastante *industrializadas*, com acentuada densidade demográfica, e outras

⁶⁵ No então estado de Mato Grosso, as preocupações do Estado Novo era unir as forças vivas da nação. Em seus discursos, o Governo retomou o sentido “dos paralelos e renovou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste”. (VARGAS, 1943, v. 9, p. 102. Discurso agradecendo o banquete oferecido em Cuiabá, no Palácio do Governo do Mato Grosso, em 7 de agosto de 1941). Afinal, o Mato Grosso seria futuramente um “centro poderoso de produção e distribuição de riqueza” (VARGAS, 1943, v. 9, p.103. Discurso agradecendo o banquete oferecido em Cuiabá, no Palácio do Governo do Mato Grosso, em 7 de agosto de 1941). Destaca Campo Grande como uma importante cidade de ligação entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai. Com duas linhas férreas, poderíamos interligar esses países: E.F. Corumbá a Santa Cruz de La Sierra e a E.F. Campo Grande a Ponta Porã. Apresenta o interesse de expandir até Concepción, no Paraguai, ligando o Brasil às estradas de ferro argentinas, facilitando assim o intercâmbio com a bacia do Prata. Nessa empreita era comum a argumentação unidade da região, propondo um pan-americanismo saudável e o fortalecimento do continentalismo.

sem qualquer indústria ou com indústrias rudimentares, escassamente povoadas e próximas a condição colonial.

Acerca dessa indústria extrativa, o governo argumenta que, com cultivo técnico e racional, seus produtos barateados seriam barateados, e concomitantemente teriam maior possibilidade de concorrer no mercado mundial, se houvesse o deslocamento das indústrias para as regiões próximas aos centros de matéria primas. Na região Amazônica a preocupação era com o melhor aproveitamento das matérias primas. Como vimos, com atenção especial em relação à borracha, Vargas não apenas apontou a necessidade da adaptação aos modernos métodos de exploração, substituindo os velhos processos extrativos, como também na industrialização desse importante produto de uso generalizado nas novas indústrias. Os processos rudimentares de exploração conduziram a Amazônia à situação de retardamento produtivo e angústia econômica, e por isso, precisavam ser superados. Sobre o reerguimento da Amazônia, Vargas aponta:

Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar no surto de desenvolvimento. E, não somente os brasileiros, também os estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe à sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias (VARGAS, 1941, v. 8, p. 79. Discurso pronunciado no Ideal Clube de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor e pelas classes conservadoras do estado, em 9 de outubro de 1940).

Na região Nordeste a preocupação estava na produção do álcool e na extração do petróleo. Considerado eixo na emancipação econômica, Vargas ressaltou em Salvador dois problemas básicos da indústria de exploração desse recurso mineral energético: capacidade técnica e aquisição do maquinário. Os principais objetivos do Governo Vargas, assim como nas demais áreas de ocupação, era garantir matérias primas e mercado de consumo. Ao buscar uma integração do Brasil com a Bolívia, Vargas acentuou que “fomos, até bem pouco, exclusivamente agrários, mas caminhamos, a passos firmes, para a industrialização, mercê da abundância de energia hidráulica e das crescentes possibilidades como mercado consumidor de produtos manufaturados” (VARGAS, 1943, v.9. p. 41. Discurso pronunciado por ocasião do almoço realizado na Estação de Palmito, onde se encontra a ponta de trilhos da estrada de ferro Brasil-Bolívia, em resposta à saudação do chanceler Ostria Gutierrez, a 29 de julho de 1941).

A rigor, cabe ressaltar que o Governo Vargas também apontava a siderurgia brasileira como algo benéfico para os países da América Latina. O discurso da

cooperação pan-americana veio acompanhado dos princípios corporativistas, sendo a *união nacional uma premissa para a união continental*. Os interesses pessoais devem estar submetidos aos interesses da coletividade. Com esse argumento recolocar o pressuposto da questão siderúrgica não apenas para o desenvolvimento nacional, mas também regional.

Será, esta, uma situação que perdurará durante algum tempo, até que tenhamos a nossa siderurgia a suprir de aço e ferro as necessidades do Brasil e, possivelmente, de todo os países da América do Sul. Teremos, então, matéria prima abundante para as nossas máquinas, para as nossas locomotivas, para os trilhos das nossas estradas de ferro. Tudo será produzido aqui, e os nossos transportes não mais sofrerão as limitações que hoje os entravam (VARGAS, 1943, v. 9, p.81. Improviso agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras, em Campo Grande, na sede do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, em 5 de agosto de 1941).

Contudo, nesse processo de vinculação entre industrialização e superação do agrarismo, o Estado Novo passou a realizar cada vez mais reeleições sobre a década de 30. A partir de 1940, são recorrentes discursos que projetavam no passado recente as preocupações da década que se abria, realizando sempre a leitura do passado à luz das preocupações presentes. Isso é perceptível na interpretação realizada pelo Estado Novo sobre a Revolução de 1930, em outubro de 1939. A concepção sobre o movimento revolucionário mudou substancialmente ao adquirir um significado mais próximo aos delineamentos do Governo daquele momento. Continuava sendo considerada como um movimento amplo e correspondente à finalidade de reconstrução econômica, de renovação espiritual e de organização social, aspectos renovados com a Constituição de 10 de novembro de 1937. Porém, há elementos novos na retomada do processo revolucionário de 1930:

E para que se desvendassem os novos rumos do Brasil, permaneci entre vós executando o programa da Revolução: programa de ordem, de reconstrução, de renovação de forças vivas do país, de valorização e de engrandecimento do Brasil para os brasileiros, desde a classe operária, a qual o Governo assegurou o direito dos brasileiros com a lei dos 2/3, até as mais altas manifestações da riqueza industrial, em que o capital estrangeiro foi garantido, quando viesse contribuir para o soerguimento do país e não com o fim de nos tornar uma simples exploração colonial (VARGAS, 1940, v. 7, p. 34. Improviso, na manifestação recebida em Porto Novo do Cunha, em 24 de outubro de 1939).

Se a Revolução até então vinha sendo observada como resultado da prática política da Primeira República e, portanto, correspondente ao âmbito político-social, em

1939, a visão sobre ela passa a ser ressignificada a partir da esfera econômica. Ainda que mantenha a preocupação com a questão trabalhista, que a rigor acompanhou todo o Governo Vargas, associou riqueza ao setor industrial e expressou os direcionamentos econômicos para a superação de nossa condição colonial. Nem a industrialização como eixo da prosperidade nacional e nem a condição colonial, como vimos, foram elementos ressaltados nos discursos da primeira metade dos anos 30. Isso indica para o fato de que o Governo Vargas, em 1939, realizou uma releitura do programa de 1930, valendo-se do olhar retrospectivo e sob as diretrizes do momento atual. O *sentido* da Revolução seria, naquele momento, a industrialização para superar a herança colonial. Por isso, a função do Estado Novo, era de estimular todos os setores da produção nacional e incentivar e coordenar o progresso nacional.

O mesmo ocorre com a releitura acerca da siderurgia. Em Volta Redonda, em maio de 1943, o Governo apresentou uma visão histórica acerca do problema siderúrgico. Segundo Vargas, ela teria sido relegada desde 1890, sendo retomada pelo país em 1922, na ocasião das consequências da Primeira Guerra no Brasil. Entre elas destacam-se: crise dos produtos manufaturados; quedas das taxas de juros na Europa; intenção dos *capitais inquietos* realizarem explorações industriais distantes dos centros originais; e irrupção da questão social.

O governo Vargas considerou, porém, que ao se revisitar o problema siderúrgico, o país reproduziu a solução semicolonial e manteve a orientação: *exportar minérios sem possuir usina transformadora*. Isso apenas dava novas roupagens à formulação de *país essencialmente agrícola* e mantinha o país como simples fornecedor de matérias primas, valendo-se do argumento de que não tínhamos combustível para fabricar aço. Essa expressão de *país essencialmente agrícola*, segundo Vargas, “de uso corrente para caracterizar a economia brasileira, mostra, em boa parte, a responsabilidade de nosso atraso” (VARGAS, 1944, v.10, p.53. Discurso em Volta Redonda, por ocasião do almoço oferecido ao presidente Higínio Morínigo, em 7 de maio de 1943). Para o chefe do Estado Novo, somente a partir de 1930 é que as ações do seu Governo desencadearam um deslocamento desse argumento: do essencialmente agrário para uma economia capaz de sustentar sua autonomia industrial, a partir da siderurgia. Nesse sentido, o ensino industrial e o preparo técnico deveriam corresponder às necessidades da nossa produção industrial.

No referido discurso de maio de 1943, Vargas retoma dois pronunciamentos anteriores para ilustrar como os *homens da Revolução de 30* viam de forma diferente a questão: a *Plataforma da Aliança Liberal* e *Os saldos ouro e o problema siderúrgico*, respectivamente de 2 de janeiro de 1930 e 23 de fevereiro de 1931, e já trabalhados neste texto. Nesses vimos que de alguma forma, a questão central no problema siderúrgico era proporcionar melhores condições para o avanço da agricultura e não necessariamente da industrialização. Em 1943, ao rerepresentar esses discursos é visível que o Governo Vargas encaminhou e recolocou o problema siderúrgico valendo-se da movimentação histórica da década de 1930. O primeiro ponto que evidencia isto é a própria seleção dos trechos reproduzidos. Nos discursos de 1943, excluiu as passagens em que há referências sobre a agricultura e ressaltou os trechos em que vinculou à indústria nacional.

Além disso, nem na *Plataforma*, nem do discurso em *Os saldos ouro*, Vargas associou diretamente o problema siderúrgico com a superação de país agrário. Em 1930 e 1931, os discursos não vinculam grande siderurgia, autonomia econômica e industrialização. Essa vinculação tornou-se mais evidente somente a partir da segunda metade dos anos 30, sendo em 1943 a ossatura básica do Estado Novo.

O problema siderúrgico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas mais urgentes necessidades de defesa e de aparelhamento. Já não é mais adiável a solução. Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramenta, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho (VARGAS, 1943, v. 10, p. 59. Discurso em Volta Redonda, por ocasião do almoço oferecido ao presidente Higínio Morínigo, em 7 de maio de 1943).

Neste trecho, diferentemente do início dos anos 30, a grande siderurgia vem corresponder às pretensões de superação do agrarismo, e, portanto, da condição colonial de fornecedores de matéria prima, e sustentar um desenvolvimento econômico autônomo, capaz de conduzir o país à *autossuficiência* econômica. Aliás, a própria ideia de emancipação e autonomia econômica só passa a integrar incessantemente os discursos do Governo Vargas à medida que este percebeu a incapacidade do agrarismo e as limitações do Brasil como fornecedor de matérias primas. À medida que se aproximava o término do conflito mundial, o Governo Vargas apontava possíveis

redefinições do cenário mundial pós-guerra, em que o Brasil poderia se recolocar no comércio internacional.

Em fins de 1944, o Governo acreditava ter afastado o Brasil da *monocultura primitiva* e da sua condição histórica de exportador de matéria prima. Sendo assim, precisar-se-ia *completar* e *aperfeiçoar* nossa industrialização para enfrentar vantajosamente os preços da concorrência internacional. Era preciso produzir mais barato e produzir melhor para intensificar os mercados internos e externos. Em 1945, momento de enfraquecimento do Estado Novo, percebe-se que para o reposicionamento do Brasil na divisão internacional não bastaria policultura e a diversificação dos produtos exportáveis, como defendido no início dos anos 30. A emancipação econômica pressupunha a industrialização e transformação das matérias primas nacionais, diferenciando-se do passado colonial que prendia o país ao agrarismo e, conseqüentemente, ao atraso. A preocupação com o comércio internacional não se restringia a tentativa de conter as divisas no Brasil e equilibrar a balança de pagamentos. Ao contrário, era justamente pela industrialização, puxada pela indústria de base, que o Brasil teria uma nova participação no cenário mundial.

Nesse sentido, fez-se apelo às classes produtoras e comerciais para que cooperassem com o Governo para “sanear os negócios, aumentar o volume da produção e das trocas, e diversificar as mercadorias, as culturas agrárias e os produtos industriais” (VARGAS, 1947, v.11, p. 60. Discurso pronunciado na Associação Comercial de São Paulo, em 7 de dezembro de 1944).

Ao fim do Estado Novo, o Governo considerava que o combate ao *colonialismo econômico* era uma tarefa de todos os brasileiros, pois deveriam se concentrar em exportar produtos transformados e não matérias primas e gêneros alimentícios. O máximo aproveitamento das riquezas naturais criaria o progresso das indústrias metalúrgicas que conduziria o país às *máquinas produtoras de máquinas*.

Máquinas-ferramentas, máquinas agrárias, combustíveis, transportes – são elementos primaciais para a ampliação e intensificação de nossas culturas. Ensino técnico e eficiente, condensação de núcleos demográficos para facilitar a industrialização, apropriação imediata de zonas mais férteis e sua ligação aos centros distribuidores, representam etapas obrigatórias de um programa coerente e construtivo (VARGAS, 1947, v.11, p. 39. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao instalar a Comissão de Planejamento Econômico, em 3 de outubro de 1944).

Portanto, o argumento apresentado era que o Estado Novo afastou o país de sua condição semicolonial, produtor de poucos produtos tropicais e, dependente de importação de artigos manufaturados. Ressaltou os valores econômicos, além de iniciar a exploração das riquezas do subsolo, inclinando a *balança da produção* para o setor industrial. Portanto, em 1945, a posição defendida pelo Estado brasileiro estava muito distante da vocação agrária. Ao contrário, articulava-se em torno daquilo que considerava irreversível: a industrialização do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar os onze volumes de *A Nova Política do Brasil*, percebe-se que o Governo Vargas foi reposicionando suas concepções acerca da política, do Estado e, sobretudo da economia nacional, e, conseqüentemente redefinindo suas estratégias de ação. Essa movimentação ocorreu a partir da compreensão dos problemas externos e internos. Isso requer considerar que a pesquisa realizada neste trabalho revela que subjacente a *A Nova Política* há, simultaneamente, o *diagnóstico* e o *prognóstico* realizado pelo Governo Vargas, entre 1930 e 1945. Em outras palavras, a produção discursiva manifesta a percepção de um determinado tempo social que, ao ser refletido, foi ressignificado, alterado e lançado novamente à arena política, contendo, assim, possíveis projeções para a realização das propostas implícitas a ela.

Acerca da questão política podemos observar essa movimentação. A partir da tensão da crítica à representação democrática liberal, a ideia de democracia foi trabalhada nos discursos de forma bastante diversa. Num primeiro momento, a argumentação é a ditadura para sanear o sistema vicioso, depois, diante da inevitável constitucionalização o trunfo foi a representação classista. No contexto pós Constituição de 1934, o movimento revolucionário de 1935 cairia como uma luva aos argumentos governamentais para o fechamento do regime e o argumento de falência da democracia liberal. Posteriormente com a instalação do Estado Novo a associação entre a representação política o progresso econômico é cada vez mais forte, ao ponto de defender a supremacia da democracia econômica sobre a política. Apenas em 1945, diante do eminente derrocada, o Governo, na figura de Vargas, retoma a democracia liberal. Mas ela viria sozinha, uma vez que mantém-se a hostilidade ao liberalismo econômico, pregando um planejamento e forte intervenção do Estado em assuntos econômicos.

Ademais, a questão política, no sentido de campo aberto de disputa, é algo sempre protelado: em 1930 era pela desorganização administrativa, econômica e financeira; em 1935, era pela segurança nacional e a partir de 1937, foi pela sobreposição da Nação às individualidades.

As sucessivas mudanças no regime político foram acompanhadas pelas características do Estado brasileiro. A (re)definição de suas diretrizes, funções e amplitude acompanhavam as necessidade delineadas em cada momento.

Do ponto de vista econômico, o que permanece constante nos discursos ao longo de todo período é a preocupação com a balança de pagamentos, seja para reorganização financeira e orçamentária, seja para conter as remessas de divisas para o exterior. A partir dela propôs o fortalecimento do mercado interno, a policultura e a diversificação da exportação, a redefinição da política do café, a orientação da importação de acordo com as necessidades das indústrias que utilizavam matéria prima nacional, a exploração racional dos recursos energéticos, a renegociação da dívida externa. Concomitantemente, propõe a necessidade de controlar os recursos naturais, com especial atenção ao problema siderúrgico, uma vez que esses elementos nos diferenciavam no cenário mundial. Já a partir de 1936/1937 todos esses aspectos seriam vinculados com a necessidade de superação do exclusivismo agrário por meio da industrialização intensiva do país.

Nesse sentido, pela análise de *A Nova Política* compreendeu-se o entrelaçamento entre dilema político, funções do Estado e economia, aspecto em fina sintonia com a configuração da questão nacional.

Assim, em 1930, a resolução da questão nacional, expressa na crise social e econômica, passava pela atuação de um Estado forte, centralizado e interventor para realizar uma reorganização administrativa, política e financeira. Na segunda metade da década, essa ideologia permanece, mas a intervenção estatal adquire ainda mais força diante da redefinição da questão nacional. A partir de 1937, onde a relação entre interesses nacionais e problemas econômicos tornou mais tênue, a intervenção era o *sine qua non* do desenvolvimento, porque este implicava no rompimento da herança colonial e do atraso brasileiro. Ao longo do primeiro Governo Vargas a questão nacional sempre esteve colocada, mas reposicionada no debate acerca do problema brasileiro. No Estado Novo ela remetia ao âmbito econômico e este, por sua vez estava cada vez mais alinhado com a industrialização.

À guisa de conclusão, na análise de *A Nova Política do Brasil* um movimento ficounos a impressão de que ainda que não houvesse uma linearidade na concepção do Governo, ele problematizou constantemente os desafios nacionais e, conseqüentemente suas resoluções. Parece-nos ocorrer nesse percurso um tipo de movimento espiral que sugere o seguinte movimento: leitura e concepção do problema, elaboração de medidas, percepção da não resolução, releitura e redefinição das concepções, novas diretrizes e nova tentativa de implementação.

Isso pode ser evidenciado, por exemplo, pelo tratamento dado ao problema econômico: a partir das preocupações com a balança comercial, marca do governo Vargas desde início (pelas consequências da crise mundial), os discursos de *A Nova Política* trazem uma dinâmica interna ao governo:

- 1) apontamento dos limites da monocultura e da dependência da exportação do café, propondo a policultura, o fortalecimento do mercado interno e a substituição por produtos nacionais (para reduzir a dependência de produtos importados e reestruturar a economia brasileira);
- 2) proposta do fortalecimento do mercado interno e a exploração de riquezas naturais disponíveis;
- 3) radicalização do incentivo à policultura, do direcionamento para o mercado interno e da diversificação das exportações;
- 4) direcionamento das importações para setores primordiais ao crescimento econômico, mas sem apontar o agrarismo como problema;
- 5) percepção de que tais medidas não resolvem a saída de capitais pela balança comercial;
- 6) suscitação a percepção acerca das desvantagens nas trocas internacionais entre países fornecedores de matérias primas e países com produtos manufaturados, ou seja, delinea os contornos da visão sobre a “deterioração dos termos de troca”;⁶⁶
- 7) radicalização dessa concepção que remete à uma visão sobre o posicionamento brasileiro na “divisão internacional do trabalho”, que aponta a limitação do exclusivismo agrário e a necessidade de equipar o parque industrial brasileiro;
- 8) associação entre: agrarismo e atraso e industrialização e riqueza;
- 9) inclinação à industrialização e defesa as indústrias de base. A partir desse movimento, a questão central até o final do Estado Novo é a condições/financiamento para emplacar o desenvolvimento industrial brasileiro.

⁶⁶ Lembrando que Vargas não utiliza em momento algum esse termo, assim como não faz uso de divisão internacional do trabalho. Utilizamos para remeter à ideia do que seria a teorizado acerca das assimetrias do comércio internacional.

Não queremos dizer com isso que Getúlio Vargas e seu governo foram os principais formuladores dessas concepções. Ao contrário, além de demonstrar a movimentação espiral de sua obra discursiva, busca-se também atentar que, pela complexidade acerca da leitura do Brasil – presente em *A Nova Política* –, esse governo foi o canal pelo qual fluíam as concepções dos vários atores coetâneos e, conseqüentemente, suas demandas por resoluções. Por fim, ao ler os discursos de Vargas, percebemos que há muitos ecos da visão do primeiro governo Vargas nas leituras históricas realizadas do período. Isso evidencia que o poder na construção do imaginário social transcendeu os atores coetâneos.

Nesta tese, apresentou-se apenas uma primeira aproximação de um objeto tão diverso e amplamente complexo de uma da nossa história política, o que, em parte, já evidencia sua limitação.

REFERÊNCIAS

VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2 v.

_____. **A nova política do Brasil**: Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931). Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 1.

_____. **A nova política do Brasil**: O ano de 1932: A Revolução e o Norte: 1933. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 2.

_____. **A nova política do Brasil**: A realidade Nacional de 1933: Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 3.

_____. **A nova política do Brasil**: Retorno à terra natal: Confraternização sul-americana: A Revolução Comunista: Novembro de 1934 a Julho de 1937. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 4.

_____. **A nova política do Brasil**: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 5.

_____. **A nova política do Brasil**: Realizações do Estado Novo [de] 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. v. 6.

_____. **A nova política do Brasil**: No limiar de uma nova era [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. v. 7.

_____. **A nova política do Brasil**: Ferro, Carvão, Petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. v. 8.

_____. **A nova política do Brasil**: O Brasil na guerra: 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. v. 9.

_____. **A nova política do Brasil**. O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. v. 10.

_____. **A nova política do Brasil**. O Brasil na Guerra: 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. v. 11.

Livros, teses, dissertações e artigos

BASTOS, Elide Rugai; IANNI, Octavio. **A questão nacional**. São Paulo: PUC-SP, 1985.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Paulo Dutra (Org.) **A Era Vargas**: desenvolvimento, econômica e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____. A construção do Nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Paulo Dutra (Org.) **A Era Vargas: desenvolvimento, econômica e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 253-294.

_____. Qual era o projeto econômico varguista? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 41, n. 2. 2011, p. 345-382

_____. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e Mercado nos setores de base. **Revista Economia**. Brasília, v.7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006.

_____. Raízes do Desenvolvimento: sonhos prussianos e cooperação pan-americana no Estado Novo. **Novos Estudos**. [S.l.], n. 71, p. 127-143, mar. 2005.

_____. **A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930/1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. Texto para Discussão **EESP/FGV**, 191, jun. 2009.

_____. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. v. 5, 1982. p.269-306.

BRASIL JUNIOR, Antônio da Silveira. Intelectuais e statemakers: Oliveira Vianna, Evaristo de Moraes Filho e a ação coletiva no Brasil. **Estudos históricos**. [S.l.] v. 23, n. 46, p. 301-320, 2010.

CABRAL, Rafael Lamera. **Constituição e sociedade: uma análise sobre a (re)formulação da arquitetura do Estado-Nação na Assembleia Nacional Constituinte de 1933**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2010.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ; Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de3 comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

CARDOSO, Fernando. Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na America Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difusão do Livro, 1982.

_____. **O centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional** (1827-1977). Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

_____. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1978.

_____. **O Estado Novo** (1937-1945). São Paulo: [s.n.], 1977.

_____. **A primeira República** (1889-1930). Texto e contexto. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **A Segunda República**. (1930-1937). São Paulo: Difusão do Livro, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1985.

CEPÊDA, Vera. Alves. O sentido da industrialização: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador**. Ideias e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010. p. 206-232.

_____. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta da representação classista na Constituinte de 1934. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais** (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 34, p. 67-81, 2009.

_____. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. 2004. (Doutorado em Ciência Política) FFLCH/ USP. Universidade de São Paulo, 2004.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Paulo Dutra (Org.) **A Era Vargas: desenvolvimento, econômica e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 219-252

_____. A criação das bases da industrialização (1930-1945). In: PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia Brasileira: da Colônia ao Governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 63-93.

_____. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 12, p. 67-93, abr. 2008.

_____. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Edições Câmara, 2011. 793 p. (Perfis Parlamentares, n. 62). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 jul. 2012.

_____. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ; Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEL ROIO, Marcos. Breve nota sobre a teoria do imperialismo. **Revista Novos Rumos**, v. 47, p. 33-39, 2006.

_____. **A classe operária na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB [de] 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEAN, Warren. **A industrialização em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1976.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 21-38

_____. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **A revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIORI, José. Luis. Sonhos prussianos, crises brasileiras. Leitura política de uma industrialização tardia. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, v. 1, p. 57-84, 1995.

_____. O Nó Cego do Desenvolvimento Brasileiro. In: REVISTA NOVOS ESTUDOS. São Paulo, CEBRAP, v. 40, 1994.

_____. Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras: Leitura Política de uma Industrialização Tardia. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, 1990.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FONSECA, Pedro C. Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Paulo Dutra (Org.) **A Era Vargas: desenvolvimento, econômica e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 159-178.

_____. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 76-75. 2011.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, v. 15, n. 2, 2004.

_____. Sobre a intencionalidade da política industrializante na década de 1930. In: **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1 (89), jan./mar. 2003.

_____. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, Maria Thereza. **Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

_____. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. In: **Ensaio FEE**. [S.l.], v. 144. p. 410-42, 1993.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GENTIL, Alcides. **As ideias do presidente Vargas: síntese do pensamento de "A Nova Política do Brasil"**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964)**. v. 10. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 7-76.

_____. **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1980.

_____. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil [de] 1917/1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IANNI, Octavio; BASTOS, Elide Rugai. **A questão nacional**. São Paulo: PUC-SP, 1985.

LEFORT, C. **A invenção democrática** – Os limites da dominação totalitária. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LEMOS, Renato. A deposição de Vargas em 1945. In: SILVA, Raul Mendes. **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LESSA, Sérgio. A invenção da República do Brasil: da aventura à rotina. In CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p.11-58.

LINS, Ivan. **História do positivismo do Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tânia Regina. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 31, n. 61 p.296, 2011.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Alma-Omega, 1960.

MARTNS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política (1945-1964): a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 97-126.

MELLO João. M. Cabral. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: As incertezas do Regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do**

nacional – estadismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p.13-37.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005.

PELÁEZ, Carlos. Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Getúlio Vargas (1883-1954): Reexame de alguns mitos. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 10, p131-140, 1974.

PINTO, Gustavo. Louis. Henrique; LAPORTA, Daniel. Osterreicher. O rural em Celso Furtado: repensando a crítica de Francisco de Oliveira ao subdesenvolvimento. **Cadernos de Campo** (UNESP), v. 12, p. 107-126, 2009.

POCOCK. Jonh. **Linhagens do pensamento do ideário político**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SALLUM, JR. Basílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 52, jun. 2003. p. 35-54.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Hélio. **1926: A grande marcha**. Rio de Janeiro, [s.n.], [198-?]. (O ciclo de Vargas, v. 2)

SILVA, Sérgio. **A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Berstrand, 1988.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de capitais ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TILLY, Charle. **Coerção, capital e Estados europeus** (990-1992). São Paulo: EDUSP, 1996.

TORRES, Alberto. **A organização nacional: a constituição**. São Paulo: Nacional, 1982.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 v.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo**. Do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1972.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WIRTH, D. Wirth. **A política do desenvolvimento na Era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

APÊNDICE A

RESUMO DETALHADO DE CADA UM DOS VOLUMES DE *A NOVA POLÍTICA DO BRASIL*

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
I	<i>Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931)</i>	254	Setembro 1938	2 de janeiro de 1930 a 3 de outubro de 1931	9	a) Programa síntese da Aliança Liberal; b) Pressupostos, continuidade e realizações da Revolução de 1930; c) Reestruturação administrativa, dos Ministérios e de órgãos estatais; d) Questão Financeira: equilíbrio da balança de pagamentos e alteração da política de importações; e) Utilização de matérias primas nacionais na produção nacional; f) Barateamento da produção e desenvolvimento dos transportes; g) Destaque das Forças Armadas para garantir o processo de transformação; h) Siderurgia e o problema da exploração dos recursos naturais; i) Nacionalização das explorações dos recursos naturais; j) Legislação eleitoral e justiça federal. k) Proteção e organização do trabalhador.

TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS

PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL⁶⁷

O programa da Aliança Liberal: crítica à estrutura administrativa e política, valorização dos pressupostos democráticos da Constituição de 1891;

- a) Defesa da anistia aos militares revoltosos;
- b) As leis compressoras da liberdade de pensamento; princípios de liberalismo e justiça e fortalecimento das garantias individuais e da autonomia dos Estados;
- c) Legislação eleitoral: a “farsa” da representação política vigente (Primeira República); defesa do voto secreto como saneamento das práticas políticas; Reorganização da Justiça federal, em especial da lei eleitoral; Educação Pública e ensino profissionalizante;

⁶⁷ A Plataforma da Aliança Liberal é sintetizada separadamente porque consistiu num programa político de uma coligação para a campanha eleitoral de 1930, precedendo, portanto, a Revolução e a instalação do Governo Vargas.

- d) Defesa da autonomia do Distrito Federal como reconhecimento de sua capacidade administrativa;
- e) Questão Social: reconhecimento da questão social e da necessidade de apurar o proletário; Legislação social, Tratado de Versalhes e Código do Trabalho; tutela do proletário urbano e rural; criação de escolas agrárias e técnico-industriais; brasileiros do sertão, higiene e investimentos em propriedade da terra;
- f) Imigração: prioridade do proletariado nacional e necessidade de estabelecer “critérios étnicos” de imigração;
- g) Exército e Armada: desenvolvimento econômico; harmonia na instituição militar; serviço militar, recrutamento e civismo; indústria militar para o aparelhamento e para manter as divisas no país;
- h) Funcionalismo público: redução do quadro e maior eficiência;
- i) A carestia da vida e o regime fiscal: carestia resultante da desorganização governamental e produtiva e dos serviços de transportes; crítica à política alfandegária e taxaço dos produtos de acordo com suas potencialidades e suas necessidades de consumo;
- j) O plano financeiro: necessidade de estabilização da moeda e desenvolvimento econômico pautado no aumento da capacidade produtora;
- k) Desenvolvimento econômico: unidade entre política financeira e política de desenvolvimento; o desafio econômico é “produzir, produzir e produzir barato”, para abastecer o mercado interno e exportar o excedente; rompimento com a monocultura; organização da agricultura; o surto industrial só faria sentido após a resolução do problema siderúrgico e produção das máquinas necessárias; crítica às indústrias artificiais;
- l) Convênios e tratados de comércio para expansão do comércio exportador;
- m) As obras contra as secas: intervenção pela exigência humanitária e pela valorização econômica dessas regiões;
- n) Colonização da Amazônia: aspecto extrativista das riquezas naturais (borracha, ferro, carvão e petróleo); extrativismo e ocupação dos territórios;
- o) Vias de comunicação: desenvolvimento das redes de comunicação, sobretudo, das linhas férreas e fretes marítimos para a ampliação do comércio;
- p) Pecuária: controle sanitário e febre aftosa; importante setor de riqueza nacional para equilibrar a balança comercial;
- q) Reforma do Banco do Brasil com a função de fomentar o desenvolvimento geral da agricultura e do comércio;
- r) Defesa da produção: barateamento dos custos de produção por incentivo de crédito e melhora de processos técnicos; destaque ao café e ao açúcar, mas estende os mesmos princípios para algodão, cereais, erva-mate, cacau;
- s) O café: crítica à política de valorização do café centrada no preço de venda; defesa de intervenção no âmbito da produção.

DISCURSOS APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930

- a) A “farsa eleitoral” de 1º de maio desencadeou o confronto armado;

- b) Revolução como “vontade nacional”;
- c) Criação do Conselho Consultivo cuja função é apresentar novas ideias;
- d) Remodelação das Forças Armadas;
- e) Estrutura, funções e desempenho ministerial: Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Guerra; Ministério da Aviação; Ministério da Marinha; Ministério da Agricultura; Ministério da Educação e Saúde Pública;
- f) Reorganização das finanças, corte das despesas, estabilização monetária e equilíbrio orçamentário;
- g) Reorganização do Ministério da Agricultura para que seja capaz de solucionar o problema agrícola;
- h) Revisão do sistema tributário;
- i) Intensificação da policultura;
- j) Ministério do Trabalho e questão social: sindicalização e organicismo; legislação social e industrial; substituição do conflito de classes pelo conceito orgânico de organização;
- k) Defesa das indústrias naturais e críticas às indústrias artificiais e necessidade de reforma tributária: aproveitamento industrial das matérias primas;
- l) Necessidade de garantir a continuidade da revolução: reorganização política antes do retorno à constitucionalidade;
- m) O caráter plural da Aliança Liberal;
- n) Reestruturação financeira e desenvolvimento econômico: principais problemas da administração estatal;
- o) Incentivo a produção, redução das importações aumento das exportações;
- p) Produção e mercado para produtos nacionais: desenvolvimento do mercado interno;
- q) Progresso econômico nacional condicionado ao ferro;
- r) Nacionalização da indústria siderúrgica e do desenvolvimento da agricultura;
- s) Organização do capital e do trabalho: questão fundamental aos modernos sistemas econômicos;
- t) Organização das classes: conselhos técnicos e organização corporativa;
- u) Nacionalização das riquezas naturais;
- v) Acordos internacionais;
- w) Reformas educacionais e sanitárias: instrução primária, secundária, ensino superior e técnico-profissional; saúde pública e profilaxia;
- x) Equilíbrio econômico-social pelo princípio orgânico e da cooperação: reestruturação a partir do movimento orgânico;
- y) Economia nacional: café, açúcar, pecuária, borracha; cacau; algodão; processo industrial, açúcar e pecuária;

z) Os Estados e a Federação: reorganização administrativa, Código de Interventores e situação orçamentária.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME⁶⁸

1. **A Plataforma da Aliança Liberal.** (Pronunciada na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930).
2. **Rio Grande, de pé, pelo Brasil!** (Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 4 de outubro de 1930).
3. **Nova organização administrativa do país.** (Discurso de posse na Chefia do Governo Provisório, perante a Junta Governativa, em 3 de novembro de 1930).
4. **A Revolução, as suas origens e o seu programa.** (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes Armadas, em 2 de janeiro de 1931).
5. **Os saldos ouro e o problema siderúrgico.** (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, em 23 de fevereiro de 1931).
6. **A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos.** (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, em 4 de maio de 1931).
7. **O reconhecimento do Governo da Revolução pelos governos estrangeiros e a política estrangeiros e a política externa do Brasil.** (Discurso pronunciado no banquete oferecido ao corpo diplomático, em 5 de julho de 1931).
8. **A Imprensa e a convocação da Constituinte.** (Discurso pronunciado no almoço da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de setembro de 1931).
9. **O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes.** (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 3 de outubro de 1931).

⁶⁸

As informações contidas nessa sessão constam nos respectivos volumes.

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
II	<i>O ano de 1932 - A Revolução e o Norte - 1933</i>	200	Setembro 1938	4 de março de 1932 a 13 de outubro de 1933	14	<ul style="list-style-type: none"> a) Leitura crítica do regime anterior a Revolução de 1930; b) Significados da Revolução, limitações da Aliança Liberal e ações do Governo Provisório; c) Crítica ao regime liberal e defesa do organicismo; d) As questões em torno da retomada da ordem constitucional; e) Reestruturação política para o pleito eleitoral; f) Revolta Paulista. g) Norte e Nordeste: a seca e o extrativismo.

TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS

- a)** Crítica ao regime político anterior a 1930; aos seus políticos profissionais; a democracia exercida pelos partidos políticos; e a política realizada pelos governadores;
- b)** “Falseamento” do regime republicano, a perda do significado ideológico e a prática política que o distancia do espírito público e da nacionalidade; a dissociação entre a obra realizada e a realidade (“divórcio entre Governo e Nação”);
- c)** Reconhecimento da necessidade do retorno à ordem constitucional, mas somente após o saneamento da nação de políticos profissionais, caso contrário, seria restauração do passado;
- d)** Reconstrução moral e material da Pátria: saneamento de costumes políticos, reforma administrativa e reestrutura financeira e econômica do país;
- e)** “Mocidade civil e militar”: o programa político revolucionário do Clube 3 de Outubro;
- f)** Primórdios da Revolução: as revoltas de 1922, 1924, 1926 e 1927;
- g)** Gênese da revolução: crise política e crise econômica;
- h)** Limitações da Aliança Liberal: programa insuficiente para contemplar as necessidades da revolução, porque não perceber que o cerne do problema era o regime e não apenas os políticos profissionais e seus partidos;
- i)** Herança recebida: derrocada financeira e econômica, marcada pela desordem administrativa, cabendo ao novo governo reorganizar a vida administrativa e financeira e realizar o saneamento

moral e material do país;

j) Controle das despesas públicas; equilíbrio orçamentário; estabilização econômica e da produção cafeeira sem empréstimos externos;

k) Nacionalização da exploração de minérios; atenção especial à siderurgia;

l) Protecionismo às indústrias que utilizam matéria prima nacional;

m) Expansão do crédito e desenvolvimento da produção nacional: café, açúcar (indústria açucareira e álcool-motor), carvão nacional, cacau, pecuária e seus derivados;

n) Forças Armadas: o aparelhamento da “guardiã” da Nação;

o) A revolução como obra nacional;

p) Defesa do caráter provisório do regime ditatorial: elemento transitório para atingir os pressupostos nacionalistas da revolução;

q) Organização do trabalho;

r) Resumo das ações governamentais;

s) Reforma eleitoral e Código eleitoral;

t) Inovações no processo eleitoral: voto secreto, foto feminino e representação proporcional;

u) Eleições: reorganização partidária e organização das classes representativas de interesses sociais e econômicos (representação classista);

v) O caráter reacionário da Revolta Paulista;

w) A falácia ideológica da Revolta Paulista: não há motivos que sustentavam o conflito;

x) Classes trabalhadoras: organicismo, harmonia e cooperação;

y) Partidos políticos e anseios nacionais;

z) A Bahia e o homem;

aa) Trabalho escravo, trabalho assalariado, urbanização, desorganização do trabalho e pauperismo;

bb) Saneamento rural e urbano;

cc) Pequena propriedade e crítica aos latifúndios improdutivos;

dd) Educação pública como política de Estado: necessidade de formar as classes populares para o trabalho. Nos centros urbanos, educação técnico-profissionalizante; no interior, educação rural e agrícola;

ee) Modernização da produção agrícola e exploração das indústrias naturais;

ff) Os problemas da produção açucareira e a alternativa da produção do álcool;

- gg)** Industrialização do álcool-motor em substituição da gasolina: uma forma de contornar a depressão cambial;
- hh)** Federalismo: os excessos da Primeira República;
- ii)** Centralização, fortalecimento da União e intervenção estatal;
- jj)** O progresso nacional deve estar fundamentado no deslocamento do indivíduo para a coletividade;
- kk)** A visita ao Nordeste e ações contra a seca;
- ll)** As riquezas naturais da Amazônia, a indústria extrativa e exploração da borracha;
- mm)** As empresas internacionais na exploração da Amazônia e a possibilidade de transformar indústria extrativa em indústria agrícola;
- nn)** A aliança e o cooperativismo entre Brasil e Argentina.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. **A volta do país ao regime constitucional.** (Discurso aos representantes do Clube 3 de Outubro, em Petrópolis, no dia 4 de março de 1932).
2. **A Revolução e o regime legal.** (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932).
3. **A renovação da esquadra brasileira.** (Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado *São Paulo*, em 11 de junho de 1932).
4. **A Revolução Paulista.** (Manifesto à Nação, em 12 de julho de 1932).
5. **Manifesto ao povo de São Paulo.** (20 de setembro de 1932).
6. **As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução.** (Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932).
7. **A Marinha Nacional.** (Discurso pronunciado na Escola Naval, em 11 de junho de 1933).
8. **A instrução profissional e a educação, cívica e agrícola.** (Discurso pronunciado na Bahia, em 18 de agosto de 1933).
9. **O açúcar e a industrialização do álcool.** (Discurso pronunciado em Recife, em 5 de setembro de 1933).
10. **A Paraíba na Revolução e as obras contra as seca.** (Discurso pronunciado em João Pessoa, em 8 de setembro de 1933).
11. **Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório.** (Discurso pronunciado em Fortaleza, em 18 de setembro de 1933).
12. **A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia.** (Discurso pronunciado em Belém, em 27 de setembro de 1933).
13. **A amizade argentino-brasileira (I).** (Saudação ao General Augustin Justo, no banquete realizado no Itamarati, em 7 de outubro de 1933).
14. **A amizade argentino-brasileira (II).** (Saudação ao General Augustin Justo, a bordo do Couraçado *Moreno*, na noite de 13 de outubro de 1933).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
III	<i>A realidade Nacional de 1933 - Retrospecto das realizações do Governo, em 1934</i>	306	Setembro 1938	15 de novembro de 1933 a 20 de outubro de 1934	14	<p>g) Prestação de contas e relato das ações do Governo Provisório na Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934);</p> <p>h) Concepção sobre o processo de formação político-social do Brasil (Império e República);</p> <p>i) A Aliança Liberal e a Revolução de 1930;</p> <p>j) Síntese das realizações do Governo Provisório;</p> <p>k) Política econômica e financeira para recuperação da economia nacional;</p> <p>l) Eleição de Getúlio Vargas pela Assembleia Nacional Constituinte.</p>

TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS

- a) A terceira Constituinte Brasileira;
- b) Abordagem da formação histórica e política brasileira: a herança do período Colonial, o Império e a República;
- c) Estrutura do Império: características e contradições;
- d) O advento da República e os principais problemas brasileiros: organização do trabalho e educação;
- e) Primeira República não resolveu a dissociação entre inspirações nacionais e organização do Estado (decorrente da Independência política);
- f) Características da Primeira República geraram a revolução que transcendeu o confronto partidário e atingiu caráter de revolução social;
- g) Revolução de 1930 como ação de um “movimento geral de opinião”;
- h) Ações e realizações do Governo Provisório entre 1931 e 1933;
- i) Governo Provisório: acima dos interesses individuais e partidários e agente coordenador das aspirações gerais;
- j) Síntese da legislação orgânica entre 1930 e 1934: os ministérios e suas atribuições;

- k) Reorganização política e reforma eleitoral: inovação do voto secreto e a representação proporcional;
- l) Justiça eleitoral e eleições para a Assembleia Nacional Constituinte;
- m) Estado Moderno: independente de sua teoria inspiradora, sua função é coordenar e disciplinar os interesses coletivos, intervir no campo social e econômico e regulamentar as relações entre capital e trabalho;
- n) Ações do Governo Provisório acerca da Justiça e da Legislação;
- o) Representação de classes: contribuição política dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte;
- p) Ordem política e estrutura policial;
- q) Economia e Finanças: herança econômica da Primeira República e balanço da economia brasileira entre 1931 e 1933:
 - *1931: reajuste com o passado; reforma orçamentária; crédito; economia cafeeira;
 - *1932: recuperação econômica a partir das medidas econômicas; política de compra do *stock* de café;
 - *1933: prestação de contas; orçamentos; orçamento e gastos; custo de vida;
- r) As ações do Governo Provisório acerca da política econômica e financeira;
- s) Ministério da Fazenda: reestruturação econômica, orçamentária, financeira e tributária;
- t) Conselho Nacional do Café e as medidas para a economia cafeeira;
- u) Progresso econômico, protecionismo e matérias primas nacionais;
- v) Atrasos comerciais e novos acordos da dívida externa;
- w) Banco do Brasil e Crédito Agrícola;
- x) Código dos Interventores e regulação política e financeira dos Estados;
- y) Ministério das Relações exteriores: reforma administrativa; intercâmbio, convênios e política comercial; contexto americano e política continental;
- z) Forças Armadas: o Exército na vida política brasileira, reorganização hierárquica, profissionalização e aparelhamento bélico do Exército e da Marinha;
- aa) Ações dos Ministérios da Guerra e Ministério da Marinha;
- bb) Ministério da Viação e obras públicas: corte de gastos, reestruturação orçamentária, investimentos e infraestrutura;
- cc) Estrutura da produção econômica nacional assentada na produção agrícola;
- dd) Características da exportação brasileira: produtos agrícolas e matéria prima;
- ee) Ministério da Agricultura como “órgão organizador” do desenvolvimento da produção nacional;

- ff) Reforma do Ministério da Agricultura para atender sua nova finalidade;
- gg) Ministério da Educação e Saúde Pública: organização educacional e profilaxia;
- hh) Educação e trabalho: educação profissional e técnica, ensino primário; ensino secundário e superior;
- ii) Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: órgão responsável pela organização do trabalho; medidas realizadas e legislação social;
- jj) Questão social, organização e regulamentação do trabalho; legislação trabalhista; Tratado de Versalhes;
- kk) Nacionalização do trabalho; imigração e sindicalização; relações entre empregadores e empregados;
- ll) Situação comercial mundial; balança de pagamentos e deslocamento para o produto nacional;
- mm) As relações entre Brasil e Portugal e o progresso como elemento integrador;
- nn) O papel civilizador cinema na construção da nacionalidade e da consciência moralizante;
- oo) Aliança Liberal e o diagnóstico dos males brasileiros;
- pp) Eleição de Getúlio Vargas pela Assembleia Nacional Constituinte e a continuidade da revolução;
- qq) Três problemas brasileiros fundamentais: sanear, educar e povoar;
- rr) A Revolução, a ditadura e as concepções do Estado moderno;
- ss) Povo argentino e o patrimônio político da América;
- tt) Imprensa e cultura popular;
- uu) Comissão de Estudos financeiros e econômicos dos Estados e Municípios: reorganização das dívidas externas;
- vv) A amizade secular entre Brasil e Uruguai;
- ww) Nação e unidade nacional;
- xx) Rotary Clube no Brasil e as garantias do governo ao capital externo;
- yy) Associação Comercial do Rio de Janeiro;
- zz) Relações amigáveis entre Brasil e Igreja Católica.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. **Mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933.**
2. **A ação do Governo Provisório em prol do Exército.** (Discurso pronunciado em almoço, na Vila Militar –Grupo Escola – onde foi assinado o decreto de reajustamento do Exército, em 24

de maio de 1934).

3. **A ação do Governo Provisório em prol da Marinha.** (Discurso pronunciado em almoço oferecido pela Armada, no novo Edifício do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1934).
4. **A língua vínculo das relações luso-brasileiras.** (Discurso pronunciado no Gabinete Português de Leitura, em sessão solene, em 16 de junho de 1934).
5. **O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país.** (Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de junho de 1934).
6. **O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório.** (Manifesto à Nação em junho de 1934).
7. **Oração ao povo argentino.** (Irradiada em 9 de julho de 1934).
8. **A Imprensa e a Revolução de 1930.** (Discurso pronunciado na Instituição da Casa do Jornalista, em 12 de julho de 1934).
9. **A reorganização financeira dos Estados e Municípios e o esquema das dívidas externas.** (Discurso pronunciado no Ministério da Fazenda, perante a Comissão de Estudos Financeiros, a 15 de agosto de 1934).
10. **A secular amizade uruguaio-brasileira.** (Saudação ao presidente Gabriel Terra, em banquete a sua excelência oferecido no Itamarati, em 18 de agosto de 1934).
11. **A união sagrada dos brasileiros.** (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião da cerimônia do juramento à bandeira, em 7 de setembro de 1934).
12. **O Rotary Club do Brasil e a comunhão internacional.** (Discurso pronunciado no Rotary Club, em 7 de setembro de 1934).
13. **A cooperação da Associação Comercial do Rio de Janeiro com os poderes públicos.** (Discurso pronunciado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1934).
14. **A Igreja e a tradição cristã do povo brasileiro.** (Saudação ao Cardeal Pacelli, em 20 de outubro de 1934).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
IV	<i>Retorno à terra natal - Confraternização sul-americana- A Revolução Comunista- Novembro de 1934 a Julho de 1937</i>	232	Novembro 1938	23 de novembro de 1934 a 5 de julho de 1937	24	<p>a) Síntese das ações do Governo: obra política, obra administrativa, obra econômica e obra financeira;</p> <p>b) A Revolta de 1935 e o combate ao comunismo;</p> <p>c) A flexibilização dos princípios democráticos para defesa da nacionalidade;</p> <p>d) Policultura e produção nacional;</p> <p>e) Limitações do exclusivismo agrário.</p>
TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS						
<p>a) O retorno ao Rio Grande do Sul; o papel do Rio Grande do Sul na Revolução de 1930; o caráter patriótico rio-grandense;</p> <p>b) Obra política Revolução e a instauração da “verdadeira democracia”: a estrutura política da Primeira República, as necessidades da Revolução; a importância do período ditatorial; as inovações do Código Eleitoral; a Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição de 1934;</p> <p>c) Obra administrativa da Revolução e remodelagem do Estado no pós-30; os Ministérios e suas atribuições:</p> <p>*Ministério da Educação e Saúde Pública: formação da cultura nacional, organização do ensino saúde do trabalhador;</p> <p>*Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: legislação trabalhista, sindicalização e regulamentação profissional;</p> <p>*Ministério da Justiça: Código Eleitoral, Lei Orgânica do Governo Provisório e Código dos Interventores;</p> <p>*Ministério da Fazenda: Comissões; reforma aduaneira, fiscal, orçamentária e creditícia; reorganização do Tesouro Nacional; Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos e a dívida externa;</p> <p>*Ministério da Viação e Obras Públicas: expansão e reestruturação das ferrovias, das estradas, dos portos, dos telégrafos, da navegação aérea e ações contra a seca;</p> <p>*Ministério das Relações Exteriores: orientação da política externa para as atividades econômicas;</p> <p>*Ministério da Guerra e da Marinha: reestruturação hierárquica e renovação do material bélico;</p> <p>*Ministério da Agricultura como órgão técnico de “propulsão, fiscalização e controle da produção nacional”: criação de vários órgãos para fomentar a produção agrícola; política do café;</p>						

reorganização das diretorias técnicas; estudos sobre o petróleo; criação do Instituto do Açúcar e do Alcool; extração mineral; Instituto de Tecnologia e estudo de melhores formas de aproveitamento de matérias primas nacionais; crédito rural; Código Florestal, de Caça e Pesca, de Minas e de Águas; regulamentação do cooperativismo;

d) A obra econômica da Revolução: a partir da remodelagem do setor administrativo poder-se-ia corresponder à crise econômica e financeira:

*Conselho Federal de Comércio Exterior: organismo centralizador para coordenar os serviços econômicos; o desafio do escoamento da produção seja no território nacional, seja no estrangeiro;

*Reorganização aduaneira e tratados comerciais;

*A ação do Departamento Nacional do Café na recuperação do produto e na estabilização do desarranjo entre superprodução, subconsumo e baixos preços;

*O incentivo da policultura desde Revolução: algodão, cacau, carnes e derivados, lãs, couros, mate, açúcar e álcool, carvão nacional, assim como artefatos industriais;

e) Obra financeira da Revolução: criação do Conselho Federal de Comércio Exterior para estudar e equilibrar as contas e dívidas públicas, aumentar as receitas e fiscalização da arrecadação;

*Dívida externa e amortizações;

*Crédito nacional e balança de pagamentos;

f) A revolução como “força invencível que impele o Brasil para o futuro”;

g) O processo de independência do Continente, as colaborações e trocas comerciais entre Brasil e Argentina; política internacional brasileira historicamente direcionada aos direitos dos povos americanos;

h) As relações entre Brasil e Uruguai; a rivalidade do passado e a situação atual de cordialidade e harmonia; a democracia como “religião do direito”; produção e distribuição de riquezas; a neutralização das lutas de classes e das “mesquinhas competições partidárias”;

i) Tratados entre Brasil e Uruguai para propiciar o desenvolvimento de correntes mercantis e estimular a riqueza de ambos os países;

j) Ciclo do crescimento brasileiro e o ritmo de nosso progresso;

k) Centenário Farroupilha e a união dos países americanos em defesa de seus interesses; nacionalismo e bloco econômico;

l) Abordagem da revolta comunista de 1935 cujos principais argumentos são: “falazes” promessas comunistas; o comunismo e as forças do “mal e do ódio” contra a nacionalidade e a civilização cristã; os perturbadores da ordem social, do patriotismo e da moral da nação; a Internacional Comunista e a rebelião de 27 de novembro de 1935; necessidade e dever da repressão; as aspirações do trabalhador e as conquistas da legislação social;

m) A expansão agrícola de Campos (RJ), a lavoura do açúcar e agroindústria; a industrialização do álcool como alternativa para a lavoura cafeeira e para reduzir a importação de gasolina, diminuindo assim a saída de ouro;

n) A imprensa nacional e a luta contra o comunismo;

o) Valorização da economia interna; as limitações do exclusivismo agrário brasileiro, submetido à disputa dos mercados de matérias primas e “esmagado” pelas aquisições industriais;

- p) Flexibilidade da estrutura democrática e adaptação ao progresso social: “Ordem e democracia”; “disciplina e liberdade”; “obediência consciente e acatamento ao direito”;
- q) Lavoura e comércio do cacau; a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil como órgão “propulsor” da economia agrária;
- r) Recepção ao presidente Roosevelt e a Conferência da Paz;
- s) Transportes e comunicação para a produção nacional: os resultados da agricultura e da pecuária;
- t) Ação do Estado em amparar e desenvolver novas culturas e indústrias, sem restringir a iniciativa privada;
- u) A crescente exportação e o equilíbrio da balança de pagamentos;
- v) Integração das diferentes regiões e de seus mercados;
- w) “Prevenir a desordem” para garantir a ordem;
- x) Universidade do Brasil e o desenvolvimento científico.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. **Voltando ao Rio Grande depois de quatro anos** (Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934).
VISITA À REPÚBLICA ARGENTINA
2. **Na Casa Rosada.** (Discurso pronunciado na Casa Rosada, no banquete oferecido pelo presidente Augustin Justo, em 22 de maio de 1935).
3. **Saudação irradiada no Palácio dos Correios e Telégrafos.** (Argentina, 23 de maio de 1935).
4. **Na aula magna do Colégio Nacional de Buenos Aires.** (Argentina, 23 de maio de 1935).
5. **A sessão solene do Congresso Nacional.** (Argentina, 24 de maio de 1935).
6. **A recepção na Bolsa de Comércio.** (Argentina, 24 de maio de 1935).
7. **O banquete em honra do Presidente Augustin Justo, a bordo do couraçado “São Paulo”.** (Argentina, 26 de maio de 1935).
VISITA À REPÚBLICA DO URUGUAI
8. **O banquete no Palácio do Congresso, em Montevidéu.** (Uruguai, 30 de maio de 1935).
9. **A sessão solene no Palácio do Congresso.** (Uruguai, 1 de junho de 1935).
10. **Na suprema corte da Justiça.** (Uruguai, 1 de junho de 1935).
11. **A recepção dos representantes do comércio, indústria e finanças.** (Uruguai, 2 de junho de 1935).

12. **O banquete ao Presidente Gabriel Terra, a bordo do couraçado “São Paulo”.** (Uruguai, 4 de junho de 1935).
13. **Pela propriedade e grandeza do Brasil.** (Discurso pronunciado por ocasião de comemorar-se o “Dia do Brasil”, na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1935).
14. **O Centenário da Revolução Farroupilha.** (Discurso pronunciado em Porto Alegre, em 24 de setembro de 1935).
15. **O levante comunista de 27 de novembro de 1935.** (Saudação ao povo brasileiro, nos primeiros minutos de 1936).
16. **Necessidade e dever de repressão ao comunismo.** (Resposta à manifestação popular recebida na Capital federal, por ocasião do retorno de Petrópolis, em 10 de maio de 1936).
17. **Campos, a lavoura do açúcar e a industrialização do álcool.** (Discurso pronunciado em Campos, no Teatro Trianon, por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 23 de junho de 1936).
18. **A missão social do jornalismo brasileiro.** (Discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, em 16 de julho de 1936).
19. **Apelo ao patriotismo dos brasileiros, no “Dia da Pátria”.**(Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de celebrar-se a “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1936).
20. **O Instituto do Cacau e o progresso da Bahia.** (Discurso pronunciado em Salvador, em 21 de novembro de 1936).
21. **Brasil – Estados Unidos da América.** (Saudação ao presidente Roosevelt, no Itamarati, em 26 de novembro de 1936).
22. **A situação do Brasil em 31 de dezembro de 1936.** (Saudação ao país, na primeira hora de 1937).
23. **As corporações militares entidades educadoras do povo.** (Discurso em agradecimento à homenagem do 1º BC em Petrópolis, em 29 de abril de 1937).
24. **A Universidade do Brasil na articulação e hierarquia do ensino.** (Discurso de agradecimento à homenagem da Universidade do Brasil, em 5 de julho de 1937).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
V	<i>O Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938</i>	326	Setembro 1938	10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938	28	<p>l) Crítica ao liberalismo e ao modelo político representativo;</p> <p>m) O caráter “inadequado e dispendioso” da Constituição de 1934 e do Poder Legislativo;</p> <p>n) Constituição de 1937: ajustamento às necessidades presentes;</p> <p>o) Estado Novo como sinônimo de Nação e o fundamento do Estado interventor;</p> <p>p) Política agrária do Governo Federal: política de produção cafeeira ao longo dos anos 30;</p> <p>q) A questão da dívida externa e a suspensão do seu pagamento;</p> <p>r) O problema da siderurgia: principal problema da expansão econômica brasileira;</p> <p>s) Indústrias de base e defesa Nacional;</p> <p>t) Imperialismo no Brasil e os “dois Brasis”: fronteiras políticas e fronteiras econômicas e as dicotomias entre as regiões em plena expansão econômica e outras próximas a fase colonial;</p> <p>u) Imperialismo e os desafios da industrialização;</p> <p>v) Autossuficiência econômica.</p>
TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS						
a) Crítica ao sufrágio universal e ao liberalismo: contexto de 1937 evidenciou as “falhas lamentáveis” do liberalismo e do sistema representativo; perigo à unidade da nação e obstáculo ao						

crescimento e ao progresso;

- b) Crítica aos partidos políticos: expressões de caudilhismo provinciano;
- c) Constituição de 1934 e Poder Legislativo: obsoletos e inoperantes diante do contexto de 1937; o “golpe extremista de 1935”, a emenda constitucional e o Estado de Guerra;
- d) Câmara de Deputados e Senado: obstáculos às realizações nacionais; retardava os movimentos de propulsão da vida econômica e social da nação;
- e) Os principais problemas brasileiros: produção cafeeira (barateamento da produção) e dívida externa (suspensão do pagamento para a renovação do aparelhamento econômico);
- f) Desenvolvimento dos transportes: mercado interno e exportação;
- g) Desenvolvimento da siderurgia, com a colaboração de capitais estrangeiros e instalação definitiva das indústrias de base;
- h) Indústrias de base, defesa nacional e aparelhamento das Forças Armadas;
- i) Constituição de 1937: ajustamento entre o organismo políticos e as necessidades econômicas;
- j) Características do regime implementado em 1937;
- k) Representação profissional como órgão de cooperação com o poder público e como equilíbrio harmônico entre capital e trabalho;
- l) Legislação social: fundamentada na harmonia entre as classes;
- m) As aspirações das massas trabalhadoras são “a ordem e o trabalho”; Estado Novo não reconhece luta de classes, mas harmonia entre elas;
- n) Necessidade da reforma política para ajustar as instituições e às realidades nacionais;
- o) Centenário do Colégio Pedro II: conhecimentos para a atuação na sociedade civil e na vida política da Nação;
- p) Processo educativo: dever de organizar e disciplinar as forças espirituais e materiais da nação, proporcionar a reforma de costumes políticos, impulsionar a econômica e o progresso moral e orientação técnica; deve promover conhecimentos para assimilar os meios modernos de trabalho, ou seja, o trabalho industrial;
- q) Forças Armadas no novo regime: dedicação, colaboração, sustentação e ação patriótica;
- r) Suspensão do pagamento da dívida externa;
- s) Participação do capital estrangeiro no progresso nacional: a participação coordenada;
- t) A extinção dos partidos políticos;
- u) Política do café e regime cambial;
- v) O Estado no novo regime é a Nação: fortalecimento da coesão nacional sem intermediários; corporificação de vontades e ideias nacionais; árbitro dos conflitos sociais e propulsor da harmonia social entre capital trabalho;
- w) Brasilidade e Marcha para o Oeste: a exploração dos instrumentos e energias disponíveis para a defesa e para o progresso industrial;

- x) Expansão econômica e desenvolvimento do mercado interno;
- y) O Estado tem papel central na instalação da grande siderurgia, nas pesquisas sobre o petróleo e o estímulo da utilização do carvão mineral e do álcool combustível;
- z) Necessidade da instalação do Banco Central para o controle financeiro, a organização do crédito e a movimentação de capitais, fundamental para o crédito agrícola e industrial;
- aa) Amparo ao trabalhador, legislação e justiça social;
- bb) Juventude educada sobre os princípios doutrinários do Estado Novo, ou seja, do engrandecimento da pátria;
- cc) As relações entre o poder central e o Rio Grande do Sul;
- dd) A cooperação entre Brasil e Argentina: síntese da política de integração continental;
- ee) Os principais objetivos do Conselho de Comércio Exterior: desenvolvimento do comércio exterior e formulação de um órgão que coordene os diversos departamentos da administração pública;
- ff) Imperialismo no Brasil: fronteiras políticas e fronteiras econômicas;
- gg) O imperialismo e as funções do Estado: industrialização e desenvolvimento igualitário; integração nacional e transportes;
- hh) Os capitais externos e as relações com o progresso brasileiro;
- ii) Diversificação econômica, tanto agrícola quanto industrial, e desenvolvimento do mercado interno;
- jj) Absorção do mercado interno e aumento do poder aquisitivo da população pela concessão de um salário mínimo;
- kk) Exploração das riquezas minerais: as limitações dos países de herança colonial no mercado mundial e os problemas do carvão nacional e da siderurgia;
- ll) O progresso econômico e o aparelhamento da defesa militar dependem da grande indústria siderúrgica; o incremento da indústria bélica;
- mm) Estratégias estatais para instalação da siderurgia;
- nn) Instituto do Mate, o Vale São Francisco;
- oo) Educação técnica, saúde e assistência;
- pp) Política exterior: cooperação econômica e política;
- qq) Os “extremistas da direita” e o movimento de 11 de maio sob a bandeira “Deus, Pátria e Família”;
- rr) Instituto Nacional de Geografia e Estatística e o conhecimento orientador da administração pública;
- ss) Visitas aos Estados de Minas Gerais e São Paulo: a cooperação das classes produtoras com o Governo como uma necessidade da realidade contemporânea;
- tt) Penitenciária de Neves (Belo Horizonte) e o direito penal moderno;
- uu) Política agrária do Governo: base da política econômica nacional;

- vv) Programa do Estado Novo: transportes, desenvolvimento da produção e da exportação, fomento ao crédito agrícola, aparelhamento das Forças Armadas, prontificação para resolver os problemas nacionais e organização da opinião pública em um único pensamento brasileiro;
- ww) A Marcha para o Oeste e os benefícios para a indústria paulista;
- xx) Estado Novo e os trabalhadores: não há direitos individuais, mas direitos coletivos;
- yy) Os bandeirantes e a expansão produtiva do Oeste.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. **Proclamação ao povo brasileiro.** (Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937).
2. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.**
3. **Orientação nacional do ensino.** (Discurso pronunciado por ocasião da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da Fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal, em 2 de dezembro de 1937).
4. **A ação conjunta do poder público e das forças armadas na defesa da ordem.** (Discurso pronunciado na sede do 1º Batalhão de caçadores, em Petrópolis, em 18 de dezembro de 1937).
5. **No limiar do ano de 1938.** (Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937).
6. **A solidariedade dos rio-grandenses e a libertação do Rio Grande.** (Discurso pronunciado no Palácio do governo do Rio Grande, Porto Alegre, respondendo e agradecendo a manifestação popular de 7 de janeiro de 1938).
7. **A autoridade federal e a preservação da ordem.** (Discurso pronunciado em Porto Alegre, no banquete oferecido pelas classes conservadoras do Rio Grande, em 7 de janeiro de 1938).
8. **A política de cooperação argentino-brasileira.** (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelo presidente Agustin Justo, no Clube Comercial, em Uruguaiana, em 9 de janeiro de 1938).
9. **Pelo desenvolvimento do comércio exterior do Brasil.** (Discurso pronunciado por ocasião de instalar-se o Conselho de Comércio Exterior, no dia 12 de fevereiro de 1938).
10. **Problemas e realizações do Estado Novo.** (Entrevistas à imprensa do país, dadas em Petrópolis, em 19 de fevereiro e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).
11. **O reaparelhamento das Forças Armadas é obra da vontade nacional, executada pelo Governo.** (Discurso pronunciado no Arsenal de Marinha, por ocasião de serem batidas as quilhas de três navios mineiros e quando eram incorporados à esquadra três novos submarinos, em 12 de março de 1938).
12. **O Estado Novo e as classes trabalhadoras.** (Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, em 1º de maio de 1938).
13. **A repulsa do país pelo atentado de 11 de maio.** (Discurso pronunciado em agradecimento à grande manifestação popular no Palácio do Catete, em dia 13 de maio de 1938).

14. **A confiança nos seus bons soldados.** (Discurso pronunciado na Vila Militar, em 15 de maio de 1938).
 15. **O Instituto Nacional de Geografia e Estatística.** (Discurso pronunciado em agradecimento à homenagem do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, no Palácio do Catete, em 30 de maio de 1938).
 16. **Compromisso do dever patriótico.** (Discurso pronunciado por ocasião de inaugurar-se a Escola Naval, na Ilha de Villegaignon, em 11 de junho de 1938).
 17. **O Estado Novo e as Forças Armadas.** (Discurso pronunciado de improviso por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da Escola Militar, em Rezende, no dia 29 de junho de 1938).
- VISITA AO ESTADO DE MINAS GERAIS**
18. **Ouro Preto – a Meca da tradição nacional.** (Improviso por ocasião das manifestações populares, em Ouro Preto, em 1 de julho de 1938).
 19. **Perante as cinzas dos inconfidentes.** (No adro da Igreja de Antonio Dias, na presença de grande massa popular, entregando à cidade de Ouro Preto as cinzas dos inconfidentes, em 15 de julho de 1938).
 20. **Minas Gerais – milagre da fé.** (Improviso, em banquete no edifício da feira permanente em amostras, em 17 de julho de 1938).
 21. **A Penitenciária das Neves.** (Improviso na inauguração da Penitenciária das Neves, em Belo Horizonte, em 18 de julho de 1938).
 22. **A colaboração da classe comercial com o Governo.** (Improviso, na Associação Comercial de Minas Gerais, agradecendo o título de sócio honorário e a colocação de uma placa comemorativa, em 18 de julho de 1938).
- VISITA AO ESTADO DE SÃO PAULO**
23. **A defesa do café pelo Governo Federal.** (Discurso pronunciado no banquete oferecido pela municipalidade de Ribeirão Preto, em 22 de julho de 1938).
 24. **No Palácio dos Campos Elíseos.** (Improviso em agradecimento pela manifestação popular recebida no Palácio do Governo, em 22 de julho de 1938).
 25. **Na Bolsa de Mercadorias.** (Improviso na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 23 de julho de 1938).
 26. **Os trabalhadores de São Paulo e o Governo.** (Improviso em agradecimento pela grande manifestação trabalhista da tarde, na Avenida S. João, em 23 de julho de 1938).
 27. **A nova feição bandeirante do espírito paulista.** (Discurso pronunciado em resposta à saudação do interventor paulista, no banquete do Teatro Municipal, em 23 de julho de 1938).
 28. **Palavras de afeto e reconhecimento.** (Improviso, pelo microfone de uma emissora paulista, no salão nobre do Palácio dos Campos Elíseos, às 23.30h de 25 de julho de 1938).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
VI	<i>Realizações do Estado Novo – 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939</i>	340	Agosto de 1940	1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939	35	<p>a) Estado Novo: resultado das necessidades de adaptação do sistema político à realidade brasileira;</p> <p>b) Crítica à Constituição de 1934 e à democracia representativa e defesa de princípios organicistas do Estado Novo;</p> <p>c) A crise da estrutura econômica monocultora e a necessidade da policultura;</p> <p>d) Principais problemas de ordem econômica: expansão do mercado interno e a fuga constante de capitais na balança comercial;</p> <p>e) Alteração da política econômica tradicional: necessidade de eliminar a dependência nacional de exportação de matérias primas e de produtos alimentares;</p> <p>f) Direcionamento das importações; diminuição das importações e incentivo aos produtos nacionais;</p> <p>g) Política intervencionista e nacionalização do crédito: direcionamento para os setores considerados fundamentais para o desenvolvimento brasileiro;</p> <p>h) Fortalecimento do intervencionismo político e econômico e a economia planificada.</p>
TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS						
<p>a) Síntese das visitas a São Paulo e a Minas Gerais;</p> <p>b) A dupla finalidade da produção do álcool: escoamento da produção a redução da importação de carburante líquido, mas também poderia consistir na expansão de outros setores industriais;</p> <p>c) A cidade de Campos e o histórico da crise canavieira;</p>						

- d) Crítica à monocultura e incentivo à policultura;
- e) Os prefeitos fluminenses como impulsionadores das forças econômicas e morais;
- f) A identificação do estado de São Paulo, das Forças Armadas e das massas populares com o governo federal;
- g) Necessidade da intervenção do Estado na vida econômica, política e social do país;
- h) As comemorações de Pátria e de Raça como demonstração de aprimoramento cultural e eugênico;
- i) As Forças Armadas como exemplo de organização, disciplina e eficiência;
- j) As atribuições do Exército e da Marinha: assegurar os benefícios da harmonia social em prol do desenvolvimento da nacionalidade;
- k) A necessidade do aparelhamento da navegação aérea;
- l) Balanço de um ano do Estado Novo: o regime afirmou a força material e a consciência moral da nação;
- m) Nacionalização do crédito (via Banco Central) e dos seguros, política econômica intervencionista e economia planificada;
- n) Nova política do café: barateamento da produção para incentivar a exportação;
- o) Proporcionar ao algodão brasileiro a possibilidade de disputar comércio internacional e suportar qualquer concorrência;
- p) Capital externo deve respeitar os interesses nacionais, aspecto que fundamenta a necessidade do intervencionismo estatal;
- q) Orientações para a colonização e imigração: a expansão produtiva das regiões interiores;
- r) Substituição da importação da juta por similares de matéria prima nacional;
- s) Melhor aproveitamento de nossas riquezas minerais;
- t) O incentivo do uso de combustíveis disponíveis no país: as pesquisas sobre o petróleo, a industrialização do álcool e o carvão vegetal;
- u) A força hidráulica e o Código de Águas;
- v) Organização administrativa do Estado Novo;
- w) O problema da seca no Nordeste;
- x) A produção agrícola da Baixada Fluminense;
- y) Previdência e assistência social das classes trabalhadoras;
- z) Restaurantes populares e a alimentação operária; e educação profissional de seus filhos;
- aa) As ações do Governo para a queda do custo de vida;
- bb) Amparo e incentivo à poupança popular;

- cc) Regulamentação dos serviços de estiva;
- dd) Revisão do direito nacional;
- ee) A educação como aliada do regime: ensino cívico e nacionalista; o ensino primário e ensino profissional; os direitos da infância;
- ff) Cultura cívica e preparação militar;
- gg) A política externa e as relações com países vizinhos;
- hh) Os extremistas de 1935 e 1938;
- ii) O programa de amparo aos trabalhadores das indústrias;
- jj) Estatuto do funcionário público;
- kk) O Estado como árbitro dos conflitos entre as forças sociais;
- ll) A primazia dos interesses coletivos sobre os interesses individuais: ordem e coesão das forças sociais; regulamentação das garantias individuais;
- mm) Adaptação da economia às necessidades coletivas;
- nn) Problemas brasileiros que geraram a necessidade de 10 de novembro de 1937: ocupação de territórios inexplorados, distribuição demográfica rarefeita, regionalismos e particularismos políticos, necessidade de generalização da educação; os extremistas de direita e de esquerda;
- oo) Defesa do Estado Novo diante da comunidade internacional: entrevistas aos jornais alemão, italiano, francês e chileno;
- pp) Adaptação do sistema político às realidades brasileiras: crítica às agremiações partidárias e ao sufrágio universal; crítica à Constituinte de 1934 e sua aparente democracia;
- qq) Caráter brasileiro da Constituição de 1937 e a necessidade de proclamá-la às vésperas das eleições presidenciais;
- rr) Combate ao perigo comunista;
- ss) Representação das profissões com câmaras próprias e independentes, de caráter consultivo; classes representativas da produção e Conselho de Economia Nacional; o fundamento harmônico das relações de classes; organismo corporativo;
- tt) Supremacia e fortalecimento do Executivo, nacionalismo e ação integradora e construtiva do Estado;
- uu) Imigração alemã no sul do Brasil;
- vv) Diferenciações regionais das indústrias e, conseqüentemente, dos operários industriais e de sua organização corporativa e sindical;
- ww) Remodelação estrutura do Conselho Federal de Comércio Exterior em decorrência do pedido de demissão coletiva;
- xx) Fundação da indústria básica para abastecer nossas necessidades e exportar os excedentes; indústria pesada do ferro;
- yy) A relevância dos conselhos técnicos na construção da indústria pesada no Brasil;

- zz) Acordos comerciais e financeiros entre Brasil e Estados Unidos: facilitação do surto progressista do país;
- aaa) Expansão do sistema de comunicação: escoar a produção industrial e proporcionar melhor deslocamento dos viajantes;
- bbb) A descoberta de petróleo: importante para o nosso abastecimento de combustível líquido e para a redução das importações;
- ccc) Legislação social: assegura os direitos dos operários e do desenvolvimento econômico do país;
- ddd) A comemoração do “Dia do Trabalho”;
- eee) Principais objetivos do 10 de novembro de 1937: defesa da nacionalidade, amparo e propulsão das energias criadoras da economia e do desenvolvimento e assistência ao povo brasileiro;
- fff) Reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior: reorganização com a função de romper com a tendência de exportador de matérias primas;
- ggg) O aumento da exportação vinculado ao desenvolvimento da produção, do comércio, da indústria, das comunicações e dos transportes;
- hhh) O Ministério da Fazenda e suas responsabilidades na arrecadação das rendas públicas, na elaboração e no controle dos orçamentos;
- iii) Jockey-Clube e o Serviço de Remota: cooperando com o patriotismo;
- jjj) A juventude de Getúlio Vargas: inspiração política de Júlio de Castilhos e admiração por Caxias e Rio Branco; Gonçalves Dias, o “poeta da raça”, e Euclides Cunha, o “escritor da terra”;
- kkk) Democracia, autoridade e liberdade: apenas fazem sentidos se adaptadas às exigências de cada época;
- lll) Diante dos inúmeros problemas brasileiros, cabe ao Governo definir o principal o secundário;
- mmm) Identidade, unidade e harmonia do Continente Americano;
- nnn) As necessidades de cessar com o caudilhismo na América;
- ooo) Relações entre América e Europa;
- ppp) Fábrica de Piquete e a produção de material bélico;
- qqq) Grande siderurgia: obra de emancipação política e segurança nacional;
- rrr) A Igreja Católica como força espiritual preponderante do povo brasileiro;
- sss) O espírito bandeirante, a Marcha para o Oeste e a unidade nacional; o papel dos “modernos bandeirantes” na mobilização econômica de nossas riquezas;
- ttt) Nacionalização dos problemas regionais;
- uuu) Caixas econômicas federais e a economia popular;
- vvv) O continente americano em ambiente amistoso e a Europa convulsionada pela guerra.

APÊNDICE - DISCURSOS DE 1937

- a) A característica peculiar democracia é justamente a sua adaptação às circunstâncias de cada momento histórico;
- b) Necessidade do fortalecimento da autoridade para assegurar os interesses da nação;
- c) Política externa: o povo brasileiro é pacifista desde que respeite sua soberania;
- d) Reforma institucional realizada em 10 de novembro de 1937 foi para defender a República;
- e) Temas das entrevistas aos jornais italiano e inglês: recuperação e expansão econômica; o problema de países de economia baseada em fornecimento de matéria prima; diversificação da produção; organização da grande siderurgia; desenvolvimento dos meios de transportes; submissão das importações as necessidade nacionais, sobretudo, direcionando-as as indústrias que utilizavam matéria primas nacionais; nacionalização das jazidas e queda d'água; investimentos externos submetidos aos interesses nacionais; ações do governo sobre o café, principal atividade econômica brasileira.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

- 121. Minas e São Paulo.** (Impressões transmitidas aos jornalistas acreditados juntos ao Palácio do Catete, por ocasião de regressar da visita aos dois estados, em 1 de agosto de 1938).
- 122. O progresso de Campos.** (Discurso em Campos, no Banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 19 de agosto de 1938).
- 123. Os municípios fluminenses.** (Agradecimento pela manifestação dos prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, em 20 de agosto de 1938).
- 124. O Estado Novo e São Paulo.** (Saudação ao interventor Adhemar de Barros e aos secretários do governo paulista, por ocasião do banquete oferecido, no Palácio Guanabara, em 23 de agosto de 1938).
- 125. A semana da pátria e da raça.** (Discurso pronunciado no salão de honra do Palácio Guanabara, encerrando as comemorações da “Semana da Pátria e da Raça” e irradiado através da rede nacional de emissoras, em 7 de setembro de 1938).
- 126. O trabalhador da terra e o trabalhador do quartel.** (Improviso, no quartel do 2º RAM após a excursão à Baixada Fluminense, em 24 de outubro de 1938).
- 127. A aviação nacional.** (Improviso por ocasião de inaugurar-se a estação de Hidroaviões no aeroporto Santos Dumont, em 1 de novembro de 1938).
- 128. O Estado Novo e o momento brasileiro.** (Entrevista à Imprensa no primeiro aniversário da Nova Constituição, em 10 de novembro de 1938).
- 129. Amparo às classes trabalhadoras.** (Discurso pronunciado na inauguração do Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 10 de novembro de 1938).
- 130. O Supremo Tribunal Federal.** (Improviso por ocasião da visita ao Supremo Tribunal Federal, em 23 de novembro de 1938).
- 131. O trabalho profissional dos jornalistas.** (Improviso agradecendo as manifestações dos membros da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais, ao ser

promulgada a lei que beneficia a classe dos jornalistas, em 30 de novembro de 1938).

132. **O funcionário público e o serviço da Nação.** (Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes, ao comemorar-se o “Dia do Funcionário Público”, em 8 de dezembro de 1938).
133. **O exército e a marinha confraternizados no serviço da Pátria.** (Discurso pronunciado no Estádio do Fluminense Futebol Clube, em 13 de dezembro de 1938).
134. **O novo regime e as realidades brasileiras.** (Entrevista ao *Lokal Anzeiger*, publicada em Berlim, em 20 de dezembro de 1938, e no Rio de Janeiro, em 21 do mesmo mês).
135. **O regime democrático e a Constituição de 10 de novembro.** (Entrevista ao *Corriere Della Sera*, publicada em Milão, em 23 de dezembro de 1938, e no Rio de Janeiro em 24 do mesmo mês).
136. **Os aspirantes da Escola Militar.** (Improviso na Escola Militar, por ocasião da declaração de novos aspirantes, em 26 de dezembro de 1938).
137. **O Conselho Federal de Comércio Exterior.** (Palavras aos membros do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 31 de dezembro de 1938).
138. **Saudação ao Povo Brasileiro.** (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, através da rede de emissora nacional, na primeira hora de 1939).
139. **Os novos canhões recebidos para o Exército.** (Discurso pronunciado no Arsenal da Guerra, ao serem vistos os primeiros canhões dos encomendados pelo governo, em 24 de março de 1939).
140. **O plano rodoviário do Governo.** (Discurso pronunciado em Areias, ao ser entregue ao tráfego a estrada de rodagem Rio - Bahia, em 11 de abril de 1939).
141. **O dia do trabalho.** (Discurso em resposta à saudação do Ministro do Trabalho, intérprete das classes trabalhadoras, no dia 1º de maio de 1939).
142. **Reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior.** (Improviso na sessão de reinstalação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 8 de maio de 1939).
143. **Novo edifício para o Ministério da Fazenda.** (Improviso, na ocasião do lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Ministério da fazenda, em 2 de junho de 1939).
144. **A criação do cavalo nacional.** (Improviso no almoço oferecido no Hipódromo Brasileiro, em 4 de junho de 1939).
145. **A Política e a Cultura.** (Entrevista a *El Mercurio*, de Santiago, Chile, publicada ali, em 11 de junho de 1939, e no Brasil, em 13 do mesmo mês).
146. **Problema da defesa nacional.** (Discurso pronunciado na fábrica de Piquete, em 17 de julho de 1939).
147. **O Brasil, no seu regime político, entre as outras nações.** (Entrevista ao *Paris Soir*, publicada, em Paris em 17 de julho de 1939, e no Rio de Janeiro em 19 do mesmo mês).
148. **O Brasil sob o símbolo da Cruz.** (Saudação aos bispos brasileiros, por ocasião do banquete oferecido no Palácio do Itamarati, em 18 de julho de 1939).
149. **A ponte sobre o rio Tietê e a marcha para o Oeste.** (Discurso pronunciado em São Paulo, por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da ponte sobre o Rio Tietê, em 29 de agosto de 1939).
150. **As caixas econômicas federais.** (Discurso pronunciado na inauguração do Edifício da Caixa Econômica de São Paulo, em 29 de agosto de 1939).
151. **O sentido continental das comemorações da Independência.** (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de comemorar-se a Hora da Independência, em 7 de setembro

de 1939).

APÊNDICE ⁶⁹

- 125. A ação patriótica dos brasileiros.** (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de comemorar-se a Hora da Independência, em 7 de setembro de 1937).
- 126. Perante o monumento do Marechal Deodoro da Fonseca.** (Resumo do improvisado dito por ocasião de inaugurar-se o monumento do Marechal Deodoro, a 15 de novembro de 1937).
- 127. A situação econômica e financeira do Brasil.** (Entrevista ao *Financial Times*, publicada em Londres, em 13 de dezembro de 1937, e no Rio de Janeiro, em 14 do mesmo mês).
- 128. Os problemas nacionais no Estado Novo.** (Entrevista a *Gazzetta Del Popolo*, publicada em Turim, em 25 de dezembro de 1937, e no Rio de Janeiro, em 26 do mesmo mês).

⁶⁹ O volume VI traz um apêndice de discursos realizados no segundo semestre de 1937, mais especificamente entre setembro e dezembro. Poderíamos localizá-los no final do Volume IV e complementar ao volume V, pois traz também discursos após instalação do Estado Novo.

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
VII	<i>No limiar de uma nova era – 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940</i>	350	Agosto de 1940	20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940	32	<p>k) Diretrizes da política econômica do Estado Novo: organizar a produção, intensificar o desenvolvimento das potencialidades agrícolas e maior exploração de suas “riquezas latentes”;</p> <p>l) Ferro, carvão e petróleo: o tripé do desenvolvimento, da emancipação e da independência econômica brasileira;</p> <p>m) Crédito agrícola: atividades agrárias estritamente relacionadas com o crescimento econômico;</p> <p>n) As zonas geoeconômicas e os principais problemas nacionais: agricultura, siderurgia, aparelhamento militar, transportes e moral (educação, saúde e cultura);</p> <p>o) Os limites dos países agrários exportadores de matérias primas;</p> <p>p) Transição das indústrias de “sobremesa” (café, açúcar e frutas) para as indústrias básicas (ferro, petróleo e carvão);</p> <p>q) Equilíbrio da balança de pagamentos, crédito e fortalecimento do mercado interno;</p> <p>r) Desenvolvimento dos transportes para circulação das riquezas nacionais e escoamento da produção exportável;</p> <p>s) “No limiar de uma nova era”: as novas possibilidades brasileiras no contexto da Guerra;</p> <p>t) “Bastar-se a si mesmo”: aumento da produção nacional; industrialização de matérias primas.</p>

TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS

- a) A Associação Brasileira de Imprensa e o Chefe da Nação: progresso material e moral da Pátria;
- b) Regulamentação profissional dos jornalistas;
- c) Indústria nacional de papel;
- d) A característica da Grande Guerra: as alianças configuravam-se cada vez menos por afinidades ideológicas e mais pelo ajustamento de “interesses em equação”;
- e) O Brasil na Guerra: a Lei de Neutralidade, a Conferência do Panamá e o estreitamento com o Continente Americano;
- f) O papel da Imprensa brasileira na Guerra: acalmar o espírito público;
- g) A finalidade da Revolução de 1930: restauração econômica, renovação espiritual da Nação e organização nacional em “bases sólidas e definitivas”;
- h) Constituição de 1937: sentido renovador da Revolução de 1930;
- i) Capital estrangeiro deve servir ao “soerguimento” da Nação e não à nossa submissão como país de “simples exploração colonial”;
- j) Transportes e comunicação: ações do Governo e necessidades de ampliação para não obstruir o progresso brasileiro; a construção da estrada de ferro Rio-Bahia;
- k) Industrialização do petróleo e a instalação da grande siderurgia;
- l) Ferro, carvão e petróleo e a emancipação econômica brasileira;
- m) Organização do crédito agrícola, uma vez que estaria umbilicalmente interligado com nosso crescimento econômico;
- n) Os problemas da defesa nacional: aparelhamento e renovação das Forças Armadas; fábrica de Piquete;
- o) Inquérito Municipal e o diagnóstico da produção e dos recursos naturais dos municípios; objetivo de orientar a Conferência Nacional de Economia e Administração;
- p) Estímulo às potencialidades regionais e à diversificação agrícola;
- q) Desenvolvimento agrícola e aperfeiçoamento técnico das culturas agrárias;
- r) Produção, crédito e transportes: problemas nacionais emergenciais;
- s) Política de amparo às classes trabalhadoras (legislação trabalhista, previdência social e Justiça do Trabalho): saúde pública e educação; condições inerentes à vida social (salário, habitação, alimentação e educação);
- t) Convênio com os Estados Unidos e o crédito externo para equipar os transportes marítimo e ferroviário;
- u) Estados Unidos: principal cliente da nossa exportação de café;
- v) Remodelação das instituições e leis para adaptação a Carta de 1937;

- w) Lei Orgânica dos Estados: fortalecimento do vínculo entre a União e os Estados; os municípios e a Constituição de 1937;
- x) Os princípios da lei do estrangeiro: ação do estrangeiro adaptada à situação do país;
- y) Padronização orçamentária e sistema tributário;
- z) Fortalecimento do mercado interno mediante reforma tributária e desenvolvimento dos transportes;
- aa) Política externa: cordialidade e acordos comerciais;
- bb) Imigração e colonização interior;
- cc) Da democracia aparente e do falso liberalismo à democracia real, assegurada pelo regime estadonovista;
- dd) A lei de sindicalização e a regulamentação da representação profissional, a “verdadeira democracia”;
- ee) Saneamento da Baixada Fluminense: recuperação econômica e engenharia sanitária;
- ff) Açudes e irrigação no Nordeste e o desenvolvimento agropecuário;
- gg) Desenvolvimento da policultura: estímulo para fortalecer o mercado interno e externo;
- hh) Escolas Agrícolas: ensino agrário e expansão da produção agrícola;
- ii) Código Florestal: sistematização e regulamentação da exploração;
- jj) Breve balanço de dois anos de Estado Novo:
 - * O Estado Novo parte da reforma geral da vida brasileira e do fortalecimento econômico da Nação para atingir gradualmente, e dentro da democracia renovada, a organização institucional consentida na Constituição de 1937;
 - * Afastados os perigos ao progresso brasileiro, o Estado Novo caminha para a nacionalidade forte e integrada;
 - * Estado Novo: um governo forte essencialmente democrático e a organização das forças econômicas da produção e do trabalho;
- kk) Principais aspectos da vida interna do Brasil;
- ll) A imparcialidade diante da guerra; os prejuízos materiais e morais da guerra;
- mm) Comemorações dos cinquenta anos de vida republicana: as mudanças ocorridas entre a Proclamação e o ano de 1939;
- nn) A divisão do país em zonas geoeconômicas e os três problemas brasileiros fundamentais;
- oo) Fronteiras políticas e fronteiras econômicas: a diferenciação entre regiões industrializadas e as escassamente povoadas; São Paulo industrializa as matérias primas de outros estados;
- pp) Discussão sobre a criação de um Banco Central para controlar as necessidades econômicas do país;
- qq) Recomendações do Poder Central aos Interventores e aos Governadores;

- rr) A memória de D. Pedro II e a regime monárquico no Brasil;
- ss) Ação do Estado em relação às gestantes e recém-nascidos;
- tt) Preparação técnica e expansão econômica: desenvolvimento da capacidade técnica para resolver os problemas de nosso crescimento e formular possibilidades para nosso progresso material;
- uu) Escola de fábricas e educação profissional nacional: objetivo de preparação do operariado;
- vv) A produção algodoeira paulista e o incentivo do Poder Central;
- ww) O apoio do governo às forças conservadoras que orientam a política econômica do Brasil;
- xx) As articulações entre política econômica e política financeira: proteção à economia nacional e à política de crédito;
- yy) Crédito agrícola e industrial (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e Banco do Brasil): política de financiamento para o desenvolvimento econômico nacional;
- zz) Política de câmbio: orientada para o desenvolvimento das exportações;
- aaa) A limitação das indústrias de “sobremesa” (café, açúcar e frutas) e necessidade de desenvolvimento das indústrias básicas;
- bbb) Grande indústria siderúrgica nacional: financiamento de grande parte pelo capital estrangeiro e busca por um terço dos recursos diante de capitalistas brasileiros (apelo ao capital paulista);
- ccc) Campinas/SP: substituindo a indústria do café pela indústria algodoeira;
- ddd) Correntes imigratórias sulinas e fortalecimento da organização nacional; os colonos alemães, trabalho e economia;
- eee) Ação do Exército na educação cívica do estrangeiro;
- fff) Dissolução dos partidos e da política regionalista: eliminação dos intermediários entre o povo e a Nação;
- ggg) Necessidade da substituição do charque pela indústria frigorífica para que se aproveitem todos os subprodutos;
- hhh) Criação da Comissão de Siderurgia cuja função é a mobilização nacional para a instalação da siderurgia e suporte técnico para a instalação da companhia;
- iii) Esquema Oswaldo Aranha e a reorganização do pagamento a dívida externa;
- jjj) Nacionalização das companhias estrangeiras de seguros;
- kkk) Política internacional direcionada a uma política continental americana;
- lll) Estrutura política correspondente às necessidades do país;
- mmm) As relações de cooperação entre o Rio Grande do Sul e o Estado Novo;
- nnn) O papel das classes conservadoras no desenvolvimento do país;
- ooo) O saldo positivo do comércio externo e a balança comercial;
- ppp) As manobras na região de Saican e a eficiência do Exército;

- qqq) Inauguração do Estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo;
- rrr) A política trabalhista do Estado Novo e seus benefícios;
- sss) Os países em Guerra e a prosperidade brasileira; a neutralidade brasileira diante da Guerra, só será alterada mediante decisão conjunta com os países americanos;
- ttt) Os estímulos ao comércio e à indústria e Minas Gerais;
- uuu) Minas Tênis Clube os incentivos aos esportes;
- vvv) O quarto aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- www) Rumo a “uma nova era”: as possibilidades de um novo processo a partir do contexto da Guerra;
- xxx) “Bastar-se a si mesmo”: aumento da produção nacional diante do contexto do conflito mundial com mercados fechados e industrialização das matérias primas;
- yyy) A substituição da democracia política pela democracia econômica;
- zzz) Conselho Federal do Comércio Exterior: intercâmbio e incentivo à atividade comercial.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

- 157. O Governo e a Imprensa perante a guerra.** (Discurso respondendo as manifestações dos jornalistas, por ocasião da visita ao edifício da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de outubro de 1939).
- 158. A finalidade da Revolução de 1930.** (Improviso na manifestação recebida em Porto Novo do Cunha, em 24 de outubro de 1939).
- 159. A estrada de rodagem Rio - Bahia.** (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, no Ginásio Leopoldinense, em Leopoldina, em 24 de outubro de 1939).
- 160. O aparelhamento e a renovação do Exército.** (Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pelo Exército, em 10 de novembro de 1939).
- 161. A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas.** (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurada a Conferência Nacional de Economia e Administração, em 10 de novembro de 1939).
- 162. O cinquentenário da proclamação da República.** (Discurso pronunciado antes do desfile das Forças Armadas de terra e mar, na praça Paris, ao comemorar-se o cinquentenário da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1939).
- 163. A divisão do país em zonas geoeconômicas.** (Discurso pronunciado no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração, em 18 de novembro de 1939).
- 164. O Imperador D. Pedro II e os seus grandes serviços ao Brasil.** (Discurso pronunciado na catedral de Petrópolis, ao ser inaugurado o mausoléu dos imperadores D. Pedro II e D^a Teresa

Cristina, em 5 de dezembro de 1939).

165. O bem-estar e a saúde das mães e das crianças. (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em comemoração ao Natal, em 24 de dezembro de 1939).

166. O ensino técnico-profissional. (Discurso pronunciado em São Paulo, ao paraninfar a turma dos diplomados de 1939 no Instituto Profissional Masculino, em 5 de janeiro de 1940).

167. A cultura do algodão em São Paulo e a economia nacional. (Improviso em Campinas, por ocasião de se instalar o 3º Congresso algodoeiro, em 7 de janeiro de 1940).

VISITA AO ESTADO DE SANTA CATARINA

168. As bases navais do Brasil. (Discurso pronunciado ao inaugurar-se a base de aviação naval de São Francisco, Santa Catarina, em 9 de março de 1940).

169. O sentimento de brasilidade em Blumenau. (Discurso pronunciado no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, por ocasião do banquete oferecido pela municipalidade, em 10 de março de 1940).

170. Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas. (Discurso pronunciado no edifício da Assembleia Legislativa, em Florianópolis, por ocasião do banquete oferecido pelo interventor do Estado, em 11 de março de 1940).

VISITA AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

171. Em dois anos do novo regime. (Improviso, na sacada do Palácio do governo, em Porto Alegre, após o desembarque, agradecendo as manifestações da população, em 12 de março de 1940).

172. O estabelecimento de frigoríficos nacionais e preparação da carne a frio. (Improviso por ocasião do churrasco oferecido pelos frigoríficos, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940).

173. Realizações e projetos do Estado novo. (Entrevista coletiva à imprensa, no Palácio do Governo, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940).

174. Cooperação do comércio com o Governo, no Rio Grande do Sul. (Improviso na visita ao Palácio do Comércio, em Porto Alegre, agradecendo grande manifestação popular, em 13 de março de 1940).

175. As classes conservadoras rio-grandenses. (Discurso pronunciado em Porto Alegre, por ocasião da homenagem das classes conservadoras, em 13 de março de 1940).

176. Na campanha rio-grandense. (Improviso, em Rosário, em 16 de março de 1940).

177. As manobras de Saican. (Discurso pronunciado em Saican, no almoço em que estiveram as altas autoridades militares presentes às manobras, 17 de março de 1940).

VISITA AO ESTADO DE SÃO PAULO

- 178. O Estádio do Pacaembu e a cultura cívica da mocidade.** (Improviso, em São Paulo, na inauguração do Estádio do Pacaembu, em 27 de abril de 1940).
- 179. O esforço dos prefeitos paulistas na obra reconstrutiva do Estado Novo.** (Discurso pronunciado em agradecimento ao almoço oferecido pelos prefeitos paulistas, em 27 de abril de 1940).
- 180. O espírito de progresso paulista harmônico com a obra do Governo Nacional.** (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras paulistas, a 28 de abril de 1940).
- 181. A política trabalhista do Governo e seus benefícios.** (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1940).

VISITA AO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 182. A atividade do povo mineiro e a mentalidade renovadora do Brasil.** (Improviso, da sacada do Palácio da Liberdade, agradecendo as manifestações populares, na recepção em Belo Horizonte, em 12 de maio de 1940).
- 183. O Minas Tênis Clube e a melhoria das condições físicas do homem.** (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, na inauguração do Minas Tênis Clube, em 12 de maio de 1940).
- 184. Forma jurídica definitiva para o novo regime.** (Discurso pronunciado no Minas Tênis Clube, agradecendo ao banquete oferecido pelo governador do Estado, em 13 de maio de 1940).
- 185. A Exposição de mapas municipais.** (Improviso, na inauguração da exposição de mapas municipais, em 29 de maio de 1940).
- 186. No limiar de uma nova era.** (Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado *Minas Gerais*, capitânia da esquadra Nacional, em 11 de junho de 1940).
- 187. Intercâmbio comercial do Brasil com países americanos.** (Discurso pronunciado na sessão semanal do Conselho Federal, a propósito do envio de uma comissão comercial brasileira a países da América, em 17 de junho de 1940).
- 188. A posição do Brasil na América.** (Discurso pronunciado na Ilha do Viana, ao realizar-se a homenagem da Federação dos Marítimos, em 29 de junho de 1940).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
VIII	<i>Ferro, Carvão, Petróleo – 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941</i>	311	Outubro de 1941	7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941	32	<p>a) A Marcha para o Oeste: povoamento do território e exploração racional das riquezas nacionais;</p> <p>b) Hinterland: “densidade demográfica e desenvolvimento industrial”;</p> <p>c) Leitura da década de 1930: os antecedentes e as características da Revolução de 1930, as ameaças à Nação e a Constituição de 10 de novembro de 1937 como revitalizados dos princípios da revolução de outubro;</p> <p>d) Substituição da monocultura pela “industrialização organizada”;</p> <p>e) A produção industrial supera a produção agrícola;</p> <p>f) Estado Novo afastou o país de sua condição histórica de economia semicolonial e o direcionou aos rumos definitivos da industrialização;</p> <p>g) Ferro, carvão e petróleo: fundamentais a expansão econômica, permitindo o Brasil “bastar-se a si mesmo”;</p> <p>h) “Reformas políticas, empreendimentos industriais e tarefas educacionais”: correspondem à união econômica da nacionalidade;</p> <p>i) Industrialização das matérias primas, reposicionamento no mercado internacional e capitais estrangeiros;</p> <p>j) Estado Novo: “mais uma democracia econômica que política”.</p>

TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS

- a) Revolução de 1930 e o Estado Novo: renovação da nacionalidade e reforma na vida social e econômica do país;
- b) As potencialidades de Goiás e o direcionamento dos goianos à civilização;
- c) Necessidades de localizar no centro do país forças capazes de assegurar nossa futura expansão;
- d) Espera-se dos goianos o que se espera de todos os brasileiros: “colaboração, trabalho, devotamento ao ideal de progresso e segurança da Pátria”;
- e) Rumo ao Oeste: “verdadeiro sentido de brasilidade” uma vez que isso traria “densidade demográfica e desenvolvimento industrial”;
- f) O descompasso entre fronteiras políticas e fronteiras econômicas;
- g) Recenseamento de 1940 para esclarecer a complexidade brasileira e orientar as ações do Governo Federal;
- h) *Hinterland*: desbravando nosso vasto território para expandir nossa energia, nossa perseverança e nosso trabalho;
- i) Lema brasileiro: “união e trabalho”;
- j) A região amazônica não conseguiu incorporar os novos processos de aproveitamento de recursos naturais; a fábula da cigarra e da formiga pode auxiliar na explicação do retardamento da Amazônia;
- k) Ação do Estado brasileiro para reorganizar o processo econômico na região amazônica;
- l) Borracha: baratear sua produção e melhorar seus tipos de exportação;
- m) O Instituto Agrônomo da Amazônia e a implantação da indústria agrícola;
- n) O trabalhador do Norte e Nordeste e as garantias das leis trabalhistas;
- o) Imigração portuguesa e expansão da vida social brasileira;
- p) Empreendedorismo na região amazônica: necessidade da transição da exploração empírica para a exploração racional;
- q) Contribuição patriótica da Amazônia: auxiliar no surto de desenvolvimento;
- r) Exploração sistemática das riquezas e do desenvolvimento econômico da região amazônica;
- s) Política povoadora da Amazônia; terras devolutas e colonos;
- t) A Conferência das nações amazônicas e os acordos que envolvem as relações entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela;
- u) Ação conjunta dos governos federal e pernambucano na substituição da monocultura extensiva para a policultura intensiva e técnica;
- v) Progresso depende da ordem financeira e da eficaz organização econômica;
- w) As crises cíclicas pernambucanas: o açúcar e o algodão;

- x) O Instituto do Açúcar e do Alcool e o incentivo à produção do álcool motor;
 - y) Obras contra as secas e o progresso da cultura agrícola intensiva;
 - z) Urbanização de Recife e a extinção dos mocambos;
 - aa) A necessidade de diplomados técnicos e especialistas para atuar no *Hinterland* e para fornecer solução aos problemas nacionais fundamentais;
 - bb) Importante “batalha” para a emancipação econômica: exploração do petróleo;
 - cc) O problema da exploração do petróleo: conhecimento técnico para essa indústria e o custo da aquisição de maquinários;
 - dd) Dois motivos principais da visita de Getúlio Vargas a Bahia: acompanhar a instalação da extração de petróleo em Lobato e receber a homenagem da Faculdade de Medicina;
 - ee) Os investimentos do governo federal na Bahia, sobretudo, nos transportes;
 - ff) Visita à região de Canudos;
 - gg) Nova estrutura econômica e a industrialização do aço e do ferro;
 - hh) A instalação da siderurgia e a alteração no “tônus da vida nacional”;
 - ii) A comemoração de 10 anos de governo: uma leitura sobre a década de 30;
- *o contexto da Revolução de 1930: os condicionantes da revolução, a crise econômica e financeira, o rótulo liberal de um governo oligárquico; a revolução como “movimento empolgante, espontâneo e profundo”;
- *As ameaças do partidarismo, do caudilhismo regionalista e dos rebeldes extremistas;
- * A Constituição de 10 de novembro de 1937: ratificação dos princípios da Revolução de 30, em um movimento integral, orgânico e representante de toda a Nação; adaptação da realidade brasileira às exigências da época;
- *Reconstrução Nacional sob os princípios de centralismo, reorganização econômica, aparelhamento financeiro, ordenação social e cultural acima dos interesses de classes;
- * Balanço das ações do governo: finanças públicas, transportes, obras contra as secas, saneamento, saúde e educação;
- *Legislação social: de “caso de polícia” à “questão social”;
- * A reestruturação do Exército durante a década de 30: função nacional, reorganização administrativa, disciplina e ação patriótica, expansão material e indústria bélica;
- * A grande Guerra demonstrou o acerto do Governo em impulsionar o crescimento do mercado interno;
- * Necessidade dos industrialistas cooperarem com o Governo na conquista de novos mercados e na padronização de seus produtos;
- *Estado Novo: afastou o país da situação histórica de fornecedor de matéria prima e comprador de manufaturas;
- * Política internacional: defesa dos países americanos;

*Unificação econômica depende da industrialização intensiva (grande siderurgia) e exploração de combustíveis minerais;

- jj) Entrevista aos jornalistas do Rio Grande do Sul: balanço das visitas às várias regiões do Brasil e as relações com os países fronteiriços;
- kk) Porto Alegre: integrada aos rumos do novo Brasil;
- ll) Indústria e urbanização;
- mm) A máquina e o progresso técnico como aliados ao desenvolvimento brasileiro;
- nn) O Departamento de Administração como substituto da Assembleia Legislativa;
- oo) Criação do “Livro do Mérito”: reconhecimento das ações em prol da Nação;
- pp) Preparação bélica: a Guerra é mais cruel aos povos que se deixam surpreender;
- qq) Repercussões da Guerra de 1939: mais profundas que a de 1914;
- rr) Apesar da Guerra, o país manteve o ritmo de desenvolvimento e o governo seu programa: organização do crédito, exploração das nossas riquezas e desenvolvimento das indústrias e dos transportes;
- ss) A economia brasileira no contexto de Guerra: mantém-se a produção mediante a expansão do mercado interno, o aumento de poder aquisitivo da população e industrialização de nossos recursos naturais;
- tt) Reaparelhamento militar;
- uu) Recursos financeiros internacionais: bem-vindos se estiverem em consonância com o progresso do Brasil e com a industrialização de nossas riquezas;
- vv) Para absorver a crescente produção industrial faz-se necessário aumentar o poder aquisitivo, inclusive da população rural;
- ww) Entrevistas às imprensas mexicana e argentina e mensagens ao povo dos Estados Unidos e da Argentina;
- xx) “Política da boa vizinhança” e a unidade americana;

- yy) Relações políticas e econômicas de cooperação entre Brasil e Argentina;
- zz) A política entre Brasil, Argentina e Estados Unidos: o despontar da construção de uma comunidade continental;
- aaa) A legitimidade democrática do Estado Novo: “mais uma democracia econômica que política”, distanciando-se do liberalismo clássico.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

RUMO AO OESTE

- 228. Atualidade e futuro de Goiás.** (Discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Goiânia, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor do Estado, em 7 de agosto de 1940).
- 229. Cruzada rumo ao Oeste.** (Improvisado inaugurado, em Goiânia, em 8 de agosto de 1940, a Associação Cívica “Cruzada Rumo ao Oeste”).
- 230. O recenseamento de 1940.** (Entrevista à Imprensa, em 31 de agosto de 1940).
- 231. O culto da Pátria e o dever de cada brasileiro.** (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, perante a concentração cívica da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1940).

VISITA À AMAZÔNIA E AO NORDESTE

- 232. Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará.** (Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do Estado, em 6 de outubro de 1940).
- 233. A terra amazônica do Pará e o trabalhador paraense.** (Improvisado agradecendo a manifestação das classes proletárias paraenses, em Belém, em 8 de outubro de 1940).
- 234. Os portugueses no Brasil.** (Improvisado agradecendo a manifestação da Colônia portuguesa do Pará, no Palácio do governo, em 8 de outubro de 1940).
- 235. O destino brasileiro do Amazonas.** (Discurso pronunciado no Ideal Clube, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor e pelas classes conservadoras do Estado, em 9 de outubro de 1940).
- 236. Conferência das nações amazônicas.** (Entrevista concedida à Associação *Press*, em Porto Velho, em 14 de outubro de 1940).
- 237. O Ceará e os seus homens de trabalho.** (Improvisado agradecendo, em Fortaleza, a manifestação das classes operárias, em 15 de outubro de 1940).
- 238. Pernambuco, o seu povo e o seu governo.** (Improvisado na sacada do Palácio do Governo, agradecendo as grandes manifestações populares, por ocasião da chegada a Recife, em 18 de outubro de 1940).
- 239. Rejuvenescimento econômico e social de Pernambuco.** (Discurso pronunciado no Clube Internacional, em Recife, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 19 de outubro de 1940).
- 240. Os diplomas pelas escolas superiores e a necessidade de especialização.** (Discurso pronunciado em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia, ao receber o diploma de doutor *Honoris Causa*, em 20 de outubro de 1940).
- 241. O petróleo de Lobato e o maior progresso da Bahia.** (Improvisado agradecendo o banquete oferecido no Palácio da Aclamação, em Salvador, pelo Interventor do Estado, 20 de outubro de 1940).
- 242. A industrialização do ferro – base de nova estrutura econômica do Brasil.** (Improvisado agradecendo a manifestação dos metalúrgicos, no Palácio do Catete, em 6 de novembro de 1940).

DEZ ANOS DE GOVERNO

243. A Revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937. (Improviso perante a grande concentração operária da Esplanada do Castelo, em 9 de novembro de 1940).

244. A reorganização e o reaparelhamento do Exército no decênio 1930 - 1940. (Discurso pronunciado no Ministério da Guerra, por ocasião do almoço oferecido pelo Exército, após inaugurar a exposição retrospectiva das realizações do mesmo nos dez anos findos, em 10 de novembro de 1940).

245. A obra de dez anos de governo. (Discurso pronunciado no grande banquete do aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, em 11 de novembro de 1940).

EM PORTO ALEGRE

246. Atividades do Governo. (Entrevista aos jornalistas do Rio Grande do Sul, no Palácio do Governo, momentos após a chegada a Porto Alegre, em 12 de novembro de 1940).

247. Porto Alegre - a grande concentração urbana do Sul do país. (Discurso pronunciado no Clube do Comércio, agradecendo o banquete oferecido pelas classes produtoras e trabalhadoras, em 12 de novembro de 1940).

248. A cultura e a máquina. (Discurso pronunciado na Universidade de Porto Alegre, agradecendo o título de professor *Honoris causa*, em 13 de novembro de 1940)

249. O Departamento Administrativo do Estado. (Improviso por ocasião da visita ao Departamento Administrativo do Estado, em Porto Alegre, em 18 de novembro de 1940).

250. O "Livro do Mérito". (palavras proferidas no Palácio do Catete, ao instalar-se a Comissão do Livro do Mérito, perante a respectiva comissão, em 21 de novembro de 1940).

251. Os oficiais das forças armadas. (Discurso pronunciado no pátio do quartel do Centro de Preparação dos oficiais de reserva, por ocasião da declaração de aspirante a oficial dos alunos que concluíram o curso, em 7 de dezembro de 1940).

252. O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação. (Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas Classes Armadas, no Automóvel Clube, em 31 de dezembro de 1940).

253. Na primeira hora de 1941. (Oração pronunciada ao Microfone do Departamento de Imprensa e Propaganda, no Palácio Guanabara, na primeira hora de 1941).

254. O trabalhador brasileiro no Estado Novo. (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1941).

255. O Brasil e o México. (Entrevista concedida ao jornalista mexicano Sr. Daniel Morales, transcrita da *Revista Hoy*, na imprensa brasileira, em 20 de maio de 1941).

256. O Brasil perante a América e o Mundo. (Entrevista concedida ao enviado especial de *La Nacion*, Sr. Fernando Ortiz Echague, publicada em Buenos Aires, a 26 de junho de 1941 e transcrita na imprensa brasileira, em 27 do mesmo mês).

257. O Brasil e a Argentina. (Entrevista concedida ao enviado especial de *La Prensa* ao Rio de Janeiro, Sr. Ricardo Saenz Tayes, publicado, em Buenos Aires em 26 de junho e transcrita na

imprensa brasileira, em 27 do mesmo mês).

258. A Independência dos Estados Unidos da América. (Saudação ao povo e ao governo dos Estados Unidos da América, irradiada pela cadeia radiofônica da “Columbia BroadCasting System”, na noite de 4 de julho de 1941).

32. Saudação à Argentina. (Saudação ao povo argentino e ao seu governo, na data da independência nacional, irradiada na “Hora do Brasil” e retransmitida pela Rádio Belgrano, de Buenos Aires, em 9 de julho de 1941).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
IX	<i>O Brasil na guerra – 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943</i>	335	Julho de 1943	14 de julho de 1941 a 1º de janeiro de 1943	39	<p>a) Marcha para o Oeste: matéria prima, escoamento da produção e expansão comercial;</p> <p>b) Integração com países fronteiriços;</p> <p>c) Transportes e sistema ferroviário brasileiro;</p> <p>d) Indústrias de base e a siderurgia;</p> <p>e) Brasil na Guerra: relações com EUA e as ações do governo brasileiro no conflito mundial;</p> <p>f) Brasil na Guerra: retaliação à agressão da soberania nacional;</p>
TEMAS ABORDADOS/ARGUMENTOS CENTRAIS						
<p>a) Cooperação, Pan-americanismo e Continentalismo;</p> <p>b) Papel da ciência na construção da Nação;</p> <p>c) Marcha para o Oeste: matéria prima e expansão comercial;</p> <p>d) Relações e integrações econômicas com Bolívia e Paraguai: reciprocidade para o progresso geral;</p> <p>e) Sistema ferroviário ligando o Brasil a Bolívia e ao Paraguai (estradas de ferro Corumbá/ Santa Cruz e Campo Grande/Ponta Porã): intercâmbio comercial;</p> <p>f) Escoamento comercial brasileiro e transformação industrial de matérias primas nacionais;</p> <p>g) Exclusivismo agrícola e industrialização: o diagnóstico do exclusivamente agrário e a caminhada para a industrialização;</p> <p>h) Desenvolvimento dos transportes, sobretudo do sistema ferroviário e a necessidades da siderurgia;</p> <p>i) Arsenal de Ladário; Marinha de Guerra; desenvolvimento e reaparelhamento da Marinha Mercante;</p> <p>j) Exército: obra civilizadora e atuante na Marcha para o Oeste;</p> <p>k) Mato Grosso: poderoso centro de produção e distribuição de riquezas;</p>						

- l) Principais problemas de Mato Grosso: saúde, educação, organização do trabalho, desenvolvimento agrícola e pastoril, e sobretudo, os transportes;
- m) Política externa e comércio exterior: integração continental;
- n) Papel da elite na construção da nacionalidade: instituições culturais e função social;
- o) Novos pressupostos da democracia; crítica ao liberalismo clássico, aos partidos políticos e aos artificialismos; organicismo e interesses pessoais;
- p) São Paulo como eixo da economia nacional; Federação das Indústrias como importante órgão de consulta da administração pública;
- q) O problema da indústria brasileira: siderurgia, combustíveis e energia elétrica;
- r) DASP e funcionalismo público;
- s) Função das Forças Armadas; preparo profissional das Forças Armadas e industrialização;
- t) Estrutura econômica do Estado Nacional;
- u) Indústria de base e progresso industrial: siderurgia, mineração, energia elétrica e combustíveis;
- v) Economia nacional diante da guerra e a manutenção da produção industrial; a economia nacional nas duas grandes guerras;
- w) Exploração das riquezas do subsolo e o Código de Águas;
- x) O Conselho Nacional do Café e a carteira de Créditos Agrícolas;
- y) Leitura sobre meio século de regime republicano;
- z) Novo Direito nacional e a Constituição de 1937: atendendo às reais necessidades da Nação;
- aa) Política trabalhista e legislação social: cooperação entre patrão e operário;
- bb) Unidade nacional, ordem pública e Estado;
- cc) Imprensa e governo;
- dd) Produzir, produzir e produzir mais;
- ee) Contexto internacional e as relações entre Brasil e EUA;
- ff) Apoio ao EUA; rompimento com os países do Eixo; retaliação aos ataques aos navios brasileiros e a adesão ao conflito;
- gg) Segurança Nacional e a defesa da soberania nacional: a adesão a Guerra;
- hh) Nacionalização da aviação brasileira, Força Aérea Brasileira e o Ministério da Aeronáutica;
- ii) Mobilização popular em defesa da Pátria: Forças Armadas, funcionários públicos, trabalhadores, Imprensa, juventude, juristas, engenheiros.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. **A inteligência argentina e a inteligência brasileira.** (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, perante a Embaixada Universitária Argentina, agradecendo a oferta de três mil volumes, e respondendo ao discurso do professor Nicanor Palacios Costa, em 14 de julho de 1941).
 2. **Iniciativas do Governo Federal em Mato Grosso.** (Improviso agradecendo o banquete oferecido pelo Governo do Estado de Mato Grosso, realizado no Clube Corumbaense, em Corumbá, a 28 de julho de 1941).
 3. **O Brasil e a Bolívia.** (Discurso pronunciado por ocasião do almoço realizado na Estação Palmito, onde se encontra a ponta dos trilhos da estrada de ferro Brasil-Bolívia, em resposta à saudação do Chanceler Ostria Gutierrez, em 29 de julho de 1941).
 4. **O dique seco e o Arsenal do Ladário.** (Discurso inaugurando o dique seco e as remodelações do arsenal de Ladário, em 30 de julho de 1941).
- VISITA AO PARAGUAI**
5. **O Brasil e o Paraguai.** (Discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Assunção, agradecendo o banquete oferecido pelo Presidente Higinio Moríngio, em 1º de agosto de 1941).
 6. **A influência construtiva das universidades.** (Improviso agradecendo o título de doutor *honoris causa*, conferido pela Universidade do Paraguai, em Assunção, em 3 de agosto de 1941).
 7. **Aproximação e compreensão entre o Brasil e o Paraguai.** (Entrevista coletiva à imprensa paraguaia, na legação do Brasil em Assunção, em 3 de agosto de 1941).
 8. **Campo Grande – entroncamento de dias importantes ferroviárias.** (Improviso agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras, em Campo Grande, na sede do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, em 5 de agosto de 1941).
 9. **O Exército – pioneiro do desbravamento da terra e centro de irradiação cívica.** (Discurso pronunciado em Cuiabá, no almoço oferecido após a inauguração do quartel do 16º B.C., em 6 de agosto de 1941).
 10. **Exemplo de trabalhador brasileiro.** (Improviso, por ocasião da grande homenagem das classes trabalhadoras, em Cuiabá, na noite de 7 de agosto de 1941).
 11. **Mato Grosso e o intercâmbio do Brasil com a Bolívia e o Paraguai.** (Discurso agradecendo o banquete oferecido em Cuiabá, no Palácio do Governo de Mato Grosso, em 7 de agosto de 1941).
 12. **A Embaixada Especial Portuguesa.** (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em resposta ao Sr. Júlio Dantas, por ocasião da entrega das credenciais acreditando-o Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, como chefe da Embaixada Especial Portuguesa e da Banda das Três Ordens, conferida pelo governo de Portugal, em 9 de agosto de 1941)
 13. **A união brasileira e a solidariedade americana.** (Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1941).
 14. **A eficiência do funcionário e o aperfeiçoamento do serviço público.** (Discurso por ocasião do almoço de confraternização oferecido no Automóvel Clube, pelos servidores do Estado, a 28 de outubro de 1941).

15. **A Pátria no amor de seus filhos.** (Discurso em resposta à saudação do Ministro General Eurico Dutra, por ocasião do almoço oferecido pelo Exército, no Palácio da Guerra, em 10 de novembro de 1941).

VISITA A SÃO PAULO

16. **A Segunda Feira Nacional de Indústrias.** (Discurso pronunciado em São Paulo, na visita feita à Segunda Feira Nacional das Indústrias, respondendo à saudação do Sr. Dr. Roberto Simonsen, em 23 de novembro de 1941).

17. **A ação e o lugar dos moços.** (Discurso pronunciado no Palácio dos Campos Elíseos, São Paulo, agradecendo a manifestações dos acadêmicos paulistas, a 24 de novembro de 1941).

18. **As forças do Exército em São Paulo.** (Improviso, no 4º Esquadrão de cavalaria, em São Paulo, agradecendo a saudação do General Maurício Cardoso, em 26 de novembro de 1941).

19. **O café e a lavoura paulista.** (Improviso, na visita feita à Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, em 26 de novembro de 1941).

20. **O bacharel e a evolução do Direito nacional.** (Discurso pronunciado no Teatro Municipal, como paraninfo dos bacharéis da turma do cinquentenário da Faculdade Nacional de Direito, em 20 de dezembro de 1941).

21. **O Brasil em paz perante a guerra.** (Discurso pronunciado no Automóvel Clube, por ocasião do banquete oferecido pelas Classes Armadas, em 31 de dezembro de 1941).

22. **A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos.** (Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes, por ocasião de se instalar a terceira reunião de consulta dos Chanceleres Americanos, em 15 de janeiro de 1942).

23. **O Governo e a Imprensa.** (Improviso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, agradecendo o almoço oferecido pelos jornalistas, em 17 de janeiro de 1942).

24. **A paz entre o Peru e o Equador.** (Discurso pronunciado no Palácio Rio Negro, Petrópolis, por ocasião da troca de ratificações do protocolo de paz, amizade e limites entre Peru e o Equador, em 31 de janeiro de 1942).

25. **Dia do Trabalho – Dia do Operário.** (Discurso lido no Estádio do Vasco da Gama, pelo Ministro do Trabalho, Sr. Marcondes Filho, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1942).

BRASIL EM GUERRA

26. **Justa exalação patriótica.** (Improviso no Palácio Guanabara, recebendo o povo, que foi manifestar o seu protesto contra a agressão do eixo à soberania nacional, em 18 de agosto de 1942).

27. **Os marítimos de luto, mas sem desânimo.** (Improviso no Palácio Guanabara, agradecendo a manifestação de solidariedade dos marítimos do Lóide Brasileiro, em 21 de agosto de 1942).

28. **Confiança do Brasil na juventude e nas mães brasileiras.** (Discurso pronunciado no aeroporto Santos Dumont, a propósito da homenagem cívico-militar de 1º de setembro de 1942, e por ocasião da missa campal celebrada por iniciativa dos colégios do Rio de Janeiro).

29. **O protesto do trabalhador brasileiro contra a agressão do Eixo.** (Improviso, na sacada do Palácio do Catete, na grande manifestação dos trabalhadores nacionais, em 2 de setembro de 1942).

1942).

30. **Os servidores da Nação.** (Discurso pronunciado em agradecimento da manifestação de solidariedade dos funcionários públicos, em 3 de setembro de 1942).
 31. **O Brasil agredido reage dignamente.** (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, por ocasião da “Hora da Independência”, perante da multidão, com a presença do General Agustin Justo, em 7 de setembro de 1942).
 32. **Aos novos engenheiros da Escola Técnica do Exército.** (Discurso pronunciado como paraninfo dos novos engenheiros da Escola Técnica do Exército, em 26 de outubro de 1942).
- O QUINTO ANIVERSÁRIO DO ESTADO NACIONAL**
33. **A aviação brasileira.** (Discurso pronunciado no Jockey Clube, por ocasião do almoço oferecido pela Aeronáutica, em 8 de novembro de 1942).
 34. **A Marinha do Brasil em guerra.** (Discurso pronunciado pelo banquete oferecido pela Armada Nacional, no Ministério da Marinha, em 9 de novembro de 1942).
 35. **Amigos leais do Governo os trabalhadores do mar.** (Improviso por ocasião da visita à Ilha do Viana onde se realizou a manifestação dos trabalhadores da organização Lage, em 9 de novembro de 1942).
 36. **O Exército do Brasil.** (Discurso pronunciado no Ministério da Guerra, por ocasião do almoço oferecido pelo General Eurico Dutra, em 10 de novembro de 1942).
 37. **O primeiro lustro do Estado Nacional.** (Discurso pronunciado no Teatro Municipal, ao ser comemorado o quinto aniversário do Estado Nacional, em 10 de novembro de 1942).
 38. **As forças armadas em torno do Chefe do Governo e a preparação militar do país.** (Discurso pronunciado no aeroporto Santos Dumont, presidindo ao almoço de confraternização das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica, em 31 de dezembro de 1942).
 39. **Saudação e concitamento aos brasileiros.** (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara e irradiado para todo país, no primeiro momento de 1943).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
X	<i>O Brasil na Guerra – 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944</i>	309	Outubro de 1944	1º maio de 1943 a 24 de maio de 1944	31	<p>g) Política trabalhista e a Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>h) O Brasil na Guerra: a “batalha militar” e a “batalha da produção”;</p> <p>i) O essencial e o urgente para o Brasil: vencer a guerra, fortalecer sua independência política e completar sua independência econômica;</p> <p>j) Projeções para o período pós-guerra;</p> <p>k) Energia elétrica e desenvolvimento industrial;</p> <p>l) O problema siderúrgico e a histórica ação “dilatória”;</p> <p>m) Emancipação econômica pelas Indústrias de Base: Usina Siderúrgica de Volta Redonda e Companhia Vale do Rio Doce.</p>

TEMAS ABORDADOS/ ARGUMENTOS CENTRAIS

- a)** Política trabalhista: congrega a todos e concilia os interesses;
- b)** Organização do trabalho e das forças produtivas nacionais para a unificação econômica do país;
- c)** Justiça do Trabalho: órgão estruturador da política trabalhista;
- d)** “Consolidação das leis do trabalho”; “Lei orgânica da previdência social” e “salário adicional para a indústria”: projetos do Estado Novo para resolução dos problemas sociais;
- e)** Serviço de Alimentação e Previdência Social e a nutrição dos trabalhadores;
- f)** Preparo profissional e “ensino industrial”;
- g)** Sindicalização: manutenção da estrutura, organização e finalidade, mas estendida a todas as profissões;
- h)** O Brasil e a Guerra: preparo e mentalidade militar, “batalha da produção” e dever patriótico dos brasileiros;
- i)** Visitas do presidente paraguaio, Higínio Morínigo, e do presidente boliviano, General Enrique Peñaranda, e as relações de cooperação americanista entre esses povos;
- j)** A adesão brasileira a Guerra decorre da defesa da solidariedade continental e da liberdade das comunicações marítimas;

- k)** Instalações da Usina Siderúrgica de Volta Redonda: marco definitivo da emancipação econômica do país e uma das mais importantes realizações do Estado Novo;
- l)** Histórico da questão siderúrgica no Brasil e as ações do Governo Vargas;
- m)** Interesse aos industriais a localização de novas jazidas;
- n)** Companhia Vale do Rio Doce e o problema da exploração mineral no país;
- o)** Necessidade de formação técnica para as indústrias básicas;
- p)** Acordos entre Brasil e Paraguai e a extinção da dívida de guerra do Paraguai;
- q)** Campanha da borracha: industrialização intensa para corresponder às necessidades da Guerra;
- r)** As ações do Governo em Campos (Baixada Fluminense);
- s)** Diante do contexto mundial, a organização econômica deve estar subordinada à finalidade social;
- t)** Nosso problema bélico consiste no equipamento para a guerra moderna;
- u)** Diretrizes para a completa mobilização para a guerra;
- v)** Forças da Nação: concentradas em “vencer militar, política e economicamente”;
- w)** A reação brasileira às infiltrações totalitárias;
- x)** Mesmo com as preocupações da guerra o país não pode se esquecer das exigências internas;
- y)** O Brasil precisa de dois exércitos para a Guerra: um composto por forças militares para atuar no confronto e outro, retaguarda da nação, destinado à “batalha da produção” para assegurar os suprimentos necessários;
- z)** Fazendeiros de Uruguaiana (RS) e a cooperação patriótica: não se limitar à pecuária, mas cultivar de tudo e aproveitar o máximo suas terras;
- aa)** Bagé (RS) e a intensificação da produção pecuária e agrícola;
- bb)** Os empreendimentos industriais de Pelotas (RS) e a sua projeção como importante centro industrial do Rio Grande do Sul;
- cc)** A transformação brasileira de produtor de matéria prima em industrialização de seus próprios recursos naturais;
- dd)** O Estado Nacional não admite a luta entre as classes, mas a colaboração e o equilíbrio entre elas, ou seja, a “concordia entre as classes”;
- ee)** Barragem Rio Camaquã e a produção da força hidráulica para fornecer energia barata aos empreendimentos industriais do Rio Grande do Sul;
- ff)** O Rio Grande do Sul e a crise dos transportes e das comunicações;
- gg)** A intensificação da campanha antissubmarina afetou os transportes brasileiros;
- hh)** Rio Grande do Sul: terceiro centro industrial do país, porém com pouca força motriz;

- ii)** O desenvolvimento industrial depende de energia barata;
- jj)** As regiões do Estado do Rio Grande do Sul e o potencial hidroelétrico para geração de energia para a indústria;
- kk)** O programa do governo para empreendimentos no Rio Grande do Sul tem quatro pontos essenciais: ações contra as enchentes; produção de energia elétrica barata e capaz de proporcionar o desenvolvimento industrial; irrigação para as lavouras intensivas para baratear as instalações; reflorestamento para corrigir as estiagens periódicas;
- ll)** Ministro Eurico Gaspar Dutra: chefe da ação e da disciplina;
- mm)** Ações do governo para satisfazer as necessidades do setor militar: reaparelhamento material e técnico do Exército e da Marinha e criação da Aeronáutica;
- nn)** A linha da política externa brasileira consiste na solidariedade às nações da América, sem pretensões imperialistas ou hegemônicas;
- oo)** Reorganização da administração pública; organização do trabalho nacional; educação e formação técnica, condizentes às necessidades do crescimento da Nação; preservação da saúde e controle endêmico; criação de institutos de direito público e privado; instalação de órgãos técnicos para elevar os rendimentos da agricultura, da pecuária e das indústrias; aparelhamento fiscal, equilíbrio das contas da União, melhorando as condições do crédito para reestruturação definitiva da vida econômica do país, após o conflito; reerguimento da Amazônia e do Nordeste; saneamento da Baixada Fluminense; e Marcha para o Oeste;
- pp)** Sexto do regime de 10 de novembro: política de governo para o engrandecimento econômico da nação e a defesa dos interesses da pátria;
- qq)** Nova sede do Ministério da Fazenda e instalações saudáveis para o trabalho: exemplo a ser seguido pelas empresas privadas, pois podem resultar em vantagens de ordem geral e maior rendimento das atividades industriais;
- rr)** Aumento dos vencimentos do funcionalismo civil e do salário do operariado;
- ss)** Transtornos e dificuldades na passagem da economia de paz para a de guerra;
- tt)** No contexto da Guerra nosso pior inimigo seria a divergência interna, por isso, não se pode desperdiçar o tempo e as energias com políticas partidárias e interpretações de fórmulas ideológicas;
- uu)** No término da Guerra, o povo brasileiro dever-se-ia ser consultado de forma ampla e segura, sobre o reajustamento da estrutura política às necessidades da Nação;
- vv)** Os prédios do Ministério da Fazenda expressam as variadas posições da economia nacional: Edifício da Avenida Passos (marca o período de país devedor e preso aos *fundings*); alojamento provisório na Avenida Rio Branco (período de transição a partir da revolução de 1930, sob orientação de modificar panorama geral das finanças brasileiras e do reajustamento às necessidades nacionais); inauguração do Edifício na Esplanada do Castelo (consolidação da fase de transição);
- ww)** Missão social da escola e dos professores: ensinar a pátria, a família e a sociedade; modelar “definitivamente as almas”;
- xx)** Mostra industrial da indústria sob a presidência de Roberto Simonsen;
- yy)** Situação do Brasil no comércio internacional durante a guerra;

- zz)** A política econômica do Governo desde 1930 permitiu a posição privilegiada do Brasil;
- aaa)** Processo de desenvolvimento econômico, readaptação econômica e reorganização no pós-guerra: industrialização progressiva do país;
- bbb)** Revisão e acordo de pagamento da dívida externa;
- ccc)** Proteção à indústria, remodelação do parque industrial e banco de reconstrução industrial;
- ddd)** Cooperação entre poder público e classes produtoras;
- eee)** Organização do trabalho e legislação social;
- fff)** A preparação e a missão do Corpo Expedicionário Brasileiro;
- ggg)** Ação da Federação das Indústrias no ensino profissionalizante;
- hhh)** Diretriz governamental: “unidade moral” e “unidade econômica”;
- iii)** Povo paulista e a herança bandeirante: “vocação da unidade”;
- jjj)** Democracia não pode ser confundida com demagogia e nem liberdade licença com anarquia;
- kkk)** Representantes do Congresso Brasileiro eram chamados de “pais da pátria” e padrao das letras.
- lll)** Serviço de Assistência ao trabalhador Intelectual;
- mmm)** Café: foi central na expansão econômica brasileira, consistindo, num período, a principal riqueza do país e o ponto de apoio da economia nacional;
- nnn)** Os produtores de São Paulo expandiram sua produção: cana-de-açúcar, álcool, algodão e transformação industrial de setores agrícolas;
- ooo)** Atividade intelectual e vida política;
- ppp)** Os intelectuais e a República: simbiose entre homens de pensamento e homens de ação; a função dos intelectuais;
- qqq)** Academia Brasileira de Letras: uma leitura sobre Tomaz Antonio Gonzaga, Silvo Ramos e Alcântara Machado;
- rrr)** Emancipação política, econômica e cultural do Brasil;
- sss)** A participação do Paraná no movimento de 1930 e a situação paranaense no contexto do Governo Provisório;
- ttt)** Reorganização financeira do Estado do Paraná;
- uuu)** Revolução de 1930: renovação social e econômica o Brasil;
- vvv)** Brasil aderiu à guerra em retaliação às ofensas sofridas;
- www)** “Marcha para o Oeste” e a criação dos Territórios Nacionais: objetivo de sanear, povoar e educar;
- xxx)** Imperialismo, fronteiras políticas e fronteiras econômicas;

yyy) “Casa dos Jornalistas” em consonância com as realizações da Revolução de 1930;

zzz) As orientações do Estado Brasileiro para resolver os problemas da nacionalidade: balanço das ações do governo em todos os níveis de sua administração.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo. (Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1943).

VISITA DO PRESIDENTE DO PARAGUAI AO BRASIL

2. Comunhão de interesses vitais entre Brasil e o Paraguai. (Discurso pronunciado no Itamarati, por ocasião do banquete oferecido pelo Governo brasileiro ao Presidente Higínio Morínigo, em 5 de maio de 1943).

3. Volta Redonda e a capacidade construtiva dos brasileiros. (Discurso pronunciado em Volta Redonda, por ocasião do almoço oferecido ao presidente Higínio Morínigo, em 7 de maio de 1943).

4. Tratado e Convênio entre Brasil e Paraguai. (Improviso respondendo ao Presidente Higínio Morínigo, no Palácio Guanabara, em 8 de maio de 1943, a propósito do ato do governo brasileiro declarando extinta a dívida de guerra do Paraguai e por motivo da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação e do Convênio de Turismo).

5. Campanha da borracha. (Circular aos prefeitos, concitando-os a empenhar decisivos esforços para o êxito do “Mês Nacional da borracha”, em 29 de maio de 1943).

6. Mês nacional da borracha. (Manifesto ao povo brasileiro, por ocasião de iniciar-se a campanha nacional de um mês em favor de mais borracha para a Guerra, em 1º de junho de 1943).

7. A terra fluminense – centro de trabalho organizado e de progresso contínuo. (Improviso agradecendo o banquete em Campos, em 6 de junho de 1943).

VISITA DO PRESIDENTE DA BOLÍVIA AO BRASIL

8. O Brasil e a Bolívia bons vizinhos e bons amigos. (Discurso pronunciado no Itamarati, por ocasião do banquete oferecido ao General Enrique Peñaranda, Presidente da Bolívia, em 23 de junho de 1943).

9. O Chefe de Estado da Bolívia no Brasil. (Improviso respondendo à saudação do presidente Enrique Peñaranda, por ocasião do banquete oferecido do Banquete oferecido na Embaixada da Bolívia, em 27 de junho de 1943).

10. As comemorações da Independência Nacional e a entrada do Brasil na guerra. (Discurso pronunciado no Estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião da “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1943).

VISITA AO RIO GRANDE DO SUL

11. O esforço progressista dos fazendeiros de Uruguiana. (Improviso no almoço oferecido pela Sociedade Pastoral de Uruguiana, nesta cidade, em 7 de outubro de 1943).

- 12. A cooperação de Uruguaiana para o progresso do Estado.** (Improviso respondendo à saudação do interventor federal, por ocasião do banquete oferecido no Clube Comercial, em Uruguaiana, em 7 de outubro de 1943).
- 13. A trigésima Exposição-Feira de Bagé.** (Improviso agradecendo inaugurando, na sede da Associação Rural de Bagé, a trigésima Exposição-feira de gado e agradecendo as manifestações populares recebidas, em 11 de outubro de 1943).
- 14. Bagé e o seu crescente desenvolvimento.** (Improviso agradecendo ao banquete oferecido pela municipalidade sede da Associação Rural, em Bagé, em 11 de outubro de 1943).
- 15. O espírito progressista classes conservadoras de Pelotas.** (Improviso agradecendo a grande manifestação de apreço das classes conservadoras de Pelotas, na Associação comercial da cidade, em 12 de outubro de 1943).
- 16. O problema da energia Elétrica e o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul.** (Conferência com as classes conservadoras do Rio Grande do Sul, realizada no Palácio do Comércio de Porto Alegre, em 14 de outubro de 1943).
- 17. O arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e o interesse do povo e o governo do Brasil pelos seus soldados.** (Discurso pronunciado ao inaugurar o novo arsenal de guerra do Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1943).
- 18. A nova sede do Ministério da Fazenda.** (Discurso inaugurando o novo edifício do Ministério da Fazenda, em 10 de novembro de 1943).
- 19. A escola e a ação dos professores.** (Discurso pronunciado no Instituto de Educação, por ocasião da formatura das novas professoras do Distrito Federal, em 18 de dezembro de 1943).
- VISITA A SÃO PAULO**
- 20. A política econômica do governo e os problemas vitais do país.** (Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pela Federação das Indústrias em São Paulo, no Cassino Umuarama, em 21 de dezembro de 1943).
- 21. Assistência ao trabalho intelectual.** (Improviso inaugurando o Serviço de Assistência ao Trabalhador, no DEIP de São Paulo, em 21 de dezembro de 1943).
- 22. A lavoura de São Paulo e o desenvolvimento econômico do Brasil.** (Improviso no Parque da Águia Branca, em São Paulo, agradecendo o almoço oferecido pelos lavradores paulistas, a 22 de dezembro de 1943).
- 23. Na Academia Brasileira de Letras.** (Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, empossando-se como substituto do acadêmico Alcântara Machado, em 29 de dezembro de 1943).
- 24. O Brasil e as suas forças armadas nas tarefas árduas da guerra.** (Discurso pronunciado no almoço oferecido pelas Classes Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica, em 31 de dezembro de 1943).
- VISITA AO PARANÁ**
- 25. O Brasil visto como um todo.** (Discurso pronunciado no círculo militar do Paraná, em Curitiba, agradecendo o banquete oferecido pelo Interventor Federal, em 24 de janeiro de 1944).

26. **Nova terra da Promissão.** (Improviso agradecendo a grande manifestação popular realizada na Avenida 15 de novembro, em Curitiba, a 24 de janeiro de 1944).
27. **A criação dos territórios nacionais.** (Improviso agradecendo o banquete oferecido em Guaíra, no território de Ponta Porã, em 27 de janeiro de 1944).
28. **A orientação renovadora do governo e da Imprensa.** (Discurso agradecendo as homenagens dos jornalistas, por ocasião do almoço oferecido na sede da Associação Brasileira de Imprensa, em 15 de abril de 1944).
29. **Cooperação e solidariedade entre os grupos sociais.** (Discurso pronunciado no Estádio Pacaembu, em São Paulo, por ocasião das comemorações do “Dia do Trabalhador”, em 1º de maio de 1944).
30. **A preparação e o patriotismo do Corpo Expedicionário.** (Improviso agradecendo a saudação do General Mascarenhas de Moraes, por ocasião dos exercícios do Corpo Expedicionário Brasileiro, no Campo de Gericinó, em 20 de maio de 1944).
31. **Confiança do Brasil no seu Corpo Expedicionário.** (Discurso pronunciado por ocasião do desfile das Forças do Corpo Expedicionário Brasileiro, no pavilhão levantando próximo ao obelisco da Avenida Rio Branco, em 24 de maio de 1944).

VOLUME	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	DATA DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO CORRESPONDENTE	Nº DE DISCURSOS	QUESTÕES CENTRAIS
XI	O Brasil na Guerra 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945	207	Janeiro de 1947	1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945.	19	f) Fim da Guerra: aprendizados e projeções para o Brasil; g) Balanço dos quinze anos de Governo; h) Contexto e características da Constituição de 1937; i) Abertura política do regime, reforma constitucional e processo eleitoral; j) Fim do regime e renúncia de Getúlio Vargas.

TEMAS ABORDADOS/ ARGUMENTOS CENTRAIS

- a)** Exposição de Pecuária de Belo Horizonte e os três setores fundamentais do desenvolvimento brasileiro: operariado, classe comercial e classe industrial;
- b)** Aproximação do fim da Guerra e a colaboração (atos e princípios) do Brasil na Guerra;
- c)** Possibilidades da participação brasileira nas conferências após conflito e diretrizes principais dessa atuação; vantagens e desvantagens da Guerra para o Brasil;
- d)** Ampla consulta às urnas após a Guerra e as dificuldades de captar a vontade geral e nosso vasto território;
- e)** Lições do conflito: impraticabilidade do confronto armado por sua extensa consequência;
- f)** Brasil: harmonia de pensamento que unifica a ação;
- g)** Principal problema do Brasil: organização da economia nacional de forma a sustentar o desenvolvimento das forças produtivas e manter o progresso;
- h)** Crítica ao laissez-faire econômico e suas consequências políticas;
- i)** Criação da Comissão de Planejamento: instrumento de amparo, organização e ajuste da economia nacional;
- j)** Problemas vitais brasileiros: industrialização e educação técnica;
- k)** Afastamento definitivo do colonialismo econômico;
- l)** Aproveitamento máximo das condições naturais brasileiras;
- m)** “Máquinas produtoras de máquinas”: progresso das indústrias metalúrgicas nos conduziria às máquinas das indústrias leves, produtoras de consumo imediato;
- n)** Reequipar e criar indústrias: aspectos fundamentais para transformação da nossa matéria prima;

- o)** Reforma agrária: técnica agrícola, aparelhamento e educação para o trabalho;
- p)** A reforma político-administrativa de 1937 e a ordem interna;
- q)** A Carta do Atlântico e a posição brasileira ao lado dos vencedores;
- r)** A ação das Forças Armadas e a Força Expedicionária Brasileira;
- s)** Aniversário da Associação Comercial de São Paulo;
- t)** Conjuntura da Guerra e as perspectivas para a reestruturação do comércio internacional;
- u)** A política de expansão das trocas e as especulações econômicas;
- v)** Vitória contra o totalitarismo político e o nazi-fascismo comercial;
- w)** Contribuição dos capitais estrangeiros ao desenvolvimento do país;
- x)** Afastamento da monocultura primitiva e da exportação da matéria prima e intensificar a industrialização;
- y)** Produzir mais barato e melhor para ter condições de participação no mercado interno e externo;
- z)** Café: principal produto exportável brasileiro;
- aa)** Época dos técnicos: para o progresso do país;
- bb)** Exército, Marinha e Aeronáutica: ampliação e aperfeiçoamento dos quadros técnicos; participação das Forças Armadas nos setores da vida econômica brasileira;
- cc)** Síntese das ações do Governo no ano de 1944;
- dd)** Posição internacional do Brasil;
- ee)** Dificuldades enfrentadas pelo Brasil pelo Estado de Guerra e pelos elementos próprios a nossa crise de crescimento;
- ff)** A unidade e o patriotismo para a solução dos problemas nacionais: industrialização, exploração das riquezas naturais, aperfeiçoamento das culturas agrícolas, saneamento e higiene, instrução pública e transportes;
- gg)** O progresso e as potencialidades de Juiz de Fora;
- hh)** Contexto e características da Constituição de 1937: ameaças extremistas de esquerda (comunismo) e de direita (integralismo); a iminência da guerra; democracia não tinha capacidade de resolver os problemas econômicos e sociais daquele período; as associações com o totalitarismo;
- ii)** Retrospectiva da participação do Brasil na Guerra;
- jj)** Abertura política: o ambiente seguro de 1945 proporciona a abertura do regime, mas o fim a guerra pode trazer o perigo da desordem interna;
- kk)** Legislação eleitoral, eleições e receptividade política do povo brasileiro para escolher seus governantes;

- ll)** Entrevista aos jornalistas, cujos principais temas foram: ordem administrativa; reforma constitucional; situação política do mundo em 1945; eleições democráticas e lei eleitoral; censura e liberdade de pensamento da imprensa brasileira; anistia; relação entre Brasil e Rússia; participação do Governo e de Getúlio Vargas nas eleições;
- mm)** A intervenção do Estado e as classes sociais: interesses coletivos acima dos individuais;
- nn)** Balanço dos quinze anos de governo: legislação social e trabalhista; reaparelhamento militar; reforma administrativa; exploração mineral e organização das indústrias metalúrgicas; crédito agrícola e industrial; revisão da dívida externa;
- oo)** Homenagem ao Presidente Flanklin Roosevelt;
- pp)** Recomposição democrática: procedimentos para a abertura política;
- qq)** Convocação e uma nova Constituinte e Lei Constitucional nº9;
- rr)** Participação do governo no processo eleitoral e as possibilidades de renúncia;
- ss)** As classes populares e o Partido Trabalhista Brasileiro;
- tt)** Renúncia de Getúlio Vargas.

DISCURSOS CONTIDOS NO VOLUME

1. **Trabalho e Produção** (Improviso pronunciado na 1ª Exposição de pecuária de Belo Horizonte, em 1º de julho de 1944).
2. **O ponto mais alto da existência da Nação.** (Discurso pronunciado na “Hora da Independência”, em 7 de setembro de 1944).
3. **Planejamento Econômico.** (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao instalar-se a Comissão de Planejamento Econômico, em 3 de outubro de 1944).
4. **Reajustamento mundial e a readaptação nacional.** (Discurso ao Exército Brasileiro, em 10 de novembro de 1944).
5. **Política de expansão das trocas.** (Discurso pronunciado na Associação Comercial de São Paulo, em 7 de dezembro de 1944).
6. **Os engenheiros do Brasil.** (Discurso pronunciado no Clube de Engenharia, em 11 de dezembro de 1944).
7. **Unidos para a solução dos grandes problemas nacionais.** (Discurso agradecendo a homenagem das Classes Armadas, em 31 de dezembro de 1944).
8. **O progresso de Juiz de Fora.** (Discurso ao povo de Juiz de Fora, em 31 de janeiro de 1945).
9. **Abrindo a Campanha Política** (Entrevista concedida aos jornalistas em Petrópolis, em 2 de março de 1945).
10. **O sacerdócio cívico do jornalista** (Discurso pronunciado no Automóvel Clube, agradecendo a homenagem dos jornalistas pela Lei de salário mínimo, em 11 de março de 1945).

11. **O heroísmo dos expedicionários.** (Improviso por ocasião da entrega de medalhas aos feridos da FEB, em 24 de março de 1945).
12. **Um balanço no fim do governo.** (Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, em 1º de maio de 1945).
13. **O fim da Guerra.** (Improviso agradecendo manifestações populares pelo fim da Guerra, pronunciado no Palácio Guanabara, em 7 de maio de 1945).
14. **O Presidente Flanklin Roosevelt.** (Discurso pronunciado em solenidade no Itamarati, em 12 de maio de 1945)
15. **A história da filantropia no Brasil.** (Discurso pronunciado na Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 2 de julho de 1945).
16. **Retomando as atividades normais.** (Discurso na “Hora da Independência, a 7 de setembro de 1945).
17. **A jornada da recomposição democrática.** (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em 3 de outubro de 1945).
18. **O Partido Trabalhista Brasileiro.** (Resumo do discurso pronunciado em Santa Cruz, em 10 de outubro de 1945).
19. **Ao povo brasileiro.** (Manifesto ao renunciar ao governo, em 30 de outubro de 1945).

ANEXO A

CONTRACAPAS DOS VOLUMES DE *A NOVA POLÍTICA DO BRASIL*



GETULIO VARGAS

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

I

Da Aliança Liberal às realizações do
primeiro ano de Governo-1930-1931

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO



GETULIO VARGAS

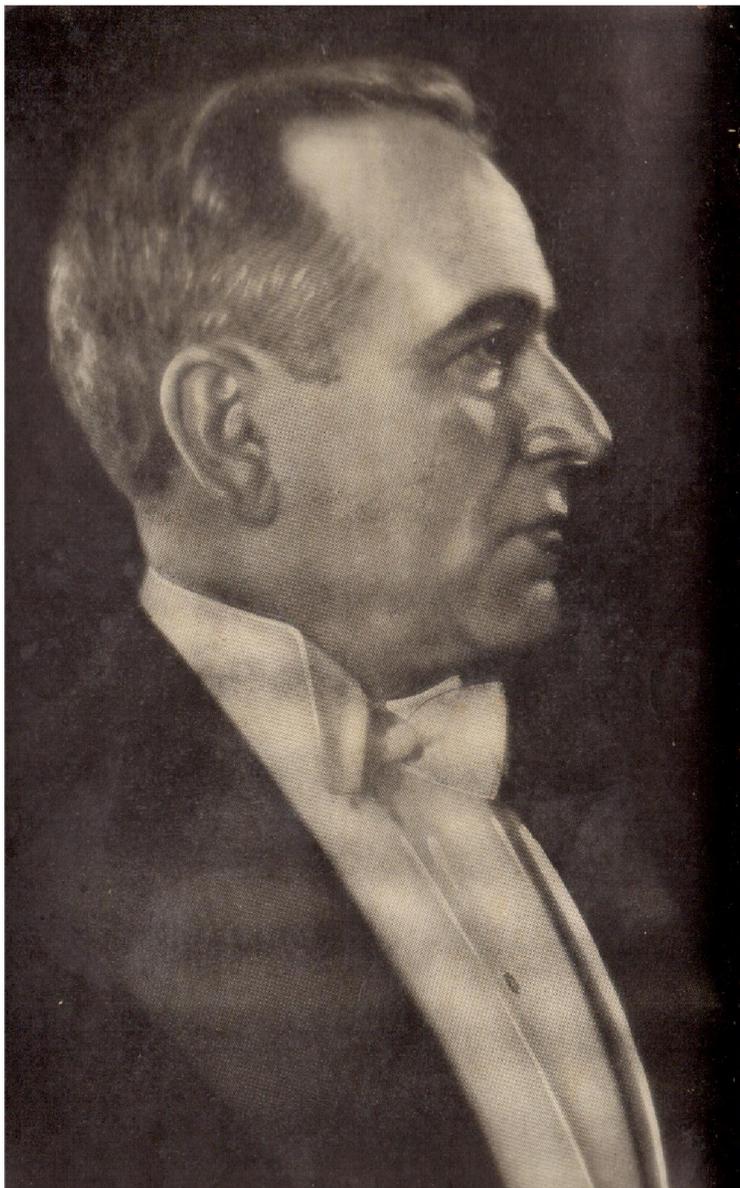
*A NOVA POLÍTICA
DO BRASIL*

III

A Realidade Nacional em 1933

Retrospecto das realizações
do Governo, em 1934

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO



GETULIO VARGAS

*A NOVA POLÍTICA
DO BRASIL*

IV

Retorno à terra natal

Confraternização sul-americana

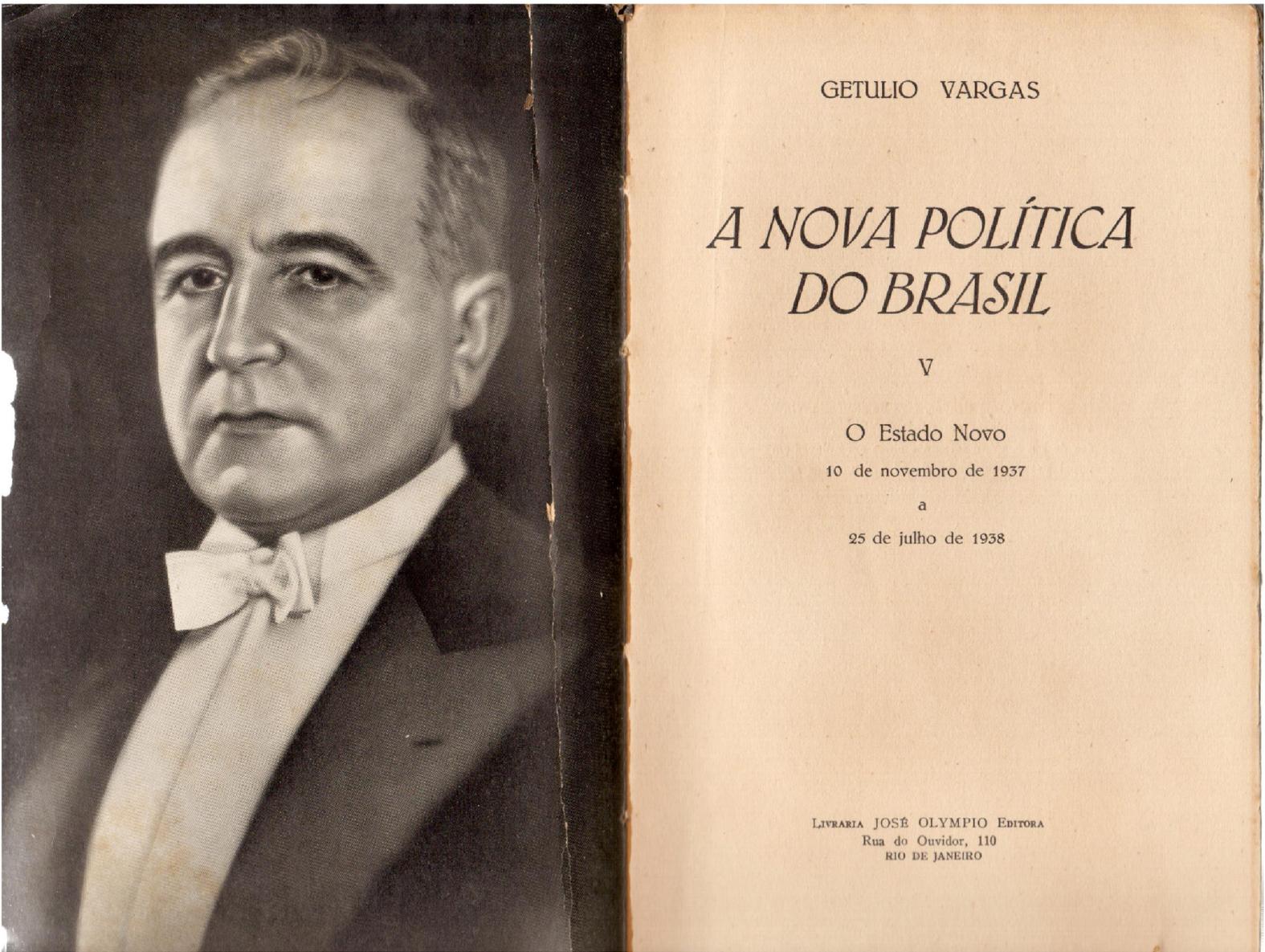
A revolução comunista

Novembro de 1934

a

Julho de 1937

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO



GETULIO VARGAS

*A NOVA POLÍTICA
DO BRASIL*

V

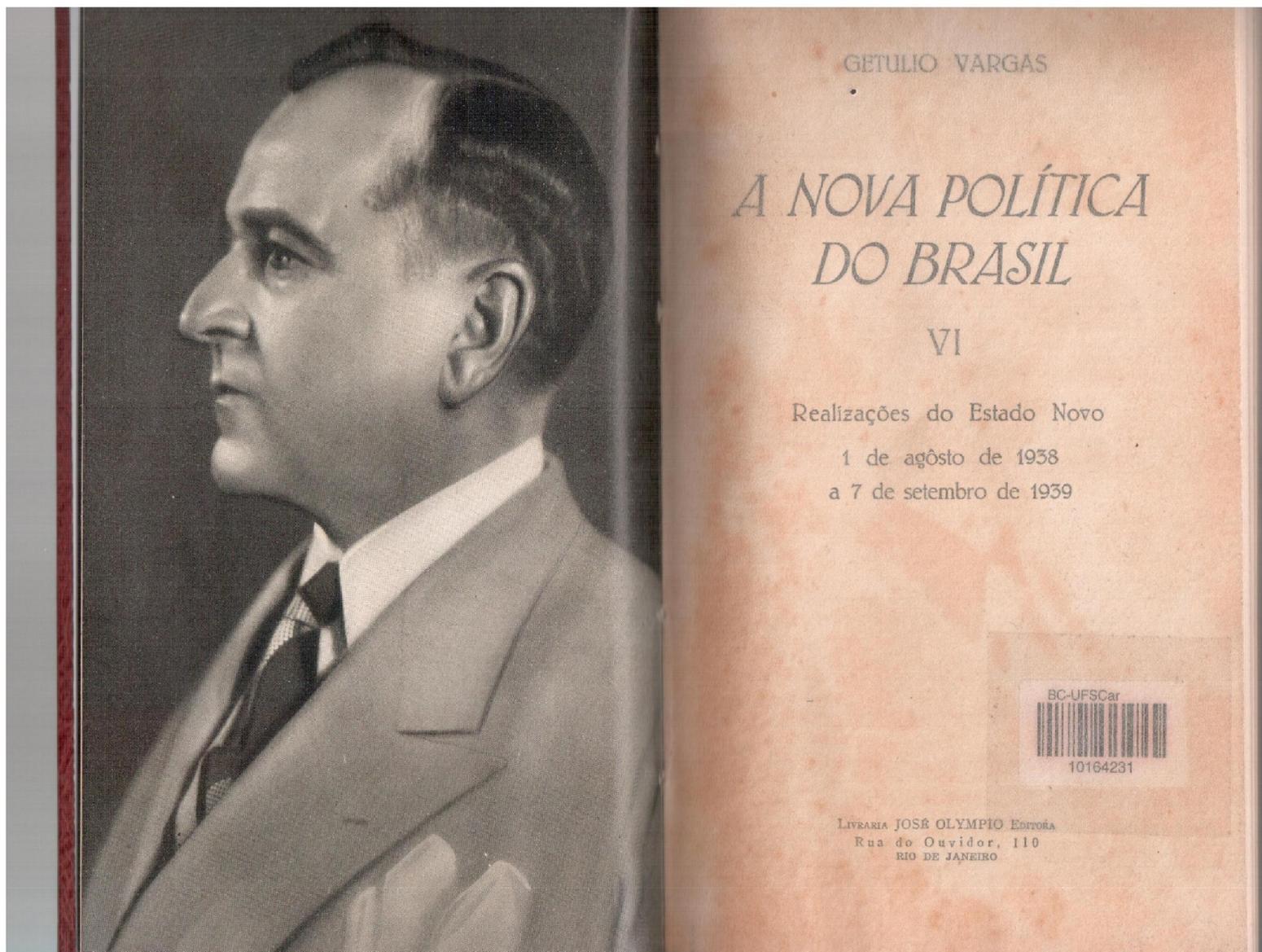
O Estado Novo

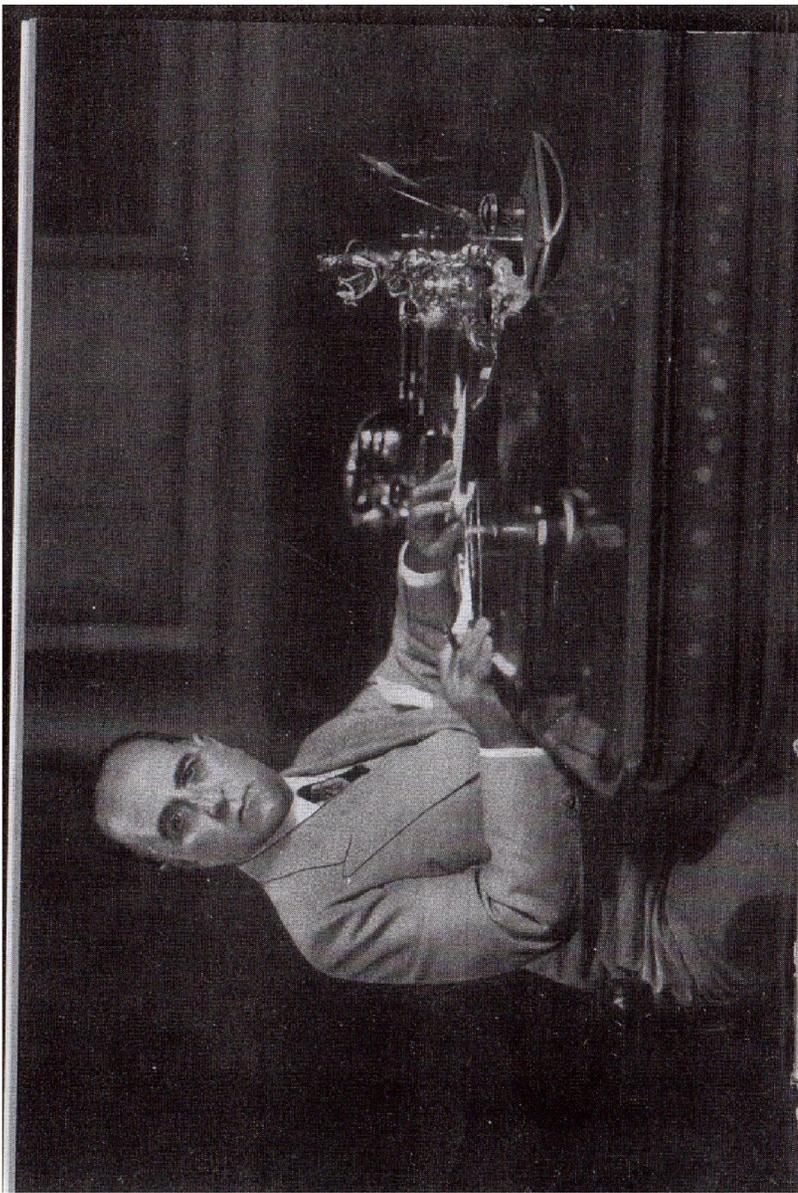
10 de novembro de 1937

a

25 de julho de 1938

Livraria JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO





GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA
 "ROBERTO SILVA" *1935*

*A NOVA POLÍTICA
 DO BRASIL*

VII

No limiar de uma nova era

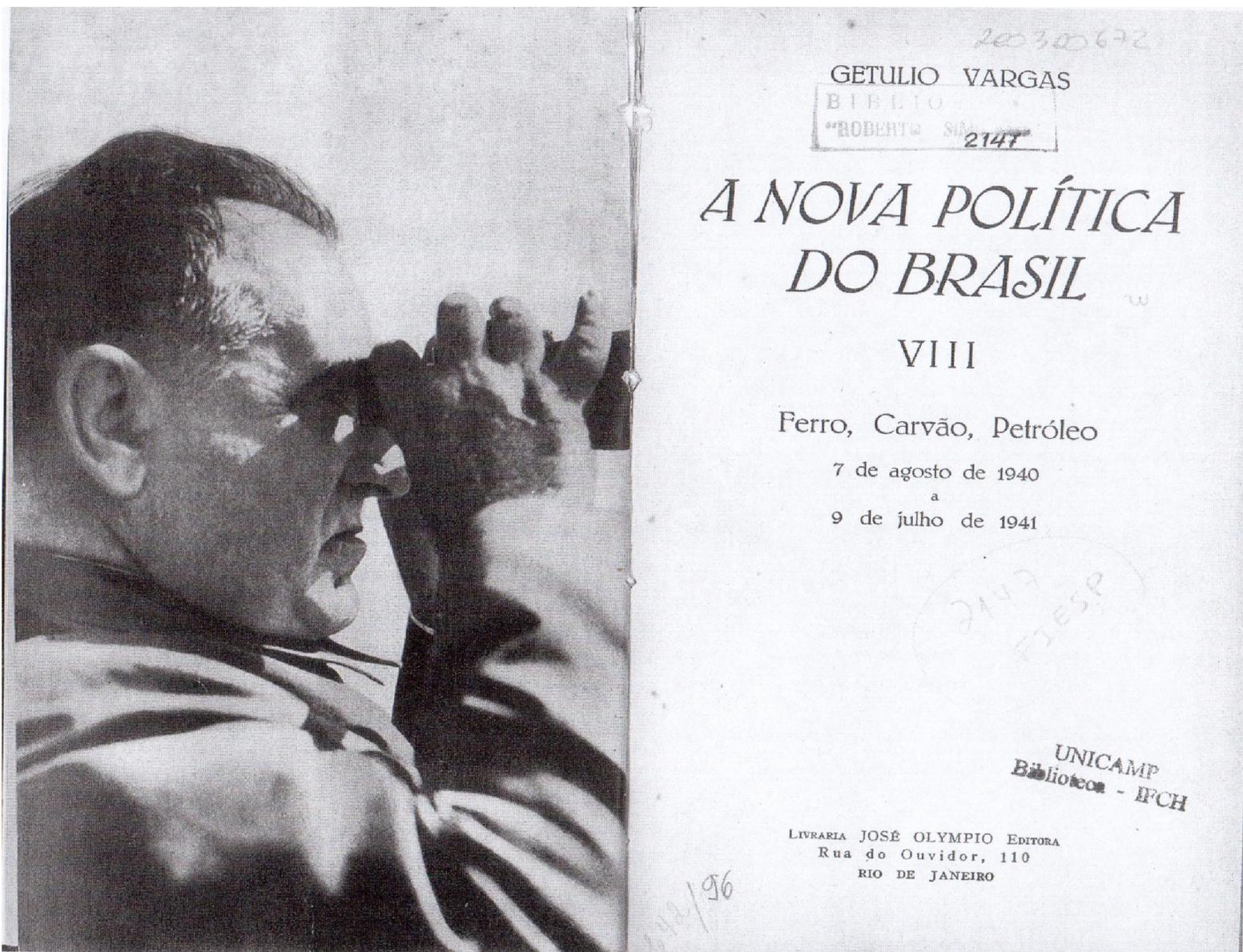
20 de outubro de 1939
 a 29 de junho de 1940

*2146
 FJESF*

Livraria JOSE OLYMPIO EDITORA
 Rua do Ouvidor, 110
 RIO DE JANEIRO

UNICAMP
 Biblioteca - FCH

1935



200300672
GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA
"ROBERTO SILVA"
2147

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

VIII

Ferro, Carvão, Petróleo

7 de agosto de 1940

a

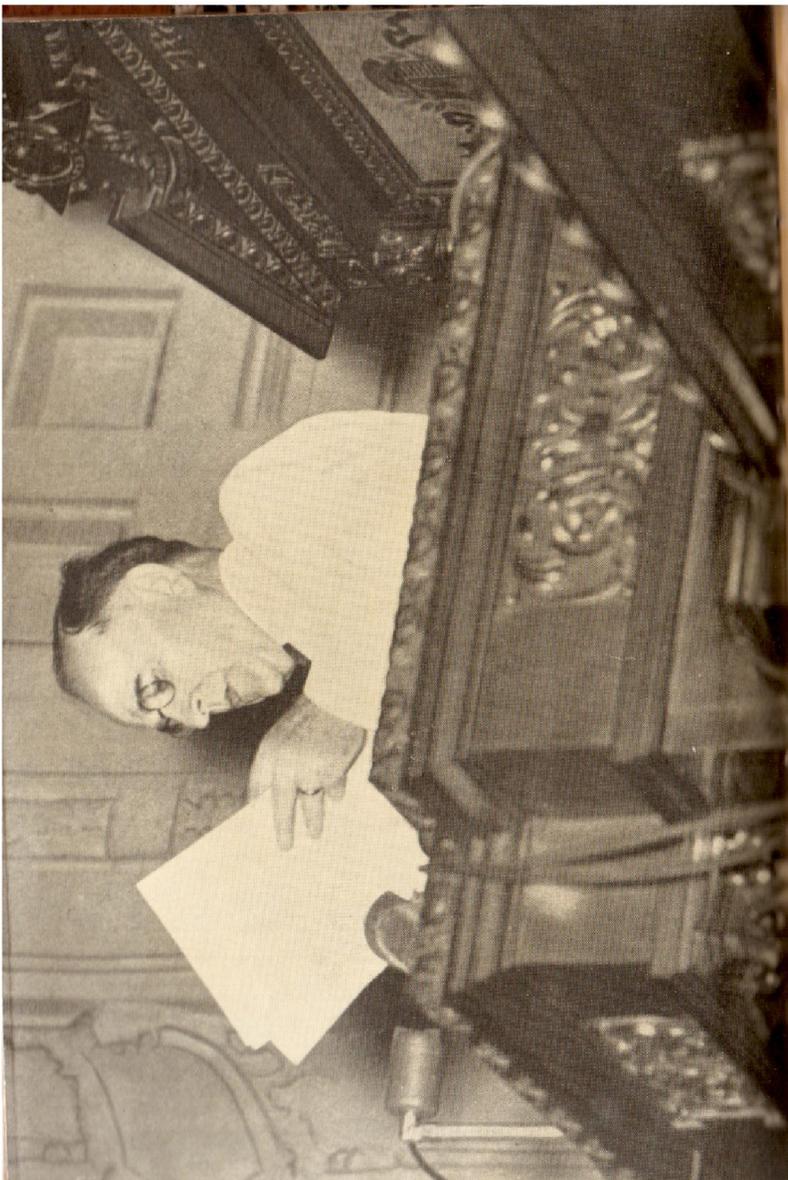
9 de julho de 1941

JANEIRO
1941

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO

1941/96



GETULIO VARGAS

*A NOVA POLÍTICA
DO BRASIL*

IX

O Brasil na Guerra

14 de julho de 1941

a

1 de janeiro de 1943

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO



GETULIO VARGAS

*A NOVA POLÍTICA
DO BRASIL*

ⓧ

O Brasil na Guerra

★ ★

1.º de Maio de 1943

a

24 de Maio de 1944

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110
RIO DE JANEIRO

